

Karenine Miracelly Rocha da Cunha

**Agora é Lula: Enquadramentos
do Governo do PT pelo *Jornal
Nacional***

Universidade Estadual Paulista
Bauru, 2005

Índice

1	Introdução	9
2	Televisão, Política e Democracia	15
2.1	A primazia da televisão na sociedade contemporânea	15
2.2	Televisão e a nova maneira de fazer política . . .	19
2.3	Enquadramentos midiáticos	27
2.4	Latifúndio eletrônico e ameaças ao ideal democrático	35
3	A Rede Globo como protagonista da política	41
3.1	A sedução do plim-plim	41
3.2	TV que faz história	47
3.3	De porta-voz do governo a líder de audiência . .	53
3.4	Evidências de parcialidade política	60
4	Agora é Lula: o PT no poder	75
4.1	Do sindicalismo à presidência da República: a trajetória do PT	75
4.2	As eleições de 2002 e a cobertura do <i>Jornal Nacional</i>	81
5	Metodologia: os procedimentos da análise	89
5.1	O <i>corpus</i> e os veículos de referência	89
5.2	O método de análise	94

6	Análise de enquadramento: as representações do Governo Lula no <i>Jornal Nacional</i>	97
6.1	Observação e descrição do que foi levado ao ar	98
6.2	Análise interpretativa: os enquadramentos	126
7	Considerações finais	139
8	Referências	147
9	Anexo	159

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, da Área de Concentração em Comunicação
Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
da Unesp/Campus de Bauru, como requisito à obtenção do título
de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Professor Dr.
Murilo Cesar Soares.*

*“O cansaço é passageiro.
A conquista é permanente.”
(autor desconhecido)*

Resumo

A pesquisa analisa a cobertura jornalística de temas relacionados ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizada pelo *Jornal Nacional* da *Rede Globo*, o mais importante telejornal brasileiro. Por meio da análise de enquadramento de reportagens sobre as reformas constitucionais (previdenciária e tributária), a definição da taxa de juros e o caso Waldomiro Diniz, temas direta ou indiretamente relacionadas ao governo Lula, verifica-se como o *Jornal Nacional* destaca ou atenua aspectos favoráveis ou desfavoráveis à gestão federal de modo a torná-los mais ou menos visíveis. Ao final do estudo, conclui-se que o telejornalismo da *Rede Globo* pratica enquadramentos pouco críticos ao governo federal, fenômeno observado em outros trabalhos a respeito de governos anteriores.

Capítulo 1

Introdução

“Se o Jornal Nacional é um fenômeno cultural tão importante a ponto de ganhar a atenção da absoluta maioria dos brasileiros todas as noites, ele merece ser estudado a sério. Desconhecê-lo é impossível. Conhecê-lo melhor só pode trazer benefícios para quem quer compreender o fenômeno da cultura brasileira contemporânea.”
(CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA, 1985)

Em 2005, a *Rede Globo* completa 40 anos no ar. São quatro décadas em que a *Rede Globo* conquistou a liderança na televisão brasileira no que diz respeito à audiência, abrangência do sinal e qualidade técnica de produção diversificada e de distribuição do que é produzido. O seu principal telejornal – o *Jornal Nacional* –, cinco anos mais novo que a emissora hegemônica da mídia brasileira, guarda os mesmos méritos e chega em 2005 com um *status* que lhe foi conferido desde sua edição inaugural, em 1º de setembro de 1969: o de líder de audiência, ocupante de um patamar de grande prestígio no horário nobre da *Globo*.

Por meio do *Jornal Nacional*, a *Rede Globo* marcou presença na transmissão dos principais acontecimentos da vida política, econômica, cultural e comportamental da sociedade brasileira das últimas décadas. Nesse período, o *Jornal Nacional* tornou-se um programa muito popular e fez jus ao seu nome à medida em que é

assistido pela maioria dos telespectadores de um país com dimensões geográficas tão grandes e realidades sociais expressivamente discrepantes.

O *Jornal Nacional* influencia o conhecimento dos fatos e a opinião da sociedade brasileira, o que o torna um objeto de estudo de grande valia para a comunicação mediática no Brasil, principalmente na área de confluência da mídia e da política (SILVA, 1985). Durante sua trajetória, revestido por enquadramentos oficialistas, por vezes o *Jornal Nacional* da *Rede Globo* divulgou representações favoráveis a determinados grupos políticos ou econômicos, o que revelou seu engajamento nas decisões políticas e na realidade brasileira (LIMA, 2001; MATOS, 1994). Há estudos sobre episódios exemplares que demonstram essa característica da cobertura política da *Globo* por meio do *Jornal Nacional*: o boicote a Leonel Brizola nas eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1982; a cobertura da greve dos petroleiros de Paulínia em 83; a cobertura da campanha das Diretas-Já em 84; a edição do debate dos presidencialistas Lula e Collor em 89; a cobertura das eleições de 94 e 98 (AMORIM, 2005; CUNHA, 1998; GUIMARÃES & VIEIRA, 1985; LIMA, 2001; LIMA, 1998). Em todos esses momentos, o *Jornal Nacional* caracterizou-se por empreender um tom oficialista a seu conteúdo, que muitas vezes defendeu e pouco criticou o governo federal, especialmente durante o Regime Militar.

Juntamente com o *Jornal Nacional* e a *Rede Globo*, o PT (Partido dos Trabalhadores) constitui outra face do objeto de estudo desta pesquisa. É importante destacar que essas faces são tratadas conjuntamente visto que esta dissertação é uma tentativa de desvendar as relações da *Globo*, por meio de seu principal telejornal, com o partido que ocupa a presidência da República atualmente: na gestão iniciada em 2003 pelo PT, que fez oposição ao Regime Militar e foi crítico das políticas econômicas dos últimos governos federais, o *Jornal Nacional* continuou a utilizar o enquadramento oficialista, que o caracterizou desde sua criação, ou passou a fazer um telejornal crítico em relação ao governo do

PT? Ou seja, como ficou a cobertura do *Jornal Nacional*, visto que este noticiário utilizou vários enquadramentos desfavoráveis ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquanto ele era apenas um candidato nas três eleições diretas da Nova República (em 1989, 1994 e 1998)? É o que procura responder o presente trabalho, ao discutir a relação entre a *Rede Globo* e o governo federal e as possíveis interferências no telejornalismo da emissora.

Lula apresentou-se como o candidato da oposição mais importante durante as quatro eleições após a abertura política e o retorno às eleições diretas para a presidência da República, até vencer o pleito de 2002. Aos 25 anos, o PT ainda representa o partido cuja bandeira é a transparência e um governo popular, voltado para o social, contra o neoliberalismo e a política econômica de juros altos, privatizações e especulação, embora muitas transformações tenham ocorrido em sua base ideológica (SINGER, 2001). Até as eleições de 1998 o PT ainda era considerado a principal agremiação de esquerda do cenário político brasileiro, posição contestada atualmente por vários cientistas políticos que se baseiam nas novas inflexões ideológicas do partido, na abertura para alianças políticas antes inaceitáveis e nas diretrizes econômicas adotadas pelo governo federal. Embora tenha mudado ao longo do tempo, sobretudo no último pleito, em que o PT apresentou profundas transformações em suas atitudes e em seu discurso, o Partido dos Trabalhadores ainda é hoje uma referência no espectro político brasileiro por prezar essas bandeiras, com expressiva representatividade nas Prefeituras, assembleias legislativas estaduais, na Câmara Federal e no Senado¹.

Logo que o resultado das eleições de outubro de 2002 foi anunciado e a vitória de Lula divulgada, percebeu-se uma certa preferência do petista com relação ao mais importante telejornal da *Globo*: Lula concedeu entrevista somente a essa emissora após eleito; foi tema de uma reportagem especial do *Fantástico*

¹ Dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) indicam que o PT elegeu 411 prefeitos no pleito de 2004 e três governadores, dez senadores e 91 deputados federais em 2002.

do mesmo Domingo; participou ativamente da edição do dia seguinte do *Jornal Nacional*, e inspirou o *Globo Repórter* da mesma semana.

Um fator apontado para essa conversão, posto em debate por este estudo, é a crise financeira que afeta a mídia brasileira e a torna candidata a empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), isto é, à ajuda do governo federal (MIGUEL, 2004. In: Rubim, 2004). Esse possível socorro federal indica a interdependência do governo e da *Globo*, cada qual com seu interesse corporativista: a emissora, de restabelecer suas finanças, e o governo, de manter uma boa relação com a emissora mais importante do Brasil.

Buscamos indicar nesta dissertação as relações entre *Globo*, *Jornal Nacional* e Partido dos Trabalhadores por meio da **análise de enquadramento** – *frame analysis* – que permite verificar as representações instauradas pelo *Jornal Nacional* sobre três temas que indiretamente contribuem para a orientação de interpretações sobre o governo Lula. Os temas escolhidos para análise de enquadramento pelo telejornal são: as **reformas constitucionais (previdenciária e tributária)**, a definição da **taxa de juros** e o **caso Waldomiro Diniz**. Esses assuntos foram eleitos após um acompanhamento criterioso do *Jornal Nacional* durante vários meses – entre fevereiro de 2003 e abril de 2004. A relevância desses temas para o desempenho do governo federal na esfera social e promoção do desenvolvimento (reformas), econômica (taxa de juros) e política (caso Waldomiro) justifica sua escolha para compor o *corpus* desta pesquisa. As análises empreendidas seguem o roteiro convencional da *frame analysis* e busca identificar os enquadramentos delineados pelo telejornal sobre o assunto eleito pelo presente estudo.

Nas próximas páginas, encontram-se três capítulos que buscam fundamentar teoricamente as considerações utilizadas para a definição de nosso objeto de estudo: as relações entre televisão, política e democracia no Brasil e a *Rede Globo*, por meio do *Jornal Nacional*, no papel de participante ativa da política brasileira

e a trajetória do PT, seu papel no cenário político e as eleições de 2002. O quinto capítulo tem a função de explicar a metodologia empregada por esta pesquisa, enquanto o sexto ocupa-se da análise de enquadramento adotado pelo *Jornal Nacional* ao veicular os *três temas* propostos. Por fim, as conclusões deste estudo são apresentadas nas Considerações Finais. No última seção, estão anexadas todas as transcrições dos roteiros das reportagens analisadas na dissertação.

Por tudo isso, esta dissertação tem a pretensão de ser mais uma contribuição aos estudos de Comunicação e política que ganharam impulso na década de 90, a partir da constatação da centralidade da mídia, sobretudo a televisiva, no processo político e eleitoral brasileiro (LIMA, 2001). O presente estudo tenta comprovar mais um exemplo das ligações entre mídia e a política no Brasil e as conseqüências dessa relação para a democracia brasileira.

Capítulo 2

Televisão, Política e Democracia

“Às vezes tenho a sensação de que, se tirássemos a TV de dentro do Brasil, o Brasil desapareceria.”
(BUCCI & KEHL, 2004)

2.1 A primazia da televisão na sociedade contemporânea

A democracia e a mídia brasileiras mantêm uma relação de grande proximidade, o que garante influências recíprocas no funcionar de cada uma dessas instâncias, comprovando as ligações nem sempre inocentes da Comunicação mediática e da política no país. No caso brasileiro, bem como em todos os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a mídia que destacadamente influencia o processo político, a opinião pública e o funcionamento geral da sociedade – incluindo hábitos cotidianos, todas as formas de manifestação cultural, modos de expressão lingüísticos, tendências políticas e econômicas etc. - é a televisão.

A expressividade da televisão na mídia brasileira e, por extensão, na democracia, deve-se ao fato de ela ser, grosso modo, o

único meio de comunicação a que tem acesso grande parte da população. De acordo com Pereira Júnior (2000:10), “*para a maioria das pessoas, os telejornais são a primeira informação que elas recebem do mundo que as cerca. (...) Os noticiários televisivos ocupam um papel relevante na imagem que elas constroem da realidade*”.

A televisão ganha espaço porque garante entretenimento e transmite informações sobre a atualidade – mesmo que se trate de representações de uma realidade fabricada, obediente aos interesses econômicos ou políticos da classe hegemônica, pouco condizente com os fatos, conforme categoricamente afirma Marcondes Filho (1986). Além disso, a primazia da televisão deriva do fato de esse meio ser gratuito, ou seja, o receptor não precisa dispensar parte de sua renda para assistir à programação televisiva dos canais abertos como necessita fazer para ler um jornal ou uma revista, ir a um cinema, ou acessar a internet (é preciso desembolsar renda para pagar os pulsos telefônicos até mesmo quando os provedores de acesso à rede mundial de computadores são gratuitos). A gratuidade da programação televisiva é garantida pela publicidade inserida nos intervalos das atrações, sejam elas jornalísticas, pseudojornalísticas ou de entretenimento.

Dentre outros motivos, Rezende (2000:23) aponta como fatores que contribuíram para que a televisão assumisse tal *status* especial na comunicação mediática brasileira: a distribuição desigual da renda que sempre caracterizou a sociedade; o precário nível de instrução educacional e cultural dos brasileiros que convivem com uma homogeneidade cultural minimizadora de outras perspectivas diferentes da apresentada pelos expoentes mediáticos da cultura de massa; a alta qualidade técnica e artística da teledramaturgia, que se transformou na principal referência do modo nacional de se fazer televisão e atrair a audiência.

Curiosamente, a preferência pela mídia televisiva faz com que a presença do televisor nos domicílios brasileiros supere a da geladeira. Pereira Júnior (2002:21) apresenta um estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicado em 1999,

cujas conclusões demonstram que dois milhões de domicílios brasileiros não têm geladeira, embora possuam ao menos um televisor. Isso significa que 87,5% dos domicílios brasileiros têm TV e somente 82,5% têm uma geladeira, um eletrodoméstico considerado de suma importância para a conservação dos alimentos em um país tropical. Outra comparação interessante apresentada em Pereira Júnior (2002:23) que comprova o fascínio que a televisão exerce sobre os brasileiros é que havia cerca de quatro mil televisores na extinta Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), onde ficavam reclusos 7,3 mil detentos!

A indústria nacional de eletrodomésticos já compreendeu a atração e o fascínio que a TV exerce sobre os brasileiros: por ano, o país produz quatro milhões de televisores. Em qualquer canto do território nacional, o aparelho parece ser fundamental para a vida das pessoas, conforme define Hamburger (2004:8): “*a TV, no Brasil, tornou-se gênero de primeira necessidade.*” Uma pesquisa inédita no Brasil realizada pela empresa fabricante de eletroeletrônicos Philips sobre o comportamento do telespectador e as perspectivas de consumo revela que 71% dos brasileiros preferem assistir ao evento esportivo predileto na TV que ir até o local da competição (CASTRO, 2004-a).

Dados do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) coletados com 52 milhões de telespectadores em 15,9 milhões de domicílios das principais cidades do país, revelam que, em 2004, o brasileiro assistiu quase cinco horas de TV por dia (CASTRO, 2005). O estudo, realizado anualmente, demonstra que a quantidade de horas em frente à TV aumenta a cada ano. Outra conclusão é que as pessoas com mais de 50 anos e os telespectadores das classes mais pobres são os que mais assistem TV. Os dados referem-se somente a canais da TV aberta.

Outrossim, a primazia da televisão é propiciada pela fragilidade da imprensa brasileira, resultante de uma sociedade com parco nível educacional ou até mesmo iletrada. Essa fragilidade resulta, entre outros fatores, da limitada abrangência alcançada por esse meio de comunicação. Via de regra, a tiragem dos gran-

des jornais e revistas de circulação nacional ou mesmo regional não é capaz de competir com o total da audiência diária de um programa de sucesso de determinada emissora de televisão.

Por exemplo, a tiragem dominical do conjunto formado pelos 15 maiores jornais regionais paulistas que compõem a APJ (Associação Paulista de Jornais) é de 401 mil exemplares. Trata-se da segunda maior tiragem do estado de São Paulo e a terceira do país, somente superada respectivamente pelo número de exemplares de *O Globo*, diário carioca, e pela *Folha de S. Paulo*. Outra comparação pode ser efetuada com a tiragem dos jornais associados à ANJ (Associação Nacional de Jornais), que juntos publicam 7,2 milhões de exemplares por dia. Já um telejornal como o *Jornal Nacional* é assistido diariamente por cerca de 31 milhões de brasileiros! É o que mais se aproxima da população total do Brasil, que é de 181,5 milhões, segundo estimativas do IBGE para 2004.

Soma-se a essa situação de aparente desvantagem enfrentada pela imprensa a falta de atenção que permeia o telespectador, sobretudo durante os noticiários. O telespectador pode assistir aos noticiários sem dispensar interesse ou fazer interpretações e comentários, porque está diante do aparelho de TV somente para esperar outro programa, geralmente uma novela, o que minimiza a contribuição da televisão no discernimento político, segundo estudo apresentado por Borelli e Prioli (2000). Ao contrário, o leitor de jornais e revistas compra o material porque tem interesse por seu conteúdo e dá mais atenção a notícias que para ele são relevantes, incluindo-se as de cunho editorial político ou econômico.

Em relação ao cinema, o prestígio da televisão é enorme. A pesquisa mencionada anteriormente, elaborada pela multinacional Philips, indica que 61% dos brasileiros consideram que ver TV em casa é mais divertido que ir ao cinema (CASTRO, 2004-a). Nem mesmo o rádio, protagonista de épocas áureas na comunicação mediática brasileira, faz frente à grandiosidade da televisão no processo de produzir e difundir cultura e influenciar a democracia, visto que esse meio encontra-se pulverizado.

Baseados na disparidade entre a televisão e os demais meios

de comunicação, Bucci e Kehl afirmam que “*o Brasil se comunica pela televisão. O Brasil se conhece e reconhece pela televisão, e praticamente só pela televisão, que reina absoluta sobre o público nacional, com um peso muitas vezes superior aos outros veículos.*” (2004:241)

De uma certa maneira, os meios de comunicação que operam por difusão são mais fortes dentro da cultura mediática porque não exigem muitas habilidades do receptor e podem ser utilizadas inclusive pelos cidadãos menos instruídos. Como a proporção de leitores é bem inferior a de telespectadores, o *Homo sapiens* é substituído pelo *Homo videns*, segundo Sartori (2001:7). O autor do neologismo que resume a evolução da espécie humana ocasionada pela mídia televisiva acredita que esse novo ser humano é criado pelo vídeo por meio da hegemonia da imagem sobre a palavra. É a primazia do signo não-verbal sobre o verbal. Ou seja, a televisão transforma-se em um instrumento antropogenético responsável por uma metamorfose humana que gera conseqüências sociais e políticas, como veremos a seguir.

2.2 Televisão e a nova maneira de fazer política

A influência da televisão vai além da Antropogenética lembrada por Sartori (2001), conforme ressalta o próprio autor do neologismo. Na política, os reflexos desse meio de comunicação são importantes para se entender a realidade atual. A primazia da televisão requer novas configurações da política, principalmente durante as eleições, quando a audiência transforma-se em eleitorado.

Sartori cria o conceito de *videopolítica* para referir-se às relações entre televisão e a política. Segundo ele, a *videopolítica* permite a compreensão de como se processam as representações da política na televisão. A interdependência da televisão e da política induz à espetacularização da vida pública e à diminui-

ção da influência da filiação partidária e da orientação ideológica dessas agremiações na decisão do voto durante as eleições comuns em um sistema democrático, representativo e presidencialista, como é o brasileiro. Nas disputas eleitorais, a televisão garante maior visibilidade à imagem dos candidatos que aos partidos, fato comprovado por outros estudos acadêmicos, inclusive brasileiros (FAUSTO NETO, 2003; LIMA, 2001; MATOS, 1994; RUBIM, 2000; SILVA, 2002; WEBER, 2000).

O predomínio da imagem confere o tom espetacularizado às disputas eleitorais e, em muitos casos, à cobertura da vida política do país fora da época dos pleitos. Os efeitos da videopolítica devem-se à primazia da imagem sobre qualquer outra forma de expressão de opinião. O telespectador acredita e passa a agir em conformidade com aquilo que vê na tela. Essas influências são resumidas por Sartori:

“De fato, é incontestável que a televisão é um formidável formador de opinião. Hoje, o povo soberano opina, sobretudo em virtude da forma com que a televisão o induz a opinar. Por isso, o poder do vídeo, ao dirigir a opinião pública, coloca-se realmente no centro de todos os processos da política contemporânea. A televisão condiciona de modo pesado o processo eleitoral, quer na escolha dos candidatos, quer na forma deles conduzirem a disputa eleitoral, quer finalmente em fazer vencer quem vence. Além disso, a televisão condiciona, ou pode condicionar de modo marcante, o governo, isto é, as decisões no nível do governo: o que o governo pode ou não pode fazer e decide fazer na realidade.” (SARTORI, 2001: 51)

A imagem encontra-se na origem do poder de retórica da televisão, entendido como o ato de conduzir a opinião conforme a versão mais verossímil de um fato. A retórica, bem como a imagem, não correspondem ao fato em si. A credibilidade do que é transmitido pela tela deve-se às imagens: o telespectador acredita

e até modifica sua opinião ou seu modo de agir porque o acontecimento “passou na televisão”. É ver na televisão para crer e, em muitos casos, utilizar essas representações mediáticas para tecer opiniões (SOARES, 1996). O espetáculo criado pela televisão e a autoridade da imagem transmitida são as garantias - mesmo que equivocadas ou com intenções deturpadoras - que o telespectador tem de que o que ele assiste corresponde à realidade dos fatos. Hamburger e Bucci (2002:8) enfatizam que “*a realidade é o que as imagens dizem que ela é*”.

Pozenato fala em uma retórica particular criada pela televisão por meio das imagens, “*que se aliam aos sons e às palavras com o objetivo de convencer e persuadir. Aos recursos verbais e gestuais da antiga retórica, a televisão soma os da imagem em movimento.*” (POZENATO, 2002: 54-55) Isto significa que o telespectador é induzido a acreditar porque vê a imagem, com todos os seus movimentos, cores e, em muitos casos, ao vivo, no momento em que o fato acontece, o que aumenta a sensação de realidade.

Por desconhecer o processo de captação de uma imagem, da construção de uma reportagem e das rotinas jornalísticas que incluem também a edição e a pauta que discerne ainda na redação da empresa o enquadramento, o telespectador ignora que a televisão descontextualiza, fragmenta, e exhibe somente sua visão sobre determinado fato, o que não condiz necessariamente com a verdade. A imagem também mente porque constitui uma representação mediática.

“A retórica parece ficar escondida sob o aspecto da imparcialidade ou da neutralidade dos veículos de comunicação, o que complica a identificação de seus processos de seleção e combinação. Em seguida, estando escondida, a retórica se presta mais facilmente aos processos de manipulação do público, que acredita (simplesmente por ignorância ou por ingenuidade, ou estando já convencido e persuadido) estar

diante de mensagens neutras e imparciais.” (POZENATO, 2002: 55)

Sobre essa dramaturgia da verdade, que inocenta qualquer tentativa de deturpação da realidade, Marcondes Filho salienta que

“A televisão transmite a ilusão da verdade: ao ver as cenas do acontecimento o receptor rejeita a tese da manipulação pelo fato de ‘ter testemunhado com seus próprios olhos’ o ocorrido. A mística das imagens garante o estatuto de verdade absoluta e inocenta a deturpação.” (MARCONDES FILHO, 1988:52)

Gomes (1995) caracteriza a pseudoverdade produzida pela televisão como o *mundo-media*. Trata-se de uma dimensão construída pelas representações do mundo real a partir da seleção e edição operacionalizadas pelos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, que culminam com uma reconfiguração do espaço público e da política. “*Adaptar-se à lógica mediática finda por significar, para a política, transformar-se, de algum modo, em mimesis, representação, encenação. A política massmediática, como quer que a observemos, é fundamentalmente mise en scène.*” (GOMES, 1995: 315)

Bucci e Kehl também utilizam um neologismo – *videologia* - para explicar o poder da imagem na sociedade contemporânea, associado a uma nova mitologia e ideologia possibilitada pela primazia da televisão. Segundo os autores,

“A palavra videologia é um trocadilho em aberto, cujo significado se consoma quando contraposto ao significado das mitologias barthianas ou ao significado do termo ideologia. Vivemos uma era em que tudo concorre para a imagem, para a visibilidade e para a composição de sentidos no plano do olhar. (...) Os mitos, hoje, são mitos olhados. São pura videologia.”(BUCCI & KEHL, 2004:16)

Retomando as relações entre televisão e política, embora sejam reconhecidas as influências desse meio de comunicação, o fenômeno da *videopolítica* conceituado por Sartori não deve ser entendido simplesmente como um poder ilimitado de manipular o telespectador e direcionar suas preferências eleitorais e seu comportamento político.

Sodré (2002:61), por exemplo, discorda da hipótese do absoluto poder da televisão sobre o pensar do telespectador e é enfático ao dizer que “*a mídia não determina coisa alguma, mas prescreve o que pensar e como agir diante de determinadas situações.*” Outras pesquisas na área de Comunicação e Política, inclusive citadas por Sodré, já comprovaram essa tendência, especificamente quando as decisões referem-se a escolhas eleitorais (LIMA, 2001; SILVA, 1985). O autor argumenta que, embora exerça uma influência ampla sobre a sociedade e a política brasileiras, a televisão não pode ser comparada ao personagem Grande Irmão, do romance 1984, um ser de absoluto poder, criado por George Orwell.

Para Sodré, a influência positiva da televisão sobre determinado candidato em época eleitoral, culminando com sua vitória no pleito, pode ser explicada pela criação de um cenário positivo que acentua as qualidades verídicas ou mesmo irrealis do político ou partido que representa. A televisão atua como um espaço privilegiado que garante visibilidade às candidaturas em épocas eleitorais ou, conforme o objeto de estudo dessa dissertação, do período pós-eleitoral, quando determinado político deixa de ser candidato para ocupar um cargo eletivo importante, como é a presidência da República.

Lima (2001) resume essa interdependência da mídia e da política e a influência da primeira sobre o direcionamento da segunda por meio do conceito do CR-P (Cenário de Representação da Política), explicado como

“o espaço específico de representação da política nas ‘democracias representativas’ contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação

hegemônica total, construído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia, sobretudo na e pela televisão.” (LIMA, 2001: 182)

Trata-se de um conceito teórico e instrumental, direcionado à mídia, em especial à televisão, ou melhor, às representações da política criadas pela televisão e as influências mediáticas sobre a decisão do eleitorado nas urnas. O CR-P compreende a construção pública efetuada pela mídia, sobretudo pela televisão, das significações relativas à política (ALMEIDA, 1999). O conceito foi apresentado por Lima em 1994 e depois explorado em sucessivos artigos acadêmicos tanto assinados pelo próprio autor quanto por outros pesquisadores da área de Comunicação. O conceito de CR-P está vinculado à “*mediacentricidade*” ressaltada por Lima para denominar o papel de destaque que a mídia exerce na sociedade contemporânea e, conseqüentemente na política.

A idéia do CR-P deriva do conceito teórico de *hegemonia* formulado pelo italiano Antonio Gramsci, segundo o qual um bloco histórico que detém o poder cultural e ideológico constitui a classe hegemônica que lidera as subalternas e consegue obter o apoio consensual dos detentores do poder político. Isto é, a hegemonia refere-se à relação de liderança de uma classe social sobre o conjunto da sociedade por meio da força, praticada pelas instituições políticas e pelo aparato militar, e do consenso, no que diz respeito à cultura, inclusive a mediática. Essa situação prevê conflitos entre o bloco hegemônico e os contra-hegemônicos, não constituindo, pois, uma demonstração ativa de dominação. Os meios de comunicação figuram como instituições de legitimação do poder hegemônico através das representações mediáticas (ALBUQUERQUE, 1998).

Retomando o conceito de CR-P proposto por Lima, cabe ao candidato, em época de disputa eleitoral, ou ao detentor de cargo público eletivo, adaptar-se a essas representações para alcançar um desempenho positivo frente aos eleitores ou cidadãos, dependendo do caso. Em uma sociedade em que as representações da

política são em sua maioria fruto da atividade televisiva, essa euforia é fundamental. Vale ressaltar que, no Brasil, as eleições, sobretudo as presidenciais, possuem um caráter de plebiscito, em que cabe ao eleitor negar uma alternativa – candidato ou grupo político - e aprovar outra nas urnas.

Diante dessa função da televisão, os partidos políticos deixam de exercer o papel de canalizadores dos interesses coletivos e de representação de grupos com os mesmos fins ideológicos. A forte influência da televisão nos processos eleitorais acaba por eliminar os líderes intermediários de opinião representados pelas agremiações em regimes pluripartidários como o brasileiro: é na TV que os eleitores passam a buscar as informações que irão levá-los a realizar sua escolha nas urnas. Sobre essa nova relação estabelecida entre televisão e mídia, Bucci afirma que

“... a TV é a arena em que são debatidos e equacionados os dilemas que tensionam a opinião pública nacional. A sua linguagem, por isso mesmo, é a linguagem preferencial dos políticos. Para o bem ou para o mal, o signo que cada um deles busca representar para os eleitores é um signo televisivo.(...) São signos, enfim, próprios do espetáculo. É uma era da política despolidizada.” (BUCCI, 2002:2)

Nesse contexto, Rubim (2000) admite que, na *Idade Mídia*, caracterizada pelo autor para definir a contemporaneidade fortemente influenciada pelos meios de comunicação, a política brasileira passa a sofrer a influência de um partido criado pela mídia, por meio do poder de mobilização da televisão: o partido eletrônico. Trata-se de uma metáfora que traduz o papel de partido político vivido pela mídia, em especial pela televisão, na contemporaneidade. A televisão ganha cada vez mais espaço nas decisões e no funcionamento da democracia brasileira, participando da definição de quem detém o poder e de como procede para se manter em tal posto.

Sobre essa nova maneira de fazer política, Serrano afirma que

“A vida política é hoje influenciada por um conjunto de técnicas (os media e as sondagens), de actores (os jornalistas e os conselheiros de comunicação) e de práticas (o marketing político). Confrontada com esta evolução, a actividade política organiza-se em torno de novas regras de funcionamento, adaptando-se à chamada ‘mediatização da política’. A comunicação tornou-se parte integrante da actividade política e a explosão dos processos de comunicação política é fruto de um conjunto de actores que neles têm interesse: por um lado, os conselheiros de comunicação e os publicitários que tentam convencer os seus clientes potenciais a confiarem-lhe a preparação das suas campanhas eleitorais (...); por outro, a mediatização da vida política obriga os políticos a tornar a sua acção tão espetacular quanto possível, a fim de interessar os media, sobretudo a televisão. A política tornou-se, assim, lugar privilegiado do espetáculo.” (SERRANO, 1999)

A televisão garante um carácter espetacular à política contemporânea: interessa mais a estética dos candidatos, as estratégias artísticas, persuasivas e de marketing de campanha que a opinião e o engajamento político (WEBER, 2000). Serrano avalia que essa nova maneira de fazer política acarreta um certo prejuízo para a democracia porque “*os políticos dedicam mais tempo a dar visibilidade às suas ações do que a refletir e a decidir*” (SERRANO, 1999).

O filósofo francês Guy Debord adotou, nos anos 60, a expressão *sociedade do espetáculo* para referir-se à sociedade criada pelo impacto mediático e pelo valor superestimado da visibilidade, a qual se referem as autoras Weber (2000) e Serrano (1999). Para Bucci e Kehl (2004), a sociedade do espetáculo traduz todas as operações do poder político em imagens, criando uma nova maneira de fazer política: “*Na sociedade do espetáculo, em que o espaço da política é substituído pela visibilidade instantânea do*

show e da publicidade, a fama torna-se mais importante do que a cidadania” (2004: 43).

Os neologismos, ou mesmo conceitos teoricamente fundamentados criados por estudiosos da Comunicação de Massa para explicar a supremacia da imagem suplantam a evolução do *Homo sapiens* para *Homo videns* proposta por Sartori e apresentada anteriormente. A tradicional concepção de democracia, entendida aqui como a soberania popular, também se transforma sob as influências da mídia na contemporaneidade. Se a política sofre a interferência da mídia, a democracia também passa por uma metamorfose.

Santos (1995) afirma que a soberania do simulacro da imagem transforma a democracia em *videocracia* ou em *telecracia*. Isto é, a substituição do poder popular pelo poder das representações instauradas pela televisão. A capacidade de decisão política do cidadão e até mesmo dos atores da Política passa pelo crivo do simulacro produzido pelas representações da mídia. Nesse novo contexto contemporâneo, o cidadão é ao mesmo tempo espectador, consumidor dos produtos difundidos por uma empresa midiática e eleitor.

2.3 Enquadramentos midiáticos

Sem almejar uma classificação puramente maniqueísta da televisão, é inegável que esta mídia influencia positivamente a política brasileira visto que, somadas as diversas emissoras, trata-se de um meio de comunicação difusor de informação e entretenimento com cobertura quase total do território brasileiro. Desse modo, a televisão garante à população o acesso aos temas políticos, sem distinção de nível educacional ou renda, porque o televisor pode ser encontrado inclusive em residências humildes e o aparato tecnológico que distribui o sinal dos canais de televisão é bem desenvolvido no país.

Concomitantemente, as representações da política instauradas

pela televisão podem deturpar o ideal democrático de participação popular graças à formação da opinião pela informação difundida através dessa mídia. O discurso simplificado e espetacularizado da televisão desmantelaria a profundidade dos temas políticos e contribuiria para a manutenção da hegemonia compatível com os interesses dos anunciantes e dos concessionários das emissoras de TV.

De acordo com Albuquerque, as notícias difundidas pela televisão aparentemente obedecem aos enquadramentos delineados por interesses políticos e/ou econômicos dos grupos hegemônicos que dominam a mídia: “*a cobertura jornalística da política tem se caracterizado por uma reiterada parcialidade em favor de determinados partidos e causas e em prejuízo de outros.*” (ALBUQUERQUE, 1998: 21)

Herman e Chomsky (2003) afirmam que a parcialidade do conteúdo mediático visa a “*inculcar e defender as agendas econômica, social e política dos grupos privilegiados que dominam a sociedade nacional e o Estado*” (2003: 360). Os autores explicam que isso é feito por meio da seleção e distribuição de assuntos, enquadramento de questões, filtragem de informações, ênfase ou omissão que mantêm o debate dentro dos limites de premissas aceitáveis pelos anunciantes e concessionários das emissoras.

Pesquisas analíticas da mídia demonstram que as notícias difundidas são permeadas por um certo valor – também chamado de *newsworth* - que determina se vale ou não a pena noticiá-las, conforme os critérios e interesses econômicos e/ou políticos em jogo. São os critérios de noticiabilidade, muito comuns nas redações que, todavia, quase sempre passam despercebidos pela audiência porque não são detalhados juntamente com o material publicado pela mídia. O conteúdo das notícias selecionadas é, portanto, influenciado pelos critérios e rotinas dos processos produtivos.

Dessa forma, a realidade é editada e recontextualizada, fato explicado pelo paradigma do *newsmaking*. Esses critérios de noticiabilidade constituem um elemento de distorção por vezes in-

voluntária da cobertura jornalística da mídia. Segundo Bourdieu (1997:25), a seleção das notícias é operada pelos jornalistas, que possuem “óculos especiais” pelos quais enxergam a realidade a seu modo.

O paradigma dos critérios e rotinas produtivas supera o conceito de *gatekeeper*, segundo o qual cada empresa de mídia possuiria um controlador que agendaria o veículo e definiria os procedimentos editoriais próprios por meio de uma seleção temática. Tal conceito foi elaborado pelo psicólogo social Kurt Lewin em 1947 e aplicado ao jornalismo pela primeira vez em 1950, por David Maning White. Literalmente, significa o porteiro ou o controlador por quem passam as informações permitidas pela seleção editorial. O *gatekeeper* era o indivíduo ou grupo que detinha o poder de decidir se permitiria a passagem da informação ou se a bloquearia, em um processo de seleção quantitativa e qualitativa, isto é, a quantidade de material referente a um tema ou personagem e o conteúdo disfórico, eufórico ou aparentemente neutro. Essa foi a primeira acepção do problema de seleção do que é notícia, incrementada posteriormente pelo paradigma das rotinas produtivas, que sugere que esse poder de escolha do que será noticiado está disseminado por toda a hierarquia das redações, por meio de uma série de valores, normas e objetivos editoriais interiorizados pelos jornalistas no dia-a-dia de sua atividade profissional. A figura única e poderosa do *gatekeeper*, portanto, foi substituído por toda a hierarquia das redações.

A mídia, em particular a televisual, devido a seu grande alcance sobre o telespectador brasileiro, oferece uma vasta quantidade de temas ou assuntos políticos sobre os quais o receptor deverá se informar, preocupar-se e priorizar em suas conversas com outros receptores. O fenômeno de agendar os temas da sociedade mediatizada é explicado pela *hipótese do agenda-setting*, que sustenta que os assuntos abordados diariamente pela mídia são responsáveis pela ordem do dia das idéias a serem pensadas e discutidas pela audiência. Ou seja, a agenda mediática atuaria no estabelecimento da agenda pública.

A *hipótese do agenda-setting* foi elaborada por Maxwell E. McCombs e Donald Shaw no final da década de 60, durante estudos sobre a opinião pública em épocas eleitorais. Para os autores, cada receptor agendaria seu pensamento e suas preocupações como uma consequência da ação dos meios de comunicação. A audiência tomaria conhecimento ou ignoraria, focaria sua atenção ou esqueceria, realçaria ou negligenciaria temas específicos dos cenários públicos sob a influência do que é divulgado pelos meios de comunicação. A audiência tenderia a incluir ou ignorar aquilo que os meios de comunicação incluem ou ignoram durante a organização do seu próprio conteúdo.

Bourdieu (1997:71) ressalta que o agendamento dos temas na sociedade pós-moderna é definido primordialmente pela televisão. O autor acredita que, ainda que um tema seja agendado pela imprensa, “*ele só se torna determinante, central, quando retomado, orquestrado, pela televisão*”.

McCombs e Shaw ampliaram o significado primordial do conceito, aliando a hipótese do agendamento ao paradigma do *news-making* e ao conceito teórico e metodológico de enquadramento:

“O agenda-setting é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são os poderosos papéis do agenda-setting.” (MC COMBS & SHAW, 1993:62 apud PEREIRA JÚNIOR, 2000:76)

A importância atribuída pela audiência a determinados fatos coincide com a ênfase dada pela mídia aos acontecimentos da vida pública, através do destaque ou supressão de alguns detalhes e enquadramentos específicos. Isto é, a mídia também exerce o poder de dizer como se deve pensar os temas existentes na agenda pública, sobretudo por meio dos telejornais, fato que pode ser expli-

cado pelo conceito teórico de enquadramento ou *framing*, assim conceituado:

“O *framing*, de modo geral, é como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda. (...) O conceito de *framing* consiste em oferecer o modo de descobrir o poder do texto comunicativo. Produzir um enquadramento é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e dar a eles um destaque maior no texto comunicativo.” (COLLING, 2001:94-95)

Para Robert Entman (1991), um dos maiores estudiosos do conceito de *framing* aplicado ao Jornalismo, enquadrar uma notícia consiste em selecionar certos aspectos da realidade e os tornar mais salientes no conteúdo da mídia, de tal forma a promover um problema, uma interpretação, uma avaliação moral, ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Portanto, os enquadramentos diagnosticam, avaliam e prescrevem os conteúdos das notícias. Ao contrário dos critérios de noticiabilidade, que em muitos casos são involuntários, os enquadramentos nem sempre são relacionados às rotinas produtivas e frequentemente resultam de uma subordinação a determinadas ideologias, justificadoras das representações instauradas pelos *framings*.

Os enquadramentos dominantes tendem a obscurecer as informações que não interessam e não corroboram a ideologia do grupo que controla a mídia, apesar da inevitável polissemia dos textos jornalísticos. “Isso significa fazer uma parte da informação mais noticiável, significável, ou memorável para as audiências” (ENTMAN, 1994:295 – tradução da autora). Um enquadramento dominante pode obscurecer totalmente alguma informação que seja oposta ao que o *framing* quer veicular como verdade dos fatos.

Os enquadramentos tornam algumas idéias mais enfáticas e outras aparentemente inexistentes, sem nenhuma importância; ou seja, determinadas informações são mais discerníveis e memoráveis que outras, dependendo do enquadramento dado à notí-

cia. O enquadramento consiste em uma propriedade específica das narrativas jornalísticas que estimulam determinadas compreensões ou pensamentos sobre os eventos descritos para desenvolver entendimentos particulares sobre eles. Os enquadramentos dos telejornais, via de regra, são construídos a partir das e estruturados nas imagens visuais (sobretudo as que concedem o toque espetacular) palavras-chaves, metáforas, conceitos fundamentais, símbolos etc.

Trata-se de uma retórica oculta, implícita no texto jornalístico – incluindo-se o não-verbal - que direciona a uma interpretação específica do fato noticiado. O enquadramento, portanto, pode ser considerado como um tipo de retórica da representação mediática, porque representa realidades ou enviesa a percepção que a audiência tem dos acontecimentos. A escolha de um enquadramento e não de outro, segundo Albuquerque (1998:16), justifica o modo como os jornalistas querem representar uma dada realidade, tendo em vista a ideologia hegemônica.

Embora não faça uso do conceito de enquadramento, Bourdieu tece comentários que podem ser úteis para seu entendimento. O autor conclui que a televisão oculta fatos específicos

“mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar, ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade.” (BOURDIEU: 1997, 24)

A essência do enquadramento de uma notícia é o dimensionamento – seja pela ampliação ou pela redução - da importância do fato retratado. Uma analogia simples que facilita o entendimento do conceito é compará-lo a uma janela: os artifícios da escolha de imagens, palavras-chaves, metáforas etc, formam essa janela pela qual a audiência toma contato com o fato jornalístico e nota ape-

nas os aspectos mais dominantes, priorizados pela representação mediática.

Entman (1994:298) classifica o conceito de enquadramento como um paradigma de pesquisa utilizável nos estudos da opinião pública e do comportamento dos eleitores, seja nas Ciências Políticas, seja na Comunicação Social, ou na confluência das duas áreas. O conceito de enquadramento suplanta a simples análise de conteúdo, e pode ser utilizado para analisar o jornalismo informativo. A tradição norte-americana e os estudos brasileiros que utilizam o conceito têm em comum a análise do Jornalismo relacionado a questões políticas.

O conceito de enquadramento reúne, concomitantemente, uma teoria e um método de análise de conteúdo mais avançado que consiste em uma verificação empírica das representações mediáticas, sobretudo de como o jornalismo constrói os cenários de representação, em particular, o da política. Muitas vezes, os artifícios do *framing* – imagens visuais, metáforas, palavras-chaves etc. – são invisíveis, ou seja, não se destacam como intencionais, integrando-se à estrutura do discurso. Isso dificulta a percepção dos enquadramento pelo leitor/telespectador que se debruça sobre a análise de enquadramento das notícias.

O *framing* pode ser detectado por meio da análise de palavras ou imagens visuais que aparecem insistentemente na narrativa, por exemplo, ou daquelas simplesmente suprimidas do texto jornalístico. Nesse caso, essa negligência somente pode ser detectada com precisão quando da comparação com outros textos jornalísticos referentes aos mesmos temas, que servem como elementos contextualizadores e referenciais.

Contudo, a omissão de um fato, negligenciado da cobertura ou que tenha um destaque ínfimo, também é um tipo de enquadramento. Minimizar o espaço – físico no caso da imprensa e temporal no caso da televisão - constitui uma estratégia da mídia na cobertura dos fatos. O enquadramento pode ser caracterizado pela omissão (negligenciar a cobertura de certos temas), a cobertura intencionalmente modesta ou intencionalmente expandida.

Entman aconselha recorrer à comparação quando o pesquisador procede a análise, a fim de evitar que os enquadramentos pareçam espontâneos:

“A menos que as narrativas sejam comparadas, os enquadramentos são difíceis de detectar completamente e fidedignamente, porque muitas ferramentas de enquadramento podem aparecer como ‘naturais’, escolhas despercebidas de palavras ou imagens. A comparação revela que estas escolhas não são inevitáveis ou sem problemas, mas, ao contrário, são centrais para o modo como os enquadramentos de notícias ajudam a estabelecer o verdadeiro ‘senso comum’ (isto é, difundido) da interpretação dos eventos.” (ENTMAN, 1991: 6 – Tradução da autora)

Comparar os discursos de mais de um meio de comunicação também auxilia a perceber os fatos negligenciados, ou seja, o que foi veiculado por um veículo e omitido por outro. O inverso também existe e a comparação permite notar quando há destaque deliberado de determinados temas, seja quantitativo (referente à quantidade de imagens ou apenas notas lidas pelo apresentador, em caso de telejornal, centimetragem dos textos impressos, tempo de aparição na TV etc.) ou qualitativo (referente ao conteúdo). No caso da televisão, o destaque qualitativo envolve uma cobertura eufórica, com imagens chamativas.

A audiência incorpora os enquadramentos construídos pela mídia sobre os temas políticos e os utiliza na formação de sua opinião e fundamentação de suas atitudes como cidadão e eleitor. Cabe ressaltar que, diferentemente das primeiras teorias do paradigma norte-americano (Bala Mágica, por exemplo) e da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, o conceito de enquadramento não defende que a audiência receba passivamente as mensagens veiculadas pela mídia. Hipoteticamente, os membros da audiência são livres para tirar seu próprio significado das mensagens me-

diáticas, mesmo que os fatos sejam veiculados sob determinados enquadramentos.

Como foi esclarecido anteriormente, o conceito de enquadramento subsidia uma análise da mensagem e não inclui uma pesquisa de recepção. O estudo formalizado por esta dissertação segue essa premissa e limita-se a realizar uma análise de enquadramento de fatos relacionados ao governo federal empreendidos pelo *Jornal Nacional* da *Rede Globo*.

2.4 Latifúndio eletrônico e ameaças ao ideal democrático

A concentração das emissoras de televisão bem como suas afiliadas e repetidoras nas mãos de grupos políticos regionais que detêm o poder político e econômico em determinadas regiões ou mesmo estados representa uma grave ameaça para a democracia brasileira. A programação jornalística ou de entretenimento da televisão está quase sempre atrelada a interesses econômicos de grandes corporações e aparentemente não refletiria as necessidades das camadas populares da audiência.

Na verdade, o parágrafo quinto do artigo 220 da Constituição Brasileira de 1988 não é respeitado, embora a Carta Magna seja clara ao determinar “que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (CONSTITUIÇÃO, 1988:144). Diferentemente da imprensa, que independe de licença de autoridade, a propriedade do setor de Radiodifusão – televisão e rádio – não acontece por aquisição mercantil, como ocorre com as empresas comuns. As emissoras de televisão e rádio são concedidas por meio de decretos do governo federal e atuam como concessões ou outorgas.

Durante o Regime Militar, as concessões obedeceram a critérios ideológicos ou clientelísticos que não foram abandonados na Nova República, iniciada em 1985 (LIMA, 2001). Possuir uma (ou mais de uma, como ocorre na maioria dos casos) concessão

de televisão permite que as elites políticas regionais ou estaduais controlem também o chamado Quarto Poder, denominação comum dada à mídia. Em geral, essas elites políticas ocupam cargos eletivos do Executivo ou do Legislativo em âmbito municipal, estadual ou federal.

O poder das elites políticas que detêm as concessões aumenta sobremaneira e cria o chamado *coronelismo eletrônico*, isto é, o desfrute de um poder privado fundamentado no compromisso e na troca de favores com o poder público (LIMA & CAPARELLI, 2004: 79). O *coronelismo eletrônico* sintetiza como o compadrio comum no final do século XIX e início do século XX converteu-se no poder da mídia, característico da contemporaneidade. Nesse caso, o controle de um eleitorado cativo e o ajuste da mídia a serviço de administrações públicas é facilitado e garantido por várias eleições e/ou gestões, numa forma escancarada de clientelismo político (COSTA & BRENER, 1997).

Apesar da proibição enfática aos monopólios mediáticos determinada pela Constituição, a concentração das emissoras, afiliadas e repetidoras nas mãos das elites políticas foi impulsionada pelas brechas na legislação brasileira. Até 1988, o presidente da República tinha exclusividade na decisão sobre as concessões de serviços de radiodifusão, que eram usados como moeda política em troca de apoio no Senado e no Congresso.

Um exemplo dessa barganha ocorreu durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990), na ocasião da votação da emenda constitucional para o mandato presidencial de cinco anos. Nos cinco anos de seu governo, Sarney distribuiu 1.080 concessões de televisão. A maioria dos beneficiários faz ou fez parte da classe política brasileira. Costa e Brener apontam que, entre 1987 e 1988, o Ministério das Comunicações distribuiu 168 emissoras de rádio e TV para empresas ligadas a 91 parlamentares federais, 88 dos quais ajudaram a aprovar a emenda que deu cinco anos de mandato presidencial a José Sarney.

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a barganha política repetiu-se, desta vez como moeda de

troca para ganhar votos favoráveis no Congresso à Emenda Constitucional da reeleição. O resultado desse compadrio foi a autorização de 1.848 licenças de estações de RTVs (retransmissoras de televisão), sendo 268 para entidades ou empresas controladas por 87 políticos (LIMA & CAPARELLI, 2004). Nem o presidente, nem o ministro das Comunicações do governo FHC, Sérgio Motta, sofreram sanções por causa disso, visto que as retransmissoras são outorgadas por simples portaria do ministério, sem necessidade do crivo do Congresso ou da realização de licitação (COSTA & BRENER, 1997). Cabe ressaltar que as retransmissoras de TV podem atuar apenas como repetidoras ou produzir até 15% de programação local/regional em relação ao conteúdo total.

Pela Constituição de 1988, o Congresso Nacional passou a apreciar todos os atos do Poder Executivo federal, o que inclui a análise prévia da outorga ou renovação de concessões, permissão e autorização para serviços de radiodifusão. No entanto, o que deveria ser uma garantia constitucional não passa de uma lei que regulariza a atividade dos políticos de legislar em causa própria. A concentração das outorgas de radiodifusão privilegiou políticos de quatro partidos, conforme estudo efetuado por Lima e Caparelli (2004): PFL, PMDB, PPB e PSDB. Essas agremiações formaram a base das alianças eleitorais de todos os governos democráticos que o Brasil teve, desde Tancredo Neves aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o que consolida a hipótese do uso das concessões como moeda política. A maioria dos políticos que ocupam atualmente as cadeiras do Congresso é detentora de concessões de radiodifusão conseguidas de forma clientelista, o que míngua as chances de criação e aprovação de leis mais rígidas para regulamentar o setor de radiodifusão brasileiro.

Cerca de 90% da mídia brasileira é comandada por 15 grupos familiares com poder econômico e político regionalizado. As concessões de televisão, particularmente, são dominadas por oito grupos. As principais famílias detentoras das concessões e outorgas são: Marinho (Rede Globo), Saad (Rede Bandeirantes), Abra-vanel (SBT) em âmbito nacional; e Sirotsky (RBS, no Rio Grande

do Sul), Daou (TV Amazonas, no norte do país), Jereissati (TV Verdes Mares, no nordeste), Zahran (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), Câmara (TV Anhangüera), em âmbito regional. A maioria das concessões regionais é afiliada das *Organizações Globo* e foi outorgada a tradicionais coronéis.

Squirra utiliza o termo *latifúndios audiovisuais* para denominar a divisão das concessões nas mãos das poucas e poderosas elites políticas e econômicas brasileiras. Ele compara a situação da radiodifusão no Brasil, com vistas à sua concentração, ao que ocorreu no século 16 no Brasil Colonial, com a formação das Capitânicas Hereditárias: “*dividiram o espectro brasileiro em verdadeiras capitânicas que, por não mudarem de mãos, tornaram-se hereditárias e se transformaram em um autêntico Tratado de Tordesilhas audiovisual*” (1999:54).

Além do monopólio das concessões, a propriedade da mídia brasileira enfrenta outros tipos de problemas decorrentes da chamada concentração vertical: como se não bastasse um mesmo grupo político ou familiar deter uma ou mais emissoras, muitos são concessionários de outras outorgas ou donos de outras empresas que integram as diferentes etapas da cadeia de distribuição da cultura mediática. Ou seja, ao mesmo tempo em que produzem um programa televisivo, por exemplo, possuem mecanismos para divulgá-los em jornais, produzir a trilha sonora em gravadoras próprias e tocá-la em emissora de rádio etc. Há também a propriedade cruzada, em que um mesmo grupo detém diferentes tipos de mídia, isto é, a concessão de uma emissora de televisão e um jornal, por exemplo, ou uma revista e uma emissora de rádio. As novas tecnologias da informação contribuem para o aumento dessa concentração das empresas de mídia nas mãos de poucos, visto que é comum a sinergia de novas tecnologias e a aquisição de outros meios de comunicação para dar suporte ao primeiro.

Para Bourdieu (1997), o conteúdo da programação televisiva sofre censuras econômicas e políticas: é determinado pelos grupos que detém as concessões e pelos anunciantes que pagam a publicidade e tornam a mídia um negócio rentável. Dessa forma,

a televisão se converte em instrumento de opressão simbólica enquanto poderia ser um meio de consolidar a democracia brasileira. O telespectador não consegue ser um cidadão porque a televisão o trata apenas como um consumidor que faz parte de um acordo mercantil, cujo principal papel deveria ser informar e formar cidadãos ativos e participativos. “*Somos o paraíso da radiodifusão desregulamentada, submetida apenas às regras do mercado*”, definem Lima e Caparelli (2004: 52).

O nível educativo da televisão não é mais importante que os interesses mercadológicos de anunciantes e políticos dos grupos que detêm as concessões, transparecendo a vulnerabilidade a que está submetida a democracia brasileira por causa dessa falta de engajamento social da mídia em prol da cidadania da audiência. Soma-se a isso o fato de que o *coronelismo eletrônico* interfere drasticamente sobre o conteúdo das emissoras de televisão: não é raro que a programação posicione-se a favor do coronel eletrônico e contra seus adversários políticos. Além do problema dos monopólios da radiodifusão, a democracia brasileira é estrangulada pelo uso político e ideológico da televisão pelos coronéis eletrônicos, que censuram enquadramentos mediáticos que possam colocar em xeque seus discursos e atitudes. Na democracia brasileira, portanto, o poder político é influenciado por quem controla a informação. O contrário, é claro, também é verdadeiro: quem controla a informação – os coronéis eletrônicos – detêm uma parcela do poder.

Cabe ressaltar que o grande número de emissoras de televisão que faz parte do cenário mediático brasileiro, o desenvolvimento tecnológico que propicia melhor qualidade e alcance do sinal, e a primazia dessa mídia no cenário da comunicação mediática no Brasil não significam maior possibilidade de escolha da informação e nem pluralidade de conteúdos à disposição da audiência. O *coronelismo eletrônico* parece vencer todos esses sinais de progresso, conforme ressalta Santoro. Isso ocorre porque uma única emissora – a *Rede Globo* – detém a supremacia tecnológica e a fidelidade da maioria da audiência. Em outras palavras, isso quer

dizer o monopólio da comunicação no Brasil. O lugar de destaque da *Globo*, como veremos a seguir, juntamente com o *coronelismo eletrônico*, interferem na democracia brasileira, uma vez que a política no país é influenciada pela mídia.

Capítulo 3

A Rede Globo como protagonista da política

“O Brasil, em um determinado momento, apesar de sua dimensão continental, parou de falar Português para falar TV Globês.”

(WASHINGTON OLIVETTO, In: MELLO, 1994)

3.1 A sedução do plim-plim

Falar em televisão no Brasil é falar sobre a *Rede Globo*. É incontestável que o poder de agendamento dessa emissora de televisão suplanta o de outros meios de comunicação brasileiros. Primeiro, devido à audiência alcançada pela emissora: a *Globo* domina o cenário mediático brasileiro, à frente de todas outras emissoras, que se portam como figurantes. Segundo, por causa da importância do *Jornal Nacional*, o mais influente, assistido e tradicional telejornal do país, que desde 1969, quando estreou, ocupa lugar de destaque no horário nobre da emissora.

Em 2004, os dez programas da televisão aberta mais assistidos em todo o país pertenciam à grade de programação da *Globo*, segundo uma pesquisa realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). O *Jornal Nacional* foi o sétimo

programa mais visto em 2004, atrás apenas de três novelas, do *reality show BBB4* e de campeonatos de futebol transmitidos pela *Globo* (CASTRO, 2005).

Os números comprovam a forte interferência da *Globo* na cultura do Brasil criando um “jeito global” de ser brasileiro: as músicas mais famosas e as celebridades mediáticas são sempre as que aparecem na emissora, que se porta como uma fábrica de hábitos e costumes. Até as transmissões ao vivo de partidas de futebol, que como as novelas e a televisão têm o *status* de paixão nacional, são freqüentemente submetidas a critérios de horário e audiência da grade de programação da *Globo*. O mesmo ocorre com outros eventos esportivos cujos direitos de transmissão são exclusivos da emissora, como corridas de Fórmula 1, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas etc. Sobre essa posição central da emissora na vida pública brasileira, Bucci e Kehl afirmam que

“A *Globo* reluz no epicentro da constelação. A *Globo* reordenou e atualizou o mito nacional. Ela é o molde do que significa fazer televisão no país. Reina absoluta, ou quase. Do alto de seu reinado, ditou os padrões, ou melhor, ditou o seu famoso ‘padrão de qualidade’.” (2004: 228)

Atualmente, o sinal da *Rede Globo* cobre 99,84% dos 5.043 municípios brasileiros, o que corresponde a uma audiência média diária de 170 milhões de brasileiros. Trata-se de uma abrangência altíssima e muito significativa para o cenário brasileiro, principalmente se for comparada à quantidade de municípios do país que contam com serviços públicos básicos, como rede de esgoto. Um estudo divulgado em março de 2004 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹ revela que 60% da população brasileira não têm acesso à rede de esgoto, o equivalente a cerca de 102 milhões de habitantes.

¹ Dados do *Atlas de Saneamento*, do IBGE, divulgado em 22 de março de 2004. Estudo disponível no site da instituição na internet <<http://www.ibge.gov.br>>.

Nem a região Sudeste, a mais bem servida em infra-estrutura em todo o território nacional, alcança, no quesito saneamento básico, um índice equivalente ao da cobertura do sinal da *Rede Globo*: nessa parte do Brasil, somente 73,6% da população desfrutam dos benefícios de uma rede coletora de esgoto.

Ocupando o posto de quarta maior rede privada de televisão do mundo – superada apenas pelas americanas CBS, ABC e NBC – a *Rede Globo* compreende 118 emissoras de televisão, incluindo geradoras (estações transmissoras de programas) e afiliadas (estações locais ou regionais independentes, que formam uma cadeia ao se juntar a outras para transmitir programas comuns). A programação da *Globo* também é assistida por cerca de 150 milhões de telespectadores no exterior.

A legitimidade da *Globo* aparentemente está relacionada à grande audiência conquistada pela emissora ao longo de sua história. A programação da rede detém 74% de *share*² de audiência no horário nobre, 56% no matutino, 59% no vespertino e 69% no noturno, conforme dados disponibilizados pela própria empresa mediática.

Daniel Filho (2001) relaciona o sucesso de audiência protagonizado pela *Rede Globo* à eficácia da programação diária em atrair o telespectador, o que transforma a emissora em parte constituinte do cotidiano de cada brasileiro:

“A grade da Globo é algo que vem fazendo sucesso há mais tempo do que tem de duração, ou teve,

² *Share* é como se denomina a participação da audiência, isto é, a divisão dos aparelhos efetivamente ligados entre as diversas emissoras e programas da TV aberta. Essa medida da audiência equivale a dizer que no horário nobre, por exemplo, dentre dez aparelhos de TV, 7,4 estão sintonizados na programação da *Globo*. Além da participação ou *share*, a audiência é calculada pelo *rating*, que é um índice medidor da quantidade de telespectadores. O *rating* mostra, também em números percentuais, quantos aparelhos estão ligados em cada emissora e em cada programa, minuto a minuto. Filho (2001:346) resume que o índice de audiência ou *rating* retrata a audiência absoluta, enquanto a participação ou *share* é a audiência relativa.

qualquer outra emissora no Brasil. Faz parte hoje da vida, do cotidiano, dos hábitos das pessoas. Já imaginou que transtorno para muita gente deste país afora se uma noite dessas o *Jornal Nacional* deixasse de entrar na telinha?” (DANIEL FILHO, 2001:348)

Somam-se a esse fator apresentado por Daniel Filho a qualidade do sinal da emissora, que garante imagens nítidas e estáveis mesmo nos locais mais distantes dos centros de difusão, e o alto nível de produção dos programas, que contam com os melhores atores e cenários. A *Globo* sempre procura manter em seu *casting* os melhores e mais famosos atores e apresentadores, que muitas vezes são provenientes de outras emissoras, onde alavancaram audiência e representavam perigo para a hegemonia global.

O desempenho da *Rede Globo* em termos de audiência já foi maior que o registrado atualmente. Segundo Daniel Filho (2001), na década de 80, a participação constante da audiência ou *share* era de 70%. Algumas novelas, como *Roque Santeiro* (1985), atingiram picos de mais de 90% de participação. O autor atribui ao surgimento de novos canais concorrentes, com programação diversificada e atraente, e ao aparecimento da televisão por assinatura a responsabilidade pela queda da audiência da *Globo*, que detém hoje uma média de 50% da audiência do horário nobre. Acrescenta-se a esses fatores o progresso de outros meios de comunicação, como a internet, que atraíram não somente o público da *Rede Globo*, mas da mídia televisiva como um todo desde meados da década de 90 (CASTRO, 2004:18).

Os recordes de audiência garantem à *Globo* a maior participação no mercado de publicidade. Interessados em mostrar seus produtos em um veículo com audiência garantida, os anunciantes preferem a *Globo*, que abocanha 75% do total de verbas publicitárias destinadas à mídia televisiva. Embora tenha amargado um fenômeno de perda de audiência desencadeado a partir dos últimos anos da década de 90, a *Globo* ainda é o veículo da mídia brasileira que mais atrai a publicidade, seja qual for o horário da programação.

O investimento em telenovelas empreendido pela *Globo* ainda repercute positivamente nos elevados índices de audiência, apesar de algumas produções não alcançarem sucesso de público. Com um elenco fixo de profissionais consagrados, a emissora exhibe quatro novelas diárias, tradicionalmente classificadas pelo horário em que são inseridas dentro da programação: a das seis, que explora temas históricos e românticos; a das sete, com temática atual e cômica, direcionada ao público mais jovem; a das oito, que explora temas sociais e adultos, e a *Malhação*, veiculada no final da tarde, com nome único desde que foi criada, direcionada particularmente a adolescentes. Além das quatro novelas, a *Globo* reprisa às tardes um sucesso da dramaturgia de um dos três horários noturnos que foi ao ar há alguns anos.

As novelas são produtos de exportação da emissora. As campeãs de audiência em países da Europa e até na Ásia são *Escrava Isaura*, *Sinhá-Moça*, *A Próxima Vítima*, *Renascer* e *O Rei do Gado*. Essa vocação pela dramaturgia garante à *Globo* o *status* de

“... emissora que sabe fazer novelas, que propicia ao telespectador usufruir produtos com acabamento técnico de Primeiro Mundo, modernos, que por vezes se parecem com filmes americanos. Preenche, assim, a demanda da audiência por excelência tecnológica, reforçando, ademais, a sensação de se possuir, no país, um padrão imbatível no trato com esse tipo de material ficcional.” (BORELLI & PRIOLLI, 2000:30-31)

A *Globo* emprega oito mil funcionários e mais quatro mil profissionais responsáveis pela criação de seus programas.³ Ela ocupa o posto de maior produtora do mundo de programas próprios. A infra-estrutura para realizar tanta coisa é gigantesca. Em

³ Dados disponíveis no site da emissora na internet: <www.redeglobo3.globo.com/institucional>. Acesso em: 21 abr. 2004.

1997, foi inaugurado a CGP (Central Globo de Produção), um complexo de 1,3 milhão de metros quadrados localizado em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Dessa área, 150 mil metros quadrados fazem parte do Projac, que abriga estúdios e cidades cenográficas das novelas e espaço para o acervo da *Globo*.

As *Organizações Globo* consolidaram-se como o maior grupo de multimídia brasileiro (CASTRO, 2004). O escritor Antonio Callado afirma que “as *Organizações Globo* são, sem dúvida, um império dentro da República do Brasil.” (STYCER & CONTREIRAS, 1994: 95)

A Globopar, braço financeiro do grupo multimídia, constitui o holding que detém a posse majoritária das demais empresas, como jornais (os cariocas *O Globo* e *Extra* e os paulistanos *Diário de São Paulo* e *Valor Econômico*, este último em parceria com o Grupo Folha); revistas (publicações da Editora Globo, como é o caso de *Época*); canais de TV por assinatura (controle total da Globosat e participações nas operadoras Net e Sky); redes de rádio (*CBN*, que controla cinco geradoras e 16 afiliadas, e *Rádio Globo*, com 15 emissoras); editora e gráfica para a produção literária e de fascículo diversos; mercado fonográfico (*Som Livre*), de vídeo e de DVDs; cinema (*Globo Filmes*); portal na Internet (www.globo.com); além da produção de reality shows e game shows. As *Organizações Globo*, por meio da Globopar, centraliza o controle sobre todas essas empresas responsáveis pela produção de bens mediáticos, cada qual a seu modo.

Na primeira metade dos anos 90, a Globopar fez altos investimentos em TV paga, novas tecnologias mediáticas e telecomunicações, que não emplacaram em audiência como a *Rede Globo* e não geraram o lucro esperado. Por isso, as *Organizações Globo* enfrentam atualmente uma crise financeira e tem uma dívida cujo valor em agosto de 2003 atingia mais de 1,3 bilhão de dólares (CASTRO, 2003).

A crise enfrentada pela *Globo* é comum a toda a mídia brasileira, que contraiu dívidas em dólares em uma época de estabilidade cambial e crescimento da economia, característicos dos

primeiros anos do Plano Real, a fim de investir em inovação tecnológica e confluência de mídias, TV por assinatura, telefonia e internet. Em 2004, a *Globo* e todo o setor pleiteiam empréstimos junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para pagar os credores. A concessão de empréstimos pelo BNDES depende de decisão da presidência da República, o que cria um cenário propício para barganhas políticas com a mídia, a fim de tornar os meios de comunicação subservientes ao poder político em troca de ajuda financeira para driblar a crise que assusta o setor. A espera da mídia por empréstimos do BNDES e a posição de credor ocupada pelo governo federal fez com que autores como Lima e Caparelli (2004) e Miguel (In: Rubim, 2004) supusessem a possibilidade de atrelamento dos interesses financeiros da mídia ao governo federal, enviesando os enquadramentos mediáticos dos fatos noticiados.

3.2 TV que faz história

Embora a *Rede Globo* tenha sido criada quinze anos após a inauguração oficial da TV no Brasil, ela foi capaz de comandar a história da televisão brasileira e introduzir características que deram o tom à mídia televisual no país. O começo da televisão brasileira ocorre com a inauguração da TV Tupi, em 18 de setembro de 1950, em São Paulo. A emissora pertencia ao grupo dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, proprietário de boa parte do mercado brasileiro de comunicação na época. No começo, a nova mídia mantinha características parecidas às de seu progenitor - o rádio - com os mesmos tipos de programas, modelos institucionais, mão-de-obra etc.

Brittos (1991) explica o surgimento e o desenvolvimento da televisão no Brasil em quatro etapas. Vamos adotar essa divisão cronológica para facilitar o entendimento da importância dessa mídia para a Comunicação no Brasil.

A primeira etapa, que vai de 1950 a 1964, é considerada a fase

elitista, visto que a televisão ainda não desfrutava do carácter popular apresentado atualmente - o televisor era um aparelho caro e raro e produto de importação. A televisão instala-se primeiramente nos pólos economicamente mais desenvolvidos da época, como São Paulo e Rio de Janeiro, e só depois vai para as demais capitais, para o litoral e para o interior. A expansão da televisão deve-se, em grande parte, ao empresário Assis Chateaubriand, que procurou instalar as novas emissoras onde já funcionavam os jornais dos Diários Associados. Os programas eram ao vivo e o conteúdo era mais regional. O videoteipe só foi introduzido na produção midiática em 1960, por ocasião da cobertura televisiva das festividades que marcaram a inauguração de Brasília, a nova capital da República. A utilização do equipamento possibilitou não só a reprise de imagens e gravações em outros horários, como também a transmissão nacional da mesma programação. Graças ao videoteipe, aliado a novos métodos de produção e administração, a televisão firmou-se como empresa mediática e, paulatinamente, substituiu o improvisado amador dos anos iniciais pela profissionalização desse meio como forma popular de entretenimento e de informação.

A segunda fase da história da televisão no Brasil (1964 a 1975) é denominada por Brittos de populista. Os televisores tornam-se mais baratos e acessíveis, ao passo que o Ministério das Comunicações inaugura uma rede de microondas em 1969 para facilitar a integração nacional protagonizada pela TV. Nesse período, surge a *Rede Globo*, que paulatinamente ganha espaço na mídia brasileira. As telenovelas caracterizam esse período e, mais tarde, tornar-se-iam a principal marca da televisão brasileira. As séries estrangeiras, as quais pejorativamente convencionou-se chamar de enlatados, substituíram a programação regional.

A cultura mediática tornou-se americanizada, repercutindo a ideologia de segurança nacional dos tempos do Regime Militar (1964-1985), que procurava influenciar condutas políticas e económicas do país a fim de evitar o avanço do comunismo do mundo bipolar da época. Os militares que detinham o poder político tam-

bém controlavam os meios de comunicação através da censura ou por meio de concessões a grupos aliados, obedecendo desse modo a critérios puramente ideológicos; ou ainda pela distribuição de verbas publicitárias de propaganda estatal. A *Rede Globo*, sobretudo por meio do *Jornal Nacional*, criado em 1º de setembro de 1969, atuou como uma estimuladora do consumo e da integração nacional, tão almejados pelos militares. Era a integração nacional, preconizada pelo regime, realizada através da notícia, conforme ressaltam Borelli e Priolli (2000). Joe Wallach afirma que “a televisão no Brasil não era tanto para entreter o público, a princípio. O que ela fez mesmo foi unificar o país.” (MELLO, 1994: 32).

O papel que o Rádio assumiu durante a Ditadura Vargas foi tomado pela TV no decorrer do Regime Militar. Sobre isso, Simões diz que

“... a TV brasileira teve papel importante por ocasião do golpe de 1964, quando boa parte das emissoras se colocou a favor dos militares e contra uma suposta tomada do poder pelos comunistas. A TV era o meio de comunicação mais suscetível às pressões, até porque tanto ela como o rádio sempre foram concessões públicas, teoricamente fiscalizadas pela sociedade (leia-se governo) e, portanto mais afeitas ao controle político e policial. Neste contexto, a TV se tornou, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, o meio de expressão encarado pela intelectualidade brasileira como o lugar de genuflexão aos poderosos de plantão, do acatamento acrítico a tudo que o novo regime tentava impor à população. Enquanto o cinema, o teatro, as artes plásticas e a MPB manifestavam uma clara posição crítica, a TV se voltava para a telenovela escapista, de clara inspiração no melodrama mexicano, em que pululam nobres e vilões, mocinhas apaixonadas e freiras bondosas. Ela [a TV] foi o meio de comunicação escolhido para louvar as

realizações da ditadura militar, do Brasil Potência do general Médici...” (SIMÕES, 2002:68-69 e 73. In: Hamburger & Bucci, 2002).

A terceira fase da história da televisão caracterizou-se pelo intenso desenvolvimento tecnológico e vai de 1975 a 1985, segundo Brittos. A concorrência dentro do setor mediático aumentou: surgiram emissoras importantes, como o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) e as redes Manchete e Bandeirantes. O período coincide com o desgaste do Regime Militar.

A quarta e atual fase é a da multiplicação da oferta, que sofre os efeitos da globalização econômica e cultural e da formação dos conglomerados de multimídia graças às convergências tecnológicas. A programação da televisão é permeada por profundas alterações no ritmo de produção e no espaço de veiculação. Ao mesmo tempo em que a oferta de programas estrangeiros aumenta, ocorre uma valorização da programação nacional, principalmente a local, que atende a interesses regionais. Surgem também as emissoras segmentadas, como é o caso da MTV e da Rede Mulher, que atende a setores e faixas etárias específicos da audiência que possuem interesses comuns. Os grupos religiosos adquirem concessões e passam a explorar a mídia televisiva – a Record e a Rede Vida são os exemplos mais significativos – ao lado das elites econômicas e políticas regionais. A programação da televisão passa por dilemas éticos, porque é permeada por dramatização de notícias, espetacularização, apelos sexuais e à violência urbana, ataque aos valores morais etc.

Constituindo um capítulo extremamente importante nessa história, a *Rede Globo* foi inaugurada no Rio de Janeiro em 26 de abril de 1965, por Roberto Marinho (1904-2003). A concessão fora outorgada em 30 de dezembro de 1957, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Desde o começo, a emissora destacou-se por grandes feitos que marcaram a história da televisão brasileira, como a primeira transmissão ao vivo de uma Copa do Mundo - na Inglaterra, em 1966 -; a adoção do sistema em cores em 1972;

a difusão em rede nacional do *Jornal Nacional* em 1969 e, em 1975, a difusão de toda a programação em rede nacional.

Herz (1987) aponta que a *Rede Globo* foi criada e se consolidou às custas de negociações com o capital estrangeiro, antes mesmo que a emissora entrasse no ar. Em julho de 1962, Roberto Marinho assinou um contrato operacional com o grupo norte-americano Time-Life, uma espécie de sociedade por cota: a Time-Life mantinha testas-de-ferro no Brasil que representavam seus interesses, além de ter direito a 30% dos lucros anuais da *Globo*. Em troca, a *Globo* recebeu um empréstimo de cinco milhões de dólares, cujo pagamento foi parcelado até 1971, além de assessoria técnica em diversas áreas, como novos suportes de produção, orientação sobre aquisição de tecnologia, funcionamento e utilidade de equipamentos, treinamento de pessoal, instalações prediais etc.

A parceria firmada com o capital estrangeiro por meio do acordo Globo/Time-Life desobedecia à legislação brasileira, especialmente o artigo 160 da Constituição de 1946, que vigorava na época, o qual proibia a participação internacional na orientação técnica e administrativa da mídia. A ilegalidade foi denunciada pelos Diários Associados, concorrentes da *Globo*, que se respaldaram em argumentos nacionalistas. Uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) foi criada para que o Congresso pudesse investigar o acordo. O movimento foi liderado pelo senador João Calmon, autor formal da denúncia no Congresso.

Lima e Caparelli (2004: 73) ressaltam a manobra criada pela emissora com o apoio do governo militar para evitar que a maioria dos membros da CPI analisasse, fidedignamente o caso, o que poderia culminar com a perda da concessão do grupo de Roberto Marinho. Vários deputados da comissão foram enviados à Europa, em missões organizadas de última hora. Apesar das jogadas políticas que atendiam aos interesses da *Globo*, a CPI considerou o acordo com o grupo Time-Life inconstitucional. Em 1967, o presidente Castelo Branco (1964-1969), no entanto, não cassou a concessão da *Globo* por considerar as acusações sem fundamento.

A única medida tomada após o fechamento do inquérito foi dar um prazo de 90 dias para a emissora regularizar sua situação perante a legislação brasileira e desfazer o contrato inconstitucional com o grupo norte-americano.

A *Globo* obedeceu à imposição federal, mas a interrupção do contrato não prejudicou seu desenvolvimento. Àquela altura, a emissora já havia se consolidado como um moderno canal de televisão, detentor de uma importante mentalidade empresarial e técnica. Isso capacitava a emissora a alcançar todos os recantos do país e promover a almejada integração nacional, um dos grandes objetivos dos militares que ocuparam o poder um ano antes de sua inauguração.

Essa filosofia empresarial é que fez e faz a diferença entre a *Globo* e as demais emissoras brasileiras, além de ser a responsável pelo chamado *padrão Globo de qualidade*. A emissora aliou empreendedorismo administrativo às manobras políticas que lhe garantiram poder econômico, privilégios políticos e estabilidade de audiência durante sua história, apesar da crise financeira pela qual atravessa e da queda de audiência registrada nos últimos anos. Ao contrário da *Globo* de Roberto Marinho, o império de Assis Chateaubriand não se manteve na liderança de quando surgiu porque trabalhava com um modelo administrativo ultrapassado e pouco criativo e não desfrutava de relações harmoniosas com as elites políticas brasileiras. Esse revés culminou com o fracasso da pioneira Tupi em 1980. Lima e Caparelli (2004) avaliam que

“os Marinho, da Globo, tiveram sempre a capacidade de tirar o máximo proveito de uma situação política relativamente fluida, da qual participaram diretamente, para ir estendendo a sua rede de veículos de comunicação pelo país, numa mistura de sagacidade, audácia e oportunismo. Com uma diferença, porém: ao contrário dos Diários e Emissoras Associados, essa empresa não descuroou o seu lado especificamente empresarial.” (LIMA & CAPARELLI, 2004:78)

3.3 De porta-voz do governo a líder de audiência

Embora o *Jornal Nacional* seja considerado o mais importante telejornal brasileiro de todos os tempos, ele foi ao ar pela primeira vez somente 19 anos após a implantação da televisão brasileira, em 20 de setembro de 1950. No dia 1º de setembro de 1969, transmitido simultaneamente ao vivo para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, o *Jornal Nacional* inicia sua trajetória de influências sobre a sociedade e a democracia brasileiras. Para Gonçalo Júnior, o *Jornal Nacional* “foi o responsável pelo início da transformação da Globo na primeira rede de TV integrada com transmissão simultânea.” (JÚNIOR, 1999:3)

Destarte, a *Rede Globo* foi criada e se consolidou às custas da injeção do capital estrangeiro na mídia brasileira, conforme aponta Herz (1987), o *Jornal Nacional* nasceu e se desenvolveu subordinado aos interesses de uma elite civil e militar que governou o país por longos vinte e um anos, iniciados antes mesmo do surgimento desse telejornal. Essa simbiose, sustentada pela afinidade ideológica com o Regime Militar e as conivências com as práticas políticas, sociais e econômicas características desse período, foi cunhada sobre o *Jornal Nacional*, da mesma forma que ocorreu com a *Rede Globo*.

De acordo com Rezende (2000), a estréia do programa ocorreu justamente no dia em que se iniciava o período mais duro do Regime Militar, o que atuou como contrapeso para as virtudes técnicas exibidas pelo telejornal desde sua criação:

“Na edição de estréia, o locutor Hílton Gomes anunciava, como manchete do dia, que o governo do país passava temporariamente o controle aos três ministros militares, por causa da doença do presidente da República, general Costa e Silva. O acaso evidenciava o que para muitos significava mais do que uma

simples coincidência. A integração nacional pela notícia, via *Jornal Nacional*, e o endurecimento da ação do governo militar começavam no mesmo dia.” (REZENDE, 2000:110)

O jornalista Armando Nogueira, o principal coordenador da criação do *Jornal Nacional*, não reconhece que o telejornal sintetizava a relação de subserviência ao Regime Militar mantida pela *Globo*. Nogueira justifica que o papel desempenhado pela emissora e seu principal telejornal durante a ditadura era reflexo da censura impetrada contra os meios de comunicação. “*Aconteceu que o telejornalismo da Globo nasceu na vigência de uma ditadura militar. Ora, se começou em uma época em que se havia oficializado ostensivamente a censura, claro que o Jornal Nacional tinha de ser censurado*” (GONÇALO JÚNIOR, 1999:3).

Gabriel Priolli não acata os argumentos do ex-funcionário da emissora. Para ele,

“a *Globo* foi censurada, sem dúvida, muito censurada, assim como todos os outros meios de comunicação do país. O que a *Globo* fez de diferente dos outros meios de comunicação foi que a *Globo* encampou, ela defendeu o regime. Ela exaltou o regime em várias ocasiões. Então essa tese de que a *Globo* não contou a realidade e que foi censurada é uma forma de defesa que a *Globo* inventou para se explicar perante a sociedade brasileira agora, no período da democracia.” (MELLO, 1994: 42-43)

No que diz respeito a sua estrutura, o *Jornal Nacional* mantém, em 2004, seu tradicional formato de dois apresentadores fixos e não âncoras - Willian Bonner e Fátima Bernardes -, que desde 1998 anunciam as notícias todas as noites aos brasileiros. Os dois apresentadores substituíram os locutores Cid Moreira e Sérgio Chapelin, cujas figuras são associadas à origem do telejornal e que foram afastados do *Jornal Nacional* em 1996, fato

que marca o fim da era dos locutores no referido telejornal e a valorização iminente dos jornalistas.

Porto (2002-b) ressalta que Cid Moreira havia sido escolhido desde o começo para apresentar o *Jornal Nacional* porque tinha boa aparência e voz marcante, capazes de atrair o público feminino que deveria assistir o telejornal depois da novela das sete e enquanto aguardava a das oito. O autor elenca algumas hipóteses responsáveis pela troca de apresentadores efetuada pela emissora em 1996: 1) a contratação de Boris Casoy desde 1988 pelo SBT, principal concorrente da *Globo*, e que viria a se tornar o primeiro âncora da TV brasileira; 2) a criação do *Aqui e Agora*, jornal de estilo sensacionalista e realista, do SBT; 3) a associação da imagem de Cid Moreira ao tipo de jornalismo chapa-branca historicamente praticado pela *Globo* e que mostrava indícios de necessária mudança para evitar uma queda ainda mais brusca na audiência.

Além da troca do tradicional apresentador, a emissora mudou o comandante do posto de diretor da Central Globo de Jornalismo. Em julho de 1995, Alberico de Sousa Cruz, foi substituído por Evandro Carlos de Andrade, então diretor de redação do jornal *O Globo*, que como foi visto anteriormente, também faz parte do império dos Marinho. A mudança visou a amenizar uma herança que manchava a imparcialidade da *Globo*, visto que Cruz esteve envolvido na edição do debate entre Collor e Lula às vésperas das eleições presidenciais de 1989. O episódio é conhecido como um dos exemplos mais relevantes de parcialidade da *Globo* em favor de um grupo político, como veremos mais adiante.

Entre 1996 e 1998, outros jornalistas assumiram o posto de apresentador(a) do maior telejornal da *Rede Globo*, como Lílian Witte Fibe, que deixou o *Jornal Nacional* em fevereiro de 1998, alegando o baixo grau de empatia junto à audiência e à sua insatisfação com a linha editorial que o jornal tomava. Aos sábados, a dupla cede lugar a outros apresentadores tarimbados da equipe de jornalismo da emissora, mas nem sempre eles são os mesmos como ocorre em relação à fidelidade da dupla Bonner e Fátima. São eles: Alexandre Garcia, Carla Vilhena, Renato Ma-

chado, Carlos Tramontina, Heraldo Pereira, Sandra Annenberg, Chico Pinheiro e Márcio Gomes.

O casal de apresentadores Willian Bonner e Fátima Bernardes detém uma grande identificação com o público do *Jornal Nacional*. Ambos passam a idéia de um casal perfeito, que alia entrosamento matrimonial à modernidade, e de uma família feliz. Os valores tradicionais da família não são os únicos a conferir a empatia com o público: quando Fátima Bernardes atuou como correspondente da Copa do Mundo de 2002, realizada na Coréia e no Japão, por exemplo, a apresentadora transmitiu uma certa independência em relação ao marido. Nesse sentido, o *Jornal Nacional* segue a fórmula descoberta há décadas: o telejornalismo precisa cultivar as personalidades como meio para criar a empatia e a credibilidade do telespectador.

O *Jornal Nacional* vai ao ar diariamente às 20h15, exceto aos domingos. Com uma duração de 45 minutos em média, apresenta-se dividido em cinco blocos de aproximadamente seis minutos cada, separados por intervalos comerciais que duram cerca de dois minutos e meio. O que confere a coesão aos blocos do *Jornal Nacional* são as chamadas, feitas pelos apresentadores, que ligam os mais variados assuntos e prendem a atenção dos telespectadores. No início do 1º bloco também há cinco ou seis chamadas relacionadas aos assuntos mais importantes do dia cobertos pelo telejornal, que forma a escalada de manchetes, segundo o jargão jornalístico.

O *Jornal Nacional* foi estrategicamente colocado entre duas novelas - a das sete e a das oito -, programas que também contribuíram para a supremacia da emissora dentro e fora do país. A dobradinha tradicional do telejornal com as duas novelas edificou o hábito de assistir à televisão à noite, muitas vezes em família, o que garante uma fidelidade de público capaz de explicar por si só os índices de audiência do *Jornal Nacional*. Segundo Borelli e Priolli, “alguns acompanham à primeira telenovela, enquanto esperam o telejornal e outros assistem ao telejornal, enquanto aguardam a próxima telenovela” (2000:19). Ao mesmo tempo

em que a audiência do *Jornal Nacional* sofre a influência positiva do sucesso das novelas, o inverso também ocorre: o número de telespectadores que acompanham o telejornal tende a cair quando o desempenho das novelas que o ensanduíçam fica abaixo da média.

O *Jornal Nacional* detém o espaço de programação de maior prestígio no mercado publicitário brasileiro, de modo que as inserções comerciais nos seus intervalos são as mais caras da televisão brasileira: custa entre R\$ 250 e R\$ 380 mil, segundo projeções da emissora para setembro de 2004. Esse fato demonstra sua credibilidade junto aos anunciantes que, por sua vez, sabem do tamanho da audiência que o telejornal possui.

As notícias veiculadas pelo *Jornal Nacional* assumem as formas de reportagens, notas cobertas ou não (com ou sem imagens), alguns poucos comentários e raras entrevistas, uma charge do cartunista Paulo Caruso (o bloco de veiculação é variado e quase sempre sucede uma notícia sobre o governo federal ou sobre a conjuntura econômica atual do país).

Para veicular reportagens sobre assuntos internacionais, o *Jornal Nacional* mantém uma equipe de repórteres e cinegrafistas em cidades estratégicas, como ocorre com os correspondentes que ficam em Londres, Nova Iorque e Roma. O fato de ter correspondentes em cidades-chave no cenário internacional confere *status* ao *Jornal Nacional*. Porém, como já se observou, isso não acrescenta nenhum valor às matérias sobre os acontecimentos internacionais, porque na maioria dos casos, o repórter está em uma dessas cidades-chave mas o fato ocorre em outro país ou região, como por exemplo, no Oriente Médio. Além disso, quase sempre a pauta é copiada de agências de notícias ou canais de televisão europeus ou norte-americanos (SOUZA, 2001:223).

O *Jornal Nacional* apresenta quase todas as semanas uma série sobre determinado assunto, estruturada para ser veiculada em reportagens sequenciais ao longo de seis dias de telejornal (de segunda-feira a sábado). O tema é sempre atual e faz parte da pauta de discussão pública de qualquer telespectador. A série é

composta por reportagens feitas em todo o país, às vezes por um só repórter da emissora ou por vários de outras afiliadas.

Outra característica das reportagens do *Jornal Nacional* nos últimos anos é a marcante predominância e ênfase ao jornalismo investigativo e denunciante, que aborda escândalos políticos, dossiês públicos, problemas que prejudicam a sociedade, mas que permanecem encobertos etc. No entanto, nem sempre o conteúdo e as prioridades do *Jornal Nacional* seguiram essa receita. Em 1998, por exemplo, à época da campanha eleitoral, o jornal optou por um jornalismo mais espetacularizado e popularesco. O telespectador presenciou a troca de reportagens mais relevantes, de cunho político, social e econômico, por notícias lacrimosas, curiosidades do mundo animal ou da vida de celebridades, como foi o caso do nascimento da filha de Xuxa, entre outros fatos (CUNHA, 1998; BARROS E SILVA, 1999; SÁ, 1999). Segundo Porto (2002-b), essa renúncia à política constituiu uma estratégia encontrada pela *Globo* para evitar conflitos com a audiência, que vinha amargando graves quedas desde 1994, possivelmente inconformada com deslizes de imparcialidade do *Jornal Nacional*, entre outros fatores.

Desde as primeiras edições, o *Jornal Nacional* priorizou a preocupação com a precisão técnica, característica do chamado *padrão Globo de qualidade*. Borelli e Priolli (2000) associam a busca pela qualidade ao atendimento das aspirações do Regime Militar, no que diz respeito às ligações entre a emissora e a elite política e econômica do Brasil naquela época.

“Os militares, no intuito de estabelecer uma integração nacional que pudesse levar sua ideologia de norte a sul do país, investiram e apostaram nos meios de comunicação, em particular na TV, para cumprir essa tarefa. Foi o estado que desenvolveu todo o aparato do sistema de rede nacional. Abriu linhas de crédito para o desenvolvimento do consumo interno e isentou de impostos as importações de novas tecnologias e maquinários. Enfim, construiu as bases para

o desenvolvimento da TV e de um mercado interno, mas cobrou esses benefícios em fidelidade política. Muito da estética limpa e despolitizada ou oficialista da Globo deve-se a esse universo político” (BORELLI & PRIOLLI, 2000: 187).

O padrão de qualidade do *Jornal Nacional* inclui uma estética limpa e dinâmica, que perpassa a impressão de objetividade, com raríssimos comentários dos locutores e reportagens que fogem do aspecto sensacionalista. Para Weber, essa estratégia do *Jornal Nacional* obscurece os enquadramentos escolhidos pelo telejornal para representar a realidade:

“O Jornal Nacional anuncia sem âncoras, e aparentemente, sem opinião. Mas esta é estrategicamente construída na descrição, na contagem e na colagem dos fatos. Só faz assim deslocar a opinião explícita. Tenta exibir uma objetividade que não sabe possuir, revelada nas formas de adjetivar e insinuar as perigosas relações e associações que visam a construção de conceitos sobre candidatos e, no final da linha, a definição do voto. A questão não é a verdade, mas a edição da verdade que se deseja.” (WEBER, 2000: 78)

Uma pesquisa do Ibope sobre o perfil do telespectador do *Jornal Nacional*, realizada em maio de 2004, revela que 40% da audiência têm entre 25 e 49 anos; 27% têm idade acima de 50 anos; 22% são menores de 18 anos e 11% dos telespectadores têm entre 18 e 24 anos (CESAROLI, 2004). Em relação ao perfil socioeconômico, 39% dos telespectadores do *Jornal Nacional* são da classe C; 34% pertencem a D e E; e 27% às classes A e B, o que reforça o caráter popular do telejornal.

A mesma pesquisa indica que a média da audiência do telejornal em todo o Brasil é, em julho de 2004, igual a 44 pontos. Esse índice foi bem maior na década de 70, quando o jornal chegou a

emplacar 69 pontos de audiência. O advento da TV a cabo e da internet no Brasil no início da década de 90 e a reação das emissoras concorrentes, que investem em programas de forte apelo popular, justificam a queda da audiência registrada pelo *Jornal Nacional*. Em 91, a novela mexicana infantil *Carrossel*, e o sensacionalista *Aqui e Agora*, exibidos pelo SBT, atraíram o público cativo do telejornal global, que amargou 36 pontos de audiência. Mesmo com mais de 20 pontos a menos em relação à audiência registrada na década de 70, o *Jornal Nacional* ainda é soberano se for comparado, por exemplo, com os telejornais das emissoras concorrentes. O *Jornal da Record*, exibido quase no mesmo horário do *Jornal Nacional*, obtém apenas 4 pontos de audiência segundo o Ibope.

Apesar da recente crise de audiência enfrentada pelo *Jornal Nacional* desde a segunda metade da década passada, ele ainda ocupa a posição de principal telejornal do país (BORELLI & PRIOLLI, 2000). Fatores como a credibilidade da emissora e a tradição do *Jornal Nacional* como veículo informativo faz com que apesar da crise provocada pela concorrência de programas de outras emissoras e mudanças no comportamento do telespectador, ele ainda se mantenha como referência em telejornalismo e como meio de informação da grande maioria dos brasileiros.

3.4 Evidências de parcialidade política

A Rede Globo é constituída pelo e constituinte do processo político nacional: ao mesmo tempo em que é resultado da atividade política brasileira, a emissora é participante fundamental desse contexto, isto é, ela ocupa o papel de protagonista e mediadora do processo político. Ainda que indiretamente, a Rede Globo esteve engajada na determinação dos rumos da história política brasileira, atuando como protagonista nas eleições, através da construção do CR-P (Cenário de Representação da Política) favorável a determinados candidatos que a emissora demonstrou apoiar, por vezes expressamente (LIMA, 2001).

Durante sua história, a emissora protagonizou episódios que evidenciam sua parcialidade política. Para tanto, a *Globo* utilizou sua programação jornalística, sobretudo a do *Jornal Nacional*, além das novelas, para agendar temas específicos da esfera pública e enquadrar os fatos da realidade segundo critérios ideológicos próprios, que respondiam a suas aspirações econômicas e políticas. Segundo Lima (2001), a *Globo* distorceu, omitiu ou promoveu alguns fatos de sua cobertura jornalística, criando enquadramentos favoráveis a determinadas situações políticas durante sua história.

Visto que a *Globo* é uma das principais responsáveis pelo agendamento e enquadramento dos temas da esfera pública brasileira, o apoio da emissora é fundamental para o sucesso de um grupo político:

“Uma parte dos brasileiros está convencida de que o dr. Roberto [Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo, falecido em agosto de 2003] é quem ‘fabrica’ os presidentes. Não existe base científica para a tese, muito difundida pelas esquerdas brasileiras, de que sem o apoio da Globo ninguém chega a presidente. Mas há uma razoável lógica na idéia, também generalizada, de que fica muito difícil alguém ser presidente ‘contra’ Roberto Marinho.” (STYCER & CONTREIRAS, 1994: 90)

Contrariando parte da afirmação de Stycer e Contreiras (1994), existem estudos na área de Comunicação e Política que evidenciam essa relação de interferência na construção da política, sobretudo dos presidentes da República (RUBIM, 2004; FAUSTO NETO & VERÓN, 2003; LIMA, 2001; MATOS, 1994). Amorim (2004), na condição de ex-funcionário da *Globo*, reconhece o papel fundamental de Roberto Marinho na definição dos enquadramentos adotados pela emissora para divulgar alguns assuntos:

“Ele era o *editor-at-large* do jornalismo da *Rede Globo* (e do jornal *O Globo*). Ou, como se dizia na re-

dação, quando cheguei à TV, ele era ‘o nosso melhor repórter’. Ele e só ele decidia o noticiário ‘sensível’ de política e economia. Os editores de política e de economia (como fui) tinham a autonomia de vôo de uma barata.” (AMORIM, 2004)

Na avaliação de Lima e Caparelli (2004), a *Globo* procurou aliar-se com novos governantes, independentemente do partido ou grupo que eles representavam. Ao mesmo tempo em que serve aos interesses dos detentores do poder político, a *Globo* também serve a seus próprios interesses empresariais:

“A Rede Globo tornou-se o pivô do consenso político buscado por governantes das tendências mais diversas. Com nuances dentro da continuidade, ela foi o palco tanto para o Marechal Castelo Branco como para o general Garrastazu Médici, tanto para o General Geisel como para Fernando Collor de Melo, tanto para Fernando Henrique Cardoso como para Luís Inácio Lula da Silva. Em todos esses momentos, ela serviu de vitrine para os novos governantes e continuou intocada em seus privilégios.” (LIMA & CAPARELLI, 2004: 139)

Essa hipótese é corroborada por Guimarães e Vieira (1986:15) que utilizam o conceito desenvolvido por Louis Althusser para afirmarem que “*se em algum lugar pode caber a noção de ‘aparelho ideológico do Estado’, esse lugar é o Brasil e esse aparelho é a TV Globo.*” Para Gabriel Priolli, a relação da *Globo* com o grupo político dominante é regra geral e não depende de qual facção esteja no poder:

“Caem os militares, entram os presidentes civis, a relação é exatamente a mesma. Quer dizer, a *Globo* não tem uma vocação necessariamente militarista, ou ditatorial, mas ela tem uma vocação governista. Onde

tem governo está a Rede Globo. Quem saiu do governo já não interessa mais. Ela é habilíssima em fazer um casamento de interesses com o governo. E é claro que essa relação interessa ao governo, pois num país de mais de cem milhões de espectadores é fundamental contar com 70% de audiência.” (MELO:1994, 45-46)

Essa simbiose entre a *Globo* e o Regime Militar é involuntariamente denunciada pela frase dita por Garrastazu Médici, quando era presidente da República: “*Sinto-me feliz todas as noites quando assisto ao noticiário. Porque, no noticiário da TV Globo, o mundo está um caos, mas o Brasil está em paz.*” (FOLHA DE S. PAULO, 08 ago. 2003, p.14)

Weber (2000) também reconhece que as relações de ajuda mútua entre política e mídia são comuns. Seu comentário traduz com muita precisão as relações que a *Globo* manteve sucessivamente com a política durante o Regime Militar, na fase de abertura e nos governos democráticos:

“As redes de comunicação midiática são utilizadas estrategicamente pelo Estado, instituições ou regimes políticos, porque são determinantes para a constituição e manutenção das relações sociais. (...) Enquanto nos regimes autoritários as organizações midiáticas são obrigadas a incorporar a ideologia e objetivos governamentais, nas democracias essa incorporação é decorrente de relações e acordos, nos planos tecnológico, financeiro e simbólico. As mídias são, portanto, organizações indispensáveis às operações políticas e comprovam, permanentemente, sua força como entidades complementares ao poder, devido à sua lógica, linguagem e estética fundamentais à captura do imaginário social, através da transmissão ininterrupta de bens simbólicos, mercadológicos e políticos. Somente através das mídias é possível

criar uma teia de reconhecimento das ações, sujeitos e instituições políticas e reforçar idéias, temas e movimentos a eles vinculados. (WEBER, 2000:16-17)

Estudiosos brasileiros da Comunicação e Política e do papel da *Rede Globo* documentaram diversas intervenções comprovadamente tendenciosas da emissora na política brasileira:

a) A tentativa de fraude prejudicial a Brizola das eleições de 1982

O primeiro caso de intervenção tendenciosa a receber um estudo acadêmico foi a participação da *Globo* na tentativa frustrada de fraude da apuração dos votos da eleição para o governo do Rio de Janeiro, em 1982, que prejudicaria o candidato da oposição, Leonel Brizola. Lima (2001) explica que a contagem informatizada dos votos era realizada pela empresa Proconsult, que havia desenvolvido um *software* capaz de subtrair votos de Brizola e os transferir para o candidato da situação, Wellington Moreira Franco, do PDS. A apuração contabilizou primeiramente os votos do interior do estado, onde a votação de Brizola era menos expressiva que na capital, a fim de criar a ilusão de uma derrota nas urnas. A *Globo* divulgava frequentemente esses resultados em seus telejornais a fim de legitimar a fraude. O *Jornal do Brasil*, concorrente de *O Globo*, das *Organizações Globo*, desenvolveu um serviço próprio de apuração a partir dos boletins emitidos pelo TRE-RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro), o que culminou em uma discrepância dos resultados veiculados ao público.

A tentativa de fraude foi descoberta e Brizola foi eleito. A *Globo*, contudo, não foi punida por falta de provas incriminatórias. No entanto, as desavenças entre o político e a emissora duraram muitos anos, a ponto de Brizola declarar, durante campanha para a presidência da República em 1989, que iria “quebrar o monopólio da Globo na primeira hora do primeiro dia” de seu governo, caso fosse eleito. Cinco anos depois, Brizola ganhou na Justiça um direito de resposta às evidências de manipulação do

jornalismo político da Globo. A vitória judicial era recoberta por um tom de revanche: Cid Moreira, um dos locutores históricos do *Jornal Nacional* foi impelido a declarar durante o telejornal mais famoso do país que “tudo na Globo é tendencioso e manipulado” (FOLHA DE S. PAULO, 8 ago. 2003, p. 14).

No livro *Jornal Nacional: a notícia faz história* (2004), lançado por ocasião dos 35 anos do principal telejornal da *Globo*, a emissora argumenta que apenas montou um esquema paralelo de apuração dos votos das eleições de 1982 em todo o país a fim de divulgar os resultados com mais rapidez que os TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) e que, por falha nesse sistema não-oficial, levantou-se a hipótese equivocada e, sem confirmação judicial, de tentativa de fraudar o sistema.

b) A cobertura distorcida da greve dos petroleiros de Paulínia e do ABC

Apesar da crescente distensão do Regime Militar, as greves ainda eram reprimidas no início da década de 80. Em 1983, os trabalhadores da refinaria de Paulínia e do ABC paralisaram as atividades para reivindicar melhores condições de trabalho. A cobertura do movimento veiculada pela *Globo* criticava a ação dos grevistas, ao passo que destacava as posições dos executivos do setor petrolífero e representantes do governo (LIMA, 2001). Posteriormente, repórteres ligados à emissora revelaram que a única forma encontrada e permitida para noticiar a greve fora enquadrar o movimento de tal modo a dar mais destaque à versão dos patrões sobre a paralisação. Também no livro oficial da história do *Jornal Nacional* (2004:81), a *Globo* reforça essa justificativa ao dizer que “os repórteres faziam matérias completas mas na hora saía apenas um nota coberta de 20 segundos. TV é concessão de serviço público a título precário e podia ser tomada a qualquer momento”, devido à censura do regime vigente.

c) A campanha das Diretas-Já

A *Rede Globo* omitiu de sua pauta jornalística a campanha de mobilização popular para pressionar o Congresso a aprovar a Emenda Constitucional Dante de Oliveira que estabelecia eleições diretas para presidente da República a partir de 1985. Os atos públicos a favor da causa começaram a ser organizados em novembro de 1983 nas capitais brasileiras por entidades civis, movimentos sindicais e partidos que tendiam para a esquerda (PT, PMDB e PDT), mas a emissora os deixou de fora de sua pauta até abril do ano seguinte, duas semanas antes da votação da emenda, mesmo com a notória participação popular nos comícios.

Em janeiro, a emissora incluiu o comício da Praça da Sé, em São Paulo, na sua cobertura jornalística. No entanto, o fez com um enquadramento distorcido, a fim de mostrar a manifestação como se fosse um evento com a participação de artistas para confundi-la propositadamente com as festividades de comemoração do aniversário de 430 anos da capital paulista (BUCCI & KEHL, 2004). O comício da Praça da Sé, ocorrido em 25 de janeiro de 1984, rendeu uma reportagem de 2 minutos e 17 segundos. No entanto, esse longo tempo não significou a cobertura jornalística que o fato merecia, devido ao enquadramento dado ao material, que subordinou o fato ao aniversário da cidade, como se o comício por si só não fosse um evento digno de cobertura. Na escalada do jornal daquele dia (quando os apresentadores fazem a leitura rápida das principais notícias da edição) fez-se referência ao aniversário de São Paulo, mas não ao comício, que realmente tinha relação com o aniversário de São Paulo, embora tivesse uma finalidade bem mais específica que apenas ser uma comemoração pública. No texto do repórter Ernesto Paglia, responsável pela reportagem, o comício pelas Diretas é o terceiro assunto abordado. Vale lembrar que a técnica redacional em Jornalismo exige que os fatos mais importantes abram o texto, no chamado *lead*, a fim de chamar atenção da audiência.

A *Globo* reconhece que os demais comícios da campanha que ocorreram até aquele momento só foram noticiados nos telejor-

nais locais (*Jornal Nacional: a notícia faz história*, 2004). A emissora mais uma vez baseia seus argumentos na censura empreendida pelo governo, que fazia pressão sobre o conteúdo do telejornal a fim de não desrespeitar os interesses militares:

“A população desejava, desde o início, que a Globo fizesse não uma cobertura, mas uma campanha pró-diretas de grandes dimensões. Desejava que a Globo se engajasse politicamente na lutas por eleições diretas, que fosse não apenas a narradora comedida daqueles eventos, mas seu agente, seu fermento. O desencontro se deu quando a Globo, condicionada pelas circunstâncias históricas da época e por um jogo de pressões políticas muito forte, decidiu manter a cobertura, ao menos inicialmente, num tom não emocional, equidistante e comedido. E a mistificação foi todo um processo que transformou esse fato, pouco a pouco, numa mentira: com o passar dos anos, foi tratada como verdade objetiva a falsa versão de que a Globo não somente não cobriu os primeiros eventos relacionados à campanha das diretas como mentiu sobre eles.” (*Jornal Nacional: a notícia faz história*, 2004: 166-167)

A campanha das Diretas-Já passou a fazer parte da pauta da *Globo* somente em 10 de abril, por ocasião do comício da Candelária, no Rio de Janeiro: a cobertura ao vivo começou antes mesmo do evento, a fim de conclamar a participação popular dos telespectadores que ainda estavam em casa e acompanhavam a movimentação pela televisão. Sobre essa demora em aderir à campanha das Diretas, Armando Nogueira, coordenador da Central Globo de Jornalismo na época, justifica: “...a *Globo*, como qualquer veículo de comunicação, com o poder que tinha, estava evidentemente sob pressão do Palácio do Planalto. Eles foram em cima de todos os veículos, mas como a *Globo* era o mais pode-

roso, recebeu uma pressão maior.” (GONÇALO JÚNIOR, 1999: 3)

A cobertura negligente e distorcida da *Globo*, no entanto, era percebida pela audiência, que passou a hostilizar as equipes de reportagem da emissora e receber suas viaturas a pedradas enquanto entoavam em uníssono o slogan “*O Povo não é bobo, abaixo a Rede Globo*”. Se por um lado a negligência da *Globo* atendia aos anseios do Regime Militar e obedecia às estratégias políticas de Roberto Marinho, por outro colocava em xeque a credibilidade da emissora junto ao público e, em curto prazo, dos anunciantes, que garantiam o prestígio econômico da emissora. Lima (2001:155) ressalta que o que a *Globo* omitia era destacado na pauta do telejornal da emergente TV Manchete, que buscava cativar a audiência decepcionada com a política editorial da emissora de Roberto Marinho.

Para Albuquerque (1998:11), a ruptura da *Globo* com o Regime Militar, representada pela cobertura do comício carioca a favor das Diretas, é uma estratégia de autolegitimação da empresa frente à opinião pública, a fim de evitar um descalabro provocado pela migração da audiência e dos anunciantes para outros meios de comunicação. Guimarães e Vieira (1986) acreditam que o movimento ganhou maior expressão com a cobertura inesperada da *Globo*, que teve a perspicácia de mudar radicalmente seu perfil ideológico para não cair juntamente com o regime que ajudou a erguer:

“Aparato criado pelo regime autoritário, e com ele completamente identificado, a TV Globo exerce o inesperado papel de protagonista das oposições, com isso ampliando um arco de alianças inesperadas. Na medida em que legitimava o regime emergente, legitimava-se também junto à opinião pública. Uma nova TV Globo surgia com uma Nova República. Os tempos do General Médici, quando aquela rede se consolidara, foram esquecidos.” (GUIMARÃES & VIEIRA, 1986:28-29)

Contudo, a emenda que estabeleceria eleições presidenciais diretas já no ano seguinte não conseguiu votos suficientes para ser aprovada no Congresso Nacional. Esse resultado demonstrava que, apesar de combalido, o Regime Militar ainda não estava completamente derrotado. As forças de oposição organizadoras da campanha dividiram-se: de um lado, os que queriam prosseguir com a luta pelas eleições diretas imediatas; de outro, liderados pelo governador mineiro, Tancredo Neves, os que defendiam uma solução paliativa, mas imediata, representada pela escolha indireta de mais um presidente.

Disputaram a última eleição indireta para presidente da República Tancredo Neves, cujo vice era José Sarney, e Paulo Maluf, que representava a elite civil e militar que sustentara a Ditadura. Segundo Guimarães e Vieira, mais uma vez a *Globo* participou da eleição de um presidente ao ressaltar em sua cobertura o lado maquiavélico de Maluf em contraposição às virtudes políticas de Tancredo, que saiu vitorioso do pleito. “*Ganhou, mais uma vez, o partido da TV Globo*” (GUIMARÃES & VIEIRA, 1986:24), que desempenharia o mesmo papel subserviente no novo regime político que nascia.

A emissora cobriu a votação ao vivo, como se fosse uma eleição direta, o que contribuiu para mobilizar os deputados a votarem em Tancredo Neves, o candidato apoiado por Roberto Marinho. Com a vitória de Tancredo, a *Globo* também concedeu ampla cobertura às negociações políticas para organizar o futuro governo. O destaque concedido a Tancredo na pauta jornalística da emissora perdurou inclusive após a divulgação da doença que mataria o recém eleito presidente da República antes de sua posse. A *Globo* também priorizou em sua cobertura o funeral de Tancredo, que durou três dias e passou por quatro cidades brasileiras antes do corpo ser sepultado, e a frustração e comoção da nação frente ao trágico incidente que abalara o sonho do retorno à democracia.

O comportamento da *Globo* diante dos fatos constituía uma estratégia para cunhar a nova imagem pública da emissora. “*Era uma nova Globo que emergia daquele processo, uma Globo virgi-*

nal, pronta para ser a porta-voz da Nova República.” (SOARES, 1994. In: MATOS, 1994:121)

Devido à incerteza sobre como se processaria a sucessão do presidente eleito tendo em vista a vacância do cargo provocada pela doença que hospitalizara Tancredo, a *Rede Globo* apoiou a posse do vice José Sarney. Posteriormente, Roberto Marinho indicaria o político Antônio Carlos Magalhães, concessionário de uma de suas afiliadas na Bahia, para dirigir o Ministério das Comunicações (FOLHA DE S. PAULO, 8 ago. 2003, p. 14).

d) As eleições de 1989

A *Globo* iniciou a construção de um cenário favorável ao candidato Fernando Collor de Mello (extinto PRN) dois anos antes do pleito, com a exibição de reportagens sobre ele, então governador de Alagoas, no *Globo Repórter* e no *Fantástico* (LIMA, 2004). Segundo Lima (2001), as telenovelas das oito veiculadas pela emissora na época – *Vale Tudo*, *O Salvador da Pátria* e *Que Rei Sou Eu?* – também colaboraram com a construção do CR-P (Cenário de Representação da Política). O enredo da primeira se passava em um país ficcional, permeado pela corrupção e pela ética da sobrevivência, em que os corruptos se davam bem a qualquer custo. A segunda promovia uma sátira a um político despreparado, destituído de tradição partidária ou ideológica, cuja situação foi revertida quando ele alcançou o poder. A terceira tecia uma crítica aos políticos corruptos. A ética da política foi então retomada pelo príncipe do reino fictício, que como nas fábulas infantis, era bonito e jovem.

O candidato alagoano adaptou com sucesso sua imagem pessoal, os gestos, as cores, os conceitos e as palavras-chave de sua campanha aos temas do CR-P: Collor transformou-se no candidato jovem, moderno e combatente da corrupção política. Ao contrário, Luiz Inácio Lula da Silva, o candidato que disputara o segundo turno das eleições com Collor, tinha uma imagem associada ao modelo esquerdista ortodoxo, embora a *Globo* nada tenha a ver com a construção desse estereótipo, provavelmente

herdado do estigma concedido pelo Regime Militar aos militantes de esquerda.

O auge da parcialidade política da *Globo* que contribuiu para a eleição de Collor foi a edição de um debate entre os dois candidatos, no qual Lula apresentara desempenho melhor que Collor. O debate, que tinha sido ao vivo na noite anterior, três dias antes da eleição, foi editado para ser exibido no *Jornal Nacional*, com imagens e cenas em que Collor saiu-se bem. Além disso, o candidato de Alagoas ganhou um minuto e doze segundo a mais de exposição no mais importante telejornal do país em relação ao adversário Lula (TEMER, 2003; CONTI, 1999). A edição do debate é considerada o maior exemplo de intervenção da *Globo* por meio do *Jornal Nacional* para nortear o resultado de uma eleição. Antes do debate, as pesquisas de intenção de voto indicavam empate técnico entre os dois candidatos.

Na tentativa de explicar se a edição do debate foi ou não intencional, com ou sem o intuito de prejudicar Lula, e sob o consentimento de qual escalão de profissionais da emissora, a *Globo*, no livro oficial dos 35 anos do *Jornal Nacional*, apresenta um emaranhado de depoimentos que não culminam em uma conclusão convincente, indicadora do que realmente aconteceu e de quem foi a responsabilidade pelo conteúdo do telejornal sobre o debate. Armando Nogueira, diretor da CCJ (Central Globo de Jornalismo) desde a criação do *Jornal Nacional* e Alice-Maria Tavares Reiniger, diretora-executiva da CCJ, afirmam que a edição foi feita sem seus consentimentos pelo diretor de telejornais de rede, Alberico de Sousa Cruz, e pelo editor de Política, Ronald de Carvalho. Alberico nega qualquer envolvimento na edição. Ronald, ao contrário, assume inteira responsabilidade e admite que quis mostrar com a edição que houve um vencedor no debate: Collor. Octavio Tostes, diretor de textos na época, admite que participou da edição e que recebeu ordens de Ronald, a quem acusa de querer favorecer deliberadamente Collor com o material posto no ar. João Roberto Marinho, vice-presidente das *Organizações Globo*, afirma categoricamente que a emissora não agiu com a intenção

de ser favorável a Collor ao editar o debate: “Não passa pela minha cabeça que os equívocos tenham sido cometidos por má-fé. Não passou na época. E não passa hoje, depois de tantos anos.” (p.213)

Contrariando a história oficial contada pela emissora no livro citado, Amorim (2004) destaca que Roberto Marinho desempenhou papel decisivo na edição do debate entre Collor e Lula.

“A decisão foi de pôr o pior do Lula e o melhor do Collor. E, embora os profissionais Octavio Tostes e Francisco Tambasco tenham fixado os pontos principais do episódio, ‘pôr o pior de Lula e o melhor do Collor’ era uma decisão que só Roberto Marinho poderia tomar – e tomava.” (AMORIM, 2004)

Em 1992, depois da divulgação de denúncias de Pedro Collor, irmão do presidente, que comprometiam o governo federal com graves escândalos de corrupção, a mídia brasileira, inclusive a *Globo*, ficou contra Fernando Collor e ocupou-se em criar um cenário favorável ao *impeachment*. Para a *Globo*, desenhava-se a oportunidade de livrar-se do estigma negativo, que poderia prejudicar sua credibilidade, resultante da cobertura parcial das eleições ocorridas dois anos antes.

e) As eleições de 1994 e a cobertura favorável ao Plano Real

Embora livre das manipulações explícitas do pleito presidencial anterior, o *Jornal Nacional* adotou um enquadramento favorável à candidatura de Fernando Henrique Cardoso e, mais uma vez, desfavorável à eleição de Lula. O telejornal destacou em suas reportagens as vantagens do Plano Real, que entrara em vigor em julho de 1994 e se caracterizara como uma medida econômica com impacto eleitoral (RUBIM, 2004). O plano constituía o CRP do pleito, ao qual Fernando Henrique estava identificado, e o telejornal ocupou-se em dar um enquadramento otimista às reportagens sobre o Real, com frequentes aparições do ministro da

Fazenda, Rubens Ricupero, para destacar o sucesso do plano e promover a candidatura de FHC.

f) A reeleição de FHC

À *Globo* interessava a reeleição de FHC e a manutenção do status quo (FAUSTO NETO & VERÓN, 2003). Nesse pleito, não houve nem enquadramento promocional e nem distorcivo: a *Globo* optou pelo silenciamento conivente (LIMA, 1998). Porto (In: RUBIM, 2004) aponta que o telejornal mais assistido do Brasil dedicou apenas 4,6% do seu tempo total às eleições presidenciais nas semanas mais quentes da campanha. Esse módico espaço foi preenchido com reportagens de divulgação de pesquisas de intenção de voto do eleitorado e de cunho de serviço público (ensinar ao brasileiro os procedimentos para votar na urna eletrônica, por exemplo), sem dedicar atenção à movimentação típica das campanhas, alianças políticas etc.

Em uma conduta omissa, de renúncia à política, o *Jornal Nacional* substituiu a cobertura política por temas do pseudojornalismo, como curiosidades científicas, tecnológicas e do mundo animal, crimes e ações de violência, dramas do dia-a-dia ou até mesmo a maximização de tragédias ocorridas nos meses anteriores ao pleito. Como pudemos constatar em análise realizada à época, a política passou a ocupar um espaço exíguo na pauta do *Jornal Nacional*, como se não estivessem ocorrendo eleições presidenciais em circunstâncias inéditas, a exemplo da utilização da urna eletrônica por grande parte do eleitorado e possibilidade de reeleição de um candidato (CUNHA, 1998).

Vale ressaltar que o *Jornal Nacional* aparentou uma certa dificuldade em lidar pela primeira vez com a possibilidade da reeleição, uma vez que Fernando Henrique Cardoso encontrava-se na posição de presidente-candidato no pleito de 1998, situação inédita na legislação eleitoral brasileira até então. O simples fato de citar seu nome ou de veicular uma imagem por menos intencional que fosse, já contribuía para um enquadramento favorável a FHC. A divulgação dos resultados das pesquisas de intenção de

voto encomendadas pela emissora ao Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) era o único momento em que os demais candidatos à presidência da República eram mencionados pelo telejornal.

Capítulo 4

Agora é Lula: o PT no poder

“A eleição de Lula é um momento crucial na história da República.

As razões principais para essa avaliação póstuma são três: as esperanças projetadas sobre o presidente pelos eleitores; o que ele de fato representa; e a maneira como se deram eleição e posse.”

(JOSÉ MURILO DE CARVALHO, In: ÉPOCA, 06 jan. 2003)

4.1 Do sindicalismo à presidência da República: a trajetória do PT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores), agremiação criada em 1980 e que esteve ligada às grandes greves da década de 80, à criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983, e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) em 1984. Por ocasião da fundação da nova agremiação, formada por sindicalistas, líderes católicos mais ligados às atividades sociais da Igreja e adeptos do trotskismo e marxismo-leninismo, as principais bandeiras de luta do PT eram a reforma agrária radical, a moratória

da dívida externa brasileira e a estatização de setores essenciais para a coletividade.

O número 13 passou a identificar a legenda a partir de 1982, quando o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) promoveu um sorteio para escolher a numeração de cada partido. Inicialmente, o PT foi identificado com o número 3 e, somente em 1985, o tribunal resolveu acrescentar uma dezena ao número de cada partido para aumentar a quantidade de identificações e atender às agremiações que surgiam como fruto do pluripartidarismo resultante do final do Regime Militar. A cor vermelha também identificou o Partido dos Trabalhadores desde o início da militância, emprestada do socialismo, base ideológica da agremiação (SCHMITT, 2000).

Dois anos após a criação do partido, viriam os primeiros eleitos: Lula como deputado federal por São Paulo, e mais dois prefeitos no interior paulista e no Maranhão. Em 88, Luíza Erundina, hoje filiada ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), foi eleita prefeita da capital paulista. Sobre a expansão do partido, Singer (2001) explica que o projeto do PT cresceu na região do ABCD paulista durante a segunda metade da década de 80. O partido seguiu uma trajetória em dois eixos durante sua expansão, até se tornar a referência da esquerda na política nacional: expandiu-se de São Paulo para o resto do Brasil e das regiões metropolitanas em direção às pequenas cidades do interior.

Nas administrações municipais e estaduais que conseguiu ao longo desses anos, o PT criou mecanismos próprios que caracterizam a forma de governar do partido, como foi o caso da participação direta da população sobre as decisões públicas, das quais o orçamento participativo é o principal exemplo. Nos anos 90, as Caravanas da Cidadania, lideradas por Lula, levaram o partido até os mais distantes rincões do país com o objetivo de torná-lo mais conhecido por todos eleitores. No entanto, a principal meta das caravanas era proporcionar a Lula a oportunidade de conhecer as diferentes realidades sociais do Brasil a fim de fundamentar propostas eleitorais. A respeito da “onda vermelha”, como os pró-

prios petistas e estudiosos do assunto parafraseiam a expansão do PT, Singer diz que

“À medida que se mostrou competitivo na arena eleitoral, o partido passou a ser um divisor de águas. Petismo e antipetismo catalisam segmentos crescentes do eleitorado. A surpreendente performance de Lula na eleição de 1989, quando quase chegou à Presidência da República, levou a que partidos de centro e de direita se unissem em um inesperado bloco para evitar a vitória do PT em 1994 e 1998.” (SINGER, 2001:11).

As primeiras mudanças nas bandeiras defendidas pelo partido surgiram em 1989, durante a campanha eleitoral para a presidência da República: os militantes petistas substituíram a proposta de moratória da dívida externa pela suspensão do pagamento. Em 1991, a defesa da economia estatizada deu lugar à proposta de inserir o controle social na economia de mercado, que deveria ser mantida. Na eleição presidencial seguinte, em 1994, a transformação ocorreu na proposta de reforma agrária radical do programa de governo, substituída pela intenção de assentar famílias sem terras. No último pleito, mais mudanças substanciais: a “Carta ao Povo Brasileiro”, uma espécie de compromisso de campanha formalizado em documento, reiterava o propósito do PT de pagar dívidas e honrar acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional), organismo cujas diretrizes políticas e econômicas eram até então duramente criticadas pelo partido.

Em todas essas ocasiões e outras mais, apareceram militantes e intelectuais de esquerda que não concordaram com as mudanças efetuadas pelo partido ou com os modos de governar a cada vez que o partido assumia o poder nos municípios, estados, assembleias estaduais e no Congresso. Expulsos da agremiação por refutarem a ordem geral do PT, os militantes insatisfeitos com as mudanças estruturais e ideológicas acabaram por formar outros partidos como o PCO (Partido da Causa Operária), cujas bases

foram lançadas em 1991; o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), fundado em 1992; e o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), em 2004.

Além de mudar propostas antes consideradas a base da ideologia petista, o Partido dos Trabalhadores teve a bandeira da ética, traço distintivo da agremiação no cenário político brasileiro, deteriorada por denúncias de irregularidades ligadas à arrecadação de recursos e contratação de serviços pelas administrações públicas que conquistou e escândalos de corrupção. Esses problemas foram detectados em diversos momentos da década de 90 tanto em administrações municipais quanto estaduais. Essa prioridade dada à ética pelo partido foi uma forma de, acima de tudo, apontar deslizes morais praticados por políticos de outros partidos, postura que legitimou o trabalho dos militantes ao fiscalizar as administrações públicas. O caso Waldomiro Diniz, ocorrido em fevereiro de 2004, um dos escândalos vivenciados pelo partido durante a gestão Lula, tema de análise de enquadramento desta dissertação, denegriu a imagem do governo petista.

Sobre as transformações que atingiram o partido nos últimos anos, Marreiro afirma que

“...o PT se burocratizou e se descaracterizou, distanciando-se de suas origens, até se tornar um partido entre outros: perdeu ou manteve apenas laços residuais com os movimentos sociais e de massa; viu a sua velha militância ceder espaço a um exército de mercenários nas campanhas (...); incorporou para si as estratégias de marketing que antes criticava na direita; tornou-se uma máquina eleitoral e passou a acumular escândalos à medida que foi conquistando governos; por fim, abandonou progressivamente suas bandeiras históricas para aderir à ortodoxia econômica liberal e a um discurso reformista de contorno suave e conciliador, o qual, na substância, pouco ou nada difere daquele pregado pelo seu grande rival hoje, o PSDB. (...) A política econômica é a parte mais flagrante

do vazio programático do partido que chegou ao poder após apagar de suas palavras de ordem, gradativamente, o socialismo, os bravejos contra o FMI e contra os juros altos.” (MARREIRO, 2005: 4)

Ironizando a cor símbolo do partido, Sodré (2002:142) afirma que o PT “*aparentemente saiu do vermelho para o cor-de-rosa*”, numa inflexão da política em direção ao centro. A agremiação adaptou-se às regras de marketing e de coligações do jogo eleitoral e, principalmente em muitos episódios durante o pleito de 2002 e o atual mandato presidencial, aparentou relegar a segundo plano a tendência de representatividade de um movimento sindical forte e ativo. A burguesia deixou de ser vista como inimiga. Exemplo disso foi a aliança feita ainda durante a campanha com o PL (Partido Liberal), agremiação do vice-presidente José Alencar, que além de político é grande empresário mineiro.

Nas eleições de 2002, Lula candidatou-se à presidência do Brasil pela quarta vez, representando a aliança formada pelo PT, PL, PC do B, PCB e PMN. Venceu no segundo turno, com 61,2% dos votos válidos, o que equivale a 52,79 milhões de eleitores.¹ A oposição ao governo é feita basicamente pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, principais adversários de Lula e do PT nos pleitos anteriores, além do PFL e do PTB.

Outras alianças foram firmadas depois da vitória nas urnas para formar uma coalizão de apoio parlamentar ao governo federal na Câmara e no Senado e montar os ministérios. Essa estratégia evidenciou a importância do estabelecimento de um pacto político entre o PT e os setores-chave da sociedade brasileira para ganhar a eleição e firmar-se no governo.

As alianças do PT com outras agremiações de direita ou de centro e as modificações conjunturais e ideológicas adotadas pelo partido suscitam, atualmente, debates sobre a real posição do Partido dos Trabalhadores no cenário político brasileiro. Embora não

¹ Dados disponíveis em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 fev. 2004.

seja o objeto de estudo desta dissertação, não podemos ignorar que essas transformações do PT podem explicar algumas representações do partido analisadas pela presente pesquisa no *Jornal Nacional*.

Sampaio Jr. posiciona-se neste debate em defesa do argumento de que o PT não representa mais a esquerda política brasileira. Para ele,

“...o PT virou uma simples máquina eleitoral, com todos os vícios da política burguesa. Essa guinada à direita é ainda mais grave se lembrarmos que o partido foi forjado nas lutas contra a opressão política e a exploração econômica, tornando-se um importante instrumento do povo brasileiro na sua caminhada pela construção de uma sociedade justa e democrática.” (SAMPAIO JR., 2005:3)

Ao contrário de Sampaio Jr. (2005), o cientista político Cláudio Couto aponta um redirecionamento do PT rumo ao centro, como estratégia necessária tomada pelo partido para governar o país e conseguir votos a cada eleição:

“Na medida em que chega ao governo, o partido é obrigado a ser mais realista e pragmático, se afastando de certas bandeiras de esquerda, que mais apontam para valores que para políticas públicas exequíveis. (...) Posturas como a do PSOL tendem a se tornar residuais, de pouca densidade eleitoral. O socialismo é uma página virada na história do pensamento e da ideologia.” (COUTO, apud ARRAIS & MARREIRO, 2005:6)

José Genoíno, presidente do PT, rebate as críticas de que o partido adotou inflexões direitistas, ao dizer que o partido “*chegou ao poder prometendo mudanças, mas sem aventuras e sem*

adaptação ao status quo. Por isso, sempre afirmou que as mudanças seriam processuais” (2005:3). Marreiro (2005: 4) também endossa essa opinião no debate sobre a posição do PT no cenário político brasileiro. A jornalista destaca que a política econômica adotada pelo governo Lula, adula banqueiros e cumpre metas impostas pelo FMI, contrariando o discurso defendido pelo partido e pelo próprio presidente nas décadas de 80 e 90. Marreiro acredita, todavia, que essa postura não tira o lugar do PT na esquerda do espectro político brasileiro. Tal paradoxo é possível, segundo a jornalista, graças ao discurso populista do presidente Lula, “*em torno de quem ainda giram em grande medida as expectativas de mudança social*” a cada promessa ou programa de assistência social criado pelo Palácio do Planalto.

As mudanças do PT e o afastamento de antigas reivindicações são, na opinião do cientista político Leôncio Martins Rodrigues, naturais e previsíveis quando um partido de esquerda chega ao poder.

“Um partido é uma organização que quanto mais cresce mais complexa fica. Ele se institucionaliza, começa a colocar seus interesses acima dos interesses de seus eleitores. (...) Quando surgem as vantagens que o poder dá – mordomias, as delícias de mandar, de bens materiais que passam a ser usufruídos -, vêm as perguntas: por que fazer a revolução?, por que mudar? por que arriscar isso? (...) O PT está degustando o sabor do poder.” (LOYOLA, 2005:24)

4.2 As eleições de 2002 e a cobertura do *Jornal Nacional*

As relações entre o *Jornal Nacional* e Lula foram primordialmente estudadas no contexto das campanhas presidenciais do qual o líder do PT participou. O pleito de 2002 parece representar uma

inédita e importante mudança no campo das eleições presidenciais brasileiras, especialmente em termos da relação entre mídia e política. As eleições de 2002 foram realmente competitivas no sentido de não haver desvantagens nítidas que comprometessem alguns candidatos em detrimento da dianteira de outros, em decorrência da postura dos meios de comunicação, sobretudo da *Globo*. Comparado a outros pleitos, o de 2002 praticamente não sofreu interferências da parcialidade da mídia brasileira e nem de enquadramentos tendenciosos favoráveis a determinados candidatos.

Diferentemente do silenciamento e renúncia aos temas políticos ocorridos no pleito de 1998, as eleições de 2002 ganharam amplo destaque na mídia, inclusive no *Jornal Nacional* da *Rede Globo*. Para Rubim (2004:7), elas foram “*vividas sob o signo da visibilidade*”. O *Jornal Nacional* destacou a agenda dos candidatos e organizou duas rodadas de entrevistas e debates ao vivo, que não passaram por edição antes de irem ao ar, o que garantiu espaço ao debate político e voz aos candidatos dentro do programa mais privilegiado e nobre da *Rede Globo*. Além disso, cuidou-se para não deixar brechas que pudessem ser aproveitadas pelos políticos para realizar propaganda favorável a suas candidaturas durante as aparições tão disputadas no horário nobre da *Globo*, como reportagem especial do telejornal mais assistido no país.

O tratamento do *Jornal Nacional* foi equânime até mesmo para o candidato José Serra (PSDB), do mesmo partido de Fernando Henrique Cardoso, de cujo governo foi ministro da Saúde, e que estava identificado com a continuidade do *status quo*. Surpreendentemente, a emissora optou por essa postura imparcial, apesar do atrelamento demonstrado outrora aos dois mandatos de Fernando Henrique.

Soares analisa o processo eleitoral de 2002 a partir do conceito de construção de cenários de representação da política (CR-Ps), explicado no item 2.2 do segundo capítulo desta dissertação. A análise de Soares também destaca o papel da *Rede Globo* nas eleições presidenciais brasileiras e verifica uma diferença do pleito de 2002 em relação aos pleitos anteriores:

“Em 2002, os diversos estudos realizados mostram de forma inequívoca que não se deu uma intervenção orquestrada da rede na construção do cenário. Há necessariamente um CR-P como resultado de discursos mediáticos hegemônicos, mas ele é construído de maneira mais problemática, controvertida e ambígua, por meio de representações com um gradiente de tonalidades ampliado. Resultado dessa circunstância, sem dúvida, foi a intensificação da luta política, expressa no fato de ter havido dois turnos e disputa eleitoral efetiva. Se essa análise estiver correta, a diferença dos pleitos anteriores é que o CR-P em 2002 não esteve ajustado de antemão às peculiaridades de uma candidatura em particular, mas resultou de critérios jornalísticos profissionais, e a eleição de Lula, corroborando o conceito, dependeu do fato de sua campanha ter se adequado melhor a esse CR-P do que as demais.” (SOARES, 2004: 13)

Um estudo coordenado por Porto (In: RUBIM, 2004) revela que a visibilidade concedida à eleição de 2002 pelo *Jornal Nacional* foi maior quantitativamente e mais expressiva qualitativamente. Em comparação ao pleito silenciado de 1998, que dedicou espaço exíguo à política e às eleições, o telejornal concedeu seis vezes mais tempo para reportagens relacionadas a esses temas em 2002. Essa atitude proporcionou à audiência informações úteis para efetuar a escolha nas urnas. O *Jornal Nacional* também organizou séries semanais que exploravam temas importantes, passíveis de serem incluídos nos planos de governo dos candidatos. Foi a chance de incitar a audiência a refletir sobre a escolha nas urnas. As séries foram veiculadas sob a vinheta especial “Eleições 2002” e caracterizaram-se como uma prova do poder de agendamento de temas do *Jornal Nacional* durante os pleitos.

Colling (In: Rubim, 2004) afirma que as eleições de 2002 reuniram fatos com uma noticiabilidade mais acentuada, o que justifica a visibilidade garantida pela mídia ao pleito. A formação de

uma nova hegemonia, por exemplo, atendeu aos critérios de noticiabilidade do *Jornal Nacional*. Essa nova hegemonia pode ser explicada pela ruptura entre o PFL (Partido da Frente Liberal) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que formavam a base partidária de apoio aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, antes mesmo do início da corrida eleitoral. Essa ruptura, que provocou a fragmentação do bloco de centro-direita que estava no poder há oito anos, ampliando as chances da candidatura de Lula, foi propagada pela destruição da candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, em meados do primeiro semestre de 2002, antes mesmo de a campanha começar de fato, conforme o calendário eleitoral proposto pelo TSE. A pré-candidata e setores da direção do PFL acusaram informalmente o PSDB de implodir a campanha da pefelista.

A nova hegemonia da cena eleitoral de 2002 também é representada pela aproximação do PT dos setores conservadores, através de coalizões inéditas e inaceitáveis em pleitos anteriores. O PT, ex-representante máximo da esquerda brasileira, fechou alianças com partidos de centro-direita e adotou técnicas especiais de retórica da imagem e do discurso disponibilizadas pelo marketing eleitoral.

Sobre a adoção dessas estratégias pelo PT ao disputar o pleito de 2002, Rodrigues afirma que

“... os partidos têm de jogar o jogo eleitoral, que é caro e no qual ninguém entra para perder. Por isso os partidos tiveram de começar a oferecer propostas que atraíssem pessoas de outras classes sociais. Tiveram de concorrer para conquistar todo tipo de eleitor, por isso o apelo ideológico se enfraqueceu muito. (...) O marketing nas eleições passou a ser uma coisa bastante importante. Os partidos diminuíram suas diferenças ideológicas: eles não estão mais interessados em convencer ideologicamente, mas em ganhar eleitores, (...) porque não querem ser partidos de minorias.” (LOYOLA, 2005:27)

A possibilidade de um ex-metalúrgico, nordestino, sem diploma de curso superior nem tradição acadêmica, oriundo das classes populares assumir o principal cargo eletivo do país também foi ao encontro dos critérios de noticiabilidade. Isto é, em termos essencialmente jornalísticos, a notícia da possibilidade de um candidato reunindo essas condições assumir a presidência da República é mais valorizada do que a do vencedor ser um tradicional representante da classe até então hegemônica. Em resumo, é a novidade versus a mesmice. Como o fato novo é a essência do jornalismo, fatos carregados de novidade são melhor avaliados pelos critérios de noticiabilidade. No entanto, se considerarmos que Lula ocupava a mesma posição nos três pleitos anteriores que disputara e perdera, essa hipótese deve ser relativizada, aplicando-se apenas à conjuntura peculiar da campanha de 2002.

Concomitantemente, Colling ressalta a necessidade do *Jornal Nacional* de recuperar sua credibilidade, prejudicada pelo estigma de ser um telejornal oficialista e construtor de presidentes. Rubim também aposta no mesmo argumento e acredita que “a *Globo* resolveu em 2002 fazer esquecer os pronunciados lapsos e manipulações da cobertura eleitoral acontecidos em eleições anteriores, a exemplo da famosa edição do debate presidencial entre Lula e Collor.” (RUBIM, 2004:12)

Outra hipótese para justificar o recuo da *Rede Globo* em apoiar algum candidato e, conseqüentemente, favorecê-lo com os enquadramentos do *Jornal Nacional*, foi o receio da emissora em apoiar algum grupo político que eventualmente perdesse as eleições. Por isso, a *Globo* teria optado pela imparcialidade durante a corrida eleitoral, a fim de demonstrar apoio somente quando os resultados fossem conclamados. Essa situação teria sido impulsionada pela crise financeira enfrentada pelas *Organizações Globo*, a qual nos referimos anteriormente. Tal hipótese indica que, para a *Globo*, é interessante estar alinhada com quem está no poder, até porque cabe à presidência da República influenciar na concessão de empréstimos do BNDES para melhorar a situação financeira da mídia brasileira. Conforme ressalta Bruno (2003), a emissora

evidencia assim que é pautada pelo oficialismo, atuando como porta-voz por meio do *Jornal Nacional* dos sucessivos governos federais.

Essa mudança de rumos na história da emissora assemelha-se às transformações ocorridas por ocasião da campanha das Diretas-Já, visto que a *Globo* também mudou o posicionamento que adotara por anos seguidos para não perder, a curto prazo, audiência e espaço no mercado de anunciantes. Miguel (2004) ressalta que

“... as Organizações Globo se encontram em situação financeira difícil, o que torna, para ela, muito mais importante tanto encontrar novos parceiros quanto manter um relacionamento amigável com o governo, seja qual for, fonte provável de socorro nos momentos de aperto.” (MIGUEL, 2004. In: Rubim, 2004:100)

Antes da vitória nas urnas no primeiro e no segundo turno em outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva fora candidato a presidente da República por três vezes: ficou em segundo lugar nas três (1989, 1994 e 1998). Nas eleições de 2002, novas estratégias foram tomadas pelo partido, que ampliou o leque de alianças e investiu em um marketing eleitoral capaz de ajustar a imagem de Lula aos temas do CR-P construído para o pleito, tais como atração da confiança do mercado financeiro internacional e a geração de emprego e renda.

Mesmo que sua imagem, atitude política e partidária tenham sofrido todas as mudanças apontadas anteriormente, o ex-sindicalista contava com a tradição de líder de um sindicato chave na modernidade industrial, de representante e figura mais ilustre e representativa de um partido que tem alcance e peso nacionais, detentor de um eleitorado regular e estável em comparação às múltiplas, e às vezes fugazes, alianças eleitorais dos partidos de direita e centro-direita.

“Não cremos de modo algum que o triunfo de Lula se explique por uma ‘mudança de imagem’ como

resultado da mágica do marketing político, nem tampouco por uma transformação radical do seu programa político, nem muito menos por uma traição, mais ou menos explícita ou mais ou menos esboçada, dos ideais do PT. Como a maioria das mudanças históricas, a eleição de Lula se explica provavelmente por uma conjunção de fatores heterogêneos.” (FAUSTO NETO, 2003: 11-12).

Dentre esses fatores está a crise econômica que o Brasil atravessava, complicadora da posição ocupada por José Serra, do PSDB, representante do *establishment*, que não pôde operar o tema da vulnerabilidade econômica de forma a conseguir os votos do eleitorado. Acrescente-se a isso o marketing político bem-sucedido da equipe de Duda Mendonça, responsável pela mudança de Lula – tanto física quanto discursiva. A imagem pública do candidato do PT foi reconstruída numa dicotomia entre esperança e medo, a fim de que os brasileiros perdessem o receio de votar em Lula por causa de suas deficiências, sobretudo a intelectual e acadêmica, ou de experiência como administrador. Lula personificou a esperança da mudança e da hombridade com a coisa pública e com os demais candidatos. Para tanto, foi construída a imagem do candidato “Lulinha paz e amor” para substituir aquela do “Lula radical” de eleições passadas. Durante a campanha, o abandono da propaganda negativa e dos ataques aos outros candidatos e o uso mais intensivo de jingles e músicas que nos pleitos anteriores foi uma tática para mostrar que os tempos de radicalismo já haviam expirado.

É notório que a *Globo* deu grande cobertura à vitória de Lula, a despeito dos enquadramentos utilizados com o então candidato em outros pleitos, que prejudicaram o postulante do PT em favor das candidaturas apoiadas pela emissora – Collor em 89 e Fernando Henrique Cardoso em 94 e 98. Lula também demonstrou grande preferência pela *Globo*, logo após a divulgação de sua vitória no domingo, 27 de outubro. Horas depois, apareceu no programa dominical Fantástico (BUCCI & KEHL, 2004) e, na

segunda-feira, participou do *Jornal Nacional* que foi totalmente dedicado ao novo presidente, como se fosse um programa especial, criado para comemorar sua vitória nas urnas. Naquela noite de 28 de outubro de 2002, Lula ocupou 1h15 do noticiário do *JN*, único telejornal para quem ele deu entrevista. O jornal foi ao ar das 20h09 às 21h27. Os outros meios de comunicação brasileiros ficaram à espera de uma entrevista coletiva (MATTOS, 2002).

A posse de Lula, no primeiro dia de 2003, é um ponto que merece ser observado em detalhe. O presidente tomou posse durante uma cerimônia inovadora e transbordante de participação popular. Miguel (2004) compara o entusiasmo da mídia e da população, inclusive de pessoas que não se enquadravam no eleitorado cativo do PT, ao demonstrado por ocasião da vitória eleitoral e, posteriormente, da morte de Tancredo Neves:

“Não por acaso, são dois momentos de grande expectativa por mudanças: antes, o retorno dos civis ao poder; agora, o triunfo das esquerdas. Sob o signo do governo civil, a Rede Globo viveu o ápice de sua influência política. Sua posição no governo Lula ainda é uma incógnita.” (Miguel, 2004. In: Rubim, 2004:92)

As análises de reportagens veiculadas pelo *Jornal Nacional* e apresentadas nesta dissertação tentam examinar essa incógnita.

Capítulo 5

Metodologia: os procedimentos da análise

“Por trás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.”
(LAURENCE BARDIN, 1977)

5.1 O corpus e os veículos de referência

Após a identificação de todos os conceitos e pressupostos apresentados nos dois capítulos anteriores, que compõem o referencial teórico desta pesquisa, passemos à explicação da metodologia aplicada para analisar os enquadramentos da cobertura de temas do governo petista pelo *Jornal Nacional*. O conceito de enquadramento foi abordado no capítulo 2 (item 2.3) desta dissertação.

Entman (1994:297) destaca que as representações mediáticas interferem no exercício do poder quando os enquadramentos aparecem em notícias de cunho político. No entanto, a realidade da mídia brasileira demonstra que até mesmo as notícias que não apresentam um cunho puramente político podem ser influenciadas por enquadramentos da política. Isso porque os assuntos formam uma única conjuntura e os temas mais desengajados, como

notícias sobre economia, situação social etc., tendem igualmente a influenciar as tomadas de decisão política e a se revestir da ideologia política predominante na mídia.

O *corpus* desta pesquisa é composto por reportagens reunidas em três grandes temas, que foram escolhidos por constituírem acontecimentos marcantes no cenário político nacional durante os dois primeiros anos da gestão Lula (2003-2006), ou seja, são verdadeiros momentos de tensão, importantes por suas causas e conseqüências, e mereceram destaque da mídia por gerarem interesse entre a audiência - logo, por entrarem para a agenda pública. Dessa forma, fica mais fácil verificar coberturas que negligenciam fatos, isto é, quando simplesmente determinado veículo de comunicação exclui de sua pauta diária um assunto, como já foi explicado na seção 2.3. desta dissertação, ou mesmo quando utiliza enquadramentos que dão pouco ou quase nenhum destaque a um acontecimento.

Os temas selecionados para análise relacionam-se diretamente à **sociedade e promoção do desenvolvimento (reformas constitucionais)**, à **economia (taxa de juros)** e à **política (caso Waldomiro Diniz)**. Os três temas têm relação direta ou indireta à conjuntura política brasileira e, portanto, ao governo Lula. De certa forma, as causas dos temas analisados e/ou as conseqüências geradas por eles têm ligação com o governo federal.

Por isso, a análise empreendida permite identificar como foram os enquadramentos utilizados pelo *Jornal Nacional* para veicular os três temas selecionados e que mantêm vínculos com a primeira gestão federal petista da história política do Brasil. Esses enquadramentos, todavia, podem ser vistos como indicativos da relação *Globo/governo federal*, ou seja, das barganhas engendradas por essa parceria - muitas vezes tácita -, fomentadas por interesses corporativos e políticos (as *Organizações Globo* e o grupo político e/ou econômico detentor do poder).

Os temas analisados foram veiculados em 18 edições do *Jornal Nacional*, que foram ao ar em abril e maio de 2003 e fevereiro de 2004. Sobre o primeiro tema – as reformas constitucionais -

foram selecionadas sete edições para análise do tema: 25/04/03 (sexta-feira), 26/04/03 (sábado), 28/04/03 (segunda-feira), 29/04/03 (terça-feira), 30/04/03 (quarta-feira), 01/05/03 (quinta-feira) e 02/05/03 (sexta-feira). Esse período coincide com a entrega das propostas de emendas constitucionais das duas reformas pelo presidente Lula ao Congresso para a devida apreciação, e a movimentação de políticos aliados e da oposição, sociedade, empresários, sindicalistas na expectativa pela aprovação ou mudanças no texto da emenda. Em relação à definição da taxa de juros, que constitui o segundo tema analisado por esta pesquisa, selecionamos quatro edições do mês de maio de 2003: dias 21 (quarta-feira), 22 (quinta-feira), 23 (sexta-feira), e 24 (sábado). Esse período corresponde foi quando realizou-se a primeira reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central durante o governo Lula para definir a taxa de juros. A decisão era muito esperada pelos brasileiros e pela mídia porque a taxa de juros foi muito debatida durante a campanha eleitoral de 2002. Sobre o caso Waldomiro Diniz, terceiro tema analisado, também foram escolhidas sete edições do *Jornal Nacional* para a presente análise: 13/02 (sexta-feira), 14/02 (sábado), 16/02 (segunda-feira), 17/02 (terça-feira), 18/02 (quarta-feira), 19/02 (quinta-feira) e 20/02 (sexta-feira). As edições correspondem à primeira semana de divulgação do tema, contada a partir do dia em que “explodiu” a denúncia na mídia como uma repercussão da publicação de *Época*.

Uma vez que o *corpus* da análise foi escolhido conforme os critérios já mencionados, ao contrário de amostras aleatórias adotadas em outros tipos de pesquisa em Comunicação, não é possível generalizar as considerações efetuadas por este estudo a respeito das relações entre o *Jornal Nacional*, a *Rede Globo* e o governo federal. No entanto, podemos avançar interpretações mais amplas sobre o papel da emissora e seu telejornal mais importante na política brasileira. Como já foi dito, essa relação nem sempre é explícita e, por ser frequentemente tácita, não fundamenta comprovações – ao menos nesta dissertação - mas apenas indícios. Futuramente, essas indicações podem ser melhor exploradas por

outros estudos na área de Comunicação Mediática e Política e aumentar a cientificidade de algumas considerações feitas por esta dissertação.

Os temas escolhidos para análise figuraram na agenda geral da mídia e, conseqüentemente, da audiência brasileira, tamanha sua importância no cenário político, econômico e social. Essa medida metodológica foi tomada a fim de constatar se o *Jornal Nacional* garantiu destaque em sua pauta mesmo a temas considerados delicados, devido à nítida interferência política, e que por si só poderiam, dependendo do enquadramento adotado, alterar o tom oficialista tradicional da *Globo*.

O agendamento dos temas selecionados, que sozinhos já justificam sua relevância para compor o *corpus*, foi avaliado de antemão a partir de uma leitura de **veículos** chamados por nós de **referenciais**, que têm destaque na mídia nacional. São eles: a *Folha de S. Paulo*, diário tradicional de circulação em todo o país; a revista *Época*, que está há quase sete anos no mercado editorial brasileiro e, apesar de ser o magazine de variedades das *Organizações Globo*, por vezes apresenta enquadramentos diferenciados para um mesmo tema em relação às representações mediáticas instauradas pelo *Jornal Nacional*; e o *Jornal da Record*, telejornal veiculado pela *Record* diariamente à noite (ao contrário do *Jornal Nacional*, o da *Record* apresenta uma instabilidade muito grande em relação a horários de veiculação).

Não vamos nos deter, em nenhum ponto desta pesquisa, em descrever características e linhas editoriais dos veículos referenciais, visto que eles serviram apenas para comparação da ocorrência dos temas estudados na agenda mediática brasileira e, portanto, na agenda pública. A utilização dos veículos referenciais ocorreu durante a assistência sistemática ao *Jornal Nacional* e no início da análise de cada tema. Além disso, os veículos referenciais permitiram identificar enquadramentos distintos do *Jornal Nacional* sobre os temas, possibilitando confrontarmos os mesmos com interpretações produzidas por esta pesquisa. Esse confronto é essencial para testar hipóteses previamente levantadas e consi-

derações feitas no decorrer das análises, assim como tentar isentar a pesquisa da influência de percepções subjetivas que possam direcioná-la a considerações não científicas. Em suma, os veículos referenciais foram utilizados para comparação e contraste, sem, no entanto, terem sido objeto da análise de enquadramento empreendida com as reportagens escolhidas no *Jornal Nacional*: trata-se de uma leitura mais impressionista, com a finalidade exclusiva de servir como referência, necessária nos procedimentos metodológicos. No decorrer das análises, algumas considerações sobre a cobertura dos veículos referenciais podem ser rapidamente destacadas, a fim de mostrar semelhanças e contrastes em relação aos enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional*.

Particularmente, na análise do terceiro tema escolhido – o caso Waldomiro Diniz – além dos enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional*, é dado um destaque à cobertura que *Época* fez do caso, uma vez que a revista pertence às *Organizações Globo* embora curiosamente tenha adotado um enquadramento oposto ao do telejornal. Em relação a esse destaque dado à *Época*, há de se considerar a observação de Lima (2004) sobre o papel subsidiário de outros veículos das *Organizações Globo*. Isto é, embora o magazine e o *Jornal Nacional* sejam produtos mediáticos do mesmo grupo, vale ressaltar que eles adotam perfis editoriais discrepantes em relação a muitos temas, e o caso Waldomiro é um exemplo dessa contradição.

A análise ora empreendida, portanto, não busca tecer um comparativo entre os enquadramentos mediáticos, a exemplo de importantes estudos já realizados a partir da *frame analysis* (ENTMAN, 1991; LIMA, 1998) que servem de embasamento teórico para esta pesquisa. O objetivo geral da presente pesquisa é examinar as representações instauradas pelos enquadramentos do *Jornal Nacional* isoladamente, dada a importância desse telejornal na mídia e audiência brasileiras, conforme discussões dos capítulos anteriores, nos quais se viu que o papel da *Globo* na mídia brasileira é singular e incomensurável.

5.2 O método de análise

As reportagens do *Jornal Nacional* selecionadas para o *corpus* foram objeto de uma **análise de enquadramento** – *frame analysis* – adotando a metodologia de pesquisa em Comunicação proposto por Lopes (2001). A análise de enquadramento é uma abordagem analítica de produtos da Comunicação, em especial do Jornalismo, que procura interpretar as mensagens mediáticas como representações instauradas pelas escolhas do texto jornalístico. Este tipo de análise requer uma integração com um estudo mais ampliado, que leve em conta os contextos histórico-social, político e econômico, por meio de levantamentos de outros autores da área de Comunicação das Ciências Sociais.

A primeira etapa do roteiro da análise de enquadramento é a **definição do objeto de estudo**, que já foi apresentado anteriormente por meio da fundamentação teórica apresentada nos três capítulos anteriores (seções 2, 3 e 4 e seus respectivos itens). Para reiterar o que foi dito, o objeto de estudo da presente pesquisa é a cobertura realizada pelo *Jornal Nacional* em relação a fatos do governo federal. Essa etapa apresenta os pressupostos teóricos para interpretação dos dados produzidos pelas análises.

A segunda fase é a **observação**, que reúne os métodos utilizados para a coleta dos dados. Nessa etapa, a presente pesquisa ocupou-se em acompanhar o *Jornal Nacional* para que fosse possível destacar o que seria separado de todo o material disponível para a análise pretendida. A amostragem, fruto dessa separação, é uma focalização do problema por meio de um recorte, obedecendo a um critério justificável em relação a quais ocorrências do fenômeno analisado – no caso, reportagens direta ou indiretamente ligadas ao governo Lula veiculadas pelo *Jornal Nacional* – mereciam ser observadas e em qual intervalo de tempo.

Os telejornais foram gravados em fitas VHS e posteriormente selecionados para compor a amostra da presente pesquisa. As gravações permitiram que o material pudesse ser analisado posteriormente, da forma como foi levado ao ar. Também é nessa etapa

que foram selecionados os itens de observação sobre os três temas tratados. Nesta fase, os noticiários foram transcritos, para se ter em mãos o texto veiculado. Essas transcrições encontram-se anexadas ao final da dissertação. A transcrição dos telejornal é uma espécie de espelho do conteúdo das edições analisadas (somente as reportagens que fazem parte da amostra foram totalmente transcritas; as demais são apenas listadas e nomeadas por expressões ou frases que resumem seu conteúdo, com os respectivos tempos de duração no bloco em que foram divulgadas).

Em seguida, para cada item a ser analisado, as expressões e frases contendo adjetivos, metáforas, julgamentos morais etc., foram anotadas e então agrupadas em tabelas. A partir desse momento já foi possível fazer algumas inferências sob a forma de afirmações gerais induzidas a partir da seleção. Elas também passaram pelo procedimento de categorização, que expressou em números as tendências do telejornal, quando as tabelas passaram por uma comparação para verificar enquadramentos contrastantes. Algumas tabelas, contudo, apresentam uma certa independência e não há outras com enquadramentos opostos que possibilitem a comparação com categorias opostas. Essa é a terceira etapa da pesquisa, também conhecida como **análise descritiva**, que compreende a descrição das reportagens selecionadas da maneira como foram veiculadas pelo *Jornal Nacional* ao público em geral, a fim de mostrar como as narrativas são conduzidas pelo noticiário (com a utilização de palavras-chave, metáforas, imagens, adjetivos, termos especiais com significados marcantes), bem como o tempo destinado a cada uma.

A **análise interpretativa** é a quarta etapa da pesquisa e visa a ultrapassar a mera descrição da cobertura do *Jornal Nacional*, de modo a apontar como o mesmo constrói suas narrativas e utiliza enquadramentos. Nessa fase, os dados foram interpretados com base no quadro teórico de referência. É aqui que as indagações as quais a pesquisa pretende responder são resolvidas e as conclusões mais gerais são apresentadas.

Percebe-se, no decorrer da pesquisa, que há um afastamento

progressivo do dado empírico em direção à cientificidade. A informação factual deixa de ser um acontecimento isolado quando fica clara a existência de um padrão reconhecível e interpretável, que garante a cientificidade da pesquisa. A análise interpretativa, por exemplo, constitui a teorização dos resultados para se compreender o fenômeno estudado, separado pela amostragem. Trata-se de uma ruptura epistemológica em que a pesquisa abandona o que é simplesmente observável, empírico e concreto para transformar o estudo em ciência.

Por fim, as **considerações finais** resumem o balanço dos resultados alcançados e mostram a relevância social desta pesquisa, visto que ressaltam pontos fundamentais das interpretações a respeito dos enquadramentos do telejornalismo do *Jornal Nacional* em relação ao governo Lula. Além do plano teórico, as considerações finais também destacam as contribuições da presente pesquisa para o roteiro metodológico, visto que o estudo ora proposto atua como mais uma aplicação da análise de enquadramento, um tipo de pesquisa ainda incipiente no Brasil.

Segundo Lopes (2001:155), essa derradeira fase da pesquisa em Comunicação – e de enquadramento, já que este é o caso – corresponde, sinteticamente, “*a uma exposição dos objetivos conseguidos e das possíveis contribuições para o avanço do conhecimento sobre o tema que foi objeto da pesquisa*”, ou seja, a Comunicação e a Política no Brasil, em particular o enquadramento utilizado pelo *Jornal Nacional* para cobrir fatos da primeira gestão federal do PT.

Capítulo 6

Análise de enquadramento: as representações do Governo Lula no *Jornal Nacional*

“A condição necessária para a influência da mídia no governo ou na política não é que todos interpretem a história da mesma maneira; parece necessário apenas que a maioria expressiva pense igual para ser assim.”
(ROBERT ENTMAN, 1991)

A partir da fundamentação teórica e da metodologia apresentadas, passemos agora ao exame das reportagens dos três temas selecionados veiculadas pelo *Jornal Nacional* da Rede Globo. O presente capítulo estuda os temas, em duas etapas:

- a) a primeira engloba a **observação** de expressões e frases e sua posterior tabulação, a fim de categorizá-las, permitindo sua **descrição**, numa tentativa de evidenciar enquadramentos;
- b) a segunda etapa, constituída pela teorização desses resultados, procura ultrapassar o meramente observável em direção a uma **interpretação**.

As 18 edições selecionadas para análise encontram-se transcritas na última seção desta dissertação. As reportagens analisadas estão transcritas na íntegra, reproduzindo os textos justamente como foram levados ao ar.

6.1 Observação e descrição do que foi levado ao ar

Nesta seção, as reportagens selecionadas das 18 edições dos telejornais analisados são apresentadas da forma como foram levadas ao ar, considerando-se tanto os elementos textuais quanto as imagens. As tabelas resumem o conteúdo de cada reportagem e as categorias que culminam com as representações mediáticas. Essas categorias são formadas por expressões ou frases que constroem o mesmo significado e constroem os enquadramentos.

a) As reformas constitucionais

As reformas constitucionais foram amplamente discutidas em 2003, durante o primeiro ano do governo Lula, uma vez que eram promessas da campanha petista na disputa pela presidência da República. O tema recorrentemente foi associado ao governo federal porque o texto das reformas deveria ser apresentado inicialmente pelo Palácio do Planalto, sob a forma de Proposta de Emenda Constitucional, para que depois, como determina a legislação brasileira, fosse discutido e votado pelo Congresso e pelo Senado.

São duas reformas constitucionais selecionadas como tema para a presente análise de enquadramento: a reforma da Previdência Social e a tributária. Outras reformas, como a política e do Judiciário, embora também tenham figurado como assunto para debates na campanha eleitoral, foram pouco recorrentes nos dois primeiros anos do governo. A reforma política, por exemplo, ganhou destaque, ainda que secundário, por ocasião da divulgação do caso Waldomiro Diniz, terceiro tema analisado por esta pesquisa. Até fevereiro de 2005, apenas a reforma da Previdência foi

devidamente discutida e votada no Congresso. O texto da reforma tributária formulado pelo Planalto, foi entregue, como veremos a seguir, no final de abril de 2003 juntamente com o da Previdência, porém, até a conclusão desta pesquisa, não saiu do Congresso.

A reforma previdenciária modificou disposições da Constituição Federal de 1988 relativas à aposentadoria de contribuintes do serviço público. O objetivo do governo ao propor a reforma da Previdência Social era equilibrar os cofres públicos mediante o estabelecimento de novos tetos para os valores dos benefícios e alterações nos requisitos que dão direito à aposentadoria, como tempo de serviço e idade. A reforma tributária, por sua vez, busca principalmente promover mudanças na cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pelos estados, a fim de eliminar a guerra fiscal entre as unidades federativas, e transformar a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) em tributo permanente.

As reformas constitucionais são classificadas por este estudo como temas sociais e de promoção do desenvolvimento. Social porque referem-se à previdência, direito adquirido constitucionalmente por todo cidadão. De fomento ao desenvolvimento porque, principalmente no caso da reforma tributária, dizem respeito às mudanças no regime de impostos que são consideradas fundamentais para o desentrelaçamento do crescimento econômico do país.

O tema das reformas constitucionais foi apresentado pelo *Jornal Nacional* durante todo o ano – no caso da reforma tributária, o tema ainda permanece recorrente porque, até fevereiro de 2005, ela continua sem aprovação. No entanto, preferimos selecionar edições do final de abril e começo de maio de 2003 porque nessa época as reformas foram tratadas sequencialmente. Nos demais períodos, o tema figurou em edições isoladas para noticiar algum aspecto das reformas, novidades nos meios políticos causadas pelas propostas de emendas constitucionais, discursos de Lula sobre o assunto mesmo que em ocasiões diversas como viagens internacionais, etc. A reforma da Previdência foi aprovada no final de agosto de 2003.

A reforma tributária, em particular, ganhou espaço em uma série especial, veiculada na semana do dia 28 de abril a dois de maio de 2003. Como já foi apresentado no segundo capítulo desta dissertação, as séries de reportagens constituem uma estratégia do *Jornal Nacional* de destacar temas relevantes para a sociedade brasileira, a fim de explicá-los didaticamente, instaurar polêmicas, apresentar problemas, exigir soluções etc. O quadro a seguir resume a transcrição das sete edições analisadas para este tema.

Tabela 1 - Resumo da cobertura das reformas constitucionais pelo *Jornal Nacional*

Edição	Tempo Total*	Tempo das Reportagens	Bloco	Descrição do Conteúdo
25/04/03 (6 ^a feira)	34'45"	2'50" e 1'51"	1°	Reportagem de denúncia sobre a desordem nos arquivos do INSS. Governo prepara texto da reforma para enviar ao Congresso na semana seguinte (apresenta argumentos do governo e dos petistas radicais sobre o assunto).
26/04/03 (Sábado)	32'31"	4'58"	1°	Mutirão do INSS para acelerar pedidos de revisões ou concessões de benefícios. Argumentos do governo sobre a necessidade da reforma.
28/04/03 (2 ^a feira)	33'50"	2', 3'04" e 4'25"	1° e 4°	Resultados do mutirão do final de semana. Movimentação financeira do governo e da oposição (petistas radicais) sobre as reformas. Primeiro dia da série "Reforma Tributária": efeitos dos tributos no bolso do trabalhador e na geração de empregos.

Edição	Tempo Total*	Tempo das Reportagens	Bloco	Descrição do Conteúdo
29/04/03 (3 ^a feira)	31'16"	4'32" e 2'32"	3°	Série: história da tributação no Brasil. Movimentação política sobre a discussão e aprovação das reformas.
30/04/03 (4 ^a feira)	25'	3'52", 1'13" e 4'54"	2°	Presidente apresenta texto das reformas. Detalhes sobre a reforma da Previdência, de forma didática. Série: propostas do governo sobre a reforma tributária.
01/05/03 (5 ^a feira)	Não disponível	3'58"	3°	Série: detalhes sobre a CPMF e os impostos em cascata.
02/05/03 (6 ^a feira)	32'05"	4'02"	3°	Série: detalhes sobre o ICMS e guerra fiscal.

*Referente à soma de todos os cinco blocos de cada noticiário, sem os intervalos comerciais.

Nas sete edições analisadas, o *Jornal Nacional* reservou 41 minutos e 31 segundos para noticiar as reformas constitucionais. Reconhecemos que o material separado para análise deste tema apresentou um problema com a gravação integral dos telejornais e o início da escalada¹ foi cortado em seis das sete edições analisadas. A edição do dia 1º de maio teve o quarto e o quinto bloco cortados. Esses lapsos, porém, não prejudicaram as análises empreendidas.

¹ No jargão jornalístico, escalada é a seção de abertura do telejornal, na qual os apresentadores lêem as principais manchetes do dia com o objetivo de chamar a atenção da audiência. No *Jornal Nacional*, a escalada dura cerca de 55 segundos em média e apresenta cinco ou seis manchetes. Em algumas edições, a escalada pode ser composta somente por um único assunto, conforme a importância, como foi verificado com o terceiro tema analisado por esta pesquisa. As manchetes são afirmações categóricas que, mesmo breves, resumem o assunto noticiado; cobertas ou não por imagens ou até mesmo intercaladas com sonoras.

Na edição de 25 de abril, a situação precária dos arquivos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Nacional) abriu o primeiro bloco do telejornal com um estilo de jornalismo denunciante muito adotado ultimamente pelo *Jornal Nacional*. A reportagem, com duração de 2'50", mostrou a desordem dos arquivos: pilhas de papéis amontoados, dispostos em caixas sem nenhuma organização; gavetas no chão e caixas destruídas. Imagens de filas em salas de espera de postos do instituto mostram o tempo gasto pelos beneficiários para pedir revisões ou solicitar aposentadorias. No período analisado, percebemos que há uma estreita vinculação de reportagens sobre a situação do INSS com os tópicos da reforma da Previdência, embora na prática elas não apresentem pontos em comum visto que as mudanças ocorreriam apenas no regime de aposentadorias do setor público.

A reportagem do dia 25, assim como todas sobre as reformas, é identificada por um selo² que traz a imagem de documentos e carteiras da Previdência. Em seguida, outra reportagem trata do texto das reformas que o governo federal iria entregar ao Congresso para apreciação e votação. Alguns pontos da reforma previdenciária são explicados com a ajuda de um infográfico³. O texto destaca, por meio de sonoras⁴, as posições de líderes governistas, de partidários do PT contrários a alguns pontos da reforma e da oposição. Vale lembrar, que a partir dessa época, os políticos petistas que se opuseram ao presidente e a decisões gerais do partido – a saber, a senadora Heloísa Helena, e os deputados Babá, Luciana Genro e Lindenberg Faria - passaram a ser chamados de radicais pela mídia brasileira devido à autenticidade em relação a

² Selo é o nome dado à arte gráfica computadorizada que identifica reportagens sobre o mesmo tema e que aparece no plano de fundo do cenário de apresentação do telejornal sempre que há alguma inserção sobre o assunto.

³ Infográfico é um gráfico produzido por meios digitais utilizado em jornalismo impresso ou televisivo, que reúne dados para facilitar o entendimento de algum assunto pela audiência.

⁴ Sonoras são curtas tomadas com fala das pessoas envolvidas no assunto tematizado, que aparecem editadas no decorrer da reportagem e conferem destaque a uma opinião.

ideais do PT dissolvidos pelas mudanças que o partido sofreu nos últimos anos.

No dia 26, as reformas constitucionais são abordadas já em uma das manchetes da escalada de notícias do telejornal. Na ocasião, também é divulgada parte de um discurso do presidente Lula proferido durante um evento em Pernambuco, que destaca a necessidade das reformas. A reportagem abre o primeiro bloco de notícias e dura quatro minutos e 58 segundos. A desorganização dos arquivos do INSS é retomada, desta vez, ao mostrar a solução para o problema: o órgão monta um mutirão para analisar os pedidos de benefício ou revisão dos mesmos. Reiterando a manchete da escalada, a reportagem destaca a relevância das reformas citada por Lula em viagem ao Nordeste. Além do dia 26, em 29 e 30 de abril, o enquadramento pró-reformas (logo, pró-governo) é reiterado pela edição de discursos do próprio presidente Lula, em que defende categoricamente a necessidade das reformas.

Em 28 de abril, a reforma previdenciária é tratada no 1º e no 4º blocos do telejornal – respectivamente dois minutos e três minutos e quatro segundos de duração das reportagens apresentadas. Mais uma vez são destacados o mutirão feito no sábado para avaliar os processos do INSS e a movimentação em Brasília a respeito das reformas. Essa movimentação e diferentes posições políticas são mostradas tanto nos textos da reportagem quanto nas sonoras com parlamentares e líderes do governo.

Esta edição também abre a série de reportagens “Reforma Tributária”, identificada nos cinco dias de veiculação com uma vinheta especial, formada por imagens tridimensionais de carnês de impostos. A série tem um caráter eminentemente didático e procura mostrar, nos cinco dias de exibição, o funcionamento do sistema tributário brasileiro e as necessidades de mudança para a promoção do desenvolvimento econômico no país. A reportagem dura quatro minutos e 54 segundos e exhibe imagens de caixas registradoras, calculadoras e linha de produção de fábricas; pilhas de carnês de impostos; um infográfico com animação computadorizada dos nomes de tributos e dados estatísticos e outro com

explicações da incidência da carga tributária sobre produtos e serviços.

No dia 29, a série ganha quatro minutos e 23 segundos do terceiro bloco e tem o caráter didático mais acentuado porque contextualiza historicamente a política tributária e apresenta mais informações disponibilizadas em infográficos. No mesmo bloco, com dois minutos e 32 segundos, é veiculada outra reportagem sobre a movimentação política em Brasília por causa das reformas. Mais uma vez, os posicionamentos contraditórios de governistas e parlamentares contra alguns pontos da reforma são destacados, um após o outro, de maneira que sempre há um argumento para refutar a idéia apresentada por um político, seja qual for o lado da discussão que ele represente.

Na edição do dia 30, o segundo bloco é dedicado inteiramente às reformas constitucionais, o que totaliza dez minutos e 22 segundos. O bloco é dividido em três grandes reportagens interdependentes. A primeira divulga a entrega dos textos das reformas pelo presidente ao congresso. São veiculadas imagens do plenário lotado de políticos, de manifestações de grupos contra as reformas e dos prefeitos e governadores que acompanharam o presidente na entrega dos textos no Congresso.

A segunda reportagem trata especificamente da reforma da Previdência e faz um resumo, com a ajuda de um infográfico, dos principais pontos das mudanças propostas. A terceira parte é formada pela série sobre a reforma tributária, que também detalha os pontos principais da proposta de emenda constitucional com o uso de imagens da movimentação política no Congresso e da produção industrial e de sonorais com especialistas e políticos.

No dia seguinte, a série da reforma tributária abre o terceiro bloco do *Jornal Nacional*. O tema dessa vez é a CPMF e sua incidência em cascata sobre a produção industrial. São utilizadas imagens de linhas de produção em fábricas, caixas registradoras etc. A última edição analisada também apresenta a derradeira parte da série no terceiro bloco. São quatro minutos e dois segundos dedi-

cados a explicar a cobrança do ICMS e as propostas do governo para extinguir a guerra fiscal entre os estados.

A fim de mostrar com maior transparência os enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional*, apresentamos, a seguir, uma série de expressões e frases, reunidas em tabelas, que têm seus significados agrupados de acordo com categorias de sentido, isto é, conforme o *frame* adotado pela reportagem.

As primeiras expressões e frases relacionadas (tabela 2) referem-se à situação precária do INSS e à urgência de mudanças no sistema de concessão e revisão de benefícios, que aparecem 17 vezes nas reportagens analisadas. As expressões e frases ressaltam os transtornos que o sistema causa ao usuário por causa de seu atendimento caracterizado como “deficiente”, “emperrado” e “injusto”, devido à existência de arquivos “desorganizados”. Nas reportagens analisadas, o *Jornal Nacional* destaca que os beneficiados pelo INSS vivem uma situação “dramática”.

Em dez momentos, as reportagens analisadas utilizam expressões e frases (tabela 3) para se referir às reformas previdenciária e tributária como urgentes e necessárias. O *Jornal Nacional* veicula frases categóricas apresentadas tanto no texto das reportagens quanto na edição de discursos proferidos pelo presidente Lula em que destaca que o sistema tributário está “ultrapassado” e necessita modernizar-se:

Tabela 2 - Expressões e frases que se referem ao INSS como alvo de descaso e indicam a urgência de mudanças

Expressões e frases	Ocorrências
“Parece lixo, mas é o passado de milhares de trabalhadores.”	01
“Documentos, histórias de vida, amontoados sem respeito.”	01
“Mesmo o que está no armário, traz um alerta absurdo: está fora do lugar.”	01
“Em vez de guardar, o imenso porão sujeito a inundações esconde a papelada que faz falta ao Segurado na hora de qualquer queixa contra o INSS.”	01
“injustiças”	02
“desordem”	02
“sistema de armazenamento deficiente”	01
“baixa condição de Segurança”	01
“arquivos desorganizados” / “desorganização do INSS”	03
“A situação que encontramos é dramática”	01
“mau atendimento”	02
“processos estão emperrados”	01

O *Jornal Nacional* também utiliza outras dez frases e expressões nas reportagens analisadas que destacam a importância da reforma tributária para a economia brasileira (tabela 4). O atual sistema tributário é caracterizado como “abusivo” e “injusto”, responsável pelo encarecimento de produtos e empecilho para a geração de empregos no país.

Tabela 3 – Expressões e frases que se referem às reformas como urgentes e necessárias

Expressões e frases	Ocorrências
“Não temos que ter medo das reformas. E nós precisamos ter competência de modernizar aquilo que já não é mais um modelo ideal.”	01
“Impostos, no Brasil, motivam queixas de todo mundo.”	01
“O Brasil precisa de uma reforma tributária.”	01
“Só uma grande mudança poderia acabar com o ciclo de impostos.”	01
“(necessidade de) desonerar a produção”	01
“(necessidade de) estrutura tributária mais racional e mais justa”	01
“Uma carga tributária mais baixa é o desejo dos brasileiros que sentem o peso dela no bolso.”	01
“essas reformas asseguram a mudança e justiça social”	01
“o sistema tributário brasileiro está ultrapassado”	01
“acabar com os marajás”	01

Tabela 4 - Expressões e frases que se referem à importância econômica da reforma tributária

Expressões e frases	Ocorrências
“sistema tributário atrapalha a geração de empregos.”	01
“Qualquer coisa que vá fazer paga imposto.”	01
“Do jeito que está, ninguém se anima a investir e sem investir você não vai criar emprego, não vai gerar crescimento sustentável.”	01
“Você paga imposto 24 horas por dia”	01
“(os impostos) Encarecem o produto, atrapalham as exportações do país. ”	01
“A conclusão é essa: você paga muito e não recebe nada.”	01
“(carga tributária brasileira) é uma das mais altas do mundo”/ “é alta demais”	01
“A consequência mais séria disso é o desemprego. É a falta de condições de gerar novos empregos.”	01
“injustiça”	01
“(sistema tributário) altamente abusivo e injusto”	01

Há uma frase que aparece duas vezes nas reportagens do *Jornal Nacional* analisadas que demonstram apoio à proposta de reforma tributária apresentada pelo governo do PT. A tabela 5 mostra a frase que aparece duas vezes nas reportagens e que indica esse enquadramento favorável à reforma sugerida pela equipe do presidente Lula. Inversamente, também há frases que expressam argumentos contrários à proposta governista de reforma listadas na tabela 6:

Tabela 5 - Frase que se referem favoravelmente à proposta de reforma tributária apresentada pelo governo

Expressões e frases	Ocorrências
“Essa não é a reforma ideal, mas é a reforma possível.”	02

Tabela 6 – Frases que expressam os argumentos contrários às reformas

Expressões e frases	Ocorrências
“O que está por trás da reforma da Previdência são as orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional”	01
“Só fecho questão se for feita auditoria nas contas da Previdência e ficar demonstrado que a situação terá que ser resolvida dessa maneira.”	01

Percebemos que as duas tabelas anteriores (5 e 6) apresentam enquadramentos opostos: a primeira, reúne a frase que adota um *frame* favorável ao governo, enquanto a Segunda utiliza um *frame* contrário. Embora a ocorrência de argumentos favoráveis e contrários seja igual (duas vezes para cada *frame*), isso não quer dizer que o *Jornal Nacional* adotou uma postura neutra em relação à reforma da Previdência. As expressões indicadas nas tabelas anteriores (tabelas 2, 3 e 4) referem-se, mesmo que indiretamente, a argumentos pró-reformas, ou seja, ressaltam a importância da iniciativa do governo federal em reformar o sistema tributário e previdenciário, seja pela urgência econômica ou social das mudanças.

Em termos numéricos, o telejornal destaca 39 vezes argumentos pró-reformas (tabelas 2, 3, 4 e 5) contra duas vezes as justificativas desfavoráveis (tabela 6). A tabela a seguir sintetiza as

comparações efetuadas e indica o enquadramento geral em relação ao governo do PT utilizado pelo *Jornal Nacional* para veicular as reformas constitucionais:

Tabela 7 – Síntese dos enquadramentos apresentados sobre as reformas constitucionais

Enquadramentos	Ocorrências
Favoráveis ao governo do PT	39
Desfavoráveis ao governo do PT	02

b) A taxa de juros

A taxa de juros foi escolhida para figurar como tema econômico do *corpus* desta pesquisa devido à importância que o assunto ganhou desde o pleito de outubro de 2002. A definição dessa taxa é importante pela sua repercussão na economia, ou seja, ela reflete em vários setores, inclusive no bolso do trabalhador. Por isso, a taxa não se restringe ao campo técnico, mas pode ser verificada por qualquer consumidor, mesmo que ele não tenha consciência disso, como acontece com grande parte da população. A taxa de juros relaciona-se, direta ou indiretamente, com a queda ou aumento na inflação; variação de preços; crescimento econômico e desenvolvimento comercial e industrial; cotação do dólar e de bolsas de valores; sucesso nas importações e exportações etc. Ainda durante o período de campanha eleitoral, a manutenção ou suspensão da política econômica de juros altos figurou como um dos principais pontos dos debates entre os candidatos justamente porque essas taxas podem definir ou impedir o crescimento econômico do país. Cabe ao Copom (Comitê de Política Monetária) definir a taxa de juros. O comitê é um órgão do Banco Central, cujo presidente é indicado pelo governo federal. O evento analisado no *corpus* é a reunião do Copom e seus desdobramentos, inclusive as possíveis influências no cenário político brasileiro. A

reunião em questão ocorreu no dia 21 de maio de 2003, pouco mais de quatro meses após o início do governo Lula.

O selo identificador das reportagens sobre a definição da taxa de juros pelo Copom é o mesmo utilizado para divulgar diariamente os indicadores econômicos. Trata-se de uma curva de gráficos que faz alusão à oscilação de indicadores, no caso, o sobe e desce da taxa de juros. A imagem virtual também é composta por cédulas de R\$ 1.

O *Jornal Nacional* destacou a manutenção da taxa de juros e as suas conseqüências práticas para a economia brasileira a partir do dia da reunião do Copom. No entanto, no dia anterior, terça-feira, 20 de maio de 2003, uma breve reportagem mostrou de maneira didática o que significa baixar ou aumentar os juros e como isso é possível. Devido a problemas com a gravação do telejornal em fitas VHS, serão analisadas apenas as edições dos dias 21, 22, 23 e 24, ou seja, de quarta-feira a sábado. Mesmo com esse recorte, o *corpus* ainda conta com algumas falhas na contagem do tempo dedicado às várias reportagens veiculadas pelo *Jornal Nacional* nas referidas edições, todavia sem comprometer a cientificidade das análises realizadas. O quadro a seguir resume a transcrição das reportagens analisadas.

Tabela 8 - Resumo da cobertura da definição da taxa de juros pelo *Jornal Nacional*

Edição	Tempo Total*	Tempo das Reportagens	Bloco	Descrição do Conteúdo
21/05/03 (4 ^a feira)	30'57"	3'32"	1°	Reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) e repercussões da taxa (críticas do vice, José Alencar; opinião de especialistas; de políticos do PT e da oposição).
22/05/03 (5 ^a feira)	Não disponível	2'40" e 1'	3°	Pedido de demissão de um diretor do Banco Central. Repercussão da taxa com ministro Antônio Palocci e presidente do BC Henrique Meirelles. Comentário de Franklin Martins.
23/05/03 (6 ^a feira)	36'26"	2'35"	4°	O ministro José Dirceu critica a manutenção da taxa mas argumenta que é tecnicamente necessária. Charge.
24/05/03 (sábado)	Não disponível	Não disponível	3°	Pronunciamento de Lula sobre o assunto. Governo diz que taxa não é criação petista, mas herança da gestão passada.

*Referente à soma de todos os cinco blocos de cada noticiário, sem os intervalos comerciais.

Na edição do dia 21, o tema analisado foi alvo de manchetes na escalada de notícias do telejornal e abriu o primeiro bloco. Temporalmente, foram dedicados três minutos e 32 segundos ao assunto. Para comprovar a decisão do Copom, são exibidas imagens do documento que divulga a manutenção da taxa de juros em 26,5% ao ano sob o argumento da necessidade de ser prudente adotar os mesmos mecanismos que vinham sendo utilizados e que

culminaram com o controle da inflação. Outras imagens mostram uma reunião do presidente Lula com empresários justamente para discutir mudanças positivas na economia e de um encontro entre o vice José Alencar e alguns representantes industriais. O conteúdo textual da reportagem procura mostrar que o valor da taxa é muito alto e que a sua manutenção dividiu opiniões. Quem faz as críticas mais ácidas é o vice-presidente, José Alencar. O empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantin, e a oposição também criticam a manutenção da taxa, mas sem muito rigor.

Na edição do dia 22, quinta-feira, o assunto é explorado em uma reportagem de dois minutos e 40 segundos do terceiro bloco do telejornal. O material destaca o pedido de demissão de um diretor do Banco Central, mas frisa que o executivo não relacionou o desligamento à decisão do Copom anunciada no dia anterior. O jornal divulga sonoras do vice Alencar declaradas no dia anterior em que ressalta seu descontentamento com a decisão do Banco Central. A reportagem termina com uma sonora do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que compara a necessidade de manter os juros altos, herdados do governo anterior, da mesma forma que doenças graves exigem um prolongamento do tratamento embora o paciente (no caso da comparação, a inflação) demonstre melhoras. Em seguida, o comentário de um minuto de Franklin Martins refere-se à manutenção da taxa de juros. O comentarista deprecia as críticas feitas por Alencar nas duas edições e ressalta que ele o vice-presidente deve ficar quieto para não trombar com as opiniões e atitudes de Lula.

A terceira edição da série selecionada, no dia 23, traz os comentários do ministro da Casa Civil, José Dirceu, sobre o caso. A duração do material é de dois minutos e 35 segundos. Dirceu participava de um seminário sobre Reforma da Previdência e fez os comentários sobre a manutenção da taxa de juros sem saber que era filmado por jornalistas. Mesmo depois que foi avisado que o que dizia estava sendo gravado, continuou o pensamento. Ao mesmo tempo em que critica, Dirceu o faz sem a veemência do vice Alencar, visto que destaca que as medidas tomadas pelo

Banco Central são “necessárias tecnicamente” e que, diante desta necessidade, o governo precisa ser criativo para vencer a inflação. Esta é a primeira edição que o assunto é seguido pela charge. Intitulada “E no Sebo das Idéias”, a charge mostra Lula e Fernando Henrique Cardoso disputando uma agenda que o ex-presidente afirma ser dele. Lula diz que já se apoderou da agenda.

A última reportagem analisada, veiculada no dia 24, sábado, mostra a repercussão da decisão do Banco Central no Planalto. O material é composto basicamente por uma nota sem imagens lida pela apresentadora Fátima Bernardes e uma sonora com Lula. O presidente, em viagem ao Peru, comenta que a política de juros altos foi herdada do governo anterior e que as taxas baixas prometidas em campanha ainda estão por vir.

As tabelas a seguir mostram as expressões, frases, adjetivos e advérbios que caracterizam os enquadramentos da cobertura dada pelo *Jornal Nacional* à definição da taxa de juros:

Tabela 9 – Expressões e frases que se referem à manutenção da taxa de juros favoravelmente ao governo

Expressões e frases	Ocorrências
“aprovação do mercado financeiro”	01
“é uma tentativa de segurar a inflação no país para manter o equilíbrio monetário. E por isso fazer a política de juros que considera adequada e necessária para que isso se realize.”	01
“as medidas tomadas até aqui são necessárias tecnicamente.”	02
“Os juros que estamos praticando é o juro da economia herdada.”	01

Tabela 10 – Expressões e frases que se referem à manutenção da taxa de juros contrariamente ao governo

Expressões e frases	Ocorrências
“A medida recebeu críticas de industriais e trabalhadores.”	01
“... manter o juro alto aumento o desemprego, prejudica a produção e premia os especuladores.”	01
“... é o caminho da recessão.”	01
“Pagar esses juros significa jogar o dinheiro do povo pela janela.”	01
“... a manutenção dos juros impede o crescimento econômico.”	01

O *Jornal Nacional* apresenta a mesma quantidade de expressões e frases para se referir favoravelmente e contrariamente à manutenção da taxa de juros: são cinco ocorrências para cada caso, como indicam as tabelas 9 e 10. Esse empate evidencia que não existe uma tendência nem pró e nem contra o governo do PT ao veicular as reportagens sobre a manutenção da taxa de juros. O assunto mostra-se controvertido no sentido de as reportagens apresentarem a mesma quantidade tanto de expressões que se referem à manutenção da taxa como uma atitude favorável ou desfavorável ao governo, o que denota uma neutralidade no enquadramento utilizado pelo *Jornal Nacional* para noticiar o assunto:

Tabela 11 – Síntese dos enquadramentos apresentados sobre a manutenção da taxa de juros

Enquadramentos	Ocorrências
Favoráveis ao governo do PT	05
Desfavoráveis ao governo do PT	05

c) O Caso Waldomiro

O terceiro – e último - tema analisado é o Caso Waldomiro Diniz, que é como ficaram conhecidas as denúncias de corrupção envolvendo o subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, uma espécie de representante dos interesses do Palácio do Planalto junto ao Congresso. Waldomiro Diniz ocupou o cargo, considerado de confiança, até a publicação das denúncias pela mídia, em 13 de fevereiro de 2004.

O caso tornou-se público através de uma reportagem exclusiva -“Bicho na Campanha” -, da revista *Época*, magazine semanal das *Organizações Globo*. A data da referidas edição da revista é do domingo, 16 de janeiro, mas o produto começou a circular principalmente nas capitais e grandes cidades desde a sexta-feira, 13. A revista revelou a gravação em vídeo que mostra Waldomiro negociando com o bicheiro Carlos Alberto Ramos, mais conhecido como Carlinhos Cachoeira, o favorecimento em uma concorrência pública para explorar jogos eletrônicos da Loterj (Loterias do Rio de Janeiro) em troca de propina para si e de contribuições para financiamentos de campanha de candidatos do PT em 2002. Na época da gravação, Waldomiro Diniz presidia a Loterj, no governo Benedita da Silva (PT-RJ). Após a divulgação das imagens, ele pediu demissão do cargo no governo federal. O governo também conseguiu impedir a instalação de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) para averiguar o caso.

O “furo jornalístico” de *Época* repercutiu em toda a mídia brasileira, o que demonstra a importância do fato. Isso também justifica a escolha do Caso Waldomiro para compor um dos temas submetidos a uma análise de enquadramento pela presente pesquisa. A reportagem foi indicada a uma das categorias do Prêmio Esso de Jornalismo de 2004 devido à qualidade investigativa apresentada pelo material.

Na semana escolhida, o *Jornal Nacional* deu grande ênfase ao assunto, inclusive com dedicação de blocos inteiros que extrapolaram o tempo normal de duração das seções que compõem o telejornal. Nas sete edições analisadas, o *Jornal Nacional* dedicou

81 minutos e 11 segundos ao tema. Em todas elas, as reportagens sobre o escândalo são completas – com *offs*, passagens, sonoras e notas-pés⁵.

O quadro a seguir resume a transcrição das sete edições analisadas sobre o tema:

Tabela 12 - Resumo da cobertura do Caso Waldomiro pelo *Jornal Nacional*

Edição	Tempo Total*	Tempo das Reportagens	Bloco	Descrição do Conteúdo
13/02/04 (6 ^a feira)	38'40"	6'06"	4°	Repercussões em Brasília sobre a denúncia; imagens do vídeo que comprova a denúncia; imagens da reportagem da revista <i>Época</i> ; sonora com membros do governo e da oposição.
14/02/04 (Sábado)	35'50"	8'39"	1°	Informações complementares sobre o caso e entrevista por telefone com Carlinhos Cachoeira.
16/02/04 (2 ^a feira)	37'55"	10'28"	3°	Trabalhos da Polícia Federal e do Ministério Público para apurar o caso; movimentação no Congresso causada pelas denúncias; repercussão na mídia internacional.

⁵ *Off* é o texto narrado pelo repórter em que o áudio é “coberto” por imagens que fazem referência direta ao que é falado. Passagens constituem as situações em que a imagem do repórter aparece no vídeo ao mesmo tempo em que ele narra mais informações. Nota-pé é um complemento efetuado ao final da reportagem pelos apresentadores do telejornal.

Edição	Tempo Total*	Tempo das Reportagens	Bloco	Descrição do Conteúdo
17/02/04 (3 ^a feira)	37'55"	10'28" e 2'42"	1°	Movimentação no Congresso; repercussão do caso na Assembleia Legislativa do Rio; proposta de Reforma Política; charge.
18/02/04 (4 ^a feira)	25'	7'18" e 2'	1°	Discussão sobre abertura ou não de CPI; opiniões do governo e da oposição e detalhes sobre a exploração dos bingos e evidências de corrupção no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Segunda charge.
19/02/04 (5 ^a feira)	38'	4'05"; 2'12" e 1'	4° e 5°	Resultados preliminares de investigações da Polícia Federal e do governo. Comentários de Franklin Martins. Terceira charge.
20/02/04 (6 ^a feira)	40'	20'20" e 3'40"	1°	Medida provisória editada pelo presidente Lula proíbe o funcionamento de bingos e máquinas caça-níqueis. Repercussão do impacto desses jogos na economia brasileira. Quarta charge.

*Referente à soma de todos os cinco blocos de cada noticiário, sem os intervalos comerciais.

A edição do dia 13 de fevereiro, a primeira da série escolhida, menciona o Caso Waldomiro já na escalada de notícias. É a primeira manchete da escalada e ocupa 23 dos 55 segundos dessa seção do jornal, quando também já são exibidas as imagens do conteúdo da gravação que mostra a negociação entre o até então subchefe para assuntos parlamentares e o bicheiro Carlinhos Cachoeira. A qualidade de tais imagens é inferior ao chamado Padrão Globo de Qualidade visto que a gravação foi feita pelo bi-

cheiro, com o auxílio de câmeras escondidas durante o encontro com Waldomiro.

O *Jornal Nacional* não possui blocos fixos para cada editoria, como ocorre por exemplo com jornais impressos e revistas. No entanto, também é possível inferir, após uma observação sistemática do telejornal, que os assuntos mais importantes do dia, geralmente aqueles que coincidem com as manchetes da escalada, são tratados já no primeiro bloco. Essa inferência, todavia, não pode ser considerada uma regra, porque houve edições em que se observou que o Caso Waldomiro, por exemplo, abre a escalada mas é tratado somente no terceiro ou quarto bloco, por vezes sem ao menos abrir essas seções.

A reportagem inaugural do assunto no *Jornal Nacional* ocupa o final do quarto bloco, depois da veiculação de duas reportagens, das quais uma também é assunto para o comentário de Arnaldo Jabor; quatro notas simples e cobertas e uma vídeo charge. São seis minutos e seis segundos - o tempo total desta edição é de 38 minutos e quarenta segundos - o que lhe confere a característica de ser a reportagem mais longa apresentada nesta edição. A reportagem conta com textos em *offs* “cobertos” com imagens sobre o burburinho causado pela denúncia entre os políticos de Brasília e pelas imagens e áudio da gravação da conversa de Waldomiro com o bicheiro. O jornal utiliza do recurso de colocar legendas para facilitar a identificação correta do áudio, prejudicado pelas condições da gravação e pelo tom sussurrado da conversa, que por si só denota a necessidade de esconder seu conteúdo ilícito. Há também imagens da edição da revista *Época*, responsável pela publicação do material em primeira mão, e dos dois candidatos petistas que teriam suas campanhas financiadas pela propina, a saber Geraldo Magela, do Distrito Federal e Benedita da Silva, do Rio de Janeiro. Além dos textos do *off*, a reportagem é composta por sonoras com o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, responsável pela contratação de Waldomiro para o cargo de confiança no governo do PT; o ministro Aldo Rebelo, a quem o acusado era subordinado; e o presidente do PT, José Genoíno. Também fo-

ram ouvidos alguns representantes da oposição ao governo Lula, como o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, o senador tucano Antero Paes de Barros e José Serra, presidente do PSDB.

No dia 14, o assunto volta a inaugurar a escalada do jornal. Dos 35 minutos e 50 segundos de noticiário, o Caso Waldomiro ocupa oito minutos e 39 segundos. Diferentemente do primeiro dia em que foi coberta, a denúncia ganha mais destaque e migra para o primeiro bloco, mas não figura como assunto exclusivo dessa seção visto que outras reportagens a sucedem.

Ainda no primeiro bloco da edição do dia 14, são veiculadas outras quatro notas “cobertas” por imagens relativas a assuntos diversos, sem que, no entanto, tenham relação com o Caso Waldomiro ou com a política nacional. São utilizadas imagens de arquivo de Waldomiro concedendo entrevista ainda quando era presidente da Loterj; do Palácio do Planalto e do Congresso; de documentos que comprovam a ligação do acusado com o Planalto na condição de funcionário; de páginas e da capa da revista *Época* que denunciou o caso, e de membros importantes da equipe do governo Lula que direta ou indiretamente foram moralmente prejudicados pela denúncia. A reportagem deste dia do *Jornal Nacional* esmiúça o caso com mais informações e divulga uma entrevista com o bicheiro feita por telefone.

A edição do dia 16 também é aberta com manchetes sobre o Caso Waldomiro. O tema é tratado no terceiro bloco, que dura 10 minutos e 28 segundos de um tempo total do jornal de 37 minutos e 55 segundos. A reportagem mostra a ação do Ministério Público e da Polícia Federal em busca de documentos em imóveis de Carlinhos Cachoeira e Waldomiro Diniz que comprovem as denúncias, e a tensa movimentação no Congresso para abrir ou não uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar o caso. O jornal exhibe também uma espécie de currículo de Waldomiro ao destacar no texto outros episódios ilícitos em que ele esteve envolvido e a repercussão do caso no americano *The New York Times* e no britânico *Financial Times*.

Na edição do dia 17, o assunto também abre a escalada de no-

tícias e ocupa todo o primeiro bloco, totalizando nove minutos e 18 segundos de exibição. No final, é veiculada a primeira charge sobre o assunto. Denominada “E no circo Brasil...”, a charge do cartunista Chico Caruso mostra o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, atingido por uma torta que suja seu rosto, em referência a uma manifestação ocorrida na semana anterior contra a política adotada por seu ministério em relação aos aposentados brasileiros, e o ministro José Dirceu manipulando malabares. Dirceu diz: “_Chega pra lá Berzoini, que o circo não pode parar.” A afirmação refere-se ironicamente aos acontecimentos dos últimos dias do Caso Waldomiro que deixou Dirceu em uma situação inusitada, como ocorre com os malabaristas circenses, que têm que vencer o desafio de não deixar as peças caírem, apesar da dificuldade de manipulá-las.

As imagens da reportagem mostram os parlamentares petistas sem aparentar preocupação com o caso e a movimentação no Congresso tanto de políticos do PT quanto da oposição. Há destaque para a repercussão do caso na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Logo após essa reportagem, é divulgada outra que trata especificamente da Reforma Política, que repercutiu em todo o meio político de Brasília após a divulgação do Caso Waldomiro. Essa seção tem dois minutos e 42 segundos. O conteúdo mostra as vantagens da reforma no sentido de evitar atos corruptos para financiar campanhas e entrevistas com especialistas que endossam esse argumento.

No dia 18, mais uma vez a escalada do *Jornal Nacional* á aberta com o Caso Waldomiro, que também abre o primeiro bloco com uma reportagem de sete minutos e 18 segundos de duração. O tempo total do jornal deste dia é de 25 minutos. A reportagem apresentada dedica-se às discussões entre parlamentares do PT e da oposição sobre a criação de uma CPI para investigar o caso. Há sonoras de parlamentares petistas e da oposição e do ministro da Justiça, Marcos Thomas Bastos.

Em uma segunda etapa da reportagem, são apresentados mais detalhes do esquema dos bingos e caça-níqueis no Rio de Janeiro

e no Rio Grande do Sul e as investigações do Ministério Público sobre o caso. A charge que segue a reportagem refere-se ao Caso Waldomiro. O título é “E naquele quarto andar do Palácio do Planalto”, em alusão à parte do imóvel símbolo do Poder Executivo Federal onde ficava até antes da denúncia o escritório de Waldomiro Diniz, bem próximo ao do ministro José Dirceu. Na charge, Dirceu aparece vestido de mergulhador. Em seguida, o presidente Lula pergunta se é uma fantasia para cair na folia, visto que o Carnaval 2004 começaria naquele final de semana. Dirceu, por sua vez, responde que é a roupa para cair mais uma vez na clandestinidade, uma vez que o ministro permaneceu muito tempo nesta condição durante o Regime Militar. Ao dizer isso, caminha em direção à mureta da sacada como se fosse mergulhar no infinito e fugir de qualquer tipo de responsabilidade pelo caso.

Logo depois, entra no ar uma reportagem sobre um seminário que discutiu a Reforma Política em São Paulo e reuniu políticos de vários partidos. Mais uma vez, a reportagem tem cunho didático e mostra os principais pontos da reforma, explicados por sonoras de políticos de vários partidos, seja da base aliada ao governo, seja da oposição.

Na edição do dia 19, com duração total de 38 minutos, o Caso Waldomiro é mencionado na escalada e na segunda reportagem do quarto bloco, que dura quatro minutos e cinco segundos. O conteúdo da reportagem mostra as investigações do Ministério Público sobre o caso e as organizadas pelo próprio governo Lula, com destaque para o depoimento à Polícia Federal do bicheiro Carlinhos Cachoeira, que fez as gravações.

Pela primeira vez, o Caso Waldomiro é tema para os comentários políticos de Franklin Martins, que fala sobre a posição do ministro José Dirceu em toda a história. Como já foi dito, Dirceu seria o responsável direto pela contratação de Waldomiro como assessor do Planalto. O comentário dura um minuto.

Uma nota coberta⁶ de 35 segundos, que relaciona brevemente

⁶ Refere-se à nota lida pelos apresentadores do telejornal (somente áudio), “cobertas” por imagens sobre o assunto divulgado.

o assunto com os trâmites diários do mercado financeiro, separa a reportagem da charge do dia, que mais uma vez refere-se ao Caso Waldomiro. Na charge, José Dirceu diz que fará um pronunciamento sobre o momento atravessado pelo governo. Em seguida, começa a tocar pandeiro com o senador Aloísio Mercadante, o ministro Aldo Rebelo e o presidente Lula, numa alusão ao “carnaval” que atravessam.

O assunto é retomado no quinto bloco, com uma reportagem que destaca a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal de Waldomiro Diniz. A reportagem dura dois minutos e 12 segundos. Depois disso, uma reportagem de três minutos e 23 segundos mostra o envolvimento de um bispo da Igreja Universal do Reino de Deus do Rio de Janeiro que também é deputado, com Waldomiro. Por causa desse relacionamento, o bispo deixou de representar a bancada da Universal.

No dia 20, o Caso Waldomiro ocupa mais da metade do tempo total do *Jornal Nacional*: são 20 minutos e 20 segundos de reportagem em uma edição que tem 40 minutos de duração. O assunto é abordado na escalada e no primeiro bloco do telejornal, exclusivo para o assunto. O texto e as imagens mostram a tão esperada reação do Planalto ao caso: Lula decide convocar uma CPI para avaliar as denúncias e aprova uma Medida Provisória que proíbe o funcionamento dos bingos em todo país.

A reportagem mostra as consequências econômicas da medida, as reações dos proprietários e trabalhadores de casas de bingo e dos parlamentares e coloca no ar um discurso de Lula em que se explica porquê não tinha se pronunciado até o momento, reforça a necessidade das investigações e defende que todos estão sujeitos a possíveis denúncias sobre qualquer coisa. A charge do dia, veiculada no segundo bloco, também se refere ao Caso Waldomiro. O título é “Não há clima para carnaval”. O ministro Dirceu aparece tocando pandeiro e Lula pede silêncio, mostrando-se conturbado com toda a situação.

As tabelas a seguir mostram as expressões e frases que carac-

terizam os enquadramentos da cobertura dada pelo *Jornal Nacional* ao caso Waldomiro.

Tabela 13 – Expressões que isentam o governo federal de culpa no caso Waldomiro

Expressões e frases	Ocorrências
“foi demitido”/ “foi exonerado”/ “demissão” / “exoneração” / “afastado do cargo”	14
“(governo) pediu rápida e rigorosa investigação”	03
“Nossa posição de muita tranquilidade (...) Waldomiro não é filiado ao PT.”	01
“Os fatos aconteceram em 2002, antes do governo Lula.”	03
“... nenhum centavo entrou (na campanha eleitoral) vindo do senhor Waldomiro Diniz.”	01
“O que acontece com um subalterno não tem nada a ver, em princípio, com quem está em cima.”	01
“Confiei nele quando não devia ter confiado”	01
“O governo Lula é um governo sério, né. Isso aí foi um caso isolado, uma ovelha negra, sabe?”	01

As expressões e frases listadas na tabela acima (13) são utilizadas pelo telejornal para isentar o governo federal de culpa no caso Waldomiro e totalizam 25 ocorrências em todas as sete reportagens analisadas. Elas destacam que Waldomiro foi exonerado do cargo e não faz mais parte do governo do PT, além de indicar a idoneidade da gestão petista como se o caso fosse uma situação isolada, que infringe os preceitos éticos do partido.

Embora as reportagens analisadas refiram-se 96 vezes ao caso Waldomiro como um ato de corrupção, apenas dez relacionam o crime ao governo federal, conforme demonstra a tabela abaixo. Ou seja, o *Jornal Nacional* representa o caso Waldomiro como um ato de corrupção em 106 passagens, mas 96 delas destaca o

“escândalo” como um evento isolado em que a pessoa de Waldomiro Diniz detém toda e qualquer culpa. As outras dez vezes associam o crime ao governo federal, uma vez que colocam Waldomiro Diniz como funcionário do governo petista.

Tabela 14 – Expressões sobre o caso Waldomiro visto como um ato de corrupção isolado ou envolvendo o governo federal

Expressões e frases	Ocorrências
“cobrança de propina”	19
“crime”	11
“denúncia de irregularidades” / “denúncia”	41
“corrupção”	10
“escândalo”	15
“Waldomiro era funcionário (ou tinha cargo de confiança) do governo Lula” / “ex-subchefe para assuntos parlamentares”	04
“comissão parlamentar de inquérito” (ou CPI)	06

Ao contrastar as duas tabelas anteriores (13 e 14), deparamos com o seguinte resultado: o caso Waldomiro é retratado mais como um escândalo de corrupção isolado, uma vez que por 96 vezes o *Jornal Nacional* o representa como um “crime”, “escândalo” ou “denúncia de corrupção”, que uma denúncia de irregularidades de um membro do governo petista. Afinal, o “escândalo” só é associado ao governo federal em dez passagens. Às 96 vezes em que o caso é tratado sem referências diretas ao governo petista, soma-se as 25 (tabela 13) em que o telejornal destaca o fato de Waldomiro Diniz ter sido afastado do governo, o que, indiretamente, isenta-o de culpas uma vez que já tomou as providências necessárias. Dessa forma, temos:

Tabela 15 – Síntese dos enquadramentos apresentados sobre o Caso Waldomiro

Enquadramentos	Ocorrências
Favoráveis ao governo do PT	111 (tabelas 13 e parte da 14)
Desfavoráveis ao governo do PT	10 (parte da tabela 14)

6.2 Análise interpretativa: os enquadramentos

Esta segunda seção busca interpretar os dados categorizados pelas tabelas e pela descrição efetuadas anteriormente para verificar os enquadramentos utilizados pelo *Jornal Nacional* na cobertura dos três temas selecionados e fazer inferências sobre as relações da *Rede Globo* com o governo petista.

a) As reformas constitucionais

A primeira consideração a ser feita é relacionada ao critério temporal. Percebe-se que o *Jornal Nacional* dedicou uma certa prioridade ao tema das reformas constitucionais: somadas, as reportagens totalizam mais de 40 minutos no período analisado. Abordar a reforma tributária como tema da tradicional série semanal apresentada pelo *Jornal Nacional* também é uma prova dessa prioridade, porque o tema é agendado durante cinco dias consecutivos, com um média de tempo de quatro minutos e meio para cada reportagem.

Ao noticiar a reforma tributária, o *Jornal Nacional* adotou um enquadramento didático, isto é, conduziu as reportagens de maneira a esclarecer os principais pontos da reforma. Para isso, apresentou infográficos nos cinco dias em que a série foi veiculada. Vale ressaltar que a reportagem adotou um enquadramento

popular, visto que não priorizou dados técnicos sobre a reforma, com a divulgação de índices e valores de alíquotas e tarifas. A prioridade da série foi mostrar como os impostos incidem, na prática, no bolso de cada brasileiro, e porque atuam como entraves para o crescimento econômico de empresas.

Além de uma abordagem didática e popular, a reforma tributária foi representada por meio de um enquadramento favorável às teses do governo. Em nenhum momento, o *Jornal Nacional* criticou pontos específicos ou o texto geral da reforma, o que, indiretamente, significaria julgar negativamente o governo federal, visto que a proposta de emenda constitucional foi elaborada pela equipe econômica do presidente Lula. Não queremos dizer que a reportagem ignore o fato de haver muitas mudanças que precisam ser efetuadas justamente para poupar o bolso do consumidor e promover o crescimento da economia. Pelo contrário. Para indicar essa necessidade de mudanças, entretanto, o *Jornal Nacional* utiliza argumentos de economistas, empresários, especialistas, e mesmo da própria população, por meio das sonoras das reportagens, ou seja, deixa as críticas a cargo de outras vozes. Concomitantemente, ao destacar a história da tributação no Brasil, como a reportagem procedeu no segundo dia da série (29 de abril), o telejornal reforça o enquadramento oficial, uma vez que exprime, mesmo que sutilmente, que os problemas na cobrança de impostos são antigos e, portanto, não devem ser relacionados ao atual governo petista.

Percebe-se, também, que o telejornal demonstra um certo equilíbrio nos enquadramentos oficiais e contrários ao governo quando destaca a movimentação política em torno da apreciação e votação das duas reformas em questão. É importante ressaltar que há um equilíbrio nas sonoras que compõem as reportagens no sentido de que é dado espaço igualitário para a ala petista e para a oposição, formada na época pelos filiados radicais do PT e pelos partidos que não apóiam o governo, como é o caso do PFL.

Ao cobrir a reforma da Previdência, o *Jornal Nacional* reitera a ineficiência do sistema previdenciário brasileiro por meio

da edição das imagens exibidas. O sistema anterior à reforma é representado como moroso, injusto e completamente desordenado pelas imagens exibidas, que mostram filas; arquivos na mais completa bagunça; exemplos de pessoas que solicitaram o benefício mas que só o conseguiram anos depois, quando até já tinham morrido; e de outros que, visivelmente fazem jus à aposentadoria mas têm os pedidos recusados pela Previdência.

O que o telejornal omite, todavia, é que a proposta de reforma do governo não visa a ordenar o sistema previdenciário e torná-lo livre desses paradoxos. Na verdade, o principal objetivo da reforma é modificar a aposentadoria no setor público. Apesar de essa questão ter rendido os debates e protestos mais calorosos em relação à reforma previdenciária em 2003, tanto entre o funcionalismo público, como no meio político de Brasília, nas edições analisadas, o *Jornal Nacional* parece encobrir a questão com os problemas clássicos da Previdência citados anteriormente, mais relacionados a exigências administrativas, morais, éticas e de promoção da cidadania. As mudanças na aposentadoria do funcionalismo estão em segundo lugar na hierarquia de prioridade. Informações sobre as principais mudanças que seriam empreendidas pela reforma são explicadas brevemente em infográficos nas edições dos dias 29 e 30 de abril.

Dessa forma, os enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional* na cobertura das reformas constitucionais acabam por promover moralmente a iniciativa do governo petista, mesmo que indiretamente. O telejornal da *Globo* confere grande destaque às reformas e salienta a necessidade de elas ocorrerem uma vez que relaciona sua aprovação à extinção de problemas ligados à concessão de aposentadorias e à cobrança excessiva de impostos.

O que queremos apontar aqui é que o *Jornal Nacional* apenas mostra a necessidade das reformas, sem promover debates sobre o real conteúdo do texto apresentado no Congresso. Por exemplo, no quarto dia da série sobre a reforma tributária, o telejornal tece críticas à proposta de a CPMF tornar-se uma contribuição perma-

nente, mas não o faz de maneira a relacionar a autoria da emenda constitucional ao governo petista.

Finalmente, além de serem apresentadas de maneira eufórica, as reformas são amplamente relacionadas à iniciativa do governo. Os pontos polêmicos, geradores de um significado disfórico, são indicados nas reportagens muito superficialmente, como se o texto da emenda não tivesse autoria, visto que nenhuma instância do poder ou grupo político é responsabilizado por isso.

Analogamente, a reportagem da revista *Época* de 21 de abril de 2003 que aborda a reforma tributária, também apresenta um enquadramento pró-governo, uma vez que salienta os esforços do Planalto em aprovar a emenda constitucional com as mudanças no sistema tributário e o que essas transformações significam de positivo para o desenvolvimento da economia brasileira. Na linha fina da reportagem⁷, a frase “se der certo, será mais do que se fez nos últimos anos”, comprova a tese do enquadramento governista porque induz o leitor a pensar que pelo menos o governo tenta fazer a coisa certa em busca do desenvolvimento.

O *Jornal da Record*, trata o tema das reformas mais sob o viés do embate político que a aprovação das reformas significaria para o governo Lula que pelo enquadramento didático ou defensor das mudanças utilizado pelo *Jornal Nacional*. O *Jornal da Record* deu mais destaque às divergências partidárias, inclusive às contradições internas do PT, que ao conteúdo do texto das reformas apresentado ao Congresso. Nas sete edições deste telejornal que serviram como veículo comparativo, são comuns expressões como “cruzada pelas reformas tributária e da Previdência”, “batalha”, “está dada a largada para a disputa”, em relação ao desafio enfrentado pelo governo Lula para ter as reformas aprovadas.

⁷ Denominação da frase localizada graficamente no alto das reportagens de jornais e revistas, que apresenta uma fonte gráfica menor que a do título ou manchete, e cuja função é resumir o conteúdo do texto e destacar alguma informação.

b) A taxa de juros

A taxa de juros foi assunto de notícias veiculadas durante as quatro edições analisadas o que possibilita inferir que o *Jornal Nacional* deu destaque ao assunto. A título de exemplificação, a primeira reportagem sobre o tema, veiculada no dia 23, é a maior em termos temporais quando comparada às demais reportagens da mesma edição.

Como a taxa de juros foi mantida em um patamar considerado alto, o tema escolhido é notoriamente tido como disfórico para o governo Lula, visto que não condiz com as propostas de campanha do presidente. As altas taxas de juros foram combatidas pelo PT, uma vez que se transformaram em características dos últimos anos da era FHC. O *Jornal Nacional*, contudo, não destaca esse lado disfórico do tema.

De maneira geral, as reportagens analisadas terminam com sonoras de membros do governo que justificam a manutenção da taxa de juros em 26,5% ao ano. No dia 22, o ministro Palocci refere-se metaforicamente à inflação como uma doença grave, que precisa continuar em tratamento até o final, ou seja, com adoção das mesmas taxas de juros, mesmo que o doente – a economia brasileira – tenha dado sinais de recuperação. No dia seguinte, é a vez do ministro José Dirceu afirmar que as medidas tomadas pelo Banco Central são “necessárias tecnicamente”, e que, na ocasião, o governo precisava de criatividade para conviver com os juros altos enquanto não pudesse abaixá-los. Na última reportagem analisada, Lula exime-se de qualquer culpa ao dizer que as taxas de juros são uma herança do governo FHC. Essa estratégia confere ao tema um enquadramento favorável ao governo, visto que responsabiliza o governo anterior pelo problema, levando o telespectador a ter esperanças de que a situação não será permanente. Essa interpretação das reportagens pode ser comprovada pela presença de expressões no texto, constantes da tabela 8, que sugerem que os juros altos são “um mal necessário”.

O comentário de Franklin Martins também exprime a orientação pró-governo do *Jornal Nacional*. A opinião do comentarista

resume-se a criticar a postura do vice José Alencar, único participante do governo que depreciou vigorosamente a decisão do Banco Central de manter os juros elevados. Enfaticamente, Martins afirma que “vice bom é vice discreto, que fica na sombra e cisca para dentro.”

O único trecho analisado da série que adota um enquadramento incontestavelmente contra o governo é a charge veiculada na edição do dia 23. Chico Caruso, autor do cartum, ao utilizar-se da ironia comum a esse gênero jornalístico, compara Lula ao ex-presidente Fernando Henrique como se o governo petista fosse uma continuação do tucano, uma vez que optam pela adoção da mesma política monetária. A charge insinua que Lula segue o mesmo caminho de FHC até porque utiliza a agenda que foi dele, encontrada no “Sebo das Idéias” imaginado por Caruso.

O enquadramento adotado por *Época* (edição de 21 de abril de 2003) sobre a definição da taxa de juros, de uma forma geral, é semelhante ao do telejornal mais importante das *Organizações Globo*. A revista também destaca que a manutenção da taxa em um patamar considerado alto constituiu uma situação normal para um governo que começara havia apenas quatro meses e que não teria tido tempo hábil para baixar os juros. A legenda da única foto da reportagem direciona essa idéia e comprova o enquadramento: “Lula não pode baixar os juros de uma hora para outra”.

Em comparação, o enquadramento adotado pelo *Jornal da Record* para a definição da taxa de juros não apresenta grandes discrepâncias em relação às representações construídas pelo *Jornal Nacional* e pela revista *Época*. Ainda que mais sutilmente, o *Jornal da Record* também critica as declarações contra a alta taxa de juros proferidas pelo vice-presidente José Alencar. Outra diferença é que as críticas na *Record* são feitas pelo próprio apresentador do telejornal, Boris Casoy, que atua como âncora – apresenta as notícias e as comenta - enquanto na *Globo*, há um comentarista especial – Franklin Martins. Cabe lembrar que o *Jornal da Record* adota um enquadramento de esperança, isto é, os comentários do âncora e de Salete Lemos, outra apresentadora, perpassam a idéia

de que a manutenção da taxa alta é provisória e que seria preciso esperar mais uns três meses para que os juros diminuíssem de patamar.

c) O Caso Waldomiro

O fato de as reportagens selecionadas sobre o caso Waldomiro ocuparem lugar de destaque na escalada de notícias de todos os sete telejornais analisados e o primeiro bloco de quatro edições estudadas comprova a importância dada pelo *Jornal Nacional* ao assunto. Por si só, essa priorização, aliada ao tempo de mais de 80 minutos dedicado ao assunto durante sete edições, possibilita inferir que o telejornal adotou um enquadramento de destaque em relação ao caso Waldomiro.

De maneira geral, as sete edições analisadas sobre o Caso Waldomiro não trataram o tema de forma a atacar o governo federal e não adotaram um enquadramento contrário ao presidente Lula. Diferentemente disso, determinados pontos das reportagens das sete edições deixaram claro que as denúncias de corrupção, cobrança de propina e de dinheiro ilícito para financiar campanhas do PT partiram do assessor Waldomiro Diniz sem que, para isso, ele tenha recebido ordens de algum membro do Partido dos Trabalhadores ou do governo Lula. Portanto, a responsabilidade pelos atos ilícitos denunciados pela mídia seria de Waldomiro Diniz, segundo o *Jornal Nacional*. Em um trecho de uma sonora com o presidente do PT, José Genoíno, veiculada no primeiro dia da série que compõe o *corpus* deste estudo, o político deixa claro que Waldomiro não era filiado ao partido. As reportagens também ressaltam que as denúncias referem-se a acontecimentos de 2002 e que Waldomiro somente passou a ocupar a função de subchefe para assuntos parlamentares em 2003, quando o governo Lula começou.

Outro ponto que reforça o enquadramento ameno com o governo é o fato de as reportagens mostrarem a repercussão política do Caso Waldomiro de forma generalizada, isto é, ressaltam a preocupação de todo o Congresso com o acontecimento, seja

entre os parlamentares aliados ao governo, seja entre a oposição. Dessa forma, as reportagens poupam o Poder Executivo, porque a repercussão dos fatos aparece de forma disseminada em todo o meio político de Brasília.

Ao mesmo tempo em que os enquadramentos citados favorecem o governo, há termos e expressões bastante fortes usados na categorização do Caso Waldomiro pelo *Jornal Nacional*. Por exemplo, o episódio é rotulado pelo jornal de “denúncia de corrupção” e “escândalo”, que levam a julgamentos morais. A palavra crime também foi usada na categorização, visto que a legislação brasileira, inclusive a dedicada a fins eleitorais, assim considera a corrupção, cobrança de propina e financiamento de campanhas políticas com dinheiro ilícito.

Já na primeira edição da série (dia 13), a apresentadora Fátima Bernardes anuncia, na última manchete da escalada de notícias sobre o caso, que Waldomiro Diniz teria sido demitido do cargo no Planalto. Nos dias seguintes, essa condição de ex-funcionário de confiança é sempre citada assim que a acusação de corrupção é anunciada. No entanto, é importante ressaltar que, durante a reportagem, as denúncias são relacionadas exclusivamente ao nome de Waldomiro. No texto da reportagem do dia 13, há a indicação de que Lula teria pedido rápida e rigorosa investigação sobre o caso, o que denota a indignação da presidência da República com o escândalo desde o início da cobertura mediática sobre o assunto. No dia seguinte, um trecho da reportagem chama a atenção: o bicheiro acusado, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, diz acreditar que o escândalo tenha sido um ato isolado. “_O governo Lula é um governo sério, né. Isso aí foi um caso isolado, uma ovelha negra, sabe?”, diz Cachoeira em uma breve sonora que compõe a reportagem e que auxilia na construção do enquadramento a favor do governo.

Os textos das reportagens contam com poucos adjetivos e advérbios que possam direcionar enquadramentos a favor ou contra o governo Lula. Os textos são enxutos e referenciais, principalmente quando comparados com a reportagem de *Época* que di-

vulgou publicamente o caso. Enquanto a revista leva o leitor a inferir que o governo petista também é corrupto, embora a bandeira do Partido dos Trabalhadores sempre tenha sido o combate a ações lesivas às prerrogativas constitucionais no que diz respeito à administração pública e à cidadania, o *Jornal Nacional* não faz nenhum tipo de comparação que possa direcionar um enquadramento “anti-Lula”.

A edição de *Época* que divulga o caso traz na capa o título “Dinheiro sujo” e se refere a Waldomiro como o “homem que cuida dos interesses do Planalto”, expressões que constroem um enquadramento nitidamente desfavorável ao governo petista. A carta do editor da mesma edição (16 de fevereiro) conclui que o PT é um partido como qualquer outro, isto é, também é manchado por casos de corrupção. Outra discrepância de enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional* e por *Época* pode ser verificada na segunda edição da revista dedicada ao assunto (que circulou em 23 de fevereiro de 2004). O texto coloca em xeque se os atos de corrupção envolvendo Waldomiro Diniz não foram praticados também em 2003, quando o acusado já teria adquirido um cargo de confiança no governo petista. O *Jornal Nacional*, ao contrário, destaca que os atos de corrupção ora denunciados foram praticados somente em 2002, antes da gestão Lula começar.

A título de comparação, também destacamos, de forma resumida, o enquadramento mais geral adotado pela *Folha de S. Paulo*, que também figura como veículo referencial nesta pesquisa. As reportagens publicadas pelo diário que dizem respeito ao tema são identificadas pela expressão “Sombra no Planalto”. No entanto, ao invés de relacionar diretamente o escândalo da cobrança de propina feita por Waldomiro Diniz ao presidente Lula, o jornal liga o caso ao ministro José Dirceu, responsável pela contratação do ex-assessor e a quem o acusado era subordinado. Vale lembrar que destacar Dirceu na reportagem em lugar de Lula não significa isentar o presidente de qualquer culpa, uma vez que o ministro é uma das figuras mais fortes do governo do PT e braço direito do governo. Outra questão a ser levantada, tanto no texto

das reportagens publicadas pela *Folha*, quanto nas colunas de colaboradores, é a categorização do escândalo como uma prova de que o PT é um partido semelhante às demais agremiações brasileiras e que, embora o Partido dos Trabalhadores priorize o combate à corrupção como uma de suas bandeiras, não está livre dela em suas gestões.

Com relação ao *Jornal Nacional*, outra demonstração de equilíbrio nas reportagens analisadas é o espaço dado aos acusados e aos acusadores, conforme determinam os princípios éticos da prática jornalística. Em todas as edições, fica evidente a preocupação do *Jornal Nacional* em ouvir as partes envolvidas no caso: o bicheiro que fez a denúncia, gravou a conversa e entregou a fita VHS à revista *Época*; membros do PT, ministros e parlamentares do partido; políticos da oposição; representantes do Ministério Público e da Polícia Federal etc. O equilíbrio é inclusive temporal: uma sonora com representantes do PT sempre é seguida por outras de membros da oposição ou vice-versa. Nos telejornais analisados, somente o acusado Waldomiro Diniz não foi ouvido, porque seu paradeiro era desconhecido pela polícia, Ministério Público e mídia até aquele momento. Waldomiro não atendeu a mídia e aparentemente não entrou em contato com ninguém do governo Lula após a divulgação da reportagem da revista *Época*.

As vídeo charges do cartunista Chico Caruso constituem o momento das reportagens sobre o Caso Waldomiro em que a referência ao governo Lula inexoravelmente ganha o tom de crítica e enquadramentos negativos. Das sete edições analisadas, as quatro últimas apresentam charges relacionadas ao tema. Todas utilizam a ironia, intertextualidade e humor sarcástico, comuns a esse gênero jornalístico, para se referirem ao caso. É importante ressaltar que o conteúdo das charges não é simples e de fácil entendimento e exige do telespectador reflexão para entender a crítica perpassada pela ironia e pelo humor dentro do contexto da política nacional.

Das quatro charges, pelo menos em três o ministro José Dirceu é o maior alvo da ironia e do humor ferino, logo, do enquadra-

mento crítico, sempre retratado em situações delicadas. Nas duas últimas charges, predomina a intertextualidade com o Carnaval, que iria começar no final de semana seguinte em todo o país: a bagunça típica desse evento da cultura brasileira é comparada ao reboliço que o Caso Waldomiro causou no governo Lula.

Em última análise, as reportagens apresentadas pelo *Jornal Nacional* sobre o Caso Waldomiro no período analisado, apresentam características do jornalismo interpretativo, além daquele de cunho factual, que noticia os acontecimentos diários. Ao contrário do que foi feito por *Época*, que explorou o jornalismo investigativo porque detinha o furo jornalístico sobre o caso, o *Jornal Nacional* priorizou contextualizar o que as denúncias de corrupção envolvendo o ex-assessor do Planalto significavam para a política e a economia brasileira, além de simplesmente noticiar o fato. Por isso, as reportagens mostraram a necessidade de uma reforma política que regulamente o financiamento de campanhas políticas com dinheiro público para evitar doações ilícitas feitos por empresários para caixas de candidaturas. O telejornal também mostrou o setor da economia movido pelos bingos e jogos eletrônicos, como funcionavam e porque eram permeados por irregularidades, possibilidade de lavagem de dinheiro e até envolvimento com a máfia de países europeus.

Lima (2004) observa que as coberturas sobre o Caso Waldomiro realizadas pelo *Jornal Nacional* e pela revista *Época* obedeceram a enquadramentos distintos e dá uma interpretação para esse fato:

“A ausência/ineficácia da legislação permite que grupos brasileiros possuam propriedade cruzada de veículos de mídia, vale dizer, controlem ao mesmo tempo e no mesmo mercado, a mídia impressa (jornais, revistas) e a mídia eletrônica (rádio, televisão). Além disso, em alguns grupos de mídia, os mesmos jornalistas/colunistas estão presentes em diferentes veículos: jornais, revistas, TV aberta e paga, rádio e sites

na Internet. Esses fatos poderiam sugerir que a cobertura política de diferentes veículos de um mesmo grupo (por exemplo: jornal, televisão e revista), necessariamente seguiria a mesma orientação [*enquadramento*]. No entanto, nem sempre isso acontece. Ao contrário, um grupo empresarial pode exercer, de forma estratégica, seu poder de barganha com o Estado, orientando (ou omitindo) de forma diferenciada, dentro dos limites de seu interesse, a cobertura política em seus diversos veículos de comunicação. No episódio do “Caso Waldomiro”, por exemplo, as coberturas políticas da revista *Época*, do jornal *O Globo* e do “*Jornal Nacional*” da Rede Globo – todos veículos das Organizações Globo - obedeceram a orientações [*enquadramentos*] distintos (*ainda que isso não signifique pluralidade de posições, pois ocorre dentro de limites estruturalmente pré-estabelecidos para o noticiário político*).” (LIMA, 2004: 15)

Afinal, a revista *Época* ganhou prestígio não apenas no cenário jornalístico, mas entre os leitores – e isso significa aumento de credibilidade, devido à exclusividade e qualidade da reportagem investigativa. Por outro lado, no *Jornal Nacional*, como vimos, a abordagem foi suavizada, pela relativização do significado do caso em relação ao governo. É desnecessário repetir com riqueza de detalhes explorados no capítulo 3 desta dissertação que o *Jornal Nacional* tem um impacto social e político que não se pode comparar ao da revista *Época* ou a qualquer outro meio, o que lhe dá muito mais importância na formação de correntes de opinião. Portanto, o enquadramento relativizado do significado do Caso Waldomiro em relação ao governo possivelmente torna-se mais impactante sobre a audiência que o dos veículos impressos. No entanto, esta dissertação não utilizou uma metodologia aplicada à análise da recepção dos enquadramentos e essa lacuna deverá ser respondida somente por outros estudos mais complexos em relação ao comportamento da audiência.

Capítulo 7

Considerações finais

“A televisão tem um notável cacife político e uma incrível capacidade de influir politicamente”
(SÉRGIO MICELLI, In: NOVAES, 1991)

Se logo após o anúncio da vitória do PT nas eleições que escolheram o presidente brasileiro para o mandato de 2003 a 2006 a relação entre o partido e o *Jornal Nacional* foi apelidada por muitos críticos da mídia como “lua-de-mel” (BRUNO, 2003; MAGALHÃES, 2003; TEMER, 2003; FREITAS, 2004), o que ocorreu nos meses seguintes, até meados de 2004, pode ser entendido como indícios de um casamento extremamente harmônico. As análises efetuadas por esta dissertação permitem fazer indicações desse enquadramento simpático ao governo, ainda que a benevolência do *Jornal Nacional* em relação à primeira gestão federal do PT não seja adesista. Mais um presidente no Executivo Federal brasileiro, mesmo que ele tenha sido combatido durante mais de uma década, e a *Rede Globo*, por meio do *Jornal Nacional*, renova sua vocação governista.

Embora as análises efetuadas pela presente dissertação não tenham comprovado um enquadramento sistemático a favor do governo pelo principal telejornal da *Globo* - e, conseqüentemente, de todo o país -, as representações instauradas pelo *Jornal Naci-*

onal são implicitamente mais favoráveis do que desfavoráveis ao governo Lula.

É forçoso admitir que o *Jornal Nacional* mudou de estilo. A exemplo de outras ocasiões, o telejornal mais assistido do país não utiliza, para apoiar o grupo político que detém o poder, a omissão, como ocorreu em 1984, na época da campanha pelas Diretas-Já; nem é indubitavelmente favorável a um lado, como demonstrou ser em 1989, durante a campanha que elegeria diretamente pela primeira vez um presidente após um jejum de mais de 30 anos; tampouco negligencia totalmente o noticiário político, como o fez em 1998.

No entanto, as análises apresentadas anteriormente corroboram a afirmação de que a característica de ser favorável ao governo, demonstrada pelo *Jornal Nacional*, ainda persiste, embora por meios mais sutis. No Caso Waldomiro, por exemplo, o *Jornal Nacional* não defende a gestão federal do PT sonogando a notícia, mas a poupa de insinuações mais perigosas que surgiram naturalmente a partir do momento em que as denúncias de corrupção foram anunciadas pela mídia.

O mesmo ocorre com a cobertura das reformas constitucionais. Para as críticas, utiliza entrevistas feitas com políticos da oposição, o que dá a impressão de que o *Jornal Nacional* é neutro. No jargão jornalístico utilizado nas Redações de qualquer meio noticioso, isso significa dizer que o telejornal global colocou a polêmica “na boca dos entrevistados”, a fim de eximir-se de qualquer responsabilidade por enquadramentos pró ou contra o governo petista. Ao cobrir as reformas, o telejornal também não empreende críticas ao texto da reforma, mas apenas enaltece a urgência delas. Ao menos em algumas edições analisadas, aspectos importantes e extremamente polêmicos, como as modificações nas regras da aposentadoria no setor público, ficam em segundo plano, e não são alvo de discussões e críticas pelo *Jornal Nacional*.

A mesma tendência pode ser verificada em relação à cobertura da definição da taxa de juros, em maio de 2003. O telejornal não lembra as promessas que Lula fez na campanha de modifi-

car a política financeira e nem critica diretamente a adoção das mesmas taxas existentes no governo anterior. Na sua condição de ser conduzido por apresentadores e não âncoras, o *Jornal Nacional* apenas apresenta o fato. Um pouco de crítica, ainda que sutil e permeada por ironia, fica por conta apenas das charges do cartunista Chico Caruso. Isso não significa, todavia, a existência de um enquadramento ambíguo. Na verdade, o que não é categoricamente afirmado no texto da notícia está na charge, que complementa várias reportagens analisadas como se fosse uma conclusão do assunto. Acreditamos que o grau elevado de criticidade das charges em relação às reportagens deve-se ao fato de ser um gênero humorístico, opinativo e assinado por um colaborador, o que confere um sentido autoral, portanto subjetivo e “artístico” ou fabulativo e, não, real às ironias.

Dessa forma, o *Jornal Nacional* firma seu tradicional posto de telejornal benevolente, simpático ao governo federal, o que endossa o argumento previamente apresentado de que a *Rede Globo* procura sempre se aliar aos novos governantes a cada sucessão presidencial, independentemente do partido representado. Desde o início do governo Lula, a postura que a *Rede Globo* e o *Jornal Nacional* adotariam em relação à gestão petista gerou grande expectativa, uma vez que esse seria o primeiro mandato de um grupo tradicionalmente de esquerda. Mudanças significativas no enquadramento oficialista do telejornal não ocorreram, todavia. Em troca, a *Globo* continuou “intocada em seus privilégios”, como previram Lima e Caparelli (2004).

Vale ressaltar que a televisão no Brasil é uma concessão de serviço público, o que, por si só, já implica uma certa dependência em relação ao governo federal. Além do estado, a TV brasileira também é refém dos interesses mercadológicos, ao contrário do que ocorre na Inglaterra, por exemplo, onde prevalece o interesse público.

Por um lado, a questão da grave situação financeira das *Organizações Globo* por volta do período eleitoral e a expectativa por um empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social), referida por diversos autores e amplamente divulgada pela mídia, é sugerida como um fator relacionado à conduta do telejornalismo da Globo em face do novo governo. Os dados utilizados por esta dissertação e as análises empreendidas não são suficientes para estabelecer relações definitivas entre esses fatos. Desvendar essa questão é tarefa para estudos mais amplos, que adotem outros métodos, adequados a esse problema.

Por outro lado, da mesma maneira como a *Globo* depende do governo, o governo depende da *Globo*. Na verdade, a mídia de forma geral é indispensável às ações políticas de qualquer governo para reforçar idéias, ações e temas, conforme ressalta Weber (2000). E como já foi dito, falar em mídia no Brasil é falar primeiramente em televisão. A singularidade da *Globo* na mídia, tamanho o alcance e a supremacia dessa emissora no cenário mediático, a destaca nesse contexto. Essa influência recíproca é indicativa da mediatização da política brasileira e da veracidade do fenômeno da videopolítica, isto é, o papel crescente no processo político das representações que a televisão faz da luta pelo poder.

A relação pouco amistosa entre Lula e a *Globo*, oriunda dos processos eleitorais anteriores, esvaiu-se. Talvez porque o PT também tenha mudado de postura, ao abandonar ideologias e bandeiras de luta instituídas desde sua criação. Aos 25 anos e no primeiro mandato na cobiçada presidência da República, o Partido dos Trabalhadores demonstra ter-se deslocado para o centro do espectro político brasileiro, adotando políticas conservadoras, em especial nas áreas econômica e política. Índícios dessas transformações não faltam na área econômica: obediência às prerrogativas do FMI (Fundo Monetário Internacional), combatidas desde a criação do partido; adoção de uma política monetária restritiva, contrária às demandas desenvolvimentistas do conjunto da sociedade brasileira. Na área política, a coalizão com agremiações de centro e de direita; expulsões e ameaças de punição de deputados que se insurgem contra as mudanças de rumo do governo, adoção

de marketing eleitoral para direcionar estratégias de campanhas etc.

Reconhecemos que a audiência não é passiva ao ponto de se influenciar totalmente pelos enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional*. Não obstante, também admitimos que para uma audiência que não tem acesso a mais um meio de comunicação, a não ser à televisão, e que utiliza o telejornal da *Globo*, veiculado estrategicamente entre duas novelas, como única fonte de informação e de formação da opinião, sua influência no agendamento da opinião pública deve ser considerável. Sendo assim, os enquadramentos do *Jornal Nacional* tornam-se as representações da política recebidas por cerca de 31 milhões de telespectadores que assistem o noticiário diariamente. Para essas pessoas, se a *Globo* não agenda um assunto, ele fica adormecido. Pelo contrário, se o telejornal insiste num tema, ele tende a virar assunto das conversas.

Os enquadramentos, que constituem as representações divulgadas pela emissora, podem ser confundidas com a realidade devido à falta de outros referenciais. Vale lembrar como exemplo a popularidade crescente de Lula, a qual inferimos ser resultado da divulgação de representações mediáticas pela *Globo* pouco críticas, às quais a maioria da audiência tem acesso como fonte única de informação. Desse modo, enquadramentos que a emissora dispensar para o tema agendado provavelmente serão os dominantes devido à força singular que este veículo tem no cenário mediático brasileiro. Os enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional* da *Rede Globo* têm o poder de influenciar a política devido à magnitude dessa emissora e o fato dela não ter concorrentes que possam abalar sua hegemonia no cenário mediático brasileiro. Por isso, o que a *Globo* veicula acaba por se tornar definitivo, único, verdadeiro e delineador de condutas para a audiência.

Ao mesmo tempo, vale ressaltar que, desde o período eleitoral de 2002, a *Rede Globo* demonstra ter adotado mudanças na sua cobertura jornalística em relação à política, antes claramente benevolente ao grupo detentor do poder político. Embora a cober-

tura do primeiro e do terceiro temas analisados por esta pesquisa demonstrem a adoção de enquadramentos favoráveis ao governo do PT, o *Jornal Nacional* apresenta um certo equilíbrio no tratamento dos assuntos porque, como já foi dito, a representação pró-governo não é explícita e nem deliberada. O telejornal demonstra obedecer a critérios mais profissionais na condução das notícias e a adotar enquadramentos mais neutros como determina a ética jornalística.

Embora pareça ufanista, é necessário admitir que, frente a essa situação, ganha a democracia brasileira, que tem condições de ter pleitos mais competitivos, e também o jornalismo, que consegue cumprir sua função social de informar a população. Afinal, enquadramentos existem em qualquer situação em que haja representações midiáticas. Reconhecemos que a *Globo* ainda permanece benevolente na cobertura dos fatos relacionados ao governo federal, mas cabe ressaltar que esses enquadramentos estão bem mais sutis ao jornalismo oficialista praticado por exemplo durante o Regime Militar.

Diante dessas considerações, surgem algumas questões. Será destino da televisão hegemônica ser governista ou conservadora (que atue como um fator de coesão social e equilíbrio), aliado ao fato de que ela ganha prestígio junto ao governo federal que, no Brasil, é o poder concedente, fonte de recursos, leis e regulamentos, mesmo que a legislação precise passar pelo crivo do Congresso? Em relação às representações midiáticas instauradas pela emissora sobre os três temas analisados, podemos questionar se a *Globo* estaria tentando aumentar seu cacife junto ao governo federal, embora já seja comprovado seu papel central no oligopólio da mídia brasileira?

Com relação aos diferentes enquadramentos adotados pelo *Jornal Nacional* e os veículos impressos – *Época* e *Folha de S. Paulo* – utilizados para efetuar comparações, cabe ressaltar a sofisticação das reportagens dos dois últimos, característica indicativa que a mídia impressa no Brasil é naturalmente mais incisiva e crítica. Isto é, os textos são mais completos, aprofundados e com

um viés mais intelectual, ao contrário do telejornal, que apresenta uma estrutura mais factual, coloquial e popular. Trata-se de diferenças naturais que influem na construção dos enquadramentos. Ademais, os textos impressos contam com mais seções assinadas por colaboradores, o que acaba por distribuir a responsabilidade sobre os enquadramentos. Por isso, é comum encontrar textos assinados com enquadramentos diferentes da orientação geral do veículo. Ao contrário da mídia televisiva, a imprensa não depende das concessões políticas, o que, por si só, já aumenta o seu caráter de independência.

Por fim, reiteramos aqui, a necessidade de a mídia brasileira, sobretudo a televisão devido a seu caráter mais abrangente, ser crítica em relação a temas políticos, a fim de consolidarmos os ideais democráticos. A mídia não deve se eximir de críticas a qualquer que seja o ocupante do governo e examinar todos os aspectos de um assunto de forma investigativa. Sem querer ditar uma postura normativa, o jornalismo precisa ser vigilante, cobrar ações e criticar eventuais deslizes. Dessa forma, a mídia cumpre sua função de ser o Quarto Poder, promovendo a vigilância e crítica aos poderes constituídos, em nome dos cidadãos – e dos telespectadores/leitores.

Capítulo 8

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política*. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene; PINTO, Milton José. (Orgs.) *Produção e Recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 9-27.
- ALDÉ, Alessandra. *A televisão como repertório de exemplos: mecanismos de incorporação de explicações políticas*. Disponível em: <<http://www.doxa.iuperj.br/artigos/mecanismos3.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2004.
- ALMEIDA, Jorge. *Dialogando criticamente com o conceito de CR-P*. Belo Horizonte: 1999. Disponível em: <<http://jorgealm.sites.uol.com.br/jorge.html>>. Acesso em: 21 abr. 2004.
- AMORIM, Paulo Henrique. *Os 35 anos do Jornal Nacional*. 2004. Disponível em: <<http://plogdopaulohenrique.zip.net>>. Acesso em: 31 jan. 2005.
- ARRAIS, Amauri & MARREIRO, Flávia. *De 'centro', PT já não depende da velha base, dizem analistas*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2005. Brasil, p. 6.

- ARTICULADOR de Lula cai por suspeita de propina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2004. Brasil, p. 6-7.
- BARROS E SILVA, Fernando. “*Jornal Nacional*” chega despolitizado aos 30 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1999. Ilustrada. p. 1 e 4.
- BARROS FILHO, Clóvis. (Org.) *Comunicação na pólis: ensaios sobre mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista & FERES, Glória Georges. *Recomendações para a padronização na apresentação das dissertações e teses*. Bauru: 2002.
- BERABA, Marcelo. *Imprensa, crises e desafios*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 2004. Brasil, p. 6.
- BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORELLI, Sílvia H. Simões & PRIOLLI, Gabriel (Orgs.) *A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRITTOS, Valéria Cruz. *A televisão no Brasil, hoje: a multiplicidade da oferta*. *Comunicação & Sociedade*. n. 31, p. 9-34, 1999.
- BRUNO, Chico. *Pautada pelo oficialismo*. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq030620034.htm>> Acesso em: 03 jun. 2003.

- BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BUCCI, Eugênio. *O horário eleitoral como entretenimento*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 2002. TV Folha, p. 2.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Daniel. *Brasileiro consome quase 5h diárias de TV*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2005. Ilustrada, p. 4.
- CASTRO, Daniel. (a). *No Brasil, 11% preferem TV a fazer sexo*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2004. Ilustrada, p. 6.
- CASTRO, Daniel. (b). *Internet já tira audiência da televisão*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 mar. 2004. Ilustrada, p. 18.
- CASTRO, Daniel. *Conglomerado fatura R\$ 4,5 bilhões*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 2003. Brasil, p. 13.
- CESAROLI, Roberta. *O charme do Jornal Nacional*. *Contigo!*, São Paulo, 2 set. 2004. p. 104-114.
- COLLING, Leandro. *Agenda-setting e o framing: reafirmando os efeitos limitados*. *Revista Famecos*. Porto Alegre: Edipucrs. n. 14, p. 88-100, abr. 2001.
- CONSTITUIÇÃO: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, p. 144-145.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COSTA, Sylvio & BRENER, Jayme. *Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história*. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 29-53, maio-ago. 1997.

- CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. *A construção do cenário de representação da política (CR-P) das eleições presidenciais de 1998 pelo Jornal Nacional da Rede Globo*. Pesquisa financiada pelo PAE/PROEX. Bauru: Unesp, 1998 (mimeografado).
- DE FLEUR, Melvin & BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- EMPRESÁRIO influenciou durante 7 décadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 2003. Brasil, p. 14.
- ENTMAN, Robert. *Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the Kal and Iran Air incidents*. In: *Journal of Communication*. v. 41 n. 4, p. 6-27, Autumn, 1991.
- ENTMAN, Robert. *Framing: Toward clarification of a fractured paradigm*. In: LEVY, M. & GUREVITCH, M. (orgs.). *Defining media studies*. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 293-300, 1994.
- FALCÃO FILHO, Aluizio. *A banda podre do PT*. *Época*. p. 18. 16 fev. 2004.
- FALCÃO FILHO, Aluizio. *O silêncio de Lula*. *Época*. p. 18. 23 fev. 2004.
- FAUSTO NETO, Antônio, VERÓN, Eliseo (Orgs.) *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker, 2003.
- FILHO, Daniel. *O circo eletrônico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FREITAS, Janio de. *Os desafinados*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 mar. 2004. Brasil, p. 5.

- FRIEDLANDER, David & EVELIN, Guilherme. *O rolo tributário*. *Época*. p. 36-39. 21 abr. 2003.
- GENOÍNO, José. *A tradição e a renovação do PT*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 fev. 2005, p. 3.
- GOMES, Wilson. *Duas premissas para a compreensão da política-espetáculo*. In: *Revista Comunicação e Linguagens*. n. 21-22, 1995, p. 299-317.
- GONÇALO JÚNIOR. “*Nunca me curvei ao regime militar*”. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 4 jun.1999. Fim de Semana, p. 3.
- GUIMARÃES, Cesar & VIEIRA, Amaral. *A televisão brasileira na transição: um caso de conversão rápida à nova ordem*. In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: Forense, v.1, n. 6, p. 11-29, 1986.
- HAMBURGER, Esther. *Distribuição de aparelhos marca desigualdade social e regional*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 2004. Ilustrada, p. 8.
- HAMBURGER, Esther & BUCCI, Eugênio. (Orgs.) *A TV aos 50: Criticando a TV brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- HENRIQUE, Cláudio. *Emoção à parte*. *Época*. p. 13-17. 6 jan. 2003.
- HERMAN, Edward & CHOMSKY, Noam. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Orgs.) *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JORNAL NACIONAL. Apresenta informações sobre a história, produção, apresentadores, séries especiais etc. do telejornal. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com>>. Acesso em: 21 abr. 2004.
- JORNAL NACIONAL: A NOTÍCIA FAZ HISTÓRIA. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LIMA, Venício Artur de & GUAZINA, Liziane. “Responsabilidade Social” em tempos de crise: novo oficialismo do Jornal Nacional? Trabalho apresentado no 28º Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Caxambu/MG, 26 a 30 de out. 2004.
- LIMA, Venício Artur de & CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação e Televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.
- LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LIMA, Venício A. de. *Política Eleitoral na TV: um estudo comparado do Jornal Nacional (JN) e do Jornal da Record (JR) em 1998*. Relatório Preliminar do trabalho apresentado ao GT Mídia, Opinião Pública e Eleições do XXII Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu). Brasília: UnB, 1998.
- LIMA, Venício A. & MOTTER, Paulino. *Novas Tecnologias de comunicações, neoliberalismo e democracia*. In: *Comunicação & Política*. v. 3, n.1, p. 12-19, jan./abr. 1996.
- LOBATO, Elvira. *Mídia nacional acumula dívida de R\$ 10 bi*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 fev. 2004. Dinheiro, p. 6.

- LOBATO, Elvira. *FHC distribui rádios e TVs educativas para políticos. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 2002. Brasil, p. 4.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LOYOLA, Leandro. *Estão se lambuzando. Época*. p. 24-26. 07 fev. 2005.
- MAGALHÃES, Mário. *Desafios do Jornalismo. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jan. 2003. Opinião, p. 2.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2002.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Scritta, 1993.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARREIRO, Flávia. *Aos 25, PT foge de Waldomiro e pergunta por sua base social. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 fev. 2005, p. 4.
- MATOS, Heloiza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.
- MATTOS, Laura. *A Festa é Nossa. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 2002. Ilustrada, p. 1.
- MEIRELLES, Andrei & ESCOSTEGUY, Diego. *O governo tenta virar o jogo. Época*. p. 36-39. 1º mar. 2004.

- MEIRELLES, Andrei & ESCOSTEGUY, Diego. *Waldomiro Diniz, versão 2003*. *Época*. p. 28-37, 23 fev. 2004.
- MEIRELLES, Andrei & KRIEGER, Gustavo. *Bicho na campanha*. *Época*. p. 28-35, 16 fev. 2004.
- MEIRELLES, Andrei & Marcelo Aguiar. *Por quem grita Alencar*. *Época*. p. 44-45, 21 abr. 2003.
- MELLO, Geraldo Anhaia. *Muito além do Cidadão Kane*. São Paulo: Scritta, 1994.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAN, José Manoel. *Como ver televisão: leitura crítica dos meios de comunicação*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.
- NOVAES, Adauto. (Org.) *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- O SHOW de variedades das 8. *Veja*. p. 46-48, 30 set. 1998.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Apresenta informações institucionais sobre o PT. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em 11 jan. 2005.
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. *A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano*. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- PORTO, Mauro (a). *Enquadramentos da mídia e política*. Trabalho apresentado no 25º Intercom (Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Salvador/BA, 3 a 6 de set. 2002.

- PORTO, Mauro (a). (b). *Novos apresentadores ou novo jornalismo? O Jornal Nacional antes e depois da saída de Cid Moreira. Comunicação e Espaço Público*. Brasília: ano 5, n. 1 e 2, p. 9-31, 2002.
- POZENATO, Kenia Maria Menegotto. *Telejornal: a percepção do público brasileiro. Conexão: Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul: Educs, v.1. n. 1, p. 43-56, 2002.
- REDE GLOBO. Apresenta informações institucionais sobre a emissora e as Organizações Globo. Disponível em: <<http://redeglobo3.globo.com/institucional>>. Acesso em 21 abr. 2004.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. *Retrospectiva do telejornalismo brasileiro. Comunicação & Sociedade*. n. 31, p. 35-50, 1999.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo como espetáculo*. In: *Cadernos de Jornalismo e Editoração*. São Paulo: ECA/USP, p. 45-63, 1986.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.) *Mídia e eleições de 1998*. Salvador: Ed. Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000.

- RUBIM, Antonio Albino Canelas *Espectáculo, política e mídia*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 09 abr. 2004.
- SÁ, Nelson. *Jornal Nacional chega despolitizado aos 30 anos. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1999. Ilustrada, p. 1 e 3.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Réquiem ao PT. Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 fev. 2005. Opinião, p. 3.
- SANTORO, Luiz Fernando. *Democracia na nova era da informação*. Disponível em: <<http://www.metodista.br/unesco/Encipecom/encipecom-hp/Encipecom-br-LuizFernandoSantoro.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2004.
- SANTOS, João de Almeida. *In video veritas? Revista Comunicação e Linguagens*. n. 21-22, p. 255-270, 1995.
- SARTORI, Giovanni. *Homo Videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru/SP: Edusc, 2001.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCHWARTZ, Tony. *Mídia: o segundo deus*. São Paulo: Summus, 1985.
- SERRANO, Estrela. *Jornalismo e elites do poder*. Lisboa: 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 09 abr. 2004.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O marketing eleitoral*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.
- SINGER, André. *PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

- SIMÕES, Inimá; COSTA, Alcir Henrique da; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SOARES, Murilo Cesar. *Cenários de representação da política e campanhas presidenciais no Brasil*. Trabalho apresentado no 28º Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Caxambu/MG, 26 a 30 de out. 2004.
- SOARES, Murilo Cesar. *Construindo o significado do voto: retórica da propaganda política pela televisão*. Tese de doutoramento. São Paulo: ECA/USP, 1996 (mimeografado).
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos*. Lisboa: Minerva Coimbra, 2000.
- SOUZA, Adriana Ustulim. *A notícia na televisão*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2001 (mimeografado).
- SOUZA, Josias. *Aos 25, ex-PT redescobre a alegria de viver*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 fev. 2005, p. 13.
- SQUIRRA, Sebastião. *O telejornalismo brasileiro e a competitividade*. *Comunicação & Sociedade*. n. 31, p. 51-70, 1999.
- STYCER, Daniel & CONTREIRAS, Hélio. *Condenado ao poder*. *Isto é*, 30 nov. 1994. p.90-96.
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. *A consumação do fato: representações da primeira semana do “Governo Lula” no telejornalismo da Rede Globo de Televisão*. Disponível em:

<<http://www.uff.br/mestcii/anat1.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2003.

TÓTARO, Valéria Said. *Durkheim no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão: ilusão mítica de que estamos bem informados*. Disponível em: <<http://www.rbc.org.br/pes.asp?pes=p2001010902.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2004.

TRAQUINA, Nelson. *O paradigma do “agenda-setting”: re-descoberta do poder do jornalismo*. *Revista Comunicação e Linguagens*. n. 21-22, p. 189-221, 1995.

TUDO SOBRE TV. Apresenta dados estatísticos e históricos e curiosidades sobre as emissoras de televisão brasileiras. Disponível em: <<http://www.tudosobretv.com.br>>. Acesso em 3 abr. 2004.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.

WOLTON, Dominique. *As contradições do espaço público mediatizado*. *Revista Comunicação e Linguagens*. n. 21-22, p. 167-188, 1995.

Capítulo 9

Anexo

Transcrição dos roteiros das reportagens analisadas na dissertação

Tema: Reformas constitucionais

Data: 25/04/03 (sexta-feira)

(Tempo total: 34'45'')

Escalada (35'')

- Futebol
- Presidente Lula encontra Hugo Chávez no Recife
- Guerra no Iraque

1º Bloco

- Reforma da Previdência (2'50'')

Fátima Bernardes – No arquivo Geral do INSS, em São Paulo, milhares de documentos estão jogados, em péssimo estado de

conservação. São papéis dos quais os segurados dependem para pedir a revisão de benefícios.

Off (repórter Ernesto Paglia) - Parece lixo, mas é o passado de milhares de trabalhadores. Documentos, histórias de vida, amontoados sem respeito. Processos atirados ao chão, arrancados de gavetas perdidas. O registro de anos de trabalho tratado como restos sem valor. Mesmo o que está no armário, traz um alerta absurdo: está fora de lugar. Durante duas horas, caminhamos sozinhos pelos corredores sinistros do Arquivo Geral do INSS em São Paulo. Não encontramos ninguém. Encontrar alguma coisa é mesmo difícil. Em vez de guardar, o imenso porão sujeito a inundações esconde a papelada que faz falta ao segurado na hora de qualquer queixa contra o INSS.

Sonora com Leila Paiva, presidente do Fórum Especial Previdenciário: "Nós temos ali documentos arquivados inadequadamente que são essenciais para o assegurado. Além disso, nós temos documentos incinerados".

Off - Nem o fogo consegue apagar injustiças provocadas pela desordem e pelo mau atendimento.

Válter Andrade trabalhou dos 12 aos 60 anos, até descobrir um câncer gravíssimo e perder o braço esquerdo.

O marceneiro pediu ao INSS um benefício assistencial de um salário mínimo, garantido pela Constituição em casos como o dele. Mas uma perícia inacreditável do INSS negou o pedido e concluiu que o doente podia trabalhar.

Sonora com Leila Paiva: "A família em condições precárias, a pessoa internada numa condição dessa. Isso revolta não a juíza, mas a pessoa, o ser humano", confessa Leila Paiva.

Off - Uma liminar deu razão ao marceneiro. Mas a justiça durou pouco: 19 dias depois do primeiro pagamento, Válter Andrade morreu de câncer.

Sonora com filha de Válter: "Meu pai não foi um caso isolado", ressalta Rejane Andrade, filha de Valter.

Passagem - A Justiça Federal afirma que pelo menos metade dessas pessoas não precisariam entrar com processos: 50% deles,

movidos pelo INSS, poderiam ser resolvidos com simples acordos anteriores.

Afinal de contas, as pessoas nesses casos pediam apenas o atendimento de direitos garantidos pela lei, mas os procuradores, advogados do INSS, fazem questão de levar os pedidos até o fim atrasando as decisões. E só aceitam acordos em 2% dos casos.

Off - Os porões do INSS estão recheados de injustiças. Quem diz é o próprio superintendente em São Paulo. No cargo desde janeiro, ele diz que o INSS sofreu um processo de desmanche que visava forçar a privatização da Previdência. Agora, vai custar tempo e dinheiro para consertar.

Sonora com Carlos Eduardo Gabas, superintendente: "Infelizmente nós não temos como, em poucos meses, refazer ou reconstruir uma coisa que foi desmantelada durante anos".

- Prisão de uma fiscal do INSS por causa de fraudes (1'50'')
- Reformas (1'51'')

FB - O governo vai enviar ao Congresso na próxima semana as propostas das reformas Tributária e da Previdência e vai manter a cobrança dos inativos.

Off (repórter Délis Ortiz) - O texto da reforma está pronto. Tem o apoio de todos os governadores. Falta o Congresso. A oposição aprova, mas cobra dos governistas firmeza e coerência.

Sonora com governador do Ceará, Lúcio Alcântara: "Não é possível uma liderança de peso dentro do PT se colocar contra essa proposta".

Passagem - Na quarta, o projeto de Reforma da Previdência chega ao Congresso. Com a polêmica cobrança dos inativos. Até lá, o governo faz mutirão. Mandou os ministros convencerem os deputados. O próprio presidente Lula vai conversar com os parlamentares e avisar: "Governista vota com o governo". Mas o PDT, que é aliado, já disse que é contra. O PPS apóia. Mas o presidente do partido acha que o problema está dentro do PT.

Sonora com Roberto Freire, presidente do PPS: "Espero que o PT feche com o governo".

Off - O governo argumenta com números. O INSS gasta por ano R\$ 88 bilhões com 21 milhões de aposentados. A Previdência, R\$ 61 bilhões só para pagar 952 mil servidores aposentados. No INSS, a aposentadoria média é de R\$ 389 reais. No setor público: a aposentadoria dos civis chega a R\$ 2,2 mil; dos militares, R\$ 4 mil; no Legislativo, R\$ 7,9 mil; no Judiciário, R\$ 8 mil; no Ministério Público, a média chega a R\$ 12,5 mil. Mas os radicais do PT ainda resistem.

Sonora com deputado Babá: "O que está por trás da Reforma da Previdência são as orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional".

Sonora com José Dirceu: "No PT, na hora de votar, não existe radical ou moderado. O que existe é a decisão da bancada e decisão do partido. Eu tenho certeza que nós vamos chegar a um acordo também".

- Reajuste nos planos de saúde (2'39)

2º Bloco

- A mãe dos quintuplos de Goiânia foi operada novamente (20'')
- Mãe acusada de participar de tentativa de assassinato dos filhos em Campinas reencontra as crianças (2')
- Homem que matou o filho dependente de drogas morre de derrame cerebral (25'')
- Homens são detidos no casarão usado para consumo de drogas mostrados no Jornal Nacional (20'')
- Justiça de SP quer que jovens infratores que estão em presídios voltem à Febem (40'')

- PMs do Rio são alvo de emboscadas de traficantes (2'35'')
- Charge
- Chamadas do Globo Repórter

3º Bloco

- Esporte – futebol, vôlei e tênis (2'33'')
- Pesquisadores brasileiros desenvolvem laboratório para estudar oceanos (2'05'')
- Taxa de desemprego subiu em março (22'')
- Indicadores econômicos (20'')

4º Bloco

- Pneumonia asiática (1')
- Falta de vagas nas UTIs públicas do Ceará (20'')
- Eleições na Argentina e no Paraguai (2'36'')
- Visita de Hugo Chávez a Lula (2'38'')

5º Bloco

- Guerra no Iraque (24'')
- Comentário de Arnaldo Jabor (55'')
- Guerra no Iraque – Bush e sofrimento da população com falta de água (as duas juntas: 4'40'')

Data: 26/04/03 (sábado)

(Tempo total: 32'31")

Escalada (55")

- Viagem de Lula ao sertão pernambucano em que diz que as reformas são necessárias
- Eleições na Argentina e no Paraguai
- Segurança no Rio
- Declaração de IR
- Perigos da pororoca
- Futebol

1º Bloco

- Reforma da Previdência (4'58")

Carlos Nascimento – Depois da denúncia exibida pelo JN, o ministro da Previdência reconheceu hoje que os arquivos do INSS estão em péssima situação. Ricardo Berzoini acompanhou em São Paulo um mutirão da Justiça Federal para tentar dar mais agilidade aos pedidos de concessão e revisão de aposentadorias e pensões.

Off – (repórter Tônico Ferreira) É sábado, mas foi dia de trabalho voluntário em 48 juizados especiais de pequenas causas que envolvem a previdência. O mutirão, em vários estados brasileiros, é para diminuir o acúmulo de processos de trabalhadores e aposentados que não conseguiram obter seus direitos - em grande parte por causa da desorganização do INSS. Ontem, o Jornal Nacional mostrou o estado do arquivo do INSS em São Paulo. Processos atirados ao chão, pastas fora de lugar, pedidos de segurados arquivados ao léu. Registros de anos de trabalho transformados

em restos sem valor. Hoje, o ministro da previdência acompanhou o mutirão da justiça em São Paulo. E comentou a reportagem. Prometeu mudar uma situação que, segundo ele, vem de muitos anos.

Sonora com Berzoini - "A situação que encontramos é dramática: são arquivos desorganizados e, em muitos casos, com baixa condição de segurança. É lamentável que isso tenha chegado ao ponto em que chegou. Não é só em São Paulo que isso acontece. Em vários pontos do Brasil, o nosso sistema de armazenamento de documentos está deficiente".

Passagem - O ministro Berzoini também falou sobre a reforma da previdência. Ele confirmou que a proposta de emenda constitucional que ele vai enviar ao Congresso na próxima quarta-feira vai fixar um teto geral para os salários e benefícios de servidores públicos na ativa e aposentados. O valor máximo será o rendimento mensal de um ministro do Supremo Tribunal Federal, hoje R\$ 12.720. A medida, que pretende acabar com os marajás, é mais política do que econômica.

Sonora com Berzoini - "Eu creio que você ter uma limitação constitucional para aposentadorias, para evitar esses casos que sempre chocam a sociedade, é importante fundamentalmente do ponto de vista ético".

Carla Vilhena - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que o Brasil não deve ter medo das reformas. Lula foi ao sertão pernambucano lançar um programa destinado aos agricultores.

Off - Logo cedo, um encontro emocionado. A menina Diana, de nove anos, que ontem tentou falar com o presidente Lula, mas foi barrada pelos seguranças, hoje conseguiu realizar o sonho e tocou violão para ele. O presidente chorou. Com sete ministros, Lula partiu para Buíque, no sertão de Pernambuco. O sítio do agricultor José Cícero foi o local escolhido para o lançamento do Programa Conviver, criado para beneficiar pequenos produtores prejudicados com a seca. Eles vão ter direito a créditos para a compra de alimentos e o seguro-safra. Seu Cícero vai receber R\$

475 pela perda da lavoura. Na saída do sítio, um susto uma cobra passou a poucos metros do presidente, mas não foi muito longe. No discurso na praça central da cidade, Lula voltou a defender as reformas:

Sonora do discurso de Lula: "Não temos que ter medo das reformas. E nós precisamos ter competência de modernizar aquilo que já não é mais um modelo ideal, seja de tributo, seja de relações trabalhistas, seja de estrutura sindical e de qualquer outro assunto. Pra fazer as reformas, sobretudo você tem que ter vontade política e coragem de enfrentar aqueles que se colocarão contra as reformas. Eu sei muito bem aonde eu quero chegar. Eu sei muito bem os passos que quero dar. E eu sei muito bem o que tem que ser feito nesse país. E vou fazer".

Off - Antes de embarcar para Brasília, o presidente recebeu a homenagem de um sanfoneiro.

Passagem - Quatro viagens ao Brasil em menos de quatro meses. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que veio para uma reunião de trabalho com o presidente Lula, realizada ontem, hoje, passou o dia no Recife.

Off - Numa reunião com empresários brasileiros, Hugo Chávez aprovou um projeto brasileiro para reformular o transporte coletivo de seis grandes cidades da região metropolitana de Caracas. A Venezuela vai investir US\$ 500 milhões na modernização, gerenciamento e renovação da frota de ônibus. O presidente venezuelano propôs ainda a criação de um novo modelo de integração entre os países. A Alba, uma aliança bolivariana que substituiria a Alça, a Área de Livre Comércio das Américas.

- Últimos dias para declarar IR (1'39")
- Itamar recusa a nomeação para a embaixada do Brasil na Itália (20")

2º Bloco

- Bandidos voltam a atacar carros da polícia no Rio (1'10")

- Charge
- Previsão do tempo
- Praias cariocas têm um Sábado de sol, calor e visitas de tubarões (1'29'')

3º Bloco

- Eleição na Argentina (2')
- Eleição no Paraguai (1'03'')
- Pânico em Bagdá por causa de explosões de depósito de munição (5'05'')
- Chinesa acusada de espionagem internacional (1'11'')

4º Bloco

- Brasileiro internado em SP não tem sintomas da pneumonia asiática (35'')
- Morte de egípcio faz a Polícia Federal investigar passagem de antraz pelo Brasil (1'52'')
- Chamadas do Fantástico
- Futebol (1'35'')
- Preparação para o Panamericano (1'45'')
- Papa manda carta a Fidel Castro criticando execuções em Cuba (16'')

5º Bloco

- Campeonato de Stock Car (1'10'')
- Jornalistas enfrentam os perigos da pororoca (2'25'')
- Segredos do DNA encantam adultos e crianças numa feira de genética (1'55'')
- Sorteio da Mega Sena (16'')

Data: 28/04/03 (segunda-feira)

(Tempo total: 33'50'')

Escalada (está incompleto, a gravação cortou o começo)

- Futebol
- O governo tenta explicar a Reforma da Previdência à esquerda do PT
- E você vai ver porque o Brasil precisa tanto mudar seu sistema de impostos

1º Bloco

- Petrobras anuncia redução do preço da gasolina (1'44'')
- Indicadores econômicos (34'')
- Reforma da Previdência (2')

Willian Bonner – No mutirão do fim de semana, a Justiça Federal julgou 5,3 mil ações contra o INSS. Pedidos de benefícios e de revisão de aposentadoria que esperavam resposta há muito tempo.

Off (repórter Carlos Dorneles) - Mais de 60 anos de trabalho pesado, na lavoura de Chapecó, Santa Catarina. Mesmo assim, o

INSS negou o pedido de aposentadoria de dona Maria. Só agora, aos 97 anos, com o mutirão da justiça, ela conseguiu. Dona Maria não anda, nem consegue falar mais. Mas comemorou o feito. Para a dona de casa Jocelice das Neves, a vitória veio tarde demais. O filho Lucas nasceu com uma grave doença cerebral e poderia receber o auxílio invalidez. Mas o pedido não passou do balcão. Os funcionários do INSS diziam que o menino não tinha direito ao benefício. No ano passado, quando Lucas já tinha seis anos, ela levou o caso aos tribunais.

Passagem – Esta é a decisão da justiça, que concedeu o benefício de um salário mínimo por mês, saiu no início deste mês, dia 8 de abril de 2003. Mas Lucas morreu quatro meses antes. No total, ele recebeu R\$ 183,63.

Off - Era tudo que lhe cabia, por ter morrido 26 dias depois que o processo entrou na justiça.

Sonora com Jocelice: "Tem tantas pessoas que passam por esse sofrimento que eu passei. Eu queria que fosse diferente".

Off - Mas não é. Na semana passada, o Jornal Nacional mostrou as péssimas condições do arquivo central do INSS, em São Paulo. Hoje, nós encontramos o mesmo caos no posto de um bairro da cidade. É em arquivos desse tipo que os funcionários pesquisam. E o posto atende mais de mil pessoas por dia.

Sonora com superintendente do INSS em SP, Carlos Eduardo Gabas: "Existe muita gente que tem direito mesmo. E os processos estão emperrados. Este é o nosso grande desafio na previdência. É de dar, conceder benefícios a quem tem direito".

- Falta de leitos nas UTIs do Ceará (1'22")
- Mais um dos quintuplos de Goiânia está com dificuldades respiratórias (22")
- Exame de DNA é rejeitado por juiz em processo de paternidade (1'30")

2º Bloco

- Astronautas chegam à estação espacial internacional (23'')
- Desinformação provoca o ataque de banhistas a tubarões no Rio (1'22'')
- Charge
- Garotinho toma posse como novo secretário de segurança pública do Rio (25'')
- Apreendida em SP cocaína que foi trocada por armas (1'17'')
- Polícia Federal investiga acordo entre índios brasileiros e as Farc (20'')
- Presa empregada doméstica acusada de matar ex-patroa em SP (32'')

3º Bloco

- Problemas com o controle do aeroporto de SP para evitar pneumonia asiática (1'52'')
- Suspeita de pneumonia asiática em BH (22'')
- Mortes pela pneumonia na China e em Hong Kong (1'16'')
- Previsão do tempo
- Campanha contra mão de obra infantil doméstica (1'47'')

4º Bloco

- Confronto entre manifestantes e policiais para o centro de Goiânia (40'')
- Reforma da Previdência (3'04'')

Márcio Gomes - O PT ameaça desligar do partido parlamentares que estão trabalhando contra a reforma da Previdência. Hoje, o ministro Ricardo Berzoini explicou a proposta de reforma aos deputados do PT.

Off (repórter Zileide Silva) - Antes do encontro, o ministro Berzoini foi claro: o governo concorda em discutir a contribuição dos inativos. Mas não em substituí-la por outra fonte de arrecadação.

Sonora com Berzoini: "Agora, evidentemente nós não podemos substituir uma contribuição específica de um sistema previdenciário para uma contribuição para todo povo brasileiro pagar".

Off - É essa posição, a insistência na cobrança dos inativos, que alguns parlamentares da ala radical do PT não aceitam.

Sonora com deputada Luciana Genro, do PT-RS: "Eu só fecho questão se, em primeiro lugar, for feita auditoria nas contas da Previdência e ficar demonstrado que a situação terá que ser resolvida dessa maneira".

Off - Hoje, os moderados do PT reagiram. A gota d'água foi a decisão da senadora Heloísa Helena e do deputado Lindberg Farias de entrar na justiça, junto com o PDT, contra a propaganda do governo pró-reformas.

Sonora com deputado Lindenberg Farias, do PT-RJ: "Está criando um constrangimento na Câmara. Antes do projeto do governo chegar aqui, já existe uma propaganda na televisão para pressionar parlamentares".

Off - Os moderados querem que, primeiro, os radicais percam os cargos que têm no partido. E depois sejam desligados do PT.

Sonora com José Genoíno, presidente do PT: "É um desligamento político, unilateral, que eu lamento, mas esses parlamentares que propõem entrar na justiça contra o governo do PT eles estão no limite extremo de usar um recurso que não é político para criar um constrangimento para o governo do PT e para o próprio PT".

Passagem ao vivo - O ministro Berzoini já deixou a reunião com a bancada. E as divergências continuam. Mas, segundo ele, a maioria da bancada já tem uma simpatia pela proposta do go-

verno. Daqui a pouco, líderes e vice-líderes do PT se reúnem com o ministro José Dirceu. Vão tentar fechar uma estratégia para aprovar as reformas. A senadora Heloísa Helena e o deputado Lindberg Farias também se reúnem para decidir se vão mesmo entrar na justiça com uma ação contra a propaganda do governo. Amanhã o presidente Luiz Inácio Lula da Silva almoça com a bancada do PT na Câmara.

- Reforma tributária (4'25")

MG – O governo deve enviar também essa semana ao Congresso a proposta da Reforma Tributária. Impostos, no Brasil, motivam queixas de todo mundo. Na primeira reportagem da série, o repórter Tônico Ferreira mostra os efeitos do sistema tributário no bolso dos brasileiros e como ele atrapalha a geração de empregos.

Sonora com o aposentado Júlio Barroso, entrevistado para a reportagem: "Você paga imposto de tudo que possa imaginar. Qualquer coisa que vá fazer paga imposto".

Sonora com Sebastião dos Santos, do Sindicato dos Contabilistas: "Desde a promulgação da Constituição de 1988 foram editadas no Brasil mais de 550 mil normas tributárias".

Sonora com o empresário Roberto Jeha: "Do jeito que está hoje. Ninguém se anima a investir e sem investir você não vai criar emprego, não vai gerar crescimento sustentável".

Off (repórter Tônico Ferreira) - Todos reclamam: do aposentado ao trabalhador. Do empresário que paga impostos, ao governo que cobra impostos. Poucos temas neste país conseguem essa unanimidade: o Brasil precisa de uma reforma tributária. Só uma grande mudança poderia acabar com o cipoal de tributos. O brasileiro convive com pelo menos 60 taxas, contribuições e impostos diferentes. Mais de 3 mil normas tributárias, com 55.767 artigos e 33.370 parágrafos.

Sonora com Celso de Souza, contador: "Isso eu recebo semanalmente. São os boletins fiscais, com alteração de impostos. Falar que lê toda essa legislação é mentira".

Off – Essa empresa tem cinco funcionários exclusivos para cuidar de impostos. Eles só conseguem manter os pagamentos em dia porque usam programas de computador especialmente desenvolvidos para isso.

Sonora com Mário Martins, auditor: "Todo dia nós temos um imposto para pagar. Todo dia tem um fechamento para fazer".

Sonora com o aposentado novamente: "Você paga imposto 24 horas por dia. Você acorda, acende a luz do quarto, do abajur já está pagando a conta. Você toma um banho está pagando imposto que é água que você está consumindo, você vai escovar o dente é a mesma coisa".

Off - Ele é gerente de vendas, vive só com a mulher, e de acordo com tributaristas, de tudo que ganha, 30% desaparecem na forma de impostos.

Sonora com a dona-de-casa Sueli Barroso: "Pagar imposto e ver revertido em alguma coisa, na saúde, na educação você pagaria até com gosto".

Sonora com o aposentado: "A conclusão é essa: você paga muito e não recebe nada".

Passagem - O assalariado reclama da perda de renda real, o empresário da perda de receita líquida. Em uma fábrica de embalagens, por exemplo, os nove principais impostos diretos ficam com 32% do faturamento. Se a fábrica vende três caixas de papelão o dinheiro de uma delas vai para os cofres do governo. É demais, diz o dono da empresa, que vê o crescimento da fábrica prejudicado com tantos impostos. Lá trabalham 650 pessoas. Poderia ser muito mais se a Reforma Tributária conseguisse desonerar a produção, ou se o país tivesse uma estrutura tributária mais racional e mais justa.

Sonora com o empresário: "Não como é hoje que a maioria dos impostos recai sobre os assalariados e sobre a produção".

Os impostos em cascata, que incidem sobre cada uma das etapas da produção, são considerados os piores. Encarecem o produto, atrapalham as exportações do país.

Sonora com exportador Roberto Giannetti da Fonseca: "Quando o imposto faz parte do preço do produto, nós não estamos exportando só matéria-prima e o trabalho que foi colocado ali, mas também uma parcela de imposto que está embutida no custo e ninguém no mundo compra impostos, nenhum país exporta impostos".

Sonora com o economista Paulo Rabelo de Castro: "O próximo Sistema Tributário tem que ser olhado com uma visão dos próximos 20 anos, quando o país tem que se posicionar como altamente competitivo".

Off - A carga tributária do Brasil é uma das mais altas do mundo. É estimada em 36,5% do PIB. Ou seja, a União, os estados e os municípios abocanham mais de um terço da toda a riqueza gerada no país.

Sonora com economista Celso Martone: "A carga tributária brasileira é alta demais. Cresceu muito em dez, oito anos e hoje está num nível que inibe o crescimento do país".

Sonora com o empresário: "A consequência mais séria disso é o desemprego. É a falta de condições de gerar novos empregos".

MG – Amanhã você vai ver a Reforma Tributária definida por especialistas e cidadãos comuns.

5º Bloco

- Bomba explode no Rio (10'')
- Eleições argentinas (1'21'')
- Eleições paraguaias (22'')
- Aniversário de Saddam (1'56'')
- Futebol (3'58'')

Data: 29/04/03 (terça-feira)

(Tempo total: 31'16")

Escalada (está incompleta, a gravação cortou o começo)

1º Bloco

- Índios do Amazonas e as Farc (3'43")
- Preso homem que pode ser o elo entre traficantes colombianos e vendedores de cocaína no Rio e violência no Rio (2'23")

2º Bloco

- Mortes na fila da UTI em Fortaleza (36")
- Pneumonia asiática – com retrancas sobre o menino com suspeita da doença em BH, situação na Ásia e retirada de diplomatas brasileiros e suas famílias das áreas epidêmicas (3'05")
- Previsão do tempo
- Explicações diferentes para um objeto voador não identificado no céu da Bahia (2'05")
- Petrobras anuncia a maior descoberta de gás natural do Brasil (18")

3º Bloco

- Indicadores econômicos e desempenho econômico (dólar em queda, desemprego em alta em SP, inflação recua) (2'58")
- Reforma Tributária (4'32")

Willian Bonner - Criar empregos é um dos objetivos dos defensores de uma reforma tributária no Brasil. Na segunda reportagem da série, o repórter Tônico Ferreira mostra as mudanças que os cidadãos desejam e como esses problemas são antigos.

Off (repórter Tônico Ferreira) - O Brasil era habitado quase só por índios, em 1534, quando os portugueses criaram as capitânicas hereditárias e resolveram cobrar impostos. A Receita Federal chegou antes mesmo de haver economia organizada. As capitânicas foram um fracasso, mas a coleta de impostos ficou e prosperou.

Passagem - Os mais antigos documentos brasileiros sobre impostos que foram preservados estão no Museu da Fazenda Federal. Muitos são autos de infração, registros históricos de uma batalha antiga: a receita querendo arrecadar e o contribuinte tentando escapar.

Off - Séculos depois, o governo ainda busca aumentar impostos e a sonegação permanece alta. Estimativas indicam que ela chegue a 30% da arrecadação.

Sonora com o consultor tributário Clóvis Panzarini: "Se a carga tributária fosse baixa a sonegação daria retorno baixo para o sonegador, o fraudador".

Off - Uma carga tributária mais baixa é o desejo dos brasileiros que sentem o peso dela no bolso. A família de Heloísa paga, por exemplo, no preço do macarrão, 26% de impostos embutidos. No frango, outros 20%, segundo cálculos de consultores independentes.

Sonora com a professora Heloísa Braga: "Classificaria como altamente abusivo e injusto, porque alimento é o básico para o cidadão."

Off - Esses impostos estão escondidos nos preços. Mas há outros que se vê claramente. Nas contas de telefone e de luz, por exemplo, 25% é de ICMS. Mais a CPMF a cada movimento bancário, sem contar o IPTU, o IPVA. Não há como fugir.

Os tributos ficam com cerca de 30% da renda das famílias de classe média. São quase quatro meses de trabalho por ano só para pagar impostos. Uma reforma tributária ampla deveria mexer

nessa estrutura. Cobrar menos impostos sobre o consumo e mais sobre a renda, nem tanto aumentando alíquotas, mas ampliando o número de contribuintes.

Sonora com o economista Marcos Cintra: "A filosofia básica é essa: um sistema tributário onde todos pagam, todos pagam pouco, todos pagam menos. É o que o Brasil precisa".

Off - Nos Estados Unidos, os tributos sobre o consumo respondem por 16% da arrecadação e o Imposto de Renda de pessoa física, 41%. No Brasil, é o inverso. Os impostos sobre consumo representam 45% do total recolhido e o imposto de renda 14%.

Sonora com o tributarista Álvaro Taiar Júnior: "Há uma injustiça aqui. Porque classes de renda mais baixa consomem basicamente 100% de sua renda e, portanto, pagam esses impostos sobre o consumo, impostos escondidos, sobre 100% de sua renda".

Outra injustiça, agora apontada pelos empresários: muitos impostos são cobrados sobre as vendas, sobre o faturamento da empresa. Paga-se mesmo quando há prejuízo. O ideal seria cobrar com base no lucro.

Sonora com o empresário Antônio Ermírio de Moraes: "Você cresce, você ganha mais, paga mais imposto. Mas cobrar para todos sobre o que fatura é um equívoco brutal".

Para os sindicalistas, outro erro é tratar todos os contribuintes como se fossem iguais.

Sonora com o presidente da CUT, João Felício: "Nós relacionaríamos todos os produtos que são consumidos pela população de baixa renda e reduziria imediatamente pela metade. E os produtos consumidos pela população de alta renda poderiam ter uma carga tributária mais elevada".

Sonora com Paulinho, presidente da Força Sindical: "Precisamos, então, desonerar a cesta básica. Fazer com que as pessoas que, basicamente, compram comida não paguem imposto sobre a comida".

Off - Sindicalistas e empresários têm reivindicações próprias, mas que se unem num mesmo ideal: um sistema de impostos pro-

gressivo, quem pode mais, paga mais. Um princípio de justiça social.

WB – Amanhã você vai conhecer os detalhes da proposta de reforma tributária que o governo vai levar ao Congresso.

- Reforma Tributária (2'32")

Fátima Bernardes – Na véspera de entrega dos projetos da Reforma Tributária e Reforma da Previdência, o presidente Lula se reuniu hoje com a bancada do PT na Câmara e fez um alerta aos parlamentares que ameaçam votar contra as propostas.

Off (repórter Zileide Silva) - A senadora Heloísa Helena recusou. Desistiu de assinar a ação contra a propaganda do governo pró-reformas.

Sonora com a senadora Heloísa Helena: "Os próprios servidores já solicitaram inclusive que a gente não assinasse pra evitar uma polêmica pública em relação ao tema que eles estão propondo".

Off - Os senadores resolveram então dar mais um tempo para a senadora: 15 dias. Mas a ameaça de expulsão do partido continua.

Sonora com senador Aloísio Mercadante, líder do governo: "Se a opção política dela for de fato essa de fazer oposição ao governo, eu acho que é evidente que o caminho é buscar outro partido".

Off - Os deputados petistas também discutiram hoje a situação dos chamados rebeldes, que ameaçam votar contra as reformas. Foi durante um almoço com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na saída, foto e gritos de união.

Sonora do pessoal gritando: "Partido, partido é dos trabalhadores".

Passagem: Foi durante o almoço o presidente Lula lembrou o ano de 1985, quando três deputados foram expulsos do PT porque votaram no colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves. Um recado do presidente: quem votar contra agora, também vai ser expulso.

Sonora do deputado do PT, Paulo Bernardo: "O Lula fez uma fala muito emocionada, muito firme. Ele falou: 'vocês podem falar a bobagem que quiser. Não tem problema nenhum. Agora, nós temos um método democrático de tomar decisão. Discute, vota e a posição da maioria vale para todos. E nós não temos como deixar ninguém fora disso'".

Off - Mas os deputados contrários à reforma insistem que não foram enquadrados.

Sonora com o deputado Lindenberg Farias: "Eu continuo com as minhas posições. Eu não voto em taxaço de inativos. E nós temos que convencer o presidente Lula disso".

Off - No Rio, o presidente do PDT, Leonel Brizola, divulgou um manifesto de 2001 contra a proposta de taxaço dos inativos defendida pelo governo Fernando Henrique. Entre as assinaturas está a do agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sonora com Brizola: "Se ele assinou o manifesto denunciando isso como um crime contra os aposentados agora vai adotar?"

FB - O Palácio do Planalto não quis comentar o documento divulgado pelo presidente do PDT, Leonel Brizola.

4º Bloco

- Pesquisa da Unesco mostra que estudantes brasileiros acham que a escola ensina pouco (40'')
- Declaração do IR (1'22'')
- Conselho de Ética do Senado aprovou pedido de abertura de processo de cassação de ACM (1'51'')
- Charge

5º Bloco

- Iraque (1'45'')
- Homem-bomba em Israel (20'')

- Questão nuclear na Coreia (12'')
- Futebol (1'42'')
- Termina amanhã campanha de vacinação de idosos contra a gripe (30'')

Data: 30/04/03 (quarta-feira)

(Tempo total: 25')

Escalada (está incompleto, a gravação cortou o começo)**1º Bloco**

- Crise nas UTIs de Fortaleza (2')
- Empresas farmacêuticas se unem para desenvolver vacina contra vírus da pneumonia asiática (33'')
- Caso de pneumonia asiática em Belo Horizonte é considerado provável pela Secretaria de Saúde mineira (22'')
- Caso Pedrinho (1'50'')

2º Bloco

- Reformas constitucionais (3'52'')

Willian Bonner – O presidente Lula levou hoje pessoalmente ao Congresso a proposta das reformas da Previdência e Tributária. Acompanhado de todos os governadores, Lula pediu responsabilidade na votação dos projetos.

Off (repórter Zileide Silva) – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu, mais uma vez, os 27 governadores, além de prefeitos e ministros. Juntos desceram a rampa do Palácio do Planalto, ocuparam vários ônibus e fizeram uma caminhada em direção ao

Congresso. Na chegada, uma pequena confusão entre quem defende e quem é contra as reformas. Sem incidentes. Presidente Lula e comitiva foram recebidos pelos presidentes do Senado e da Câmara.

Passagem - A partir de agora, oficialmente, a discussão sobre as reformas está com o Congresso começando pela Câmara dos Deputados. Alguns pontos das propostas não têm consenso nem na própria base aliada do governo, como a contribuição dos inativos.

Off - Mas no plenário da Câmara, o clima foi de total confraternização.

Sonora com Lula: "Eu vou passar às suas mãos agora, presidente João Paulo, a proposta que foi feita com muito carinho e amor, porque eu não sei se você sabe que eu ainda tô na fase de Lula paz e amor. Cada vez que alguém tiver alguma bronca por favor me chame, que eu estarei disposto a ajudá-lo a resolver essa bronca, conversando com muita tranqüilidade."

Off - Os presidentes garantiram que a aprovação das reformas vai ser rápida.

Sonora com José Sarney, presidente do Senado: "Se Vossa Excelência levou apenas quatro meses para trazer a proposta das reformas, acredito que as nossas casas, Câmara e Senado reunidos, irão trabalhar com a mesma celeridade para que esses instrumentos legislativos sejam colocados à serviço do país".

Sonora com João Paulo Cunha, presidente da Câmara: "Há divergências quanto ao conteúdo das propostas de reforma constitucional. É bom que seja assim. O processo democrático é assim, a Câmara dos Deputados é a representação do povo brasileiro. Em sua maioria o povo quer mudar e deseja fazer do Brasil um país mais justo e essas reformas asseguram a mudança e justiça social".

Off - O presidente Lula fez questão de enfatizar que a tarefa agora é do Congresso.

Sonora com Lula: "Essas reformas com a visão do presidente da República e dos governadores de estado, a hora que ela en-

tra no Congresso Nacional, a hora que ela entra na Câmara dos Deputados, os senhores e senhoras são donos do jogo".

Off - O presidente fez ainda uma recomendação: que as reformas sejam votadas este ano. Porque no ano que vem há eleições e, segundo o presidente, tudo fica mais difícil.

Sonora com Lula: "Não tem importância que um deputado seja de oposição, não tem importância que um deputado queira falar mal do governo - isso faz parte do jogo democrático. O que não vale, o que não vale em política é a gente prejudicar 175 milhões de pessoas por conta de uma próxima eleição. Eu acho que cada um de nós tem que ter consciência e trabalhar com consciência que a sorte tá lançada".

Off - E o presidente Lula encerrou o discurso pedindo responsabilidade.

Sonora com Lula: "Vocês serão soberanos e livres para apresentar à nação brasileira o resultado final da cara que o Congresso Nacional quer dar às reformas neste país".

- Reforma da Previdência (1'13")

Fátima Bernardes - O governo aumentou o teto para salários e aposentadorias do funcionalismo público, previsto na reforma da previdência. O valor estabelecido provisoriamente na proposta é de R\$ 17.170.

Off (repórter Giuliana Morrone) - A proposta do governo prevê aumento da idade mínima para aposentadoria do servidor público.

Infográfico: Homens: de 53 para 60 anos. Mulheres: de 48 para 55 anos. Os servidores que já se aposentaram vão contribuir com 11% sobre o ganho que exceder a R\$ 1.058. O servidor que se aposentar depois de aprovadas as novas regras irá contribuir com 11% sobre o que exceder o R\$ 2.400. As novas pensões poderão alcançar no máximo 70% do benefício, para civis e militares.

Passagem - E a Previdência estabeleceu provisoriamente como teto para salários e aposentadorias a remuneração mais gratificações dos ministros do Supremo Tribunal Federal: R\$ 17.170. Esse

teto vale até que o congresso definitivo que será proposto pelo Supremo Tribunal Federal.

- Reforma Tributária (4'54'')

WB – Os detalhes da proposta do governo para a reforma do sistema tributário brasileiro estão na terceira reportagem da série que o Jornal Nacional exibe sobre o tema. Hoje você vai saber o que o governo, empresários e trabalhadores podem esperar da reforma.

Off (repórter Tonico Ferreira) – Material escolar: 28%, em média, e impostos embutidos.

Sonora com uma consumidora: "Pensa 28% a cada coisa que você vai comprar, eu acho que é bastante coisa".

Off - Arroz, 15%.

Sonora com um consumidor: "Não dá para escapar. Eu gasto uma média de quatro pacotes por mês".

Medicamentos, 28% em média.

Sonora com consumidor: "Medicamento de uso contínuo, que implicam na saúde do indivíduo, na manutenção da vida, eu acho que o imposto deveria ser zero".

Passagem - O diagnóstico está definido: o sistema tributário brasileiro está ultrapassado, deixa muito espaço para a sonegação, o consumidor nunca sabe quanto paga de verdade e as empresas perdem competitividade. O que se quer, portanto, é uma reforma profunda. Mas a proposta que está hoje na mesa de discussão é modesta. A carga tributária geral não vai cair e o número de impostos vai continuar o mesmo.

Infográfico: Pela proposta do governo, a CPMF passa a ser permanente com alíquota variável. Não há data definida para ela começar a baixar. A Cofins, outra contribuição cumulativa, perde o efeito cascata - mas não agora, para desânimo dos empresários.

Sonora com o empresário Jorge Gerdau Johannpeter: "Nós queremos acabar com o sistema de impostos em cascata. É uma oportunidade importante e não pode perder".

Infográfico: O governo também quer mexer em três impostos responsáveis por apenas 0,4% da arrecadação. O de herança e o de venda de imóveis terão alíquotas mais altas para os mais ricos. O imposto territorial rural passa da União para os estados.

Off - Para incentivar o emprego, parte da contribuição previdenciária seria cobrada pelo faturamento e não apenas sobre a folha de pagamento como é hoje. Também está na proposta a criação de um fundo de desenvolvimento para as regiões ais pobres com verbas do IPI e do imposto de renda.

Infográfico: A principal operação é do ICMS, responsável por quase 90% da arrecadação dos estados. As alíquotas vão ser unificadas e passam a ser apenas cinco. Há uma promessa de baixar a taxação da cesta básica, mas especialistas temem que os estados aumentem as alíquotas de outros produtos.

Sonora com economista Paulo Rabello de Castro: "Esta não é nem um arremedo de reforma. Isso é mal e mal um ajuste de caixa".

Sonora com governador do Ceará, Lúcio Alcântara: "Essa não é a reforma ideal nem para a União e nem para os governos estaduais, mas é a reforma possível".

Sonora com Horácio Lafer Piva, presidente da Fiesp: "Já melhora muito a perspectiva e, digamos assim, o aspecto psicológico de todos".

Off - O trabalho agora será do Congresso. O presidente da Câmara antecipa o discurso que vai usar para convencer os parlamentares a votar com o governo.

Sonora com João Paulo Cunha, presidente da Câmara: "Vamos ter uma reforma tributária. Não é a reforma ideal. É a reforma possível. Nós vamos mexer em alguns pontos importantes do sistema tributário, mas certamente vamos ter que ir aperfeiçoando, de acordo com o tempo e com a maturação da nossa sociedade".

WB – Na reportagem de amanhã, a CPMF, a contribuição provisória que o governo quer que passe a ser permanente. O peso deste imposto na economia e na vida do cidadão.

* Charge – “E no velho oeste”. Mostra Lula, Genoíno, Dirceu, Palocci e João Paulo Cunha de um lado atirando contra Babá, Luciana Genro, Heloísa Helena, Lindenberg Farias e Brizola. O cenário é o velho oeste. Lula diz: Quem for contra essa união, que fale agora ou cale-se para sempre. Brizola revida: Ora, nós viemos de longe e nós vamos nos calar para sempre. Mas queremos que isso fique consignado em ata, não é verdade?” (20”)

3º Bloco

- Papa inicia no final de semana uma série de viagens (1’05”)
- Apresentado o plano de paz para israelenses e palestinos (1’35”)
- Satélite italiano que corria risco de cair no Brasil mergulha no Oceano Pacífico (14”)
- Previsão do tempo

4º Bloco

- Final do prazo para entrega de declaração do IR (40”)
- Indicadores econômicos (42”)
- Mesa diretora decide censurar Antônio Carlos Magalhães e não investigar as acusações contra o senador (1’12”)
- Morte de Aureliano Chaves (54”)

5º Bloco

- Guerra no Iraque (1’30”)
- Futebol (1’27”)

Data: 01/05/03 (quinta-feira)

(Tempo total: não disponível)

Escalada (está incompleta, a gravação cortou o começo)**1º Bloco**

- O sofrimentos dos trabalhadores de pedreiras no nordeste (2'50'')
- Comemorações do Dia do Trabalho em São Paulo (2'17'')
- Lula comemora o Dia do Trabalho em São Bernardo (2'17'')

2º Bloco

- Terremoto na Turquia (1'44'')
- Itália tem o primeiro caso de pneumonia asiática (1'19'')
- Policial é internado no Rio com suspeita de pneumonia asiática (10'')
- Crise nas UTIs de Fortaleza (1'10'')

3º Bloco

- Reforma Tributária (3'58'')

Fátima Bernardes - Na proposta de Reforma Tributária enviada ao Congresso, o governo pretende mexer no imposto sobre o cheque, tão criticado por todo mundo. Mas a CPMF se tornaria permanente. O tamanho da mordida é que seria reduzido gradativamente até que a alíquota chegue a 0,08%. Mas quando, ninguém sabe.

Off (repórter Tonico Ferreira) - Do boi no campo à vitrine, o couro de que é feito o sapato percorreu um longo caminho. E

a cada etapa de produção houve um cheque e o pagamento de um pedágio: a CPMF. O boi saiu do pasto e foi vendido para o curtume, depois para a fábrica de calçados. Derivados de petróleo saíram da refinaria para a indústria de borracha, para o fabricante de solas e para a indústria de calçados. De lá, o sapato foi para o atacadista, depois para a loja e, finalmente, para o consumidor, que paga a conta de todas as etapas. São pelo menos 14 cobranças de CPMF embutidas no preço. Assim, com um cheque de cada vez, a CPMF arrecadou R\$ 22 bilhões no ano passado. O imposto do cheque foi criado há dez anos. Era para ser provisório, mas está aí até hoje, e pega todo mundo.

Sonora com o microempresário José Kumruyan: "Nós somos microempresários e pagamos a mesma coisa que uma empresa grande, que é a taxa de 0,38%. Então acho que isso acaba onerando mais a empresa pequena".

Off - E a CPMF não é o único tributo em cascata. A Cofins abocanha 3% do faturamento das empresas, mesmo quando elas não têm lucro. A contribuição, antes chamada de Fim Social, surgiu há 20 anos com uma alíquota de 0,5%. Hoje é seis vezes maior.

Infográfico: Juntas, Cofins e CPMF arrecadaram R\$ 74 bilhões no ano passado, 15,5% da receita total. Quem tem conta em banco e, principalmente, quem tem empresa, reclama.

Sonora com o empresário Roberto Nicolau Jeha: "Encarecem a produção. Isso tira a sua competitividade, seja no mercado interno ou quando vai exportar".

Passagem - Impostos novos, ou transitórios que viram permanentes, de preferência fáceis de serem cobrados, foram a saída encontrada pelo governo para cobrir o crescimento descontrolado das despesas. Remendos que podem dar um alívio imediato nas contas, mas que comprometem a eficiência da economia.

Sonora com economista Celso Martone: "Isso acabou criando uma tributação múltipla, que gera uma carga excessiva. Mas ao mesmo tempo penaliza a economia, as pessoas, empresas e faz

o país crescer pouco, que é o que estamos fazendo nos últimos anos".

Infográfico: A arrecadação no Brasil chegou a R\$ 476 bilhões no ano passado e vem crescendo muito mais que o próprio país. Em 1986, a carga tributária correspondia a 22,4% do PIB, o total de riquezas produzidas no país. Hoje, atinge 36,5%.

Off - Em Brasília, a proposta que está na mesa transforma a contribuição provisória em permanente e fixa alíquota máxima de 0,38% e mínima de 0,08%. Além da receita que gera, a CPMF tem um papel fiscalizador - permite o cruzamento de informações financeiras. Por isso é muito provável que não será desta vez que o Brasil ficará livre de todos os seus impostos em cascata.

FB – Amanhã, na última reportagem da série, Tonico Ferreira mostra o que pode mudar no mais importante imposto cobrado no país: o ICMS.

- Pesquisa do IBGE sobre remuneração das profissões e desempenho profissional das mulheres (2'35'')
- BC reduz estimativa de aumento dos preços da gasolina, do gás e da energia (24'')

4º Bloco

- Fuga gera crise no sistema penitenciário de Mato Grosso (Edição cortada. Não há final do 4º bloco e nem o quinto)

Data: 02/05/03 (sexta-feira)

(Tempo total: 32'05'')

Escalada (está incompleta, a gravação cortou o começo)

1º Bloco

- Quadrilha leva terror a Redenção, no sul do Pará (2'12'')

- Transferência de Fernandinho Beira-Mar é adiada (21'')
- Perseguição a assaltantes provoca acidente grave em Belo Horizonte (1'19'')
- Helicóptero com câmeras é a nova arma da polícia no Rio (25'')
- Motorista de trator descumpre decisão judicial de derrubar casa em Salvador (2')
- Comentário de Arnaldo Jabor (42'')

2º Bloco

- Crise nas UTIs de Fortaleza (1'43'')
- Pneumonia asiática (49'')
- Descobertas científicas com macacos podem revolucionar tratamentos para fertilidade (2'04'')
- Cemitério das baleias na Antártida (2'09'')

3º Bloco

- Lula inaugura usina no interior de São Paulo e volta a dizer que não pretende interferir na queda do dólar (2'36'')
- Indicadores econômicos (1'18'')
- Reforma Tributária (4'02'')

Fátima Bernardes – Um único imposto arrecadou no ano passado mais de R\$ 100 milhões: o ICMS, fundamental para que os estados fechem as contas. Na última reportagem da série sobre a reforma tributária, Tônico Ferreira mostra os problemas que envolvem a cobrança do ICMS.

Off (repórter Tônico Ferreira) - A fábrica de molho de tomate saiu de São Paulo e foi para Goiás. A de automóveis preferiu a Bahia, que deu mais incentivos fiscais que o Rio Grande do Sul. É a guerra fiscal. Estados oferecem benefícios tributários para atrair investimentos.

Sonora com o deputado Virgílio Guimarães, da comissão do sistema tributário da Câmara: "A guerra fiscal teve origem também numa idéia, que é legítima, de dar incentivo para a localização de empresas em regiões mais pobres. Mas isso acabou sendo prejuízo pra todos, porque uma baixa lá, outra aqui, e acaba os espertos se arranjando e o povo levando prejuízo".

Off - A guerra fiscal existe porque os estados têm legislações próprias para o ICMS, o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Cada um cobra quanto e como quer. O governo do Espírito Santo, por exemplo, acaba de revogar 34 leis de benefícios fiscais. Mas ainda tem mais de cem regimes especiais de tributação.

Sonora com secretário da Fazenda do Espírito Santo, José Teófilo: "É um número muito grande de favores fiscais que foram concedidos, a maioria deles implicando numa contribuição nula, ou quase nula, para milhares de empresas do estado".

Infográfico: O ICMS é o imposto que mais arrecada no país - R\$ 105 bilhões no ano passado.

São divididos 25% entre os municípios e o resto fica com os estados. Por isso, mexer com o ICMS é mexer com os 27 governadores que têm nesse imposto uma importante fonte de receita.

Off - Em reuniões, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu o apoio deles para unificar a legislação e as alíquotas do ICMS - serão cinco, pela proposta do governo.

Passagem - O ICMS é um tributo moderno. Há até propostas para que ele passe a ser chamado de I.V.A porque, na prática, é um imposto sobre valor agregado. Esta fábrica de liquidificadores, por exemplo. Vamos supor que ela tenha pago R\$ 130 pelas peças e pelo material plástico. A fábrica fez as partes e montou um liquidificador, que foi vendido por R\$ 70. O ICMS incide apenas

sobre o valor que foi acrescentado: R\$ 40,70 menos R\$ 30. E isso impede um acúmulo de impostos. Mas há um ponto polêmico no ICMS: saber quem fica com o dinheiro do imposto quando o produto vai de um estado para o outro.

Off (com ilustração mostrando mapa e a cobrança do imposto na saída ou no estado de destino da mercadoria) - Hoje, parte do ICMS fica no estado de origem da mercadoria, onde ela foi feita, e parte vai para o estado onde ela foi comprada. Muitos governadores querem que o ICMS fique todo no estado de destino. A mudança acaba com a guerra fiscal e beneficia estados mais pobres, mas impõe perdas aos mais ricos. São Paulo, por exemplo.

Sonora com secretário da Fazenda de São Paulo, Eduardo Gardiã: "Estamos no limite da lei de responsabilidade fiscal com gastos de pessoal, com dívida, então não temos folga pra administrar uma perda de receita em hipótese alguma".

Off - Diante das resistências, a discussão sobre a cobrança no destino, ficou para mais tarde.

Sonora com governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto: "Temos que ter transição sob pena de que as resistências serão muito maiores que poderão inviabilizar a reforma".

Off - Quebrar resistências foi o desafio até aqui. Mas novas frentes de combate surgem agora que o Congresso entra em cena. O Governo Federal vai pressionar. Governadores tentarão influenciar parlamentares dos seus estados. E caberá aos contribuintes - aos que pagam a conta - cobrar as mudanças necessárias que permitam a economia crescer, gerar empregos e tornar o Brasil um país mais justo.

- Os procedimentos de quem não entregou a declaração do Imposto de Renda (1'22")
- Charge: "E naquele velho e safadinho oeste". Continua mesmo cenário do dia anterior. Os personagens armados. Chega Sarney com ACM nos ombros e diz "Paz na terra aos homens de boa amizade".

- Previsão do tempo

4º Bloco

- Terremoto na Turquia (1'56'')
- Naufrágio de submarino mata 70 oficiais chineses (14'')
- Tim Lopes é homenageado em museu dedicado à imprensa nos EUA (48'')
- Vídeo mostra um possível último discurso de Saddam (28'')
- Desemprego é novo inimigo de Bush (2'10'')
- Chamadas do Globo Repórter

5º Bloco

- Fórmula 1 (2')

Tema: Taxa de Juros

Data: 20/05/03 (terça-feira)

(Não está transcrita toda a edição do telejornal, mas apenas uma reportagem que contextua a reunião do Copom que ocorreria no dia seguinte).

Off - O consumidor começa a perceber o que os índices de preços vêm mostrando.

Sonora: "Tá subindo menos do que estava antes"

Sonora: "Deu uma subida rápida. Agora estabilizou".

Off - É isso mesmo. De acordo com a Fipe, a inflação em São Paulo ficou em 0,30% entre a segunda semana de abril e a segunda semana de maio: 0,10 ponto percentual menor que o levantamento anterior. O item que mais colaborou para a queda foi a gasolina. Outro índice, que mede o comportamento do atacado, identificou

queda real de preços, a chamada deflação. O IPA ficou em menos 0,79%. O que derrubou o IGP-M para menos 0,28%. Economistas alertam que deflação pode ser como também pode não ser uma boa notícia. Se a queda real de preços ocorre por um período longo, em geral significa que a economia está em recessão. Os preços baixam porque os consumidores não estão comprando. Aí as vendas caem, a produção das indústrias diminui e o risco de desemprego aumenta. Mas se a deflação ocorre por um período curto, ela pode trazer benefícios para a economia. Ao segurar a escalada dos preços, ela permite que a economia se estabilize e abre caminho para a queda da taxa de juros. O Comitê de Política Monetária está reunido, em Brasília, decidindo qual será a taxa dos próximos 30 dias.

Sonora com o coordenador da Fipe, Heron do Carmo: "Ele tem a alternativa de não mexer na taxa, o que faria com que a inflação caísse mais rapidamente, mas comprometendo o emprego e a atividade econômica. Mas poderia reduzir a taxa de juro para que a inflação caísse mais lentamente sem comprometer a atividade econômica e conseqüentemente o emprego".

Off - Para o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Horácio Lafer Piva, este um bom momento para o Banco Central baixar os juros.

Sonora com Piva: "Pressão inflacionária não assusta de fato. Como a renda está muito deprimida nós também não corremos o risco de uma pressão de demanda. Ou seja, este é o momento ideal para se iniciar uma redução da taxa de juros".

Off - Para o economista Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, ainda é cedo para reduzir a taxa de juros.

Sonora com Pastore: "Se o Banco Central quiser jogar fora o regime de metas, ele pode fazer o que ele bem entender. Mas se ele quiser manter credibilidade no regime de metas realmente não é recomendável que ele reduza a taxa de juros na próxima reunião do Copom".

Data: 21/05/03 (quarta-feira)

(Tempo total: 30'57")

Escalada

- Juros mantidos
- Crise da segurança no Rio
- Futebol: Estatuto do Torcedor

1º Bloco

- Juros (3'32")

Willian Bonner - O Comitê de Política Monetária do Banco Central manteve a taxa básica de juros em 26,5% ao ano. A medida recebeu críticas de industriais e trabalhadores. E a aprovação do mercado financeiro.

Off (repórter Délis Ortiz) - Enquanto o presidente Lula estava reunido com grandes empresários, acertando uma parceria, o Comitê de Política Monetária tomava a decisão: manter a taxa de juros em 26,5% ao ano, sem viés, sem tendência de baixa ou alta. Os empresários ainda não sabiam da notícia. O vice-presidente, José Alencar fez campanha até o último minuto. Repetiu na reunião o que havia dito ontem em Belo Horizonte.

Sonora com José Alencar: "Pagar esses juros significa jogar o dinheiro do povo pela janela e eu não estou de acordo. Não podemos de forma alguma aceitar isso".

Sonora do dia anterior (aparece na tela a inscrição 'ontem'): "Claro que dá. Nós não podemos de forma alguma aceitar isso", respondendo pergunta de repórter sobre a possibilidade de negociações para baixar a taxa.

Passagem - O Banco Central não quis comentar a declaração do vice. O presidente Lula já havia dito que a decisão de hoje exigia prudência e esse foi o argumento do Copom: o esforço para

combater a inflação deu bons resultados e ainda deve ser mantido. A medida foi bem recebida no mercado financeiro, mas provocou críticas de empresários e trabalhadores.

Sonora com o empresário Antônio Ermírio de Moraes: "Nós como empresários, desejamos uma baixa de juros porque realmente no momento são muito elevados pra que você possa desenvolver a nação. Agora, não é das melhores notícias manter".

Sonora com economista da Febraban, Roberto Troster: "A taxa de juros de 26,5% é muito alta e é um remédio amargo para toda a sociedade. Mas a alternativa é pior ainda. Se a gente for complacente com a inflação a gente vai crescer menos. A gente tem que ser ambicioso e querer crescer muito. E pra isso a gente tem que tomar um pouquinho mais do remédio amargo pra poder crescer muito com taxas muito mais baixas no futuro".

Off - Mesmo sob pressão política o Banco Central agiu com independência. Para o presidente da Câmara quem pressiona não contribui.

Sonora com presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT): "Todos, principalmente os que estão no governo, que ficam falando que tem que baixar a taxa de juros, atrapalham".

Off - O PSDB divulgou nota dizendo que manter o juro alto aumenta o desemprego, prejudica a produção e premia os especuladores. Para o PFL é o caminho da recessão.

Sonora com líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia: "Eu acho que os condutores da política econômica do governo estão sendo excessivamente conservadores. Eles estão preocupadíssimos com a inflação e estão se esquecendo que uma vez instalada a recessão vai demorar muito tempo para retomar".

Sonora com ministro do Planejamento, Guido Mantega: "O Banco Central está empenhado numa tentativa de segurar a inflação no país, para manter um equilíbrio monetário no país. E por isso faz a política de juros que considera adequada e necessária para que isso se realize. E quando a inflação estiver sob controle a taxa de juros vai cair e teremos uma redução do custo financeiro".

Nota-pé (WB): A CUT, em nota, classificou como "incompreensível" a decisão do Copom e declarou que é mais um sacrifício à economia brasileira. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à Força Sindical, também em nota, afirmou que a manutenção dos juros impede o crescimento econômico.

Fátima Bernardes - No mercado financeiro, a decisão do Copom teve repercussão favorável. O dólar, depois de dois dias em alta, fechou em queda superior a 1%, a R\$ 3,003. A Bovespa subiu mais de 2%.

- Máquina administrativa do governo pode funcionar com 30% menos (44'')
- Indicadores econômicos (10'')
- Autorizações e concessões de alguns tipos de vistos a estrangeiros são suspensas (20'')
- Charge

2º Bloco

- Caso da universitária baleada em universidade do Rio de Janeiro (42'')
- Comandante do Rio deve explicações à Secretaria de Segurança Pública (2'42'')
- Estudante é assassinado dentro de uma escola pública, na Grande São Paulo (30'')
- Laudo diz que um dos quatro meninos desaparecidos no RS foi assassinado (2'19'')
- Presos dois suspeitos do assassinato de duas adolescentes em Pernambuco (23'')

3º Bloco

- Ameaças terroristas (2'11'')
- Bomba explode em sala de aula de universidade norte-americana (27'')
- Situação política no Iraque (24'')
- Terremoto na Argélia mata 250 e deixa milhares feridos (26'')
- Chineses e sul-coreanos chegam ao topo do Monte Everest (31'')
- Lula critica ações violentas em invasões do MST (2'46'')
- Ministério da Justiça vai criar uma Força Nacional para combater crime organizado (28'')
- Reforço para a equipe que investiga Sindicato de Motoristas de Ônibus de SP (1'30'')
- Começa em Goiânia depoimentos de testemunhas de acusação no caso Pedrinho (35'')

4º Bloco

- Cientistas americanos divulgam pesquisa que ajudará tratamentos de câncer (1'35'')
- Mais de 190 países aprovam Convenção de Controle do Tabaco (44'')
- Ministra de Minas e Energia comenta denúncias de irregularidades no leilão da Eletropaulo (35'')
- Estação da Luz, em São Paulo, vai virar centro cultural (1'31'')
- Previsão do tempo

5º Bloco

- Estatuto do Torcedor (3'11")
- Partidas da noite (9")

Data: 22/05/03 (quinta-feira)

(Tempo total: 28'04" – obs. Problemas técnicos de gravação impediram computar o tempo de todas as reportagens do último bloco)

Escalada (está incompleta, há chamadas antes destas)

- Iraque
- Avião carregado com dinheiro
- Acordo evita suspensão do campeonato brasileiro

1º Bloco

- Terremoto na Argélia (1'51")
- Pneumonia asiática (16")
- Bayer é acusada de distribuir remédios contaminados com vírus HIV (51")
- Exame de DNA acusa que bebê pode Ter sido trocado em maternidade do MS (1'50")
- Vilma Martins volta ao Tribunal do Júri em Goiânia (25")
- Taxista preso por engano é finalmente libertado (1'09")
- Localizador por satélite causa polêmica em processo nos EUA (1'47")

2º Bloco

- Lista divulga 400 espécies de animais em risco de extinção (1'54")
- Começa em Belém julgamento de assassinato de sindicalista há 18 anos (1'37")

(Jornal é interrompido para transmissão da propaganda partidária obrigatória, conforme lei eleitoral brasileira)

3º Bloco

- Demissão de um diretor do Banco Central horas depois da decisão de não mexer nos juros (2'40")

Fátima Bernardes – Horas depois do Copom anunciar a manutenção das taxas de juros e receber novas críticas do vice-presidente da República, o diretor de política econômica do Banco Central, Ilan Goldfajn, pediu demissão.

Off – (Roberto Kovalick) Logo de manhã, Ilan Goldfajn, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deram um entrevista juntos. Era para explicar o pedido de demissão do diretor de Política Econômica, formalizado poucas horas antes. Eles disseram que não há relação com as críticas que o Banco Central tem recebido, de empresários e do vice-presidente. Ontem, depois que o Conselho de Política Monetária decidiu manter a taxa básica em 26,5%, José Alencar, voltou a defender a redução dos juros.

Sonora com José Alencar (com a inscrição 'ontem'): "Se eles me convencerem que esse número está correto, eu dou a mão a palmatória, com toda a humildade. Eu vou chegar e dizer: me perdoa. Por enquanto, nada me convenceu."

Off - Hoje o vice-presidente não quis fazer comentários.

Sonora com Alencar: "Tudo o que eu tinha que declarar, eu já declarei."

Off - O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, respondeu às críticas de José Alencar.

Sonora com Meirelles: "O que define a competência de um Banco Central é o seu sucesso ou não no cumprimento de sua missão básica, que é o controle da inflação."

Passagem - Ilan Goldfajn vai permanecer no cargo por um mais um mês e vai participar da próxima reunião do Comitê de Política Monetária. Ele era o responsável por propor a política de controle de inflação e estava no cargo desde o Governo Fernando Henrique. Disse que tomou a decisão de sair no fim do ano passado, mas combinou com presidente do Banco Central que ficaria mais seis meses para ajudar na transição.

Sonora com Ilan: "A minha saída é um pedido pessoal para retomar as minhas atividades privadas. Acredito que estamos no caminho certo. Está claro que nos últimos cinco meses está no caminho certo. Está claro que a confiança foi retomada."

Off - Ilan Goldfajn vai ser substituído pelo economista Afonso Bevilacqua. No Rio de Janeiro, o ministro Antônio Pallocci usou seus conhecimentos de médico para defender a manutenção da taxa de juros.

Sonora com Palocci: "O maior e mais comum dos erros no tratamento das doenças graves é interrompê-lo na metade, ao primeiro sinal de melhora do paciente. Quando se procede assim, a doença recorre com mais força, obrigando a medicações mais fortes e mais danosas ao organismo. Acontece o mesmo na economia."

* Comentário de Franklin Martins (1'): "Se alguém acha que, ao criticar a decisão do Banco Central, o vice José Alencar, de alguma maneira, estava combinado com Lula, está enganado. Alencar falou por conta própria, sem consultar o presidente e com isso acabou provocando um tremendo mal estar no governo. Publicamente, ninguém no Palácio do Planalto vai dizer que Alencar avançou o sinal, falou demais e fez uma trapalhada, mas é esse o pensamento dominante. O que se espera é que, daqui pra frente, ele seja mais cauteloso. Se tiver críticas ou reparos a fazer, que procure o presidente e dê sua opinião reservadamente, e não que solte o verbo em público, como fazia nos seus tempos de empre-

sário ou senador. Vice bom é o vice discreto, exatamente como Alencar foi na campanha eleitoral, é o vice que fica na sombra, fala pouco e, principalmente, cisca pra dentro. Vice que cisca pra fora e fala muito, ainda que cheio de boas intenções, é um problema. Mais cedo ou mais tarde, pode trombar com o presidente.”

- Indicadores econômicos
- Receita Federal vai receber dados de cada cliente das empresas de cartão de crédito (2’08”)
- Previsão do tempo

4º Bloco

- Testemunha do caso do Sindicato dos Motoristas de Ônibus de SP foram ameaçadas (2’09”)
- Peritos de São Paulo analisam imagens da universidade do Rio onde estudante foi baleada (1”)
- Ex-comandante do Rio entrega relatório com acusações a secretário de estado (2’12”)
- Encontrado avião carregado de dólares na Amazônia (30”)
- Presos rebelados na Penitenciária de Contagem (47”)
- Depoimento de presos com o uso de videoconferência (22”)

5º Bloco

(não foi possível contar o tempo das três últimas notícias deste bloco devido a problemas técnicos na gravação do telejornal em VHS)

- Fim do embargo contra o Iraque transforma-se em vitória dos EUA na ONU (1’35”)

- Presidente Lula visita Peru
- Charge
- Quebrado o sigilo bancário dos deputados Enéas Carneiro e Havanir Nimitz
- Paz no futebol

Data: 23/05/03 (sexta-feira)

(Tempo total: 36'26")

Escalada

- Discussão para criação de Estado Palestino
- Nova forma de fazer interurbanos de celulares
- Dólar e risco país voltam a cair
- Ministro José Dirceu fala sobre economia sem saber que jornalistas acompanhavam o discurso

1º Bloco

- Esquema criminoso montado por asilos em Minas Gerais para negociar aposentadoria de idosos (3'06")
- Assaltante Marcelo Borelli é condenado a mais de 22 anos de prisão (19")
- Marido planeja o assassinato da própria mulher, em São Paulo (1'45")
- Rebelião em penitenciária de Contagem (41")

2º Bloco

- Terremoto na Argélia (25'')
- Pneumonia asiática (36'')
- Chamadas do Globo Repórter
- Previsão do tempo
- Justiça determina a prisão dos donos da empresa Cataguanes de Papel (25'')
- Nasa divulga foto do planeta Terra tirada de Marte (18'')
- Nova forma de fazer ligações interurbanas pelo celular vai baratear a ligação

3º Bloco

- Ex-comandante de Batalhão da Polícia Militar do Rio acusa uma autoridade estadual de pedir trégua no combate aos traficantes (3'45'')
- Indiciado gerente do campus da Estácio onde estudante foi baleada
- Condenados fazendeiros acusados pelo assassinato do sindicalista João Canuto (45'')

4º Bloco

- Lotações clandestinas têm proteção da polícia no Recife (3'23'')
- Preso último foragido do Sindicato de Motoristas de Ônibus de SP (2'55'')
- Ministério Público prova que empresários pagavam propina ao Sindicato de Motoristas em Santo André (2'50'')

- Taxa de Juros e economia (2'35")

Willian Bonner – O PT realizou hoje em São Paulo um seminário para discutir a Reforma da Previdência. Durante a reunião, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, reconheceu as dificuldades por que passa a economia brasileira por causa dos juros altos. O ministro disse que era preciso ser franco e sincero e durante o discurso se surpreendeu ao ser informado de que o seminário estava sendo transmitido para jornalistas.

Sonora com José Dirceu: "Um governo que faz o superávit de 4,25 e mantém uma taxa de juros de 26,5% e que está obrigado às restrições que nós estamos, evidentemente está desestimulando e segurando a atividade econômica. Não vamos dosar a pílula, porque a queda da atividade econômica que existe no país é visível. Seria ridículo se nós disséssemos o contrário. Se dermos um cavalo-de-pau no país, nós damos um cavalo-de-pau na economia. Porque juros de 26,5% e superávit de 4,25, evidentemente as conseqüências aparecem imediatamente. Nós temos que conviver com essa realidade e precisamos ser criativos... Está ao vivo para onde? Ainda bem que eu já vivi situações mais adversas que essa! Mas não vou mudar, não. Vou continuar."

Nota-pé (Willian Bonner) - O ministro José Dirceu de fato continuou seu raciocínio, ressaltando que as medidas tomadas até aqui são necessárias tecnicamente. Disse que é preciso que o governo seja criativo para vencer a ameaça da inflação, e assim atingir os objetivos do partido para o Brasil.

- Indicadores econômicos
- Charge "E no Sebo das Idéias..." Lula e FHC disputam uma agenda (cada um puxa-a de um lado).

FHC: "É, essa agenda é velha, Lula."

Lula: "Como é que você sabe?"

FHC: "Porque era minha."

Lula: Agora já era. Passei para mim. E o que é melhor, com meu autógrafo."

FHC: Não, dá para mim. Devolve.

Lula: É ruim, hein.

- Lula em visita ao Peru (1'40'')

5º Bloco

- Discussão sobre criação de Estado Palestino (1'58'')
- Comentários de Arnaldo Jabor sobre o Plano de Paz no Oriente Médio (1'03'')
- Brasileiro é indicado pela ONU como representante especial para o Iraque (20'')
- Esporte (notícias sobre futebol e vôlei) (2'39'')

Data: 24/05/03 (sábado)

(Tempo total: não identificado)

Escalada

- Dinheiro público paga celular para vereadores
- No Peru, o presidente Lula diz que os juros altos é uma herança do governo passado.
- “Os juros da nova economia virão mais rápido do que vocês imaginam .”
- Destaques do Futebol e Vôlei

1º Bloco

- Dia da adoção (3'03'')
- Pessoas que não têm certidão de nascimento (1'55)
- Motorista ganha briga judicial contra seguradora (1'42'')
- Ministério da Agricultura cria novas regras para embalagens de alimentos (2'06'')

2º Bloco

- Violência no Rio (2'57'')
- Polícia Civil do Rio conseguiu recuperar imagens do momento em que a universitária foi baleada dentro de universidade (22'')
- Máfia do transporte clandestino continua atuando em Pernambuco (2'06'')
- Previsão do tempo
- Paul McCartney faz show na Rússia (33'')

3º Bloco

- Idosos saem de asilos irregulares de Minas Gerais denunciados no dia anterior
- Lula visita Peru

(No Peru, o presidente fala sobre a repercussão da política econômica e a taxa de juros dos últimos dias) – Willian Bonner - O presidente Lula comentou a análise feita ontem pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, numa reunião com petistas. Sem saber que a palestra estava sendo transmitida para jornalistas, Dirceu reconheceu que a política econômica está limitando o crescimento

do país, mas disse que as medidas adotadas até aqui são necessárias tecnicamente. Lula disse que José Dirceu pode falar o que quiser, tanto pública quanto privadamente. Sobre juros, o presidente falou que não adianta reduzir a taxa num mês e ter que aumentá-la depois. Garantiu que quando o governo começar a reduzir os juros vai ser de uma forma sólida, passo a passo.

Sonora com o presidente: "Os juros que estamos praticando é o juro da economia herdada. Logo, logo vão vir os juros na nova economia do Brasil. Eu não estou preocupado com a reunião do Copom, tenho coisa mais importante para fazer no Brasil. Eu não posso ficar analisando o que vai acontecer com a reunião do Copom. Só posso afirmar isso. Os juros que estamos praticando é o juro da economia herdada. Os juros da nova economia virão mais rápido do que vocês imaginam.

- Terremoto na Argélia (sem tempo medido)
- Charge (não dá para identificar a charge completa)

5º Bloco

- Brasil terá representantes de Luta Olímpica no Pan de Santo Domingo
- Estatuto do Torcedor
- Futebol

Tema: Caso Waldomiro

Data: 13/02/04 (sexta-feira)

(Tempo total: 38'40'')

Escalada (55'')

- Caso Waldomiro

Willian Bonner – Um bicheiro que pagou propina ao chefe das loterias do estado do Rio no governo Benedita da Silva.

Fátima Bernardes – E parte do dinheiro era para campanhas eleitorais

WB – O crime em 2002 foi registrado em vídeo.

FB – Depois da revelação das fitas, o ex-chefe das loterias é demitido do emprego atual.

WB – Subchefe de assuntos parlamentares da Secretaria de Coordenação Política com sede no Palácio do Planalto.

- Policiais bebem em serviço no Paraná
- Menino Iruan no seu primeiro dia no Brasil
- Pilotos da Esquadria da Fumaça escapam de acidente em SP
- Anúncio do governo de bloqueios no orçamento ministerial
- Discussão sobre clonagem de embriões humanos
- Cientistas anunciam fórmula para casamentos de sucesso
- Como a medalha olímpica mudou a vida de quatro brasileiros

1º Bloco

- Menino Iruan no Brasil (3')
- Caso Carlinhos Ramirez seqüestrado no Rio quando pequeno (40'')
- Acidente com aviões da Esquadilha da Fumaça (1'18'')
- Campanha para reduzir número de acidentes no trânsito durante o Carnaval (1'20'')
- Chamadas do próximo bloco

2º Bloco

- Debate sobre clonagem em humanos (2')
- Corrupção de policiais em Foz de Iguaçu (2'37'')
- Chamadas

3º Bloco

- Prisão do maior contrabandista do Brasil (22'')
- Prisão da quadrilha que extorquia empresários (1'20'')
- Justiça autoriza quebra do sigilo dos suspeitos da morte de casal norte-americano (15'')
- Caso do dentista assassinado em São Paulo (1'32'')
- Presidente da Parmalat revelou detalhes que envolvem políticos na falência da Parmalat (2'10'')
- Pesquisa sobre disputa presidencial nos EUA (25'')
- Chamadas

WB – Denúncias provocam a demissão de um assessor do governo.

(a segunda chamada é sobre o estudo sobre casamentos)

4º Bloco

- Pesquisa sobre sucesso do casamento (1'47'')
- Comentário de Arnaldo Jabor sobre a pesquisa (1'07'')
- Governo bloqueia verbas ministeriais (2'08'')
- Desempenho favorável da Petrobras (18'')
- O vice Alencar faz palestra para empresários em São Paulo e tece críticas sobre as taxas de juros (12'')
- IPCA, alta de alimentos devido ao excesso de chuvas (37'')
- Manifestante que jogou torta no ministro Berzoini (19'')
- Charge (relacionada com a nota anterior mostra um aposentado correndo atrás do ministro)
- Caso Waldomiro (6'06'')

FB – Uma denúncia agitou os políticos hoje. Uma reportagem da revista *Época* mostrou que o ex-presidente da Loteria do Estado do Rio no governo Benedita cobrava propina de um bicheiro. Ele arrecadava também para campanhas eleitorais. Waldomiro Diniz estava no governo desde janeiro do ano passado. Até ontem, era subchefe de assuntos parlamentares do Ministério da Coordenação Política, com sede no Palácio do Planalto. Com a revelação das denúncias, o assessor foi demitido pelo presidente Lula e a Polícia Federal abriu um inquérito para apurar o caso.

Off (repórter Heraldo Pereira) – A denúncia surpreendeu o Congresso. Logo cedo, os aliados do governo e a oposição tentavam saber detalhes da reportagem estampada na capa da revista

Época. Uma fita de vídeo gravada por um bicheiro do Rio mostra uma conversa entre ele e Waldomiro Diniz, afastado hoje da subchefia de assuntos parlamentares da Secretaria de Coordenação Política. Waldomiro estava no governo desde o início, mas até janeiro trabalhava na Casa Civil. A filmagem foi feita pelo próprio bicheiro, no escritório dele no Rio, em 2002. Waldomiro Diniz era presidente da Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro) no governo Benedita e negociava com o bicheiro mudanças na licitação para explorar jogos eletrônicos. Segundo a revista, a fita foi analisada por peritos da Universidade de Campinas.

Imagens e áudio da fita em que Waldomiro conversa com o bicheiro. Aparece uma legenda para auxiliar a identificação do áudio:

Waldomiro Diniz - Jogos, o problema é o seguinte: o Tribunal aprovou o edital

Carlinhos Cachoeira - Mas você vai mexer no objeto?

WD – Pra eu mexer no objeto eu tenho que mandar pro Tribunal de novo

CC – mas manda ... manda se for preciso. Aquele objeto tá errado.

WD – veja bem, o que que você quer que tire dali? O que tá te atrapalhando?

CC – por que que não toca o objeto, só jogos pela internet e jogos pelo telefone?

WD – redige você, redige você.

CC – você aceita, eu e o Armando fazer?

WD – aí é o seguinte (...) dois milhões de reais eu pago...

Off com imagens da negociação congeladas - Waldomiro também negociou doações do bicheiro para campanhas políticas.

Imagens da negociação, ainda com as legendas:

WD - Política, você vai...O pessoal tá me chamando... o pessoal do Garotinho me chamou...

CC - Posso ajudar, mas ajudar pouco, você sabe, né?

WD - Vamos dizer, pra gastar quinhentos mil... Tá bom para você?

CC - Trezentos...

WD - Pouco não é não, duzentos para cada? Cento e cinquenta

CC - quem vai ganhar a eleição?

WD - Eu acho que vai ser

CC - Benedita não ganha não?

Off (Imagens da revista e dos dois candidatos que seriam beneficiados pela propina) - Waldomiro disse a Revista Época que o dinheiro iria para a campanha de dois candidatos petistas a governador: Geraldo Magela, em Brasília, e Benedita da Silva, no Rio, e a concorrente dela, Rosinha Matheus. O assessor pede uma parte do dinheiro para ele mesmo.

Imagens da negociação com as legendas:

WD - deixa eu te falar uma outra coisa. Você vai disponibilizar alguma coisa à parte? Quero um por cento para mim.

CC - na mão?

WD - É. Um por cento.

CC - só? ... do total?

WD - É.

CC - Tá bom.

Off - O negócio é selado com um aperto de mão.

Passagem (repórter em frente ao Palácio do Planalto) Waldomiro Diniz, que trabalhava no quarto andar do Palácio do Planalto, não apareceu hoje. Soube por telefone da exoneração. O presidente Lula se reuniu com os ministros da Justiça e da Coordenação Política. Pediu uma rápida e rigorosa investigação.

Off: Depois da reunião com o presidente, o ministro da Justiça anunciou as primeiras medidas. (imagem de Bastos e Rebelo caminhando para uma coletiva)

Sonora do ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos: "Já pedi verbalmente à Polícia Federal e neste momento já deve estar aberto o inquérito para apurar estes fatos que aconteceram no Rio de Janeiro em 2002".

Off: O ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, não quis se pronunciar. Quem falou, foi o atual chefe de Waldomiro, Aldo Rebelo.

Sonora de Rebelo: "Diante de um episódio desses o presidente da República reage com indignação e quer ver naturalmente este episódio investigado e esclarecido".

Off: A oposição reagiu. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, que já havia denunciado Waldomiro por suposto envolvimento com o jogo do bicho, voltou a cobrar investigação.

Sonora com Arthur Virgílio: "O governo não tem o direito de oferecer resposta, ele tem o dever de oferecer resposta sob pena de ele não merecer governar um povo sério como o povo brasileiro".

Off: o senador Antero Paes de Barros, que entregou uma cópia das gravações para o Ministério Público, quer que o Congresso apure as denúncias.

Sonora com Antero Paes de Barros: "As denúncias são gravíssimas, precisam ser rigorosamente apuradas. Já apresentei hoje um pedido de CPI e já comecei a colher as assinaturas".

Sonora com José Serra, presidente do PSDB: "O importante no caso é que esse assunto seja agora investigado e que o PT e sua direção procurem tomar medidas a esse respeito antes de ficar procurando bodes expiatórios para o assunto".

Sonora com José Genoíno, presidente do PT: "Nossa posição é de muita tranquilidade. Em primeiro lugar, Waldomiro não é filiado ao PT. Em segundo lugar, porque esses fatos aconteceram na campanha eleitoral e nossos candidatos prestaram contas das suas campanhas na Justiça. Terceiro, porque o presidente Lula já tomou as medidas necessárias com a exoneração do Waldomiro".

Notas-pés:

WB – Segundo o relato da revista *Época*, Waldomiro Diniz chorou ao tomar conhecimento das denúncias ontem à noite. Ele confessou ter recebido R\$ 100 mil, que teria entregue ao comitê da campanha do candidato Geraldo Magela, de Brasília.

FB – O ex-candidato Geraldo Magela não quis comentar as denúncias. O coordenador da campanha de Geraldo Magela, Rai-

mundo Jr., negou que o comitê tenha recebido dinheiro de Waldomiro. E afirmou que todas as doações foram declaradas à Justiça Eleitoral.

WB – Em nota oficial, a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, declarou que Waldomiro Diniz não tinha autorização para negociar qualquer assunto financeiro em nome dela durante a campanha eleitoral. E que ele será processado se ficar provado que usou o nome dela. Rosinha Matheus e secretário Anthony Garotinho estão em viagem oficial a Israel. A assessoria de Benedita da Silva informou que não localizou a ex-governadora, que está em viagem de férias no exterior.

- Festa de aniversário do PT. Na reportagem, fala-se que nenhum filiado quis comentar o caso Waldomiro (1')
- Chamadas

5º Bloco

- Economia de energia no horário de verão (20'')
- Contaminação das praias na Bahia (25'')
- Chuvas (35'')
- Estragos da chuva e trabalho da Defesa civil (30'')
- Previsão do tempo
- Apresentação do tema do Globo Repórter
- Nevasca em Atenas (21'')
- Como a medalha olímpica mudou o estilo de vida de quatro atletas (2' 10'')
- Desempenho de Guga em torneio (8'')
- Despedida

Data: 14/02/04 (sábado)

(Tempo total: 35'50'')

Escalada (55'')

- Caso Waldomiro

Márcio Gomes - Começa a investigação do escândalo que derubou um assessor do Palácio do Planalto.

Chico Pinheiro - Um delegado da Polícia Federal e uma procuradora já foram nomeados para investigar o caso.

MG - E o bicheiro para quem o então presidente da Loterj pediu propina fala pela primeira vez.

- Teste criado por brasileiros para prevenir o câncer de estômago
- Modos de guardar a água da chuva no sertão do nordeste.
- Fim do horário de verão
- Gols das partidas do dia
- Desempenho de Guga em torneio
- Pessoas do mundo todo vêm ao Brasil ver borboletas

1º Bloco

- Caso Waldomiro (8'39'')

MG – A Polícia Federal abriu inquérito hoje para apurar as denúncias de corrupção envolvendo um bicheiro e Waldomiro Diniz, ex-presidente da Loterj, a loteria oficial do estado do Rio. Waldomiro, que até ontem era assessor do Palácio do Planalto, continua desaparecido. O bicheiro falou hoje pela primeira vez sobre o escândalo.

Off do repórter Vinícius Dônola (imagens do prédio de Cachoeira e da versão on-line das reportagens do jornal de Goiânia sobre o caso) - O bicheiro que gravou a proposta do pagamento de propina mora neste prédio de luxo em Goiânia. Numa entrevista ao jornal O Popular, de Goiás, Carlos Augusto Ramos admitiu que Waldomiro Diniz, na época presidente da Loterj, pediu dinheiro a ele em 2002.

(Trechos de Cachoeira, por telefone, explicando que houve a cobrança da propina mas que ele não teria entregue o dinheiro. Há legendas para ajudar a identificar o áudio.)

"Aconteceu o pedido dele, mas não aconteceu o fato entende? Houve o pedido dele, mas da minha parte, entregar dinheiro para ele, não".

Off - Carlos Augusto Ramos negou ser bicheiro, disse que é empresário do ramo de loterias e afirmou que foi vítima de extorsão.

Sonora - "Quem ver a fita, vai ver que eu fui extorquido. Quer dizer, na minha parte, não houve crime. Eu fui extorquido. Sou dono de empresas, pô".

Off – Carlos Augusto acredita que isso foi um ato isolado.

Sonora - "O governo Lula é um governo sério né. Isso aí foi um caso isolado, uma ovelha negra, sabe?"

Off (imagens de arquivo de Waldomiro concedendo entrevista, ainda quando era presidente da Loterj, do Palácio do Planalto, de José Dirceu, documentos que comprovam a ligação dele com o Planalto como funcionário, páginas e capa da revista, fotos de Waldomiro em entrevistas) – Até ontem, Waldomiro tinha cargo de confiança do governo em Brasília. Era subchefe de assuntos parlamentares do Ministério da Coordenação Política. Ele ocupava o cargo desde o início do governo. Trabalhava no quarto andar do Palácio do Planalto e até a reforma ministerial do deste ano era subordinado ao ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. A demissão de Waldomiro aconteceu após a publicação de uma reportagem da revista Época que mostra uma negociação entre ele e o bicheiro Carlos Augusto Ramos. Segundo a revista, a

fitas foi gravada por Carlos Augusto, que está do lado esquerdo do vídeo. Em 2002, Waldomiro Diniz era presidente da Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro) no governo de Benedita da Silva. A fita foi analisada por peritos da Universidade de Campinas, que incluíram legendas nos diálogos. O bicheiro e o então presidente da Loterj conversam sobre mudanças no documento que regula a concorrência para a exploração dos jogos eletrônicos no Rio. Waldomiro oferece facilidades para obter o dinheiro. E chega a sugerir que o próprio bicheiro redija os termos do documento, que chamam de objeto.

(Imagens do vídeo)

Waldomiro também pede dinheiro para campanhas eleitorais. Segundo a revista *Época* apurou, o dinheiro iria para campanhas de dois candidatos petistas a governador: Geraldo Magela, em Brasília, e Benedita da Silva, no Rio, e também para a concorrente dela, Rosinha Matheus, então do PSB.

(Imagens do vídeo)

Passagem (em frente à Loterj) – Por determinação do Ministério da Justiça, o caso vai ser apurado pela Polícia Federal daqui do Rio de Janeiro. A ex-ministra Benedita da Silva está em férias, fora do país, e não foi encontrada para falar sobre o caso. A governadora Rosinha Matheus chegou hoje ao Rio depois de uma viagem oficial a Israel.

Sonora de Rosinha: "Ele teria usado o meu nome, que estaria pedindo recurso para minha campanha, quando em nenhum momento o senhor Waldomiro fez parte da minha equipe e em nenhum momento tinha autorização para isso".

Na quinta-feira, ao tomar conhecimento das gravações, o ex-assessor do Ministério da Coordenação Política chorou e admitiu que quando foi presidente da Loterj recebeu R\$ 100 mil e entregou a quantia para a campanha de Geraldo Magela, candidato petista ao governo do Distrito Federal. Magela rebateu hoje as acusações.

Sonora com Magela: "Todos os esclarecimentos já foram prestados pela coordenação da nossa campanha dizendo que nenhum centavo entrou vindos do senhor Waldomiro Diniz".

ressalta prestação de contas e diz que não recebeu nenhum centavo de Waldomiro.

Off – (imagens do encontro, de Dirceu e de Mercadante). Ontem à noite, integrantes do governo que participaram no Rio da festa dos 24 anos do PT não quiseram falar sobre as denúncias contra o ex-assessor. Mas no discurso, o presidente falou sobre ética .

Sonora (discurso de Lula) – "Nós não podemos errar dentro da política, na orientação, no cumprimento de algumas coisas que são marcas registradas desse partido, que é o seu comportamento ético".

Nota-pé – O secretário de Segurança e ex-governador do Rio, Anthony Garotinho, informou que conheceu Waldomiro Diniz por intermédio do PT. O Partido dos Trabalhadores fez parte da coligação que venceu as eleições para o governo do estado em 98. Anthony Garotinho que espera que as denúncias sejam investigadas.

CP – Você vai conhecer agora os personagens principais dessa história e os negócios que estavam em jogo.

Off – (imagens do vídeo, casa de Cachoeira, máquinas e sua empresa, documento do Ministério Público, faixa do prédio do governo de Goiás, Waldomiro e de todos os políticos citados) Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlos Cachoeira, tem 40 anos. Nasceu em Anápolis, onde tem uma ampla casa e mora em um apartamento de luxo em Goiânia. Ele é dono da empresa Gerplan, que controla loterias em Goiás. Segundo o Ministério Público goiano, a Gerplan é dona de dez mil máquinas de caça-níqueis no estado. Em 99, a empresa foi acusada pelo Ministério Público de fazer negócios ilegais com bicheiros. Um relatório do governo do estado comprovou a denúncia. O contrato da Gerplan com o governo de Goiás para exploração de loterias também está sendo investigado. Waldomiro Diniz auxiliou em 92

como ex-funcionário da Caixa Federal a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou PC Farias, tesoureiro da campanha de Fernando Collor. Foi então que conheceu o ministro da Casa Civil, José Dirceu. Foi assessor parlamentar do governo do Distrito Federal na gestão de Cristóvão Buarque, em 94, e chefe da representação do governo do Rio em Brasília, na gestão de Anthony Garotinho em 98. Foi uma indicação do PT, segundo Garotinho. Em 2001, ainda no governo de Garotinho, Waldomiro foi nomeado presidente da Loterj, empresa que controla as loterias no estado. Foi mantido no cargo na gestão de Benedita da Silva. Com a eleição de Lula, Waldomiro ocupou o cargo de subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil, subordinado ao ministro José Dirceu. Era considerado um dos principais interlocutores da Casa Civil com os parlamentares. Com a reforma ministerial, ficou subordinado a Aldo Rebelo, ministro da Coordenação Política. Ontem, Waldomiro foi demitido.

Passagem – (repórter Júlio Mosquéra em frente ao Congresso) – As fitas obtidas pela revista *Época* são de 2002, quando Waldomiro ocupava a presidência da Loterj no governo Benedita da Silva. Segundo o Ministério Público, Carlos Cachoeira pretendia ampliar a sua área de atuação para Brasília, Tocantins e Rio de Janeiro. Cachoeira queria ter o controle das apostas pela internet e pelo telefone. Waldomiro Diniz estava renovando o contrato para exploração das loterias. Por isso, houve a negociação propina. Cachoeira queria explorar sozinho as apostas pela internet e pelo telefone, o que segundo a revista *Época* conseguiu assegurar. Agora a oposição tenta no Congresso Nacional instaurar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso.

Nota-pé –

MG - O Ministério Público estadual do Rio de Janeiro informou que Waldomiro Diniz responde a inquérito na Delegacia de Defraudações por falsidade ideológica. Ele teria mentido durante uma investigação sobre bingos no estado. Num primeiro momento, disse que alguns bingos eram irregulares. Depois declarou que a situação deles era regular.

CP - O delegado da Polícia Federal que vai investigar as denúncias de propina é Antônio César Fenandes Nunes. Ele já chefiou delegacias especializadas na Bahia e foi agente policial na Colômbia. O procurador-geral da República, Cláudio Fontele, nomeou a procuradora Andréa Silva Araújo, do estado do Rio, para acompanhar o caso.

- Assalto em joalheria de Alfenas/MG flagrado por câmeras (46'')
- Polícia Federal apreende maconha e lança-perfume (22'')
- Acidente na BR-135 (26'')
- Acidente com trabalhadores na Companhia Siderúrgica de Tubarão, em Vitória (15'')
- Chamadas

2º Bloco

- Algas nas praias de Sergipe e problemas em estradas por causa das chuvas (38'')
- Sertanejos do nordeste guardam água da chuva (1'48'')
- Previsão do tempo
- Teste para diagnosticar câncer de estômago (2'20'')
- Chamadas

3º Bloco

- Escolas públicas abertas aos finais de semana (2'10'')
- Turistas estrangeiros à procura de borboletas (1'56'')
- Apresentação do Fantástico

- Disputa de surfe no Havaí (2')
- Vôlei (1'26'')
- Apresentação do Esporte Espetacular
- Chamadas

4º Bloco

- Escândalo Financeiro da Parmalat (20'')
- Assassinato de empresário carioca (22'')
- Iraque (1'45'')
- Irã (15'')
- Filme brasileiro premiado (20'')
- Dia dos namorados em outros países (40'')
- Chamadas

5º Bloco

- Guga (36'')
- Futebol (1'52'')
- Charge
- Morte de cartunista (26'')
- Fim do horário de verão (1'48'')
- Despedida

Data: 16/02/04 (segunda-feira)

(Tempo total: 37'45'')

Escalada (50'')

- Caso Waldomiro

Fátima Bernardes - A Polícia apreende documentos na casa de ex-assessor do Planalto acusado de corrupção.

Willian Bonner - O ministro José Dirceu diz que o crime aconteceu antes do governo Lula e será apurado.

FB - A oposição se divide quanto a abertura de uma CPI

WB – E nossos repórteres mostram que o ex-assessor Waldomiro Diniz já era investigado desde o ano passado.

- Prisão de policiais baianos acusados de proteger traficante
- Polícia do Rio ocupa favela
- Libertados crianças e trabalhadores escravos de fazenda do Pará
- Fazendeiro morto em Santa Catarina em conflito com índios
- Projeto do governo para educação superior
- Cientistas descobrem estrela feita de diamante

1º Bloco

- Prisão de policiais na Bahia que compunham quadrilha e protegiam traficante (3'10'')
- Polícia do Rio ocupa favela (2'38'')
- Juiz do STJ é assaltado em SP (20'')
- Fazendeiro morto em conflito com caingangues (1'22'')

- Conflito de policiais com aborígenes na Austrália (43'')
- Chamadas

2º Bloco

- Estudante eletrocutado em Uberaba durante festa (48'')
- Projeto do governo para criação de vagas particulares em públicas (1'40'')
- Charge
- Pesquisa norte-americana para evitar doenças nos olhos genéticas (2'25'')
- Descobertas de estrela de diamante e de nova galáxia (40'')
- Chamadas (Caso Waldomiro)

3º Bloco

- Caso Waldomiro (10'28'')

FB – A Polícia Federal e o Ministério Público Federal vasculharam hoje a casa do ex-assessor parlamentar, Waldomiro Diniz, em Brasília, à procura de provas. O ex-chefe da assessoria parlamentar do governo é acusado de cobrar propina de um bicheiro em 2002 quando comandava o órgão que administra loterias estaduais no Rio de Janeiro.

Off (repórter Roberto Kovalik) (imagens de arquivo de Waldomiro dando entrevista, do apartamento dele e do outro que foi vistoriado, da conversa do vídeo e de Benedita) - No apartamento de Waldomiro Diniz, a Polícia apreendeu computadores, documentos e um celular. O ex-subchefe de assuntos parlamentares do Ministério da Coordenação Política, demitido na semana passada, é acusado cobrar propina do bicheiro Carlinhos Cachoeira para financiar campanhas do PT e para uso pessoal em 2002, quando era

presidente da Loterj (Loterias do Rio de Janeiro), no governo de Benedita da Silva. No apartamento de Messias Antônio Ribeiro, que foi sócio de Carlinhos Cachoeira numa empresa de máquinas caça-níquel, os agentes apreenderam vários documentos. Todo material vai ser enviado para o juiz da Justiça Federal do Rio de Janeiro que mandou fazer a busca.

Passagem – (imagem em frente ao apartamento de Messias) Messias foi ouvido pelo Ministério Público na semana passada. Contou que ele e o bicheiro Carlinhos Cachoeira começaram a explorar as máquinas caça-níquel em Goiânia. Segundo Messias, Cachoeira queria expandir os negócios para outros estados, a começar pelo Rio de Janeiro e pelo Rio Grande do Sul.

Off – (imagens do depoimento, destaca o nome de Alejandro; de Waldomiro; faixa da empresa Capital) No depoimento, Messias disse também que as máquinas eram fornecidas por Alejandro Ortiz. Carlos Roberto Martins, afiliado de Ortiz, e também ligado às máquinas caça-níquel, disse que Alejandro Ortiz estava enfraquecido por causa de suas ligações com a máfia italiana. E que depois de deixar a Loterj, quando foi para o governo federal, Waldomiro Diniz passou a defender os interesses de Alejandro no governo e no Congresso. No Rio Grande do Sul, durante o governo de Olívio Dutra, a concorrência para explorar as loterias estaduais foi vencida por uma empresa de construção e limpeza chamada Capital, com sede em Goiás. Em 2002, o estado revogou a licitação, mas a empresa conseguiu na Justiça manter o serviço. Um ano depois, mudou de nome. Um dos donos é Carlos Augusto de Almeida Ramos, o bicheiro Carlinhos Cachoeira. O secretário da Fazenda no Rio Grande do Sul disse que quer rever o contrato.

Sonora com secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Paulo Michellutti: "Se houver qualquer restrição a um de seus sócios, especialmente esses mencionados agora publicamente, nós exigiremos certamente informações adicionais sobre o desempenho dessas pessoas físicas".

Off – (imagem do procurador entrevistado) Um grupo de procuradores da República está preparando um dossiê para entregarem ao governo em duas semanas. Eles querem que o bingo e as máquinas caça-níqueis sejam proibidas.

Sonora com Guilherme Schelb, procurador da República: "Essas atividades de jogo estão ligadas às organizações criminosas que buscam através delas lavar, regularizar, o dinheiro obtido ilicitamente".

WB – Documentos mostram que Waldomiro Diniz já tinha sido investigado no ano passado pela Polícia Federal. Ele também responde a inquérito por falsidade ideológica.

Off – (imagens de máquinas, das cartelas dos jogos, do vídeo com a gravação, do prédio da PF). A Justiça Federal do Rio mandou lacrar as máquinas eletrônicas espalhadas pelas lotéricas do estado. Foi a respeito do funcionamento dessas máquinas a conversa em 2002 entre o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e o ex-presidente das loterias do Rio e ex-assessor do Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz. Em gravação divulgada pela revista *Época*, os dois negociavam mudanças na legislação dos jogos, que funcionam assim: o apostador marca os números nas cartelas, que são registradas em máquinas, ligadas a uma central, como se fossem um bingo eletrônico. E são três tipos de apostas. Numa delas, o resultado pode ser conhecido até 15 minutos depois. Hoje, o governo do Rio decidiu investigar todos os contratos assinados pelo ex-presidente da Loterj, Waldomiro Diniz. A comissão criada para fazer a análise dos documentos tem 30 dias para apresentar os resultados. O delegado da Polícia Federal, que vai comandar as investigações sobre as denúncias, abriu inquérito agora à noite. Como nas conversas gravadas há pedidos de dinheiro para campanhas políticas, o primeiro objetivo do inquérito será verificar se houve crime eleitoral. O advogado de Waldomiro Diniz esteve hoje na Polícia Federal.

Sonora com o advogado Luís Guilherme Vieira, em que diz que está cedo para ter defesa.

Passagem – repórter André Luiz Azevedo – (imagem em frente ao prédio da PF e do relatório) A administração de Waldomiro Diniz na presidência da Loterj (Loterias do Rio de Janeiro) já tinha sido investigada pela Polícia Federal no ano passado. O resultado dessa investigação está neste relatório, do dia 10 de junho de 2003, em que o delegado Herbert Reis Mesquita denuncia diversas irregularidades. Para poder continuar as investigações, teve até a quebra sigilo bancário e fiscal de Waldomiro Diniz.

Off – (imagens do relatório, de Waldomiro dando entrevista de arquivo, da fachada da delegacia, da revista Época, das gravações, da gravação em Brasília) No relatório o delegado diz que os atos normativos na Loterj são editados de maneira suspeita, o que mostra improbidades administrativas e até mesmo ilícitos penais. Ele diz ainda que Waldomiro Diniz tem seu nome ligado a denúncias de envolvimento com a máfia da jogatina e esquema de desvio de recursos de verbas publicitárias da Loterj. A Justiça Federal chegou a determinar a busca e apreensão de documentos da sede da Loterj, mas o Tribunal Regional Federal achou as provas inconsistentes e mandou devolver a documentação. A investigação foi suspensa. Na Delegacia de Defraudações do Rio, Waldomiro Diniz responde a outro inquérito por falsidade ideológica. Ele é acusado de dar declarações contraditórias sobre a legalização dos bingos. A revista Época também teve acesso a imagens que mostram um outro encontro, dessa vez no aeroporto de Brasília entre Waldomiro e Carlinhos Cachoeira. Waldomiro deixa a mesa carregando uma sacola branca e dirige-se ao setor de embarque. O trajeto é acompanhado pelas câmeras do aeroporto. Quando ele pelo raio X do aeroporto, a câmera se aproxima, mas não é possível identificar o que há dentro da sacola.

FB – A imprensa internacional registrou hoje as acusações de corrupção envolvendo o ex-assessor Waldomiro Diniz. O New York Times afirma que o partido do governo está ameaçado pela gravação que mostra Waldomiro Diniz pedindo dinheiro a um banqueiro do jogo do bicho. O britânico Financial Times, prin-

principal jornal de economia da Europa, diz que a confiança dos investidores no avanço das reformas econômicas pode ser abalada.

WB – O ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, falou hoje pela primeira vez sobre o escândalo envolvendo o ex-assessor Waldomiro Diniz. Ele disse que o caso aconteceu antes do atual governo e já está sendo apurado.

Off – repórter (imagens Palácio do Planalto e de líderes, como Aloísio Mercadante, e de líderes da oposição) A reação do governo foi planejada logo cedo numa reunião no Palácio do Planalto. Quando chegaram ao Congresso, os líderes estavam decididos a evitar a abertura de uma investigação parlamentar sobre as denúncias envolvendo Waldomiro Diniz, defendida pela oposição. Na opinião dos líderes governistas, as medidas necessárias já foram tomadas.

Sonora com Aloísio Mercadante: "O processo já está iniciado e a investigação vai ser feita com absoluto e completo rigor", afirmou líder do governo no Senado".

Off – (imagens de Dirceu com Suplicy; do plenário e de João Paulo Cunha) O ministro chefe da Casa Civil, a quem Waldomiro esteve subordinado até meados de janeiro, passou a manhã no Congresso. Recebeu o apoio de diversos parlamentares, inclusive da oposição. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, finalizou o discurso se solidarizando ao ministro.

Sonora de parte do discurso: "Como ministro foi o grande motor deste governo. E como um grande brasileiro, orgulha todos nós que empenhamos nossa vida por um Brasil melhor."

Off – (imagens de Dirceu) Ainda no congresso, o ministro falou pela primeira vez sobre a denúncia.

Sonora de Dirceu: "Os fatos anunciados aconteceram em 2002, antes do atual governo, no Estado do Rio de Janeiro. Não foi apontada nenhuma irregularidade durante o atual governo. O atual governo agiu imediatamente, exonerando o subchefe de assuntos parlamentares e mandando a autoridade competente instaurar inquérito policial. Qualquer outra iniciativa cabe às autoridades

do Ministério Público, às autoridades da Polícia Judiciária e ao parlamento brasileiro".

Off – (imagens do senador) O senador Antero Paes de Barros, que recebeu as gravações das conversas do ex-assessor com o bicheiro continua recolhendo assinaturas para abrir uma investigação no Congresso.

Sonora do senador: "Acredito que tenham senadores tanto no PT quanto no PMDB que vão assinar a CPI. Tem pessoas que tem muito mais compromissos com a ética do que com algumas pressões para que não assinem".

Passagem (Heraldo Pereira, no Congresso) – Os líderes do PT estão conversando com todos os parlamentares do partido para que eles assinem o pedido de abertura da investigação aqui no Congresso. O comportamento dos outros partidos aliados do governo vai depender do resultado deste esforço. Hoje o PMDB já demonstrou o que deverá ser decidido numa reunião marcada para amanhã.

Sonora com Renan Calheiros, líder do PMDB no Senado:

"Não é caso de investigação política, de criação de comissão parlamentar de inquérito, a não ser que a bancada pense diferentemente e como líder expressarei a posição da bancada".

Off – (imagens dos políticos) E até o PSDB, que pede a investigação, está dividido. O líder do partido na Câmara foi a tribuna pedir o afastamento de José Dirceu durante as investigações. Mas para o senador Tasso Jereissati, não pode haver precipitação.

Sonora com Jereissati (PSDB-CE): "Eu acho que a CPI é uma coisa grave. CPI só pode ser feita quando existam dados concretos que envolvam o Governo Federal. E esses dados concretos envolvendo o Governo Federal ainda não apareceram."

Sonora do discurso do deputado Miro Teixeira, líder do governo na Câmara: "O ministro José Dirceu não nomeou o senhor Waldomiro diretor de loteria da Caixa Econômica. Ele foi designado assessor parlamentar, trabalhou nesta casa. Daí a transpor responsabilidade para o ministro José Dirceu vai uma longa distância".

Off – O episódio reacendeu o debate sobre o financiamento público das campanhas políticas. O líder do PT na Câmara acha que casos com o de Waldomiro Diniz seriam evitados.

Sonora com Arlindo Chinaglia, líder do PT na Câmara: "Evidentemente tiraria pelo menos o argumento de alguém que quisesse como esse funcionário se apresentar a alguém pedindo recursos em nome dessa ou daquela campanha".

- Início atividades Congresso (1'50")

FB – O caso do ex-assessor Waldomiro Diniz deixou o clima tenso na reabertura do Congresso. Na mensagem oficial, o presidente Lula anunciou que vai dar prioridade à área social e à criação de empregos.

Off – O ritual marca o início do ano no Congresso. A mensagem do presidente da República foi entregue pelo ministro chefe da Casa Civil José Dirceu. No texto, o presidente Lula elogiou a aprovação das reformas em 2003 e anunciou que a prioridade para este ano é a questão social.

Leitura de parte do texto pelo senador Romeu Tuma (PFL): "As nossas prioridades em 2004 são a geração de empregos e investimentos na área social e de infra-estrutura".

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, fez uma autocrítica: a lentidão da Justiça desanima o cidadão e pediu mudanças no Judiciário. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, defendeu a Reforma Política. Para ele, 2003 foi o ano das medidas amargas e agora é hora do desenvolvimento social. No discurso, o deputado petista criticou o arrocho no orçamento para pagar ...

a dívida pública. O presidente do Senado, José Sarney, disse que 2003 foi bom para o Congresso e espera manter o ritmo de trabalho neste ano. O governo se comprometeu a mandar as reformas sindical e a trabalhista até 2006. E trabalhar pela aprovação das reformas política e do Judiciário. Mas, este ano, a votação de projetos esbarra no calendário. A partir de julho a campanha

eleitoral será prioridade. Dos 594 parlamentares, pelo menos cem devem disputar prefeituras.

Sonora deputado Sigmaringa Seixas, vice-líder do governo: "No segundo semestre, com eleição em outubro, aquilo que depender de quorum privilegiado nós teremos dificuldades em aprovar".

- Poucos negócios no mercado financeiro (16'')
- Lula defende em conferência mudanças no FMI (22'')
- Chamadas

4º Bloco

- MP do Rio pede prisão preventiva de Sérgio Naya (32'')
- Pessoas vítimas de trabalho escravo no Pará (2')
- Apreensão de carteiras de trabalho irregulares (24'')
- Polícia encontra garimpo clandestino (20'')
- Previsão do tempo
- Seca em algumas cidades (1'56'')

5º Bloco

- Futebol (2'16'')

Data: 17/02/04 (terça-feira)

(Tempo total: 37'45")

Escalada (57")

- Caso Waldomiro

Willian Bonner – Oposição e governo duelam por causa do pedido de abertura de uma CPI sobre o caso Waldomiro Diniz.

Fátima Bernardes – No Rio, deputados criam comissão para investigar as denúncias contra o homem que comandava as loterias no estado.

WB – E o ministro da Justiça diz que a atuação do ex-assessor no Planalto deve ser investigada.

- Demissão de funcionário provoca crise no Ministério da Cultura
- Transferência de Beira-mar para o Rio de Janeiro
- Prejuízos da chuva
- Caso Parmalat
- Estudo mostra que brasileiro consome muito sal.
- Futebol
- Carnaval

1º Bloco

- Caso Waldomiro (9'18")

WB – O Congresso Nacional teve uma terça-feira movimentada e tensa. Deputados e senadores passaram o dia envolvidos numa grande batalha política: os que apóiam o governo querem

evitar a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o ex-assessor Waldomiro Diniz. A oposição quer a CPI. Waldomiro Diniz foi demitido do cargo de assessor parlamentar do Palácio do Planalto depois de ser acusado de pedir propina a um bicheiro dois anos atrás quando comandava as loterias do estado do Rio.

Off (repórter Heraldo Pereira) – A ordem entre os treze senadores do PT era manter a descontração e não demonstrar o clima tenso que está por trás dessas imagens (imagens de uma reunião dos parlamentares petistas sorridentes, sem aparentar preocupações). Os parlamentares combinaram partir para a ofensiva depois das denúncias de irregularidade envolvendo o ex-assessor parlamentar do ministério da Coordenação Política. Para os senadores petistas, as investigações do caso Waldomiro Diniz devem ficar com a Polícia e o Ministério Público. Uma CPI teria que investigar também governos anteriores.

Sonora com a senadora Ideli Salvati, líder do PT: "Se é para investigar financiamento de campanha é financiamento com todas as suspeitas já levantadas neste país. A empresa Asa Branca do financiamento do Serra, do Fernando Henrique, disquete com elementos entregue à polícia."

Off – O PSDB reagiu à idéia do PT

Sonora com o senador Arthur Virgílio, líder do PSDB: "É uma cortina de fumaça para no fundo não apurar nada. Se querem investigar qualquer fato do governo passado, tragam uma CPI individualmente que nós assinamos e eles investiguem quem eles quiserem".

Passagem – (ao fundo, plenário do Senado) A possibilidade de haver no congresso uma investigação do ex-assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz, dominou os debates de hoje aqui no Senado. Para que seja instalada uma CPI são necessárias no mínimo 27 assinaturas de senadores. (Imagens dos senadores conversando no plenário) O autor da proposta da CPI, senador Antero Paes de Barros, acredita que a estratégia do PT, de uma investigação

ampla, aumentou a chance da oposição na busca das assinaturas necessárias. O PFL liberou os senadores do partido.

Sonora do discurso do senador Agripino Maia (PFL/RN): "Eu vou assinar a instalação da comissão parlamentar de inquérito como um serviço que vou prestar ao meu país e à probidade do serviço público do Brasil".

Off – No final da tarde, o governo amenizou o discurso.

Sonora do discurso de Aloísio Mercadante (PT): "O que nós estamos pedindo é um voto de confiança ao Congresso Nacional. É um voto de confiança para que a Polícia Federal apure tudo que diz respeito a esse episódio. Que todos os envolvidos paguem por terem participado em qualquer nível, em qualquer momento, em qualquer situação. Mas que a gente não se precipite".

Off – O PMDB atendeu o apelo do governo. Os senadores do partido decidiram não assinar o pedido de CPI.

Sonora com José Sarney, líder do PMDB: "Estamos num momento em que é necessário que o país tenha uma certa maturidade política e saiba enfrentar esses problemas dentro da normalidade democrática sem qualquer espírito de retaliação. Não serve ao país, não serve ao Congresso e, portanto, eu acho que nós devemos ter um pouco de paciência dessas coisas".

Off – Para a oposição, o que torna o caso mais explosivo é a biografia de Waldomiro, que se tornou conhecido nos meios políticos de Brasília durante a CPI do PC em 92. Ex-funcionário da Caixa, ajudou na análise dos cheques fantasmas. Aproximou-se do PT e chegou a dividir anos atrás por dois meses um apartamento com José Dirceu, que era na época deputado. Foi assessor parlamentar do governador do Distrito Federal, Cristóvão Buarque. Chefe da representação do governo do Rio, no mandato de Anthony Garotinho. E presidente da Loterj nos governos de Garotinho e Benedita da Silva. Antes de ser transferido para o Ministério da Coordenação Política, em janeiro deste ano, Waldomiro Diniz trabalhou por um ano no mesmo cargo na Casa Civil, sob o comando de José Dirceu, homem forte do Planalto. Os governistas se defendem dizendo que o crime do qual é acusado Wal-

Waldomiro Diniz aconteceu em 2002, antes do governo Lula e que nada tem a ver com a Casa Civil. E que quando o escândalo veio à tona, ele foi imediatamente demitido. E uma investigação foi aberta.

FB – O ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, disse que o governo deve investigar atuação a Waldomiro Diniz enquanto ele trabalhava no Palácio do Planalto. Hoje, a Polícia Federal apreendeu documentos em duas empresas do bicheiro Carlinhos Cachoeira.

Off (repórter Roberto Kovalick) – Em Goiânia, a Polícia Federal fez uma busca por ordem da Justiça na casa de Carlos Martins, que trabalhava com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Foram apreendidas notas fiscais de compra de máquinas caça níqueis e documentos de contabilidade. Em duas empresas de Carlinhos Cachoeira em Anápolis, a Polícia apreendeu 38 pastas com documentos sobre a compra de máquinas. Todo o material vai ser enviado para o Rio de Janeiro, onde estão concentradas as investigações.

Sonora com Antônio Fernandes, delegado: "Nós vamos apurar crimes eleitorais, financiamento de campanhas eleitorais do pleito de 2002, corrupção ativa e passiva, nós poderemos instaurar outros inquéritos para apurar lavagem de dinheiro ou qualquer delito que apareça".

Off – O bicheiro Carlinhos Cachoeira divulgou uma nota dizendo que é vítima e que está sendo caluniado. Disse ainda que está à disposição das autoridades para ajudar nas investigações. Cachoeira apareceu nas imagens entregues ao Ministério Público negociando propina com Waldomiro Diniz. Hoje, o ministro da Justiça disse que a atuação de Waldomiro enquanto esteve no governo deve ser investigada.

Sonora com o ministro Márcio Thomas Bastos: "Eu imagino que o governo possa por prudência fazer um exame das questões que passaram por essa pessoa, das questões que passaram pelo Waldomiro Diniz, durante o tempo em que ele foi sub-chefe da Casa Civil."

Sonora com o vice-presidente, José Alencar (PL): "Essas coisas podem acontecer. A providência foi tomada imediatamente que foi a destituição do rapaz com a abertura de inquérito policial".

Passagem (em frente ao Congresso) – Desde outubro do ano passado, uma comissão interministerial estuda a questão dos bingos no país. Um relatório vai ser entregue ao presidente Lula. A proposta seria deixar os bingos sob o controle da Caixa Econômica, que poderia operá-los diretamente como faz com as loterias ou dar concessões. Hoje o Palácio do Planalto informou que não partiu do governo qualquer proposta para legalizar os bingos. Essa questão já vinha sendo debatida no Congresso e que o governo criou a comissão para ouvir a opinião dos ministros e preparar uma proposta técnica. O Palácio do Planalto informou também que o ex-assessor Waldomiro Diniz não participou das reuniões da comissão.

WB – Como Waldomiro Diniz dirigia as loterias do Rio de Janeiro na época em que pediu dinheiro ao bicheiro, o caso teve repercussão política na Assembléia Legislativa do Estado. Os deputados decidiram hoje instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Off (repórter André Luiz Azevedo) – O pedido de CPI foi aprovado pelos líderes dos partidos numa reunião hoje à tarde. Waldomiro Diniz presidiu a Loterj por dez meses nos governos de Anthony Garotinho e Benedita da Silva. Uma comissão do governo estadual, que também investiga o caso, pediu hoje todos os documentos expedidos quando Waldomiro estava à frente da Loterj. Só a Loteria do Rio controla 16 tipos de diferentes. São apostas instantâneas e loterias eletrônicas. Ao todo, 17 estados têm loterias controladas pelos governos estaduais com jogos semelhantes.

Passagem – Os jogos eletrônicos invadiram o Brasil nos anos 90 e se espalharam rapidamente. Mas há máquinas e jogos bem diferentes. A mais comum de todas é esta aqui, do jogo chamado

Caça-níqueis. Atualmente, o cálculo é que há mais de 250 mil máquinas desse tipo em todo país.

Off – O país não tem legislação específica sobre os caça-níqueis, que não são fiscalizados. Já uma lei federal regulamenta o funcionamento de mil bingos em todo o Brasil. Segundo um levantamento da Caixa Econômica Federal, só um terço deles está regularizado. A maioria conseguiu autorização na Justiça para funcionar. Os jogos no Brasil movimentam por ano 6 bilhões de reais. Só no Rio, os apostadores gastam 1 bilhão de reais a cada ano. Este mercado é dividido entre os governos federal e estaduais. No Rio, a Loteria Estadual repassa os direitos de explorar os jogos para empresas particulares. Antes da assinatura de um contrato, é feita uma concorrência pública. As empresas têm que cumprir uma série de exigências, entre elas, a de ter representação no estado. Os contratos têm validade de cinco anos. As empresas vencedoras pagam percentagem de faturamento ao estado. Segundo as normas, o dinheiro deve ser empregado em obras sociais e em atividades esportivas. Hoje, apenas duas empresas gerenciam todas as loterias do Rio. Uma delas é a Hebara. A outra é um consórcio formado por uma companhia Argentina e pela Capital Construtora e Limpeza, com sede em Anápolis, no interior de Goiás, e pertence ao irmão do bicheiro Carlinhos Cachoeira. Quando presidiu a Loterj, o ex-assessor do Planalto, Waldomiro Diniz, participou de duas renovações de contrato para a exploração dos jogos eletrônicos. Este professor de Economia fez uma pesquisa sobre o crescimento do jogo no Brasil e constatou que os jogos eletrônicos estão crescendo muito mais do que os jogos tradicionais, como os bilhetes de loteria ou as corridas de cavalo.

Sonora com o professor: "O jogo moderno eletrônico representa 90% e está crescendo esse percentual".

- Repercussão Caso Waldomiro – Reforma Política (2'42")

FB – Este escândalo com o ex-assessor Waldomiro Diniz pode acelerar a votação da reforma política. A reforma propõe um tema

que divide os políticos: o financiamento de campanhas eleitorais com dinheiro público.

Off (repórter Délis Ortiz) - A reforma política foi citada na mensagem presidencial ao Congresso e repetida nos discursos da primeira sessão do ano. Mas na prática, a votação é difícil. Os políticos discutem a reforma há sete anos. Os senadores aprovaram, os deputados ampliaram e a reforma já está numa comissão. Entre as mudanças propostas, está o financiamento público de campanha. Hoje, os candidatos podem receber doações em dinheiro de empresas e de pessoas. Com a reforma, é o partido que recebe o dinheiro do Tribunal Superior Eleitoral e paga a campanha. Dinheiro dos impostos para pagar as campanhas eleitorais: R\$ 7 por eleitor, o que chegaria a mais de R\$ 800 milhões. E quem aceitar outro tipo de ajuda para a campanha fica sujeito a multa, cadeia e perda do mandato. O presidente da comissão da reforma política, deputado Alexandre Cardoso, diz que o financiamento público vai baratear as campanhas e pode acabar com o caixa dois.

Sonora com Alexandre Cardoso: "O financiamento público é uma forma de você democratizar, de dar transparência. Acabar essa demagogia de uma campanha que custa R\$ 10 milhões e o cara declarar R\$ 500 mil."

Passagem - A reforma política também cria a lista fechada: o voto do eleitor vai para o partido. Os eleitos saem de uma lista feita pelo partido. Assim, o mandato pertence ao partido e não ao eleito. Quem não for fiel à legenda, fica sem mandato. O financiamento público de campanha, dizem os especialistas, é uma medida que só funcionaria com este novo modelo. Mas os congressistas estão divididos.

Sonora com senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): "A reforma política é fundamental e é a única maneira de que nós possamos acabar com este tipo de escândalo no país. O financiamento público já não, porque o financiamento público garante dinheiro público, mas não garante que ninguém pegue mais dinheiro extra, ilegalmente, como é feito hoje."

Sonora com o deputado Sigmaringa Seixas, vice-líder do governo na Câmara.

"O momento é propício à reforma política. Esses fatos recentes mostram isso. A necessidade do financiamento público de campanha. A necessidade da lista partidária para fortalecer os partidos e a fidelidade partidária."

Off: Para o cientista político Carlos Pio, o mais é importante fiscalizar as campanhas.

Sonora com o cientista político: "É preciso ter uma maior fiscalização, um maior rigor na contabilidade do que efetivamente foi gasto e aquilo que foi declarado pelos partidos."

- Charge (E no circo Brasil ...) Berzoini com torta na cara e Dirceu manipulando malabares. Diz: Chega pra lá Berzoini, que o circo não pode parar (com sotaque bem carregado, conforme o dele).

2º Bloco

- Pesquisa sobre risco do excesso de sal (1'54")
- Chuvas (1'50")
- Situação estradas por causa chuvas (2'15")
- Previsão do tempo
- Enchentes na Nova Zelândia (19")

3º Bloco

- Transferência de Beira-Mar (1'50")
- Corrupção policial (1'32")
- Caso do dentista morto (30")
- Insegurança no aeroporto de Congonhas (1'44")
- Padres acusados de abuso sexual nos EUA (1'44")

4º Bloco

- Trabalho escravo no Pará (18'')
- Problemas com bolsa para evitar trabalho infantil (18'')
- Proposta no senado para bolsa a universitários (15'')
- Crise no Ministério da Cultura por causa de demissão de funcionários (2'11'')
- Crise da Parmalat (1'31'')
- Desemprego (18'')
- Economia: Juros (20'')
- Tênis (11'')
- Futebol (29'')

5º Bloco

- Carnaval (2'36'')

Data: 18/02/04 (quarta-feira)

(Tempo total: 25')

Escalada (37'')

- Caso Waldomiro (7'18'')

Fátima Bernardes – O ex-assessor do Planalto, Waldomiro Diniz, é investigado por lavagem de dinheiro.

Willian Bonner – O governo cria uma comissão para apurar atos dele na Casa Civil

FB – O grupo tem 30 dias para apresentar os resultados

- Economia
- PF pede prisão de ex-presidente do BC
- Chuvas no nordeste acabam com seca
- Polêmica na transferência de Beira-Mar
- Explosão no Irã
- Futebol

1º Bloco

- Caso Waldomiro

FB – Mais um dia de tensão em Brasília provocada pelo escândalo envolvendo Waldomiro Diniz. A oposição ainda tenta abrir uma CPI para investigar o ex-assessor do Planalto. E o governo mostra documentos para provar que agiu quando surgiram as primeiras denúncias contra Waldomiro.

Off (repórter Heraldo Pereira) – A sessão de hoje no Senado sem votações como decidiu a Mesa Diretora tentativa da oposição de conseguir logo as 27 assinaturas para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar Waldomiro O ex-subchefe para assuntos parlamentares do Ministério da Coordenação Política é acusado de cobrar propina de um bicheiro em 2002, quando dirigia a Loterj no Rio de Janeiro. O autor da proposta de CPI não desiste.

Sonora com o senador Antero Paes de Barros: "Estou muito confiante que entre os que já assinaram e entre os que prometeram assinar nós vamos ter o número suficiente para a instauração da CPI".

Passagem – Os desdobramentos do caso Waldomiro Diniz foram avaliados hoje numa série de reuniões. A coordenação política do governo resolveu divulgar as medidas em julho do ano passado, quando surgiram as primeiras denúncias de envolvimento do ex-assessor da Casa Civil com bingos e jogos eletrônicos.

Off – Em resposta a um pedido de informações sobre o caso, o ministro José Dirceu enviou ao Senado uma carta escrita pelo próprio Waldomiro, na época sub-chefe para assuntos parlamentares da Casa Civil, comandada por Dirceu. A carta também foi enviado para o Ministério Público, a Corregedoria da União e o Ministério da Justiça. Waldomiro se defendeu: disse que se sentiu ofendido porque um governo que tem proibidade administrativa não pode tolerar suspeitas sobre servidores que desempenham funções de estrita confiança, palavra dele próprio. Hoje de manhã, o presidente do Supremo Tribunal Federal ao comentar o caso lembrou que o chefe da Casa Civil do governo Itamar Franco, Henrique Hargreaves, afastou-se do cargo quando surgiram denúncias sobre o envolvimento dele com a corrupção do Orçamento. Investigado pela CPI do Orçamento, Hargreaves foi inocentado e voltou ao governo. A declaração chegou a ser interpretada como uma sugestão de Correia para que José Dirceu saísse. À tarde, Maurício Correia se explicou. Disse que não estava sugerindo que o ministro José Dirceu também se afastasse do cargo.

Sonora com o ministro Maurício Correia: "Esse é um problema pessoal do Palácio do Planalto. Quanto a mim eu acho que o ministro José Dirceu é um homem honrado e digno. O que acontece com um subalterno não tem nada a ver, em princípio, com quem está em cima"

Sonora do porta-voz, André Singer: "Não há nenhuma cogitação de que o ministro-chefe da Casa Civil deixe o governo".

Off - O governo voltou a pedir hoje no Congresso que os senadores evitem abrir uma CPI.

Sonora de Mercadante: "Pedi um voto de confiança do Congresso para que possa apurar com todo rigor, como está fazendo, tanto o episódio passado quanto o período que este cidadão esteve no governo, nós estamos apurando tudo".

Sonora de Tasso Jereissati: "Parece que está baixando uma dose de humildade necessária a quem exerce o poder e essa dose

de humildade pode fazer com que os ânimos daqui serenem também".

FB - O senador Magno Malta do PFL informou que conseguiu hoje 32 assinaturas para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar se bingos e jogos de azar servem para a lavagem de dinheiro. O requerimento deverá ser lido em plenário para que depois os líderes de partidos indiquem os parlamentares que vão compor a CPI. A comissão só deve ser instalada depois do Carnaval. O objeto de investigação dessa comissão não é a atuação do ex-assessor Waldomiro Diniz mas ele poderia ser convocado a depor porque as denúncias dos últimos dias mostram que Waldomiro teve ligações com bingos e jogos de azar.

WB – O Ministério Público Federal também está investigando Waldomiro Diniz por lavagem de dinheiro.

Off (repórter Roberto Kovalick) – Desde 99, o Ministério Público investiga a suspeita de que as máquinas caça-níqueis são usadas pela Máfia Italiana para lavar o dinheiro do tráfico de drogas. A investigação começou quando a Comissão Anti-máfia da Itália mandou um documento ao Supremo Tribunal Federal pedindo ajuda para investigar 58 pessoas ligadas ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro internacional. Na lista estavam os irmãos Filippedu, que atuavam no Brasil em negócios relativos a máquinas de jogo. Aqui, eles tinham sociedade numa empresa chamada Bingomatic e o dinheiro das máquinas era dividido com um homem chamado Alejandro. Esses nomes foram citados novamente na semana passada em depoimentos de dois ex-sócios do bicheiro Carlinhos Cachoeira, acusado de negociar propina com Waldomiro Diniz. Segundo os depoimentos, Alejandro Ortiz era o representante no Brasil de Filippedu e fornecia os equipamentos para Carlinhos Cachoeira. Ainda segundo um dos depoimentos, Waldomiro Diniz, depois de sair da Loterj e ir para o governo federal, passou a defender os interesses de Alejandro Ortiz no governo e no Congresso. Por ter sido citado, a Procuradoria também vai investigar Waldomiro Diniz por lavagem de dinheiro. Hoje, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, nomeou Alon

Fuerwerker para a subchefia de assuntos parlamentares, que era ocupada por Waldomiro Diniz. O governo também instalou uma comissão de sindicância que em 30 dias deve apresentar o resultado das investigações sobre a atuação de Waldomiro enquanto ele esteve no Palácio do Planalto.

Sonora com Aldo Rebelo, ministro da Coordenação Política: "Apesar de não haver nenhuma denúncia, nenhum indício de qualquer irregularidade nesse período, por precaução e também para assegurar à sociedade que o governo tem interesse em esclarecer qualquer dúvida que possa pairar sobre as denúncias".

Passagem – Segundo integrantes da equipe de policiais e procuradores que investigam o caso, há provas de que no ano passado, quando já era assessor no Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz se encontrou uma vez com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Teria sido para tratar de uma proposta de fornecimento de equipamentos de informática para o governo. Mas o negócio não chegou a ser concluído.

Off – Na semana passada, em entrevista à Revista *Época*, Waldomiro negou as acusações de ter que propina. Ele disse que o dinheiro que pediu ao bicheiro seria para um assessor, Armando Dili.

(Passa som da fita com gravação da entrevista a *Época* e legendas).

Off – Em outro trecho da entrevista, Waldomiro confirmou a doação de dinheiro para a campanha de Geraldo Magela, do PT, candidato ao governo do Distrito Federal.

(Áudio da fita)

Época: Porque que você pede 1%, você não conseguiu responder até agora?

Waldomiro: esse 1% é do senhor Armando Dili. O Carlos Ramos convenceu o Armando de que se eu desregulamentasse o mercado, ou seja, fizesse o que ele quisesse, o Armando teria participação.

Época: de 1% do total?

Waldomiro: de 1% do total.

Off - Em outro trecho da entrevista, Waldomiro confirmou a doação de dinheiro para a campanha de Geraldo Magela, do PT, candidato ao governo do Distrito Federal.

(Áudio da fita)

Waldomiro: Ele deu uma ajuda de campanha para senhor Geraldo Magela, em Brasília.

Época: Quanto?

Waldomiro: R\$ 100 mil. Como ele deu dinheiro? Ele entregou e foi entregue ao Magela.

Época: Ele entregou pra quem?

Waldomiro: Entregou na minha mão e entreguei na campanha do Magela.

Nota-pé (Willian Bonner) – O candidato derrotado ao governo do Distrito Federal, Geraldo Magela, disse que não recebeu os R\$ 100 mil de Waldomiro Diniz.

Charge – “E naquele quarto andar do Palácio do Planalto”

Dirceu vestido de mergulhador. Lula pergunta se é para cair na folia. Dirceu responde que é para cair na clandestinidade, outra vez.

* Seminário sobre reforma política em SP (2')

FB -Representantes dos principais partidos políticos chegaram a um acordo hoje, em São Paulo. É possível que, nas eleições de 2006, campanhas eleitorais já sejam pagas com dinheiro público.

Off - O que seria apenas um debate entre empresários e políticos virou acordo partidário. Os presidentes dos principais partidos, incluindo o do governo, se comprometeram a discutir já a reforma política que está na Câmara.

Sonora com José Genoíno, presidente do PT: "O PT assume publicamente o compromisso de priorizar a negociação com todos os partidos para a reforma política".

Off - Pelo projeto, doações de pessoas e de empresas ficam proibidas. O governo federal banca toda a campanha com um custo de R\$ 800 milhões. É muito, porém menos do que a esti-

mativa dos gastos somados de uma campanha pelas regras atuais entre doações legais e ilegais.

Infográfico:

O financiamento público das campanhas vai facilitar a fiscalização. Se a proposta for aprovada, quem der dinheiro para partidos ou políticos pagará multa de até dez vezes o valor doado. Empresas terão uma punição a mais: não poderão participar de licitações nem assinar contratos com o poder público por cinco anos.

Os partidos pagarão multa de três vezes o valor da doação e não receberão dinheiro do governo no ano seguinte. E o político que receber doações de pessoas ou empresas fica fora da eleição.

O projeto também muda o voto. Passa a ser em partidos e não mais em candidatos no caso de vereador, deputado estadual e federal.

Off - A oposição diz que a mais recente denúncia de financiamento ilegal de campanha, ajudou no acordo para apressar a reforma política.

Sonora com Ronaldo Caiado, relator do projeto: "A crise é uma boa parturiente".

Sonora com Jorge Bornhausen, presidente do PFL: "A solução de assinar a urgência vai permitir o debate e a votação e acabar com essa enrolação e falta de vontade em melhorar as condições eleitorais e políticas em nosso país e portanto a nossa democracia".

- Ministro dos Transportes anuncia que vai sair do cargo (12'')

2º Bloco

- Explosão trem no Irã (29'')
- Iraque (25'')
- Transferência de Beira-Mar (1'40'')

3º Bloco

- Fornecedoras de gás para hospital acusadas de cartel (2'35'')
- Previsão do tempo
- FGTS (23'')
- Chuva contra a seca no Ceará (2')

4º Bloco

- Caso banco Marka e pedido prisão ex-presidente BC (2'31'')
- Juros (46'')
- Indicadores econômicos (15'')

5º Bloco

- Futebol (40'')

Data: 19/02/04 (quinta-feira)

(Tempo total: 38')

Escalada (1')

- Caso Waldomiro

Willian Bonner - O Ministério Público pede a quebra do sigilo telefônico e bancário do ex-assessor do Planalto Waldomiro Diniz.

Fátima Bernardes – O bicheiro Carlinhos Cachoeira presta depoimento

WB – E diz que foi vítima de extorsão.

FB – A comissão nomeada pelo governo para investigar os atos de Waldomiro se reúne pela primeira vez.

WB – A Igreja Universal do Reino de Deus anuncia o desligamento de um de seus bispos mais influentes.

FB – O motivo é a revelação de um esquema envolvendo o bispo para desviar o dinheiro de uma loteria com a ajuda de Waldomiro.

WB – A Bolsa de São Paulo tem um dia de queda forte.

FB – E o presidente Lula não toca no assunto.

- Mensalidades subiram mais que custo de vida nos últimos sete anos.
- Nasce clone do primeiro clone brasileiro
- Jovem descobre na internet que havia sido seqüestrado pela mãe
- Carnaval

1º Bloco

- Mensalidades escolares (2'47'')
- Pesquisa sobre peso dos juros no orçamento do brasileiro (1'48'')
- Caso das empresas que produzem gases industriais (1'52'')

2º Bloco

- Chuva em SP (28'')
- Previsão do tempo
- Carnaval (3'54'')
- Esporte (22'')

3º Bloco

- Beira-Mar (24'')
- Caso do estudante morto em Vitória (1'40'')
- Prisão de PMs que torturaram moradores (31'')
- Adolescente que descobriu na internet que foi seqüestrado pela mãe (1'32'')
- Vitoriosa: clone do primeiro clone do Brasil (1'57'')

4º Bloco

- Correção de notícia divulgada no dia anterior
- Ministro dos Transportes entrega pedido demissão (24'')
- Caso Waldomiro (4'05'')

WB – O bicheiro Carlinhos Cachoeira prestou o primeiro depoimento aos investigadores do caso Waldomiro. E hoje, a comissão do governo que vai apurar o ex-assessor da Casa Civil começou a trabalhar.

Off (repórter Roberto Kovalick) – O governo espera ter em 30 dias o resultado da investigação. A comissão formada por três funcionários se reuniu hoje com o ministro Aldo Rebelo. Vai apurar se Waldomiro Diniz se envolveu em alguma irregularidade no período em que foi assessor do Palácio do Planalto. O ex-subchefe de assuntos parlamentares do Ministério da Coordenação Política, é acusado de cobrar propina do bicheiro Carlinhos Cachoeira em 2002, quando dirigia a Loterj no Rio de Janeiro.

Passagem – Ontem, às 11 horas da noite, o bicheiro Carlinhos Cachoeira procurou a equipe que investiga o caso e pediu para prestar depoimento. Os investigadores dizem que já têm provas de que no passado, quando já era assessor do Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz se encontrou com Cachoeira. Seria para tratar

de um contrato de R\$ 500 milhões para o fornecimento de equipamentos eletrônicos ao governo. Sobre este suposto encontro, Cachoeira, numa conversa informal, teria confirmado que realmente ocorreu, mas na hora do depoimento, foi evasivo: não respondeu sim nem não.

Off – Cachoeira disse no depoimento que foi ele quem mandou a gravação para o senador Antero Paes de Barros, mas não explicou o motivo. Um dos investigadores disse que Cachoeira deu a entender que foi traído por Waldomiro. O bicheiro disse ainda que sofreu uma tentativa de extorsão, mas não entregou o dinheiro prometido para campanha e que fez a gravação para se defender. Os procuradores que cuidam do caso investigam também as supostas ligações de Waldomiro com a empresa Gtech, que fornece os equipamentos de informática usados pela Caixa Econômica Federal nas Loterias. A americana Gtech é a maior empresa do mundo em equipamentos para loterias. O primeiro contrato com a Caixa foi feito em 97. O Departamento Jurídico estabeleceu um prazo máximo de seis meses para prorrogação no caso de haver uma nova concorrência. Segundo a Caixa, a Gtech conseguiu na Justiça uma liminar proibindo a licitação. Em maio de 2003, já no governo Lula, foi pedido um novo parecer jurídico que permitiu a prorrogação por cinco meses, no valor de quase R\$ 640 milhões. Hoje, o presidente da Caixa disse que queria romper o contrato com a Gtech e negou qualquer interferência de Waldomiro Diniz na renovação.

Sonora de Jorge Mattoso, presidente da Caixa: "Nem eu nem vice-presidente de logística responsável pelas negociações conhece sequer Waldomiro Diniz. Esse contrato se deu por uma necessidade objetiva da Caixa, por um impedimento legal de nova licitação e porque nós precisávamos assegurar para o clientes da Caixa a preservação do serviço".

Off – A Gtech não quis se manifestar sobre o assunto. Outra suspeita sobre Waldomiro Diniz é de ter intermediado o dinheiro para campanha de candidatos do PT. Em gravação à Revista Época, Waldomiro afirmou que o bicheiro deu dinheiro para

a campanha de Geraldo Magela, candidato ao governo do Distrito Federal em 2002.

(Áudio da gravação, acompanhada de legenda)

Época: Ele entregou pra você, entregou direto para a campanha do Magela, como que ele fez isso?

Waldomiro: Isso ele entregou. E foi entregue na campanha do Magela.

Época: Ele entregou pra quem??

Waldomiro: Ele entregou na minha mão e eu entreguei na campanha do Magela.

Off – Hoje, Geraldo Magela disse que Waldomiro está mentindo e que vai entrar com um processo contra ele.

Sonora com Geraldo Magela: "Nem eu nem a minha campanha recebeu qualquer centavo do Waldomiro Diniz".

FB – Os jogos eletrônicos e de vídeo-pôquer são investigados no Brasil desde 1980. Naquela época. O francês Julien Philipedu foi um dos responsáveis pela vinda dos jogos para o Brasil. Depois de expulso do país em 1988 passou a ser representado pelo irmão, François. Os irmãos Philipedu foram citados na carta da Comissão Anti-máfia Italiana que pedia informações sobre pessoas ligadas ao tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro internacional aqui no Brasil. E também foram nos depoimentos de dois ex-sócios do bicheiro Carlinhos Cachoeira.

WB – O governo vai aproveitar a folga de Carnaval para avaliar se tenta ou não impedir a instalação da CPI dos bingos. Hoje, com o Senado sem votações, o Congresso e o governo tiveram um dia mais calmo. (2' 15")

Off (repórter Heraldo Pereira) – Já são 33 assinaturas. Seis a mais que o necessário. O autor da proposta, que é de um partido da base do governo, o PL, recebeu o apoio de vários parlamentares do PT. O senador Magno Malta, PL Espírito Santo, diz que a CPI pedida por ele não trataria do financiamento de campanhas políticas. Serviria para investigar a ligação dos bingos e casas lotéricas com o crime organizado. Um caminho que poderia levar ao ex-assessor do Ministério da Coordenação Política.

Sonora com o senador Magno Malta: "Na verdade temos que investigar o crime com a participação do senhor Waldomiro. Entendendo também que nada tem a ver com o governo e reiterando o respeito e a confiança no ministro José Dirceu".

Sonora com Eduardo Suplicy (PT), que assinou o documento: "Assinei o requerimento de constituição de CPI para averiguar a questão dos bingos, jogos de azar, da lavagem de dinheiro".

Passagem – A CPI dos bingos poderá ser instalada depois do carnaval. Se até lá o governo perceber que ela não é conveniente, deverá estimular seus aliados a desistir dessa idéia ou impedir o início do funcionamento da comissão não indicando seus integrantes.

Sonora com senadora Seryz Shlessarenko, do PT-MT: "Assinei porque acho que é uma questão importante que precisa ser apurada. É a demonstração de que é um governo limpo, transparente, que é um governo que não aceita a corrupção".

Off – Ainda há o risco de uma outra CPI defendida pela oposição. Seria para investigar especificamente o ex-assessor Waldomiro Diniz. O número mínimo de assinaturas ainda não foi atingido. Depois de uma semana tensa, a pauta de votação do Senado e a ausência de muitos parlamentares esvaziaram o Congresso e deram fôlego ao governo. Na reunião da Câmara de Comércio Exterior, os ministros tentavam demonstrar descontração. O chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, até brincou com o chefe do gabinete de segurança institucional, general Jorge Péricles, que chegou atrasado.

Sonora de Dirceu fazendo a piadinha: "Vamos dar 50 flexões para quem chegar às 15h15, 50 flexões às 15h30. Cem flexões depois".

Comentarista Franklin Martins – O chefe da Casa Civil, José Dirceu, fez ontem um desabafo emocionado num jantar com líderes governistas na casa do presidente da Câmara. Tenso, parecendo cansado e mal contendo amargura, Dirceu disse que se sentiu apunhalado pelas costas pelo ex-assessor Waldomiro Diniz. Quando apareceram as primeiras denúncias, no ano passado,

chamou o assessor para uma conversa olho-no-olho. E Waldomiro negou tudo e com tanta veemência que Dirceu disse que acreditou. Abre aspas: “Confiei nele quando não deveria ter confiado. Apesar de minha experiência, errei feio.” Em seguida, pediu desculpas a todos pelos constrangimentos que está causando no governo e disse ainda que, por ele, já teria pedido desculpas publicamente a todo o país. Só está esperando um sinal verde do presidente Lula. Dirceu revelou que na última segunda-feira chegou a discutir com Lula a hipótese de se afastar do cargo para se defender e para evitar embaraços para o governo, mas o presidente descartou essa possibilidade. Após o jantar, foram todos para casa esperar o carnaval chegar, torcendo para que não surjam novas denúncias contra Waldomiro. (1’)

- Mercado financeiro (35’)
- Charge: José Dirceu diz que “faremos agora o pronunciamento definitivo sobre o momento em que vivemos” e começa a tocar pandeiro com Mercadante, Rebelo e Lula numa alusão ao ‘carnaval’ por que passam e que cronologicamente vai chegar.

5º Bloco

- Caso Waldomiro (2’ 12’)

WB – Procuradores do Rio de Janeiro pediram hoje a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal de Waldomiro Diniz.

Off (repórter André Luiz Azevedo) – O Ministério Público Federal do Rio encaminhou hoje à Justiça o pedido de quebra do sigilo de Waldomiro Diniz e de outro ex-presidente da Loterj, Daniel Carvalho. Os procuradores se basearam nesse relatório antigo da Polícia Federal. Em 2002, o inquérito investigou a administração de Waldomiro Diniz à frente da loteria oficial do estado. O relatório levanta suspeitas sobre os negócios feitos entre a Loterj e os bingos do Rio. Um dos bingos estaria funcionando há vários anos sem contribuir para nenhuma entidade esportiva, como

manda a lei. Mesmo assim, a Loterj ciente da irregularidade, teria renovado o cadastro da empresa. Em outros casos, o relatório afirma que os bingos pagavam para atividades desportivas valores bem abaixo do percentual exigido. O documento também relaciona os bingos com lavagem de dinheiro, sonegação de impostos e falsidade ideológica. Existia também a suspeita de corrupção de diretores e servidores da Loterj, onde foram apreendidos documentos. Agora, a Polícia Federal retomou o inquérito e já marcou para o dia 2 de março em Brasília o depoimento de Waldomiro Diniz sobre esse caso. Mas antes disso, o ex-assessor do Planalto vai ter que dar explicações no inquérito que apura as denúncias de cobrança de propina divulgadas pela Revista Época.

Passagem – A Polícia Federal transferiu de Brasília para o Rio o porta-voz da instituição. A ordem do governo federal segundo ele é dar ampla divulgação a tudo o que acontecer durante a investigação policial. O documento que oficializa a abertura do inquérito policial diz que Waldomiro Diniz deve ser investigado por dois crimes: crime eleitoral em 2002 e corrupção ativa e passiva até no período em que trabalhou no Palácio do Planalto esse ano. Off – O porta-voz da Polícia Federal diz que o primeiro depoimento de Waldomiro Diniz já está sendo marcado.

Sonora do porta-voz., François Renné: "Tanto pode ser do Rio de Janeiro quanto pode ser em Brasília. Vai depender da decisão do delegado".

FB – O escândalo Waldomiro Diniz acabou envolvendo hoje um deputado do Partido Liberal, o bispo Rodrigues, e quem o denunciou foi a própria Igreja Universal do Reino de Deus, da qual, até hoje, ele era bispo. (3'23")

Off (repórter Délis Ortiz) – A tarde começou confusa. A Igreja Universal do Reino de Deus divulgou uma nota sem muitos detalhes em que dizia que Rodrigues não era mais o coordenador dos deputados da bancada ligada à Igreja e que estava também destituído das funções de bispo. O motivo alegado pela nota era o envolvimento do bispo Rodrigues com o escândalo Waldomiro. Mas o texto não explicava qual era a participação do deputado no

escândalo. Limitava-se a dizer que o afastamento era uma questão de e ética exigia a apuração completa dos fatos. No fim da tarde, os motivos apareceram. O chefe de gabinete do deputado estadual do Rio Marcos Abrão, Jorge Luiz Dias, informou que, em depoimento ao Ministério Público no Rio em maio do ano passado, revelou o esquema de desvio de verbas publicitárias na Loterj. Segundo o depoimento, em 2001, quando era chefe de gabinete do deputado Pastor Valdeci de Paiva, também da Igreja Universal, Jorge Dias foi orientado a providenciar uma empresa de publicidade para arrecadar junto a Loterj recursos para si e para o bispo Rodrigues. Jorge disse que foi informado de que o bispo Rodrigues teria conseguido com o então governador Anthony Garotinho a nomeação de Waldomiro Diniz para o cargo de presidente da Loterj. No depoimento, Jorge revelou ainda que se dirigia todo mês a uma empresa de publicidade para receber em seu nome ou de terceiros cheques que eram repassados ao pastor João Domingos, também da Igreja Universal, que os redistribuía ao bispo Rodrigues e ao pastor Valdecir. Em média, recebia R\$ 100 mil por mês. O deputado Valdecir de Paiva foi assassinado em janeiro do ano passado e, segundo Jorge, só depois da morte dele, foi informado sobre os detalhes do esquema. Até então, segundo o depoimento, Jorge acreditava que se tratava de contribuições para campanhas eleitorais. Jorge Dias descreveu o esquema: Waldomiro Diniz solicitava à agência de propaganda uma campanha publicitária. A agência encaminhada uma ordem de serviço a empresa responsável pela comercialização de outdoors que cobrava um número superior de cartazes. Recebia os valores integrais. A diferença era repassada aos pastores da Igreja

WB – Vamos voltar a Brasília com a repórter Délis Ortiz, que ouviu o deputado Bispo Rodrigues.

Vivo – O deputado Bispo Rodrigues não quis gravar entrevista mas, por telefone, disse que se sujeita à decisão da Igreja embora esteja certo de que é inocente. O deputado disse que não indicou Waldomiro Diniz para a presidência da Loterj, mas fez a indicação de duas diretorias em nome do PL do Rio. O deputado Bispo

Rodrigues atribui as acusações contra ele ao deputado estadual pelo Rio, Marcos Abrão, que segundo Rodrigues, seria ligado ao jogo do bingo na região dos Lagos.

- Carnaval (3'12'')

Data: 20/02/04 (sexta-feira)

(Tempo total: 40')

Escalada (1'07'')

- Caso Waldomiro

Fátima Bernardes – O presidente reage à crise política causada pelo escândalo Waldomiro Diniz

Willian Bonner – Convoca uma reunião extraordinária de ministros

FB – Diz que o Congresso deve decidir se abre ou não uma Comissão Parlamentar de Inquérito

WB – E anuncia

Sonora de Lula – Uma medida provisória proibindo bingos e caças-níqueis no nosso país até que encontremos uma solução definitiva para essa situação.

FB – A proibição dos bingos é decidida no sétimo dia da crise.

WB – E depois da divulgação de duas novas denúncias.

FB – Waldomiro Diniz negociou com Carlinhos Cachoeira em 2003, quando já era assessor do Planalto.

WB – O ex-chefe das loterias do Rio Grande do Sul acusa o PT gaúcho de usar dinheiro dos bingos em campanha eleitoral.

FB – A reação do governo diminui a tensão no mercado financeiro

WB – E o presidente da Câmara decide acelerar a Reforma Política.

- Caso Celso Pitta

- Traficante Fernando Beira-Mar
- Anunciada vacina para tratar câncer de pulmão
- Carnaval

1º Bloco

- Caso Waldomiro (20'20'')

FB – O presidente Lula decidiu hoje proibir a operação de bingos e jogos caça-níqueis no Brasil. Uma medida provisória será assinada ainda esta noite para publicação em edição extraordinária do Diário Oficial. Os bingos foram abertos no país em 1994. A condição imposta originalmente para que funcionassem era que destinassem parte do faturamento para associações desportivas. Mas ao longo dos anos, a idéia de fortalecer o esporte nacional foi totalmente desvirtuada e surgiram vários sinais de que o negócio dos bingos estava associado a contravenção e à lavagem do dinheiro. Até hoje, muitas empresas estavam operando bingos e caça-níqueis com base em decisões liminares da Justiça e leis estaduais.

WB – A decisão de proibir os bingos foi uma resposta à crise política provocada por denúncias contra o ex-assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz. Hoje cedo, a crise se agravou. Uma reportagem publicada pela Revista Época revelou que no ano passado Waldomiro manteve encontros com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, que explora jogos de loterias e caça-níqueis. Ou seja, Waldomiro já ocupava uma sala no Palácio do Planalto como assessor do ministro José Dirceu da Casa Civil.

Off (repórter Roberto Kovalick) – Foi neste hotel, no dia 6 de janeiro de 2003. Menos de uma semana depois de ter sido nomeado assessor do Palácio do Planalto, que Waldomiro Diniz se encontrou com Carlinhos Cachoeira e com Antônio Rocha e Marcelo Rovai, dois diretores da Gtech. A empresa fornece os equipamentos de Informática que a Caixa Econômica usa nas loterias.

A reunião, segundo os investigadores, seria o ponto de partida de um plano que Cachoeira estaria desenvolvendo há anos. Na entrevista a Revista *Época*, Waldomiro confirma que reuniu-se com Cachoeira já na condição de assessor da Casa Civil e diz que foi à reunião porque Cachoeira insistiu.

Áudio da fita gravada, com legendas da conversa:

Waldomiro: Aí ele voltou a insistir comigo pediu pra que eu fosse nessa conversa pra tratar com ele de um projeto que ele queria desenvolver. Para desenvolver uma parceria com eles em São Paulo.

Época: Quem estava nessa reunião? Antonio Rocha e Marcelo Rovai?

Waldomiro: Isso. E a conversa se desenvolveu dentro da pauta se tratando da importância de se fazer cumplicidade na operação de loterias.

Off – Segundo os investigadores, o projeto não era só para São Paulo, mas para o país inteiro. Juntando bingos e jogos eletrônicos, tudo legalizado, da mesma forma como a Caixa faz hoje com as loterias. Mas para isso, segundo os investigadores, Cachoeira precisava de um contato no governo, Waldomiro Diniz, e de uma empresa de grande porte e experiência no setor, a Gtech.

Passagem – O acordo não foi pra frente. Carlinhos Cachoeira teria desconfiado que estava sendo traído por Waldomiro e passou a investigá-lo. Teria concluído que Waldomiro e a Gtech planejavam implantar o projeto, mas sem a participação dele.

Off – Cachoeira descobriu que Waldomiro mantinha encontros com os executivos da Gtech no mesmo hotel. Segundo a Revista *Época*, há registros de que os executivos estiveram hospedados lá outras cinco vezes. Na entrevista à *Época*, Waldomiro confirma o encontro a sós com a Gtech no dia 31 de março. Ou seja, já como assessor da Casa Civil se reuniu com empresários para discutir assuntos que nada tinham a ver com a sua função, assessor parlamentar.

Áudio da fita gravada:

Época: Conversou sobre o que ?

Waldomiro: Sobre o interesse deles em desenvolver essa parceria.

Off – A Gtech divulgou nota hoje mas não se referiu à proposta de parceria com Cachoeira. Confirma que no início de 2003, teve um encontro com Waldomiro Diniz para esclarecer a nova equipe de governo sobre a posição da empresa diante de divergências contratuais com a Caixa Econômica. A americana Gtech é a maior empresa do mundo em equipamentos para loterias. O primeiro contrato com a Caixa foi feito em 97. No governo Lula, houve uma prorrogação por três meses, feita no dia 14 de janeiro, uma semana depois do primeiro encontro no hotel. Em abril, o contrato foi renovado por 25 meses. Foi no dia 14 de abril, duas semanas depois do segundo encontro no hotel. A Caixa negou qualquer interferência política ou contato com Waldomiro. Informou que não fez licitação porque foi impedida por uma liminar da Justiça e que a renovação, feita com base em parecer técnico e jurídico, foi para não interromper os serviços.

WB – Carlinhos Cachoeira também divulgou nota hoje. Disse que são inaceitáveis as calúnias feitas a ele e que vai processar quem de direito porque é titular do comércio lícito, fomentador da economia nacional e gerador de empregos.

FB – No Rio de Janeiro, onde estão concentradas as investigações sobre o escândalo Waldomiro, a Polícia Federal pediu a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico dos principais envolvidos no caso nos últimos dois anos. Se o pedido for aceito pela Justiça Federal do estado, poderão ser investigados por exemplo, os telefonemas e a movimentação bancária de Waldomiro enquanto ele esteve na Casa Civil.

WB – Uma outra reportagem, desta vez da Revista Veja, acrescentou novos ingredientes à crise com denúncias de irregularidades no financiamento de campanhas eleitorais do PT no Rio Grande do Sul.

Off (repórter Monica Teixeira)- A reportagem de capa da revista Veja foi baseada nas declarações de José Vicente Brizola, ex-presidente da Loterg (Loterias do Rio Grande do Sul) no go-

verno petista de Olívio Dutra. José Vicente é filho de Leonel Brizola, mas está brigado com o pai desde que sai do PDT para o PT. Ele disse que mandou um e-mail para Waldomiro Diniz, o ex-assessor parlamentar do governo acusado de pedir propina ao dono de bingo Carlinhos Cachoeira. No e-mail, José Vicente se refere ao chefe da Casa Civil como cardeal Dirceu. Demonstrando mágoa, diz que José Dirceu costuma detonar amigos e inimigos quando o escândalo bate à sua porta. Outro trecho, afirma que assim como Waldomiro Diniz, ele também foi pressionado a pedir dinheiro de concessionários públicos em benefício do PT. José Vicente Brizola diz que foi procurado em 2002 pelo filho da ex-ministra do governo Lula, Emília Fernandes, que na época era candidata ao Senado pelo PT. Carlos Fernandes teria pressionado José Vicente para conseguir dinheiro junto a donos de bingos e casas de jogos do Rio Grande do Sul.

Sonora com José Vicente Brizola: "Este foi o objeto do contato do Carlinhos Fernandes e da senadora comigo. Obter mais recursos além do que estava sendo arrecadado pelo comitê de campanha do PT. Desde o início ficou claro que não eram recursos legais que estavam sendo formados".

Off – Os recursos iriam para o caixa 2 da campanha de Emília Fernandes, do senador Paulo Paim e do então candidato ao governo, ministro da Educação Tarso Genro. Segundo José Vicente, uma das pessoas procuradas teria sido o empresário Jaime Sirena, que na época era o presidente da Associação Gaúcha dos Bingos. Ele nega as acusações.

Sonora com Jaime Sirena: "Não houve pedido de doações de campanha. Nós vamos ver o que fazer judicialmente pois é uma inverdade".

Off – A ligação do PT gaúcho com o jogo já foi alvo de uma CPI na Assembléia Legislativa em 2001. Uma das suspeitas era de que o prédio onde funcionava a sede regional do partido havia comprado pela ONG Clube da Cidadania com dinheiro do jogo do bicho. 41 pessoas foram indiciadas na CPI, inclusive o governador Olívio Dutra e o vice-governador Miguel Rosseto. Os

dois, que são ministros hoje no governo Lula foram inocentados. O relatório foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal. Para o deputado estadual Vieira da Cunha, na época relator da Comissão, as novas denúncias reforçam as conclusões da CPI gaúcha.

Sonora com deputado Vieira da Cunha: "São fatos que têm relação estreita com aqueles que nós investigamos aqui por ocasião da CPI da Segurança Pública. Trata-se de uma relação íntima entre membros do Partido dos Trabalhadores e contraventores, recursos ilícitos servindo para campanhas eleitorais petistas".

Passagem – Em nota oficial, o PT do Rio Grande do Sul afirma que as acusações não passam de uma onda de denunciamentos contra seus dirigentes. A nota diz que o partido vai processar criminalmente José Vicente Brizola.

Off – Na entrevista à *Veja*, José Vicente Brizola disse que só aceitou as pressões para arrecadar dinheiro para o caixa 2 da campanha porque temeu ficar sem emprego no futuro caso o PT ganhasse a eleição. Hoje ele está desempregado e é acusado por adversários de ter pressionado o governo petista para obter um cargo em Brasília depois que o PT do sul perdeu a eleição. Ele não conseguiu e sobrevive com os ganhos de uma microempresa do setor de alimentação.

Sonora de José Vicente Brizola: "Não foi eu quem precipitou os fatos, os fatos foram precipitados em Brasília. E eu achei que perfeitamente poderia contribuir com uma gotinha a mais dentro de um episódio que tem tudo a ver e vem acontecendo. E não duvido que amanhã, tenhamos alguma outra denúncia de algum outro setor".

Off – A ex-ministra Emília Fernandes divulgou nota dizendo que ela, familiares e companheiros de partido ameaças de José Vicente Brizola. E que nas ameaças, transparece total descontrole emocional e ético numa cobrança constante de emprego no governo federal.

Sonora com senador Paulo Paim (PT-RS): "A minha campanha foi uma campanha miserável. Se o filho da Emília ou a Emília tiver alguma contato nessa área de dinheiro ilícito eu não sabia de

nada e calculo que nem o ministro e o governador na época, Tarso Genro".

Sonora com ministro Tarso Genro: "Eu tinha minha coordenação da campanha da mais alta qualidade, com total responsabilidade, sem nenhum tipo de relação fora da lei".

FB – Assim que as novas denúncias se tornaram públicas hoje na imprensa, o presidente Lula convocou uma reunião extraordinária com os ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento. Enquanto isso, no Congresso, o presidente da Câmara, deputado João Paulo, falava em acelerar a Reforma Política.

Off (repórter Heraldo Pereira) – Foi depois de uma noite de muita chuva e trovoadas em Brasília, que Lula convocou a reunião. Vieram ao Palácio do Alvorada os ministros José Dirceu, da Casa Civil, Antônio Palocci da Fazenda, e Guido Mantega, do Planejamento. Eles saíram convencidos de que, com uma ação concreta, o governo poderá estancar a crise provocada pelo escândalo Waldomiro Diniz. Na reunião, surgiu a proposta de proibir os bingos e jogos eletrônicos no país. Os ministros ficaram com a tarefa de viabilizar a idéia e tranquilizar os partidos que apóiam o governo.

Sonora com deputado José Múcio, do PTB: "Eu tenho a sensação que a gente está no carnaval parecendo mais São João porque é bomba todo dia".

Off – Preocupado, o presidente da Câmara decidiu apressar as discussões da Reforma Política e enviou aos líderes um proposta que prevê fidelidade partidária, financiamento das campanhas políticas com dinheiro público e adoção das listas fechadas de candidatos, num sistema em que o eleitor vota no partido e não no candidato.

Sonora com João Paulo Cunha (PT): "A forma de financiamento de campanha hoje invariavelmente leva a casos de corrupção. Precisamos fazer uma revolução no nosso sistema eleitoral e as propostas que estão aqui na casa significam uma revolução no sistema político brasileiro".

Passagem – A pauta de votações no Senado esvaziou o Congresso e adiou o desfecho da crise política para depois do Car-

val. Mas a oposição não desistiu de uma CPI. Na avaliação de assessores próximos ao presidente Lula, será preciso provar, por meio das investigações em curso, que as acusações contra Waldomiro Diniz não envolvem outros integrantes do governo.

Off – Para o líder do PSDB no Senado, o governo deveria aceitar que o Congresso investigasse o caso. Ele defendeu o afastamento do ministro José Dirceu.

Sonora com Arthur Virgílio, líder do PSDB: "A essa altura, eu que tenho, pessoalmente, poupado o ministro José Dirceu, que não quero prejulgá-lo, que sempre tive como pessoa do bem, não vejo saída, a não ser o afastamento dele, pelo menos até o fim das investigações".

Sonora com Aldo Rebelo, ministro da Coordenação Política: "O ministro José Dirceu é da extrema confiança do presidente da República, do governo, e ele, naturalmente, tem no governo um papel importante e nunca foi colocado em questão a presença do ministro José Dirceu no governo do presidente Lula"

WB – O presidente Lula falou hoje pela primeira vez sobre a crise política. Num discurso em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, o presidente anunciou a proibição temporária dos bingos e dos caça-níqueis e respondeu aos críticos.

Sonora do discurso de Lula:

"Muitas vezes a imprensa cobra que o presidente não se pronuncia como se o presidente fosse delegado de polícia, representante do Ministério Público. Mas eu queria anunciar uma informação importante para vocês. Primeiro, não haverá nenhum indício, eu não estou dizendo nem caso de denúncia. Eu estou dizendo que não haverá nenhum indício que envolva práticas ilícitas ou corrupção nesse governo que não seja investigada até o fim. Obviamente que o Presidente da República tem sérias limitações. O que o presidente pode fazer, às vezes, é abertura de inquérito junto com a Polícia Federal e exonerar as pessoas que estejam envolvidas. Mas eu acho que cada um pode fazer a sua parte. Eu acho que a imprensa joga um papel muito importante quando levanta as dúvidas e cada vez mais agindo com seriedade. Acho que o Con-

gresso Nacional tem serenidade para decidir se deve ou não fazer CPI, quantas CPIs deve fazer. O que eu posso dizer para vocês é que eu sou filho de uma mulher que morreu aos 64 anos de idade analfabeta. E ela dizia pra mim: 'Meu filho, a única coisa que você não pode perder nunca é o direito de andar de cabeça erguida e olhar o seu semelhante no olho'. E isso, pode ter certeza, que é o grande patrimônio que eu tenho na vida. É o grande legado que eu recebi da minha mãe. Eu sou formado na cultura que todo mundo é culpado até provem o contrário. As denúncias tem que ser apuradas e eu estava falando ao telefone com o ministro José Dirceu, tinha falado de manhã com o ministro Thomas Bastos e determinei que seja feita hoje uma medida provisória proibindo os bingos e caça-níqueis no nosso país até que encontremos uma solução definitiva para esta situação.

Nós estamos conscientes do momento auspicioso que o Brasil pode viver daqui pra frente na área econômica e pode ficar certo que não haverá nenhum problema político que atrapalhe os passos que o Brasil precisa dar. Todos nós os 176 milhões de brasileiros estamos subordinados a possibilidades de denúncias sobre qualquer coisa. Todo mundo pode agir emocionalmente. Um presidente da República não pode agir emocionalmente. Se tiver denúncia de crime eleitoral tem a Justiça Eleitoral e os partidos para investigar, não depende do presidente da República"

FB – E a fiscalização já começou. Hoje em Brasília, antes do anúncio da medida provisória, a Polícia Federal fechou casas de bingo e recolheu máquinas caça-níqueis.

Off (repórter Giuliana Morrone)– Era madrugada. Clientes ainda estavam jogando quando 80 agentes da Polícia Federal fizeram uma devassa em 16 casas de bingo de Brasília. Com uma ordem da Justiça, recolheu documentos, notas fiscais, computadores. 560 máquinas caça-níqueis foram lacradas e apreendidas. A operação, batizada de Cartão Vermelho, busca provas de que os bingos são usados para sonegar impostos e para lavar dinheiro. Os bingos foram autorizados em 1993, com a Lei Zico, criada para incentivar o esporte. Parte da arrecadação iria para clubes e

federações. O objetivo original de incentivo ao esporte foi desvirtuado. As primeiras casas foram abertas em São Paulo em 94 e o jogo se espalhou pelo Brasil, principalmente no Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 98, a Lei Zico foi substituída pela Lei Pelé que autorizou, além dos bingos, a exploração das máquinas caça-níqueis. O Ministério Público começou a receber denúncias de ligação dos bingos com a contratação. A lei foi revogada e o controle dos bingos passou para a Caixa Econômica até 2001. Depois disso, o país ficou sem uma lei federal sobre as casas de jogos. Os donos de bingos conseguiram na Justiça liminares para continuar funcionando, em muitos estados, com suportes de leis estaduais. Segundo a Associação Brasileira dos Bingos, hoje existem 1.100 casas em todo país que movimentam mais de R\$ 200 milhões por ano. Há três anos o Congresso discute regras para os bingos. O deputado do PT Gilmar Machado foi relator de um projeto que deixava o controle dos bingos com o governo federal. Ao defender o projeto, o deputado citou o trabalho do então presidente da Loterj, Waldomiro Diniz, como exemplo de transparência.

Sonora com o deputado Gilmar Machado, do PT-MG: "Waldomiro propôs a descentralização. Não é que os estados fizessem o controle dos bingos".

Passagem – No ano passado, o governo criou uma comissão para estudar o assunto. Chegou a discutir a possibilidade de legalizar os bingos. Mas com as denúncias, veio a ordem do presidente, de editar uma medida provisória proibindo o funcionamento das casas de bingo e caça-níqueis. Segundo o ministro da Justiça, as liminares e leis estaduais deixam de valer.

Sonora do ministro da Justiça: "Esse trabalho investigativo que está sendo feito pela imprensa, o estrépito e alarido que se formaram até as repercussões no mercado financeiro ajudaram na tomada de posição do presidente".

Off – Em Campo Grande, mal souberam da notícia e os donos começaram a recolher as máquinas, antes da ação da Polícia.

Em Copacabana, no Rio de Janeiro, os clientes foram expulsos às pressas dessa casa de bingos.

Sonora de uma jogadora, reclamando da decisão.

Sonora de outra jogadora elogiando a decisão, sob o argumento de que perde menos dinheiro.

Off – Com a medida provisória, a discussão agora vai para o Congresso.

Sonora com João Paulo Cunha: "Vai moralizar e a discussão será feita do zero já com as casas fechadas".

FB – O presidente da Associação Brasileira de Bingos, Olavo Sales, disse que as casas de bingo geram cerca de 320 mil empregos e não se misturam com a contravenção. Para ele, a intervenção dessas atividades fortalecerá o jogo clandestino e as atividades associadas à criminalidade. A associação defende a aprovação de uma lei rigorosa para o setor.

2º Bloco

- Bispo Rodrigues/ Caso Waldomiro (3'40")
- Mercado financeiro sofre reflexos do escândalo. MP dos bingos melhora o cenário. (1'55")
- Charge: "Não há clima para carnaval" . Dirceu aparece tocando pandeiro e Lula pede silêncio, mostrando-se conturbado.
- Caso Celso Pita (40")
- Fernandinho Beira-Mar (20")

3º Bloco

- Morte da atriz Ana Ariel (14")
- Cientistas anunciam vacina contra câncer de pulmão (1'20")
- Eleições no Irã (30")

- Astrônomos americanos anunciam descoberta de novo corpo celeste (24'')
- Previsão do tempo
- Carnaval (2'30'')

4º Bloco

- Carnaval (2'30'')
- Comentários de Arnaldo Jabor
- Globo Repórter

5º Bloco

- Carnaval